

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Alcione Basílio de Abreu

A vida nos trilhos: Condições de Trabalho, Saúde e Seguridade Social dos Vendedores
Ambulantes da Via Ferroviária da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

Alcione Basílio de Abreu

A vida nos trilhos: Condições de Trabalho, Saúde e Seguridade Social dos Vendedores
Ambulantes da Via Ferroviária da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos processos saúde-doença: produção/trabalho, território e direitos humanos.

Orientadora: Prof.^a Dra. Kátia Reis de Souza.

Rio de Janeiro

2023

Título do trabalho em inglês: Life on the rails: Working conditions, health, and social security of Street Vendors along the Railway in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro.

A162v Abreu, Alcione Basílio de.
A vida nos trilhos: condições de trabalho, saúde e seguridade social dos vendedores ambulantes da Via Ferroviária da Região Metropolitana do Rio de Janeiro / Alcione Basílio de Abreu. -- 2023.
177 f. : il.color, fotos, mapas.

Orientadora: Kátia Reis de Souza.
Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2023.
Bibliografia: f. 158-174.

1. Saúde Ocupacional. 2. Previdência Social. 3. Condições de Trabalho. 4. Condições de Saúde. 5. Vendedores Ambulantes. I. Título.

CDD 363.11

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Cláudia Menezes Freitas - CRB-7-5348
Biblioteca de Saúde Pública

Alcione Basílio de Abreu

A vida nos trilhos: Condições de Trabalho, Saúde e Seguridade Social dos Vendedores
Ambulantes da Via Ferroviária da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública. Área de concentração: Determinação dos processos saúde-doença: produção/trabalho, território e direitos humanos.

Aprovada em: 02 de agosto de 2023.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Aldo Pacheco Ferreira
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a Dra. Elida Azevedo Hennington
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

Prof.^a Dra. Maria Cristina Strausz
Fundação Oswaldo Cruz – Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana

Prof.^a Dra. Mônica Simone Pereira Olivar
Fundação Oswaldo Cruz – Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana

Prof.^a Dra. Kátia Reis de Souza (Orientadora)
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2023

Dedico este trabalho à minha mentora maternal Elzy de Paula Perpétuo Caldas (In memoriam) pelo apoio e incentivo dedicados em todos os projetos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as trabalhadoras e trabalhadores que participaram deste estudo, compartilhando suas experiências, práticas, inseguranças e planos. Sem a colaboração de vocês, este trabalho não teria sido possível. Também estendo meu agradecimento a todas as pessoas que trabalham como ambulantes, nas ferrovias e nas ruas, e que se dispuseram a conversar comigo, respondendo às minhas perguntas em conversas informais.

A Prof^a Dr^a Katia Reis de Souza, minha orientadora, é verdadeiramente excepcional. Agradeço profundamente por sua notável paciência e dedicação profissional ao longo deste trabalho. Sua generosidade ao aceitar me orientar e proporcionar a oportunidade de realizar o tão almejado curso de doutorado é inestimável. Sua orientação brilhante desempenhou um papel fundamental no meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, Profa. Dra. Maria Cristina Strausz, Profa. Dra. Mônica Simone Pereira Olivar, Prof Dr Aldo Pacheco Ferreira e Profa. Dra. Elida Azevedo Hennington, desejo expressar meu profundo agradecimento pelas sugestões valiosas e pelo zelo com o qual avaliaram meu trabalho.

A todos os professores da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca que fizeram parte da minha vida acadêmica, compartilhando seus preciosos conhecimentos e experiências.

A todos do Serviço de Gestão Acadêmica (SECA/ENSP) da pelas contribuições para a realização deste trabalho.

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), uma instituição da qual tenho muito orgulho de ter feito parte, agradeço por ter me dado a oportunidade de iniciar esta jornada que, ao longo de quatro anos e meio, enriqueceu meu crescimento profissional, pessoal e acadêmico.

A minha família por compreender meus momentos de ausência e por sempre me proporcionar apoio, o que me permitiu continuar avançando. Desejo que minha dívida com vocês seja inesgotável.

Aos colegas da pós-graduação, pelo apoio constante.

A todos aqueles que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuirão para a realização deste trabalho.

É preciso ter esperança, mas esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo... (FREIRE, 1992, p.110-111).

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as condições de trabalho, saúde e seguridade social referidos dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ. E para tal, foi realizada uma pesquisa social de caráter descritivo e crítico, com a realização de entrevistas semiestruturadas. Os dados obtidos foram analisados por meio da Análise Temática e agrupados em categorias, destacando-se o acesso à saúde e riscos de adoecimento, as condições de trabalho, as trajetórias profissionais e a seguridade social dos vendedores ambulantes. A análise dos dados revelou que são predominantemente homens, com faixa etária acima dos 60 anos. A maioria possui baixa escolaridade, não tendo concluído o ensino médio. Em termos de situação conjugal, a maior parte está em união estável ou casada e tem filhos. Muitos deles desempenham um papel fundamental como arrimo de família, com renda familiar de 1 a 2 salários mínimos. Quanto à localização geográfica, a maioria reside na zona norte do Rio de Janeiro. Esses trabalhadores enfrentam condições precárias de trabalho, insegurança pública, dificuldades financeiras e dificuldades de acesso a serviços de saúde adequados. A falta de tempo para descanso, alimentação saudável e cuidados pessoais afetam negativamente sua saúde física e mental. Além disso, eles estão expostos a riscos à saúde, como falta de acesso a instalações sanitárias adequadas e violência social. As longas jornadas de trabalho muitas vezes ultrapassam 48 horas semanais e têm consequências para sua saúde e bem-estar, como fadiga, estresse, ansiedade, depressão e problemas de saúde relacionados ao trabalho excessivo. O ambiente de trabalho dos vendedores ambulantes é marcado por estigmatização, violências, conflitos e assédios. Observou-se que a transmissão de conhecimentos entre gerações e a construção de uma clientela fiel fortalecem a proteção dos trabalhadores e aprimoram seus produtos e serviços. O respeito mútuo e a cooperação entre os vendedores criam um ambiente harmonioso, apoiando-se mutuamente e compartilhando experiências. A satisfação dos vendedores ambulantes vai além do aspecto financeiro, envolvendo liberdade criativa, flexibilidade de horários e a realização pessoal e profissional. É necessário adotar medidas que levem em consideração as necessidades e desafios específicos dos vendedores ambulantes, visando garantir sua proteção social, acesso a benefícios e condições de trabalho dignas. Isso requer ações conjuntas entre governos, sociedade civil e os próprios trabalhadores, para promover uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para todos.

Palavras-chave: condições de saúde; condições de trabalho; previdência social; saúde do trabalhador; vendedores ambulantes.

ABSTRACT

This study aims to analyze the working conditions, health, and social security of street vendors along the railway route in RMRJ. To do so, a descriptive and critical social research was conducted, involving semi-structured interviews. The data obtained were analyzed through Thematic Analysis and grouped into categories, with a focus on access to healthcare and health risks, working conditions, professional trajectories, and social security of street vendors. The data analysis revealed that they are predominantly men, with an age range above 60 years. The majority have low educational attainment, not having completed high school. In terms of marital status, most are in a stable union or married and have children. Many of them play a crucial role as family breadwinners, with a family income of 1 to 2 minimum wages. Regarding geographical location, the majority reside in the northern region of Rio de Janeiro. These workers face precarious working conditions, public insecurity, financial difficulties, and challenges in accessing adequate healthcare services. The lack of time for rest, healthy nutrition, and personal care negatively affect their physical and mental health. Furthermore, they are exposed to health risks, such as a lack of access to adequate sanitation facilities and social violence. The long working hours often exceed 48 hours per week and have consequences for their health and well-being, including fatigue, stress, anxiety, depression, and work-related health problems due to excessive workload. The working environment of street vendors is marked by stigmatization, violence, conflicts, and harassment. It was observed that the transfer of knowledge between generations and the building of a loyal clientele strengthen the protection of workers and enhance their products and services. Mutual respect and cooperation among vendors create a harmonious environment, supporting each other and sharing experiences. The satisfaction of street vendors goes beyond the financial aspect, involving creative freedom, flexible schedules, and personal and professional fulfillment. Measures need to be adopted that take into account the specific needs and challenges of street vendors, aiming to ensure their social protection, access to benefits, and dignified working conditions. This requires joint actions among governments, civil society, and the workers themselves to promote a fairer, more equitable, and inclusive society for all.

Keywords: health conditions; working conditions; social security; occupational health; street vendors.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Todo Trem da SuperVia Tem um Pouco de Navio Negroiro.....	21
Figura 2	Fluxograma dos estudos incluídos nesta revisão das Condições de saúde, trabalho e seguridade social dos Vendedores Ambulantes da Via Ferroviária da RMRJ.....	25
Figura 3	Mapa da divisão da RMRJ, 2020.....	26
Fotografia 1	Ambulantes vão 'sumir' dos trens do Rio.....	61
Quadro 1	As 6 fases da Análise Temática de dados de Braun e Clarke (2006).....	64
Fotografia 2	Precariedade: a barbárie assume seu protagonismo.....	66
Quadro 2	Conjunto de códigos iniciais do estudo das condições de saúde, trabalho e seguridade social dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ (Rio de Janeiro, RJ, 2023).....	71
Quadro 3	Códigos iniciais, temas potenciais e temas definitivos do estudo das condições de saúde dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ (Rio de Janeiro, RJ, 2023).....	72
Quadro 4	Códigos iniciais, temas potenciais e temas definitivos do estudo das condições de trabalho dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ (Rio de Janeiro, RJ, 2023).....	73
Quadro 5	Códigos iniciais, temas potenciais e temas definitivos do estudo das Trajetórias de trabalho dos vendedores ambulantes dos trens da RMRJ (Rio de Janeiro, RJ, 2023).....	75
Quadro 6	Códigos iniciais, temas potenciais e temas definitivos do estudo das condições de seguridade social dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ (Rio de Janeiro, RJ, 2023).....	76
Fotografia 3	Ambulantes não podem vender nos trens da SuperVia.....	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estratégia de busca de literatura bases de dados para Condições de saúde, trabalho e seguridade social dos Vendedores Ambulantes da Via Ferroviária da RMRJ.....	23
Tabela 2	Medidas descritiva das variáveis sociodemográficas dos vendedores ambulantes. Rio de Janeiro, RJ, Brasil (2023), (n=12).....	68
Tabela 3	Medidas descritiva das variáveis de saúde e estilo de vida dos vendedores ambulantes participantes desse estudo. Rio de Janeiro, RJ, Brasil (2023), (n=12).....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS	Atenção Primária à Saúde
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Periódicos Capes
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CEREST	Centros de Referência em Saúde do Trabalhador
CLACSO	<i>Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe</i>
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONEP	Comissão nacional de Ética em Pesquisa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CUCA	Cadastro Único do Comércio Ambulante
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
ESF	Estratégia Saúde da Família
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MTSD	Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos
MUCA	Movimento Unidos dos Camelôs MUCA
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAIR	Perda Auditiva Induzida por Ruído
PBF	Programa Bolsa Família
PDUJ	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado
PET-Saúde	Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNSTT	Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
RENAST	Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SIH/SUS	Sistema de Informação Hospitalar do SUS
SIM/MS	Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
VENRIO	Sindicato dos Empregados Vendedores, Viajantes e Pracistas do Comércio no Estado do Rio de Janeiro
VISAT	Vigilância em Saúde do trabalhador

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	AS INTERCONEXÕES DO TRABALHO E SAÚDE DE VENDEDORES AMBULANTES	22
2.1	O CONTEXTO DA VIA FERROVIÁRIA DA RMRJ E OS VENDEDORES AMBULANTES	26
2.2	SAÚDE, TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL DOS VENDEDORES AMBULANTES.....	31
2.2.1	Condições de saúde	31
2.2.2	O Trabalho e os Vendedores ambulantes	38
2.2.3	Seguridade social	44
2.3	SITUAÇÕES DE RISCOS À SAÚDE.....	53
2.4	AS RELAÇÕES DE PODER NO TRABALHO DOS VENDEDORES AMBULANTES.....	56
2.4.1	Relação de emprego como relação de poder	58
2.4.2	A supremacia do trabalhador formal sobre o trabalhador informal	59
3	PERCURSO METODOLÓGICO	62
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	67
4.1	PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO PESQUISADA.....	67
4.2	CONJUNTO DE CÓDIGOS INICIAIS, TEMAS POTENCIAIS E TEMAS DEFINITIVOS.....	70
4.3	A INFORMALIDADE COMO FATOR DE RISCO À SAÚDE DOS TRABALHADORES DA VIA FERROVIÁRIA DA RMRJ.....	78
4.3.1	Acesso à Saúde e riscos de adoecimento, acidentes e lesões: quando as condições de saúde dos vendedores ambulantes dos trens da RMRJ não são favoráveis	79
4.3.2	Condições de trabalho: Aspectos relacionados ao processo de trabalho dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ	102
4.3.3	Trajetórias profissionais, Sonhos, Projetos e Sentidos do trabalho que orientam as trajetórias de trabalho dos vendedores ambulantes dos trens da RMRJ	127
4.3.4	Condições de Seguridade Social dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ	136
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
	REFERÊNCIAS	158
	ANEXO 1 - Roteiro de Entrevista	175
	ANEXO 2 – RCLE	176

APRESENTAÇÃO

Venho de uma família da classe trabalhadora do interior do estado do Espírito Santo e cursei os ensinos fundamental e médio em escolas públicas. Ao ingressar na faculdade de Medicina passei a utilizar o transporte ferroviário, pois era uma opção mais acessível para o deslocamento entre Nilópolis e Rio de Janeiro. Foi nesse ambiente que comecei a observar os processos de trabalho dos vendedores ambulantes, já que nos vagões dos trens podemos encontrar pessoas de diferentes condições sociais, gênero, raça e religiões. Durante esses trajetos, fui acumulando experiências de vida e trabalho, ao mesmo tempo em que meu interesse de pesquisa se voltava cada vez mais para as questões do trabalho precário e das desigualdades sociais e econômicas.

A discussão principal que me levou a candidatar-me a uma vaga no Doutorado em Saúde Pública surgiu da minha experiência na iniciação científica da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), bem como do meu período como aluno no Mestrado Acadêmico em Saúde Pública (2014-2016). Naquela época, eu ainda tinha ideias vagas sobre o que queria estudar. Durante o trajeto de casa até a faculdade, era constantemente abordado por diversos vendedores ambulantes, oferecendo uma variedade de produtos. Convivendo diariamente com essa realidade, comecei a observar, ao longo dos anos, as condições de trabalho, saúde e estilo de vida desses trabalhadores, e isso passou a me incomodar.

Durante a graduação, participei do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde) e pude perceber um aumento constante da procura por consultas pelos trabalhadores informais na Atenção Primária à Saúde (APS), com uma variedade de queixas e problemas de saúde. Conhecendo um pouco a percepção dessas pessoas sobre as suas condições de saúde e trabalho, despertou ainda mais meu interesse em estudar essa categoria de trabalhadores.

Em 2019 concluí a residência médica em Medicina de Família e Comunidade. Como médico de família e comunidade, eu atuo em um campo especializado da medicina que se concentra no cuidado abrangente e integrado de indivíduos, famílias e comunidades. Meu papel é fornecer assistência médica preventiva, curativa e de promoção da saúde, com ênfase na prevenção de doenças, no gerenciamento de condições crônicas, no apoio ao bem-estar geral e na promoção de estilos de vida saudáveis.

Como médico de família e comunidade, estou envolvido na prestação de cuidados primários de saúde, realizando consultas regulares, exames físicos, diagnósticos, prescrições de medicamentos, pequenos procedimentos e encaminhamentos para especialistas quando

necessário. Além disso, como médico de uma equipe interdisciplinar, participo de ações educativas, promovendo o diálogo com pacientes e fornecendo informações sobre saúde, prevenção de doenças e opções de tratamento. Acredito no aprimoramento pedagógico e coletivo do trabalho em saúde.

Portanto, minha atuação se estende além do consultório, envolvendo a participação ativa na comunidade, por meio de programas de saúde pública, campanhas de conscientização, palestras educativas e trabalho em equipe com outros profissionais de saúde. Meu objetivo é promover a saúde e o bem-estar da população em geral, identificando fatores de risco, implementando intervenções preventivas e ajudando a melhorar a qualidade de vida das pessoas sob meus cuidados.

A especialidade de medicina de família e comunidade valoriza a abordagem holística e integral do paciente, levando em consideração não apenas aspectos físicos, mas também emocionais, sociais e culturais que influenciam a saúde. Por meio de uma relação de confiança e continuidade com os pacientes, eu busco compreender suas necessidades e oferecer um cuidado personalizado e centrado em cada pessoa, mas com vistas à saúde do coletivo.

Minha experiência como médico de família e comunidade certamente enriqueceu minha perspectiva e capacidade de pesquisa nas áreas de trabalhos precários, desigualdades sociais, condições de trabalho, saúde e seguridade social dos vendedores ambulantes. Minha vivência no campo da saúde pública e meu envolvimento direto com os pacientes forneceram uma base sólida para investigar e compreender os desafios enfrentados por essa categoria de trabalhadores e desenvolver recomendações de políticas sociais adequadas para melhorar suas condições de vida e trabalho.

Em 2022 ingressei no Programa Médicos pelo Brasil da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS) e me deparei com um grande desafio pela frente, de conciliar trabalho com o curso de doutorado devido a extensa e cansativa carga horária semanal de 60 horas de dedicação, sendo 40 horas de trabalho como médico e 20 horas de curso de formação. Infelizmente a ADAPS ainda não possui política de formação para cursos *Stricto sensu* para seus funcionários e não permitiu redução de carga horária ou afastamento para dedicação ao curso de doutorado, sendo necessário realizar um esforço hercúleo para conciliação das atividades, mas, sem dúvida, dignificante e compensador do ponto de vista humano e social.

1 INTRODUÇÃO

Em termos estruturais, é possível afirmar que vendedores ambulantes, bem como o trabalho informal em geral, enfrentam um cenário político e social de extrema adversidade, tendencialmente crescente em todo o mundo. Lembremos que o conceito de "setor informal" foi criado no final dos anos 60 e pode ser definido com base na legalidade das atividades econômicas e na classificação do empreendimento como capitalista ou não capitalista (BELTRÃO, 2009). O trabalho informal é caracterizado pela precariedade das ocupações e engloba um conjunto de atividades produtivas realizadas à margem das leis trabalhistas e outras regulamentações (POCHMANN *et al.*, 2000). Nesse setor, encontramos trabalhadores autônomos e sem registro formal, sendo a maioria deles sem contribuição para a previdência social.

Com a persistência da recessão econômica, a ascensão da direita em muitos países e o aumento do fluxo de imigrantes, as tendências de exclusão desse grupo de trabalhadores se intensificaram de forma perturbadora e muitas vezes bastante brutal em ação e resultado. Esse quadro global da situação dos vendedores ambulantes é bastante desanimador, sendo necessária mais vontade política e ações coletivas para cumprir os compromissos acordados globalmente contidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na Nova Agenda Urbana (UN-HABITAT, 2020).

As primeiras estimativas globais da extensão do emprego informal, publicadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), mostram que 61% de todos os trabalhadores estão no trabalho informal. Os países emergentes e em desenvolvimento têm a maior proporção de empregos informais em comparação com os países desenvolvidos. São 2 bilhões de trabalhadores em todo o mundo, e as estimativas mostram uma ligação clara entre o baixo PIB e os altos níveis de empregos informais nos países (Organização Internacional do Trabalho, 2018).

A África, continente onde a maioria dos países vem enfrentando uma crise econômica há várias décadas, possui a maior população de trabalhadores em empregos informais do mundo, sendo 89% dos trabalhadores da África Subsaariana (excluindo a África Austral), 89% dos trabalhadores da África Subsaariana como um todo e 68% do norte da África. No entanto, perseguições aos vendedores ambulantes continuam ocorrendo por conveniência política com a finalidade de "embelezar" as cidades, combater doenças e punir (WIEGO, 2020).

No Zimbábue, Zâmbia e Uganda, os vendedores ambulantes e moradores das comunidades estão sujeitos ao assédio constante da polícia, mesmo com a população contando com esses trabalhadores para suprir suas necessidades. Na Nigéria, a compra de mercadorias de vendedores ambulantes é criminalizada por meio de legislação repressiva. Foram observados apenas dois casos raros de gestão cooperativa de vendedores ambulantes, na Libéria, como parte de um esforço para garantir uma relação de trabalho tranquila entre pequenos comerciantes, e no Quênia, com o projeto de lei de proteção à subsistência e regulamentação do comércio ambulante, prometendo licenciar vendedores ambulantes, fornecendo direitos de subsistência e seguridade social, e protegendo-os do assédio policial (WIEGO, 2020).

Na Ásia, a população de trabalhadores informais é de 77% no Leste e Sudeste Asiático, 68% no Oriente Médio e 37% na Ásia Central. A Índia vem lutando para implementar uma legislação progressista sobre vendas ambulantes, que vem sendo amplamente citada como um bom modelo, mas preocupações vêm sendo levantadas sobre o ritmo e a natureza da implementação. Em Delhi, a capital da Índia, uma força-tarefa especial criada para lidar com vendedores ambulantes tem banido regularmente vendedores em toda a cidade. Em Bangkok, capital da Tailândia, as autoridades vêm despejando muitos vendedores ambulantes do comércio informal, sob o lema "devolver a calçada aos pedestres" (WIEGO, 2020).

Na Europa Oriental, 37% dos trabalhadores estão no trabalho informal e são predominantemente imigrantes da África que arriscaram suas vidas para chegar à Europa. Eles enfrentam dificuldades para conseguir emprego, mesmo com documentos oficiais, e muitos não têm escolha a não ser o comércio informal. Na Itália, o ministro do Interior italiano introduziu multas para compradores e vendedores ambulantes que comercializarem produtos de design falsificados. Na Espanha, os vendedores ambulantes trabalham em um ambiente hostil, sujeitos a confiscos, multas e até prisão, devido à reforma da legislação de segurança pública que criminalizou o comércio informal (WIEGO, 2020).

Na América do Norte, 18,1% estão no trabalho informal, e os confiscos geralmente são enquadrados como medidas antifalsificação, com agências de proteção de marcas apoiando ações discriminatórias. A maioria dos vendedores ambulantes teme a polícia de imigração e enfrenta circunstâncias particularmente precárias devido aos limites do número de licenças. Em 2018, os vendedores ambulantes foram legalizados em Los Angeles, com a remoção das penalidades criminais, para ajudar a proteger imigrantes vulneráveis, por contribuírem para a economia local (WIEGO, 2020). Conforme o estudo de Caceres (2019), a legalização trouxe uma legitimidade muito necessária para os negócios, permitiu que os vendedores ambulantes tivessem mais orgulho do trabalho que fazem, deu a muitos vendedores ambulantes a

tranquilidade de saber que a cidade e a polícia não estão mais contra eles, além da esperança de um futuro mais próspero.

Na América Latina e Caribe, 54% do total de empregos são informais. Devido ao aumento dos níveis de desemprego em grande parte da América Latina, as tensões são exacerbadas, e as autoridades geralmente respondem com policiamento severo. Na Venezuela, o aprofundamento da crise levou ao deslocamento em massa de pessoas para outras regiões, com estimativas de imigração de 1,6 milhão a 4 milhões de pessoas, sendo considerado o movimento migratório mais rápido através das fronteiras na história da América Latina. Em Bogotá, na Colômbia, em 2018, foram despejados mais de 2.000 vendedores ambulantes. Na Argentina, vendedores de longa data da feira de San Telmo, um mercado de artesanato icônico no centro de Buenos Aires, protestaram contra os despejos planejados (WIEGO, 2020). Em todas essas expulsões, a necessidade de restaurar a "ordem" é um refrão constante.

Os estudos sobre a informalidade têm sido tema central na América do Sul e no Caribe, por corresponderem a uma parcela significativa das relações econômicas desses países, seja no mercado de produtos ou no mercado de trabalho, pois ela permanece bastante elevada nos últimos anos, principalmente nas regiões metropolitanas. No Brasil, estima-se que 12,9 milhões de pessoas estejam desempregadas, e um relatório estima que a crise econômica levou outras 200.000 pessoas a trabalharem como vendedores ambulantes. A abordagem do Brasil tem sido de despejar os vendedores ambulantes, permitindo que alguns deles trabalhem em "shoppings populares". Em 2018, a Prefeitura de São Paulo lançou uma operação para "retomar" o espaço público da cidade, com o objetivo de despejar os ambulantes. Em Belo Horizonte, 1.200 vendedores ambulantes foram transferidos para outras áreas, gerando reduções significativas nas vendas e descumprimento de acordos (BOUVIER; VANEK; ROUBAUD, 2022).

A informalidade tornou-se uma potencialidade no mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro e vem aumentando nos últimos anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020). Na via ferroviária da RMRJ, cruzam-se diversos circuitos de produção, mercadorias e dinheiro, desde pequenos produtores "de fundo de quintal" até grandes fabricantes nacionais e internacionais. Uma gama variada de produtos de procedências diversas depende dos vendedores ambulantes para sua distribuição comercial. As milhares de pessoas que movimentam esses espaços e a diversidade de mercadorias ofertadas a baixos preços são características de uma dinâmica econômica vigorosa na RMRJ (PERALVA; TELLES, 2015).

Trabalhar no comércio informal como vendedor ambulante da via ferroviária da RMRJ não é uma ocupação fácil; é um trabalho duro. Os vendedores ambulantes precisam acordar de madrugada para viajar de suas casas aos locais onde adquirem suas mercadorias, como os

depósitos e atacadistas, quando estes abrem as portas. Depois, precisam organizar e preparar suas mercadorias nas embalagens e bolsas que vão transportar nas costas por um longo período do dia, e alguns até durante a noite, até que tenham vendido toda a mercadoria ou parte dela, ou seja, tenham obtido uma renda suficiente para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

Vale registrar que os vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ receberam o título de Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Rio de Janeiro, por meio da lei nº 9.170/2021, que foi sancionada pelo governador em exercício e publicada no Diário Oficial do Estado. No entanto, continuam sem poder comercializar legalmente nos vagões administrados pela concessionária SuperVia e seguem sem ter a atividade regularizada, pois a venda de mercadorias por vendedores ambulantes na via ferroviária da RMRJ continua sendo ilegal, trazendo diversos transtornos a essa categoria de trabalhadores.

Ao longo dos anos, diversas têm sido as tentativas de criminalizar o comércio informal na via ferroviária da RMRJ. Em 2017, por exemplo, a Secretaria de Transportes, por meio da portaria nº 1.264/2017, autorizou o recolhimento de mercadorias vendidas por ambulantes nos vagões dos trens, permitindo que agentes de segurança das concessionárias recolhessem as mercadorias e as entregassem à Guarda Municipal ou à Polícia Militar, com a justificativa de coibir o comércio irregular de ambulantes e preservar a segurança dos passageiros. As apreensões, conforme a portaria, devem ser feitas com a emissão de um termo de retenção, com cópias a serem entregues ao vendedor ambulante considerado infrator, ao destinatário final do material apreendido e à concessionária SuperVia. Entretanto, confiscar a mercadoria desses trabalhadores sem criar alternativas retira deles a oportunidade de garantir o seu sustento e o de suas famílias.

Conforme estudos de Jordão (2014; 2019; 2022), Jordão e Stampa (2016), os vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ possuem restrição de tempo para se organizarem e travarem uma luta pela legalização de suas ocupações, pois trata-se de pessoas extremamente vulneráveis que enfrentam diariamente desafios para adquirir os recursos necessários para assegurar a própria sobrevivência e a de suas famílias. Portanto, ainda existem muitas perguntas que precisam ser respondidas sobre as condições de trabalho, saúde, seguridade social, legalização, entre outras. Sem essas respostas, fica difícil determinar qual será o resultado de políticas públicas e de uma futura legalização sobre a vida dos vendedores ambulantes.

Minha tese se esforça para entender como as condições de trabalho, saúde e seguridade social dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ constituem condicionantes da

saúde e estão relacionadas com as situações de maiores riscos à saúde nessa categoria de trabalhadores. Para isso, minhas questões norteadoras de pesquisa são:

Quais são as condições de trabalho, saúde e seguridade social dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ?

Quais os fatores que compõem a saúde e o ambiente de trabalho desse grupo de trabalhadores?

Essas questões de pesquisa são especialmente importantes para entender as condições de trabalho, saúde e seguridade social dos vendedores ambulantes da via ferroviária da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), devido à ilegalidade e precariedade do trabalho, que têm claras implicações na saúde e podem representar uma forma mais difícil de viver. Ao explorar essas questões e dar voz aos vendedores ambulantes, podemos elaborar, sugerir e recomendar a criação de políticas para as várias partes interessadas, a fim de impulsionar mudanças relacionadas ao trabalho e à saúde desse grupo de trabalhadores, em perspectiva coletiva.

Este estudo justifica-se por sua relevância social, histórica e acadêmica. Verificou-se que há poucos estudos que tratam das condições de trabalho, saúde e seguridade social relacionadas aos vendedores ambulantes nas principais bases de dados nacionais e internacionais, devido às poucas pesquisas relacionadas às doenças negligenciadas e populações vulneráveis. Portanto, torna-se necessário conhecer a saúde e o ambiente de trabalho desse grupo de trabalhadores, com a finalidade de produzir conhecimento, mudanças e a emancipação desses trabalhadores, pois a precarização do trabalho alastra-se pelos diferentes segmentos produtivos e de serviços.

Conforme Jordão (2014; 2019; 2022), Jordão e Stampa (2016), trabalhar como vendedor ambulante nas vias ferroviárias envolve transportar alguma carga e mover-se, algumas vezes, para destinos desconhecidos, com a possibilidade de ser derrubado e sofrer acidentes, dentro dos trens ou nos trilhos. O trabalhador pode exercer a atividade além de sua capacidade pessoal, e esse fato pode resultar em agravos à saúde e até mesmo na morte. Além disso, dependendo da mercadoria, pode estar exposto a bactérias ou vírus, com consequências para a saúde.

Os vendedores ambulantes podem ser expostos a diversos riscos, de natureza ocupacional e psicossocial, que incluem acidentes, incapacitações, abusos sexuais, violência, preconceito social e racial, trabalho forçado, perda de mercadorias, roubo, sequestro e até mesmo assassinatos e homicídios (COSTA, 2014). Esse grupo de trabalhadores também está exposto a vários outros fatores, como a exposição às intempéries, ao frio, às chuvas, ao calor, aos insetos, aos répteis e à fome.

Além disso, esses trabalhadores enfrentam riscos substanciais e vulnerabilidades devido à insegurança das condições de seu emprego. Esses trabalhadores podem ter maior insegurança no trabalho e estresse do que os trabalhadores que estão empregados formalmente, e eles têm pouco ou nenhum acesso aos cuidados de saúde para si e suas famílias, resultando em altas incidências e agravos de lesões, doenças, susceptibilidade a doenças crônicas e pobreza (JORDÃO, 2014; 2019; 2022; JORDÃO; STAMPA 2016). Com isso, conhecer o ponto de vista desses trabalhadores torna-se importante para a compreensão da forma como eles pensam e agem em relação às suas condições de saúde, pois enfrentam, no cotidiano de suas rotinas de trabalho, situações variadas e muitas vezes complexas.

No Brasil, temos uma precariedade dos dados relativos ao setor informal e a necessidade de apurar a real situação do país. Um esforço conjunto tem sido realizado por algumas universidades, institutos, órgãos de pesquisa e órgãos de informação em busca de dados sobre acidentes e doenças trabalhistas dos vendedores ambulantes do setor informal (BELTRÃO, 2010).

As principais fontes de informação encontradas nos estudos sobre acidentes de trabalho e doenças trabalhistas, que visam abranger o setor informal, são o Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) - Declaração de Óbito (DO), o Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH/SUS) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

O SINAN tem um papel crucial na coleta e registro de dados sobre notificações de acidentes e agravos relacionados ao trabalho, permitindo uma análise epidemiológica desses eventos. Trata-se de um sistema de informação democrático e inclusivo, pois abrange todos os trabalhadores, sejam eles formais ou informais, urbanos ou rurais. Isso é importante porque muitos trabalhadores informais ou em condições precárias podem estar sujeitos a riscos ocupacionais e problemas de saúde relacionados ao trabalho.

No entanto, o SINAN pode enfrentar desafios em relação à sua eficácia devido à falta de alimentação adequada de dados. Isso pode ocorrer devido a subnotificações, falta de conscientização sobre a importância do sistema, problemas na coleta de dados ou na integração com outras fontes de informação, entre outros fatores. Além dos sistemas de informação mencionados, as pesquisas domiciliares ajudam a ampliar a cobertura e a produção de conhecimento sobre as condições de saúde e segurança no setor informal do mercado de trabalho (BELTRÃO, 2010).

Conforme dados provenientes do relatório sobre as vulnerabilidades da saúde dos trabalhadores informais da Fundação Rockefeller (2013), os trabalhadores informais são mais

pobres e mais vulneráveis do que os trabalhadores formais, experimentando taxas mais elevadas de lesões no trabalho e doenças, devido às condições precárias e insalubres do trabalho, aliados aos cuidados de saúde inadequados.

Para Rios e Nery (2015):

As estatísticas oficiais sobre a saúde dos trabalhadores no Brasil são limitadas em virtude de grandes níveis de subnotificação de acidentes de trabalho fatais e não fatais, bem como das doenças relacionadas ao trabalho, particularmente para os trabalhadores informais.

Nesse sentido, torna-se relevante conhecer as características dos trabalhadores ambulantes da via ferroviária da RMRJ, bem como os aspectos relacionados ao desenvolvimento do trabalho e a ocorrência de eventos e agravos dessa categoria de trabalhadores.

Existem poucos estudos voltados para as condições de saúde dos vendedores ambulantes dos trens. Conforme Barros *et al.* (2015), a discussão sobre condições de saúde e os modos de vida dos vendedores ambulantes culmina em um desafio, pois esses trabalhadores desempenham atividades variadas, em condições precárias de remuneração, de espaço e carga horária extensa de trabalho.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2014), as informações sobre as condições de saúde dos trabalhadores informais, principalmente aquelas relacionadas aos acidentes e doenças ocupacionais, são difíceis de analisar, pois a maioria dessas pessoas não é registrada, regulamentada ou protegida por legislação; elas ainda têm dificuldade em acessar aconselhamentos e informações sobre saúde e segurança no trabalho e, tampouco, possuem os meios técnicos e recursos necessários para a adoção de medidas preventivas.

Ao conhecer as condições de trabalho, saúde e seguridade social dos vendedores ambulantes, seus negócios e sua integração na economia informal da RMRJ, podemos explorar se o Estado está cumprindo o dever de garantir a saúde como um direito de todos, por meio da criação de políticas sociais e econômicas para a redução do risco de doenças e outros agravos a essa categoria de trabalhadores, além da garantia de acesso universal e igualitário aos cuidados de saúde, sua promoção, proteção e recuperação. Além disso, é imperativo incluir as próprias organizações desses trabalhadores na elaboração de políticas específicas para a categoria.

Existe uma escassez de informações no sistema de saúde brasileiro sobre as condições de saúde, trabalho e seguridade social dos trabalhadores ambulantes, portanto, torna-se importante a realização de pesquisas para identificar e documentar os desafios de saúde enfrentados por esses trabalhadores na via ferroviária da RMRJ. Sendo assim, conhecer suas

condições de trabalho, saúde e seguridade social é relevante para compreendermos como eles estão e como podem ser inseridos nos cuidados com a saúde, programas e projetos sociais.

Para fins de sistematização, essa pesquisa será apresentada em formato de capítulos. No primeiro capítulo uma introdução à temática da tese, a definição dos objetivos e a justificativa. No segundo capítulo a fundamentação teórica do objeto desse estudo. No terceiro capítulo o percurso metodológico, com o caminho que percorremos, a opção de métodos e técnicas, os procedimentos de captura de informação e os instrumentos do tratamento dos dados. No quarto capítulo os resultados e discussão. E por fim, no quinto capítulo as considerações finais.

Figura 1 - Todo Trem da SuperVia Tem um Pouco de Navio Negroiro



Fonte: LEON (2021).

Em algum momento, os trens que ligavam essas cidades passaram a ser chamados de trens de subúrbio e seus passageiros passaram a ser as massas de trabalhadores deslocando-se diariamente de casa para o trabalho e vice-versa em viagens cada vez mais distantes e mais demoradas (IGNARRA, 2001, pág 27).

2 - AS INTERCONEXÕES DO TRABALHO E SAÚDE DE VENDEDORES AMBULANTES

“A força de trabalho informal urbana, especialmente os trabalhadores pobres, precisa ser reconhecida, valorizada e apoiada como agentes econômicos que contribuem para a economia e para a sociedade.”
(Marty Chen, Conselheiro Sênior, Rede WIEGO)

Para a construção da fundamentação teórica desse estudo, a saber, as condições de trabalho, saúde e seguridade social dos vendedores ambulantes do via ferroviária da RMRJ, adotamos autores do materialismo histórico e autores que analisam a saúde de coletividades de trabalhadores como processo social, sob o enfoque crítico das relações saúde-trabalho no campo da Saúde do Trabalhador.

No tocante ao levantamento da literatura sobre o tema, utilizamos a revisão narrativa que é uma importante ferramenta para síntese e análise do conhecimento científico. Com isso, esse estudo teve como fonte de informação a pesquisa realizada nas seguintes bases de dados: BVS - Biblioteca Virtual em Saúde, BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Periódicos Capes, BMC - *Biomed Central*, *Science Direct*, CLACSO - *Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe*, Google Acadêmico, *Microsoft Academic Search* e Literatura Cinzenta. A busca foi inicializada em março de 2019 e foi concluída em outubro de 2022.

Os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Palavras-chave foram sistematicamente utilizados na estratégia de pesquisa (Tabela 1): (I) Em português: Condições de Trabalho, Doenças Profissionais, Trabalho-Vida, Estresse Ocupacional, Mercado de Trabalho, Mulheres Trabalhadoras, Problemas Sociais, Riscos Ocupacionais, Satisfação no Emprego, Saúde do Trabalhador, Transtornos Traumáticos Cumulativos, Violência no Trabalho; Nível de Saúde, Múltiplas Afecções Crônicas, Disparidades nos Níveis de Saúde, Saúde das Minorias Étnicas; Previdência Social; Alimentos de Rua; Ferrovias; Setor Informal, Trens urbanos, Vendedores ambulantes, Informalidade. (II) Em inglês: Working Conditions, Occupational Diseases, Work-Life Balance, Occupational Stress, Job Market, Women, Working, Social Problems, Occupational Risks, Job Satisfaction, Occupational Health, Cumulative Trauma Disorders, Workplace Violence; Health Status, Multiple Chronic Conditions, Health Status Disparities, Health of Ethnic Minorities; Social Security; Street Food, Products Commerce, Commerce, Products of Consumer Direct Sale; Railroads; Informal Sector; Urban trains, Train hawkers, Informality, Hawkers. (III) Em espanhol: Condiciones de Trabajo, Enfermedades Profesionales, Equilibrio entre Vida Personal y Laboral, Estrés Laboral,

Mercado de Trabajo, Mujeres Trabajadoras, Problemas Sociales, Riesgos Laborales, Satisfacción en el Trabajo, Salud Laboral, Trastornos de Traumas Acumulados, Violência Laboral; Estado de Salud, Afecciones Crônicas Múltiplas, Disparidades en el Estado de Salud, de las Minorías Étnicas; Seguridad Social; Alimentos Vendidos en la Vía Pública, Comercialización de Productos, Comercio, Productos de Venta Directa al Consumidor; Vías Férreas; Sector Informal; Trenes urbanos, Vendedores ambulantes, Informalidad.

Tabela 1 - Estratégia de busca de literatura bases de dados para Condições de saúde, trabalho e seguridade social dos Vendedores Ambulantes da Via Ferroviária da RMRJ.

Número do(s) termo(s) de pesquisa	Termos de pesquisa
1	Condições de Trabalho
2	Doenças Profissionais OR Trabalho-Vida OR Estresse Ocupacional OR Mercado de Trabalho OR Mulheres Trabalhadoras OR Problemas Sociais OR Riscos Ocupacionais OR Risco Ocupacional OR Satisfação no Emprego OR Saúde do Trabalhador OR Transtornos Traumáticos Cumulativos OR Violência no Trabalho
3	Condições de Saúde
4	Nível de Saúde OR Múltiplas Afecções Crônicas OR Disparidades nos Níveis de Saúde OR Saúde das Minorias Étnicas
5	Previdência Social;
6	Alimentos de Rua (que inclui Comercialização de Produtos, Comércio e Produtos de Venda Direta ao Consumidor) OR Setor Informal OR Vendedores ambulantes OR Informalidade
7	Ferrovias (que inclui Ferrovia, Metropolitano, Transporte Ferroviário, Trem, Trem Metropolitano, Trens) OR Trens urbanos
8	<i>1 OR 3 AND 5 OR 6 AND 7</i>
9	<i>2 OR 4 AND 5 OR 6 AND 7</i>
8	<i>1 OR 3 AND 5 AND 6 AND 7</i>
9	<i>2 OR 4 AND 5 AND 6 AND 7</i>

Elaboração: Alcione Basílio de Abreu (2022)

Como estratégia de pesquisa, foram incluídos os estudos que preencheram os seguintes critérios: (I) Estudo original de texto completo, livros, dissertações, teses e anais de congressos; (II) estudos redigidos em português, inglês e espanhol disponíveis em acesso aberto ou na íntegra por meio de acesso institucional; (III) estudos empíricos de métodos qualitativos, quantitativos e mistos, revisados por pares; (IV) estudos que investigaram as condições de

saúde, trabalho e seguridade social de trabalhadores informais. Nenhum intervalo de datas foi aplicado.

Os estudos com menos de dois termos-chave de pesquisa no título ou resumo não foram incluídos nesta revisão. Além disso, estudos que usaram outros grupos de trabalhadores foram excluídos, por não apresentarem particularidades que ocorrem com vendedores informais das vias ferroviárias. Estudos duplicados e estudos que não atendiam aos critérios de inclusão acima também foram excluídos. Após a busca na literatura, as referências identificadas foram exportadas para o software bibliográfico *Zotero Standalone* e as duplicatas foram removidas.

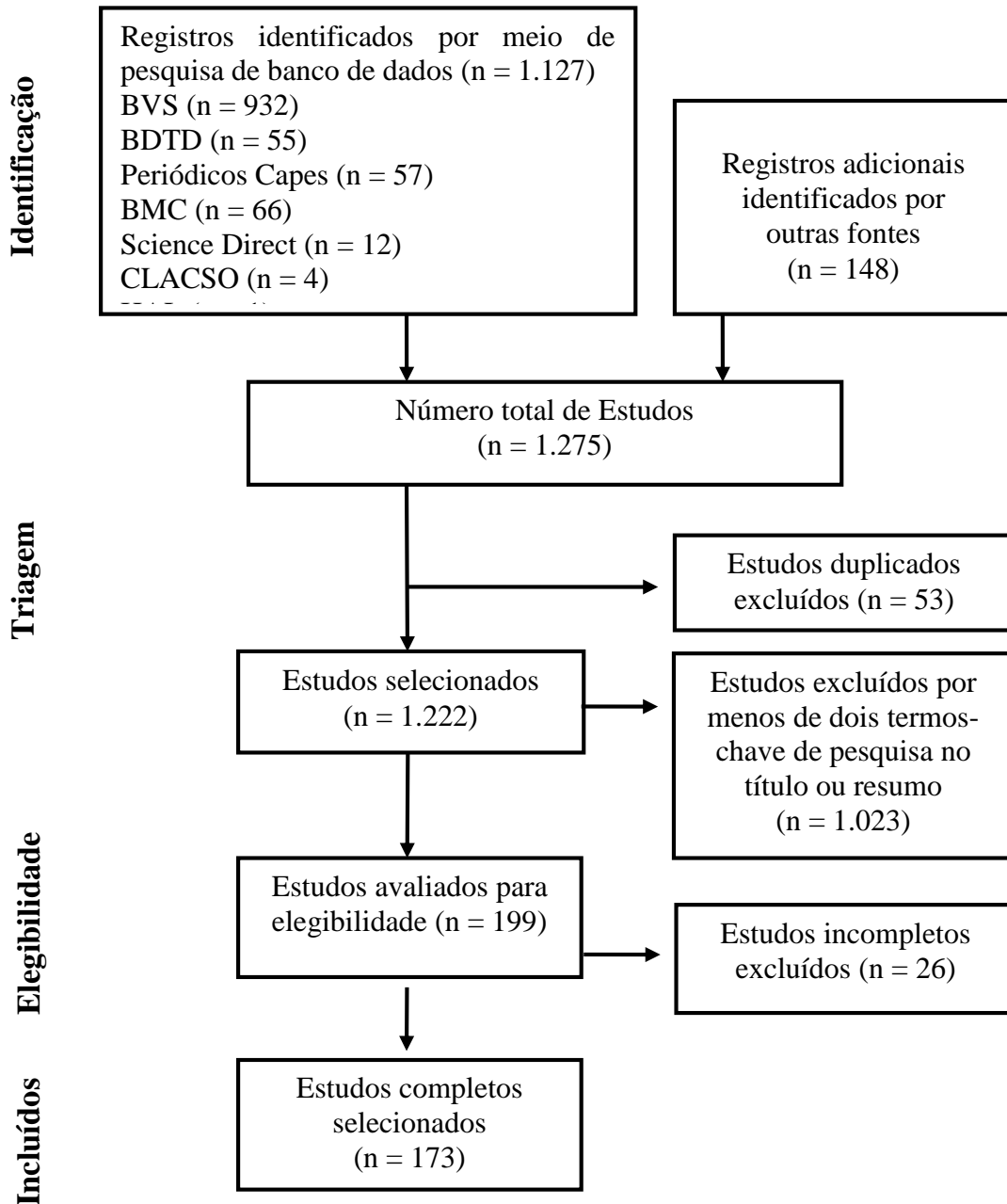
A busca eletrônica rendeu um total de 1275 estudos, sendo da BVS (n = 932), BDTD (n = 55), Periódicos Capes (n = 57), BMC (n = 66), Science Direct (n = 12), CLACSO (n = 4), HAL (n = 1) e 148 estudos adicionais do site da Google Acadêmico e Microsoft Academic Search. Após a remoção de 53 duplicados, 1.222 estudos permaneceram para triagem. A triagem com base no título e resumo resultou na exclusão de 1.023 artigos. Também foram excluídos 26 estudos de texto incompleto. Por fim, 173 estudos foram selecionados (Figura 2).

Por meio da seleção dos estudos, foi possível verificar que a produção nacional sobre o tema é escassa, com poucos trabalhos diretamente relacionados. As principais publicações são de países da América do Norte, Europa e Ásia. Através de uma leitura flutuante dos títulos e resumos dos estudos foi possível selecionar 173 artigos com temática que esta aproximada do objeto dessa pesquisa e que possibilitou o desenvolvimento do referencial teórico, já que possui pouco conhecimento científico prévio relacionado ao tema, tendo como experiência apenas o conhecimento formado através da observação, por ser um expectador há alguns anos do objeto dessa pesquisa.

Para fins de sistematização a fundamentação teórica será organizada em quatro eixos temáticos:

- O contexto da via ferroviária de passageiros da RMRJ e os vendedores ambulantes;
- Saúde, trabalho e seguridade social dos vendedores ambulantes;
- Situações de riscos à saúde;
- As Relações de poder no trabalho dos vendedores ambulantes.

Figura 2 - Fluxograma dos estudos incluídos nesta revisão das Condições de saúde, trabalho e seguridade social dos Vendedores Ambulantes da Via Ferroviária da RMRJ.



Fonte: Elaboração própria, baseado em Shamseer *et al.*, (2015).

2.1 O CONTEXTO DA VIA FERROVIÁRIA DA RMRJ E OS VENDEDORES AMBULANTES

A RMRJ é formada por 22 municípios (Figura 3) de acordo com a Lei Complementar nº 184, de 27 de dezembro de 2018: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Itaguaí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu.

Conhecida como Grande Rio, tem a segunda maior concentração demográfica e econômica do Brasil, e a economia informal nessa região é significativamente grande, incorporando vários tipos de ocupações e uma enorme população.

Figura 3 - Mapa da divisão da RMRJ, 2020.



Fonte: Laboratório Integrado de Geografia Física Aplicada, LIGA-UFRRJ. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoconomia/docannexe/image/16343/img-3.jpg>

Conforme Thendim, (2016), a RMRJ:

tem passado por importantes mudanças econômicas, demográficas e territoriais. Por um lado, apresenta importantes potencialidades e, por outro, gargalos que devem ser enfrentados para o aproveitamento das oportunidades do ponto de vista socioeconômico, territorial e ambiental.

Conforme o diagnóstico do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (RIO DE JANEIRO, 2020), a cidade do Rio de Janeiro em 2015 concentrava 70% dos empregos e 53% da população de toda a RMRJ. Devido à centralização dos empregos na cidade do Rio de Janeiro, os trabalhadores são compelidos a se deslocar diariamente de suas residências até seus locais de trabalho, o que amplia a demanda por infraestrutura de transporte público (CODATU, 2020).

Os deslocamentos de viagem do centro do Rio de Janeiro pelos trens têm uma duração média de 48 minutos (THEDIM, 2016). Conforme Machado (2015), a RMRJ:

tem o maior tempo médio de deslocamento de casa ao trabalho do país. Para muitos que não conseguem morar próximo ao local de trabalho, as privações em termos de locomoção afetam a participação no mercado de trabalho. O elevado tempo de deslocamento de casa ao trabalho gera custos à mobilidade dos trabalhadores de classes mais baixas, em termos de tempo e dinheiro, dificultando a alocação desses perfis dentro do mercado de trabalho formal. Desse modo, tem-se verificado no Grande Rio, por um lado, uma maior opção pelas formas de ocupação que não demandam grandes fluxos pendulares, como os trabalhadores por conta-própria e os postos informais.

Especialmente em grandes cidades como o Rio de Janeiro, os indivíduos enfrentam desafios ao retornarem para casa após o trabalho. Os custos das passagens são elevados, a oferta de transporte público não supre completamente a demanda, resultando em superlotação, especialmente durante os horários de pico. Como consequência, as pessoas levam mais tempo para chegar ao seu destino, além de sofrerem com o desgaste físico e emocional. Essa realidade também é compartilhada pelos ambulantes que atuam nas ferrovias, pois a maioria precisa gastar dinheiro com deslocamento até o local de trabalho e, uma vez lá, enfrentam diversos problemas (JORDÃO, 2014).

Em seu estudo Jordão (2014) analisa as transformações ocorridas na ferrovia da RMRJ e destaca os problemas enfrentados pelos trabalhadores ambulantes nesse espaço. O foco é a precariedade do trabalho desses indivíduos, que dependem da ferrovia para sua sobrevivência e de suas famílias. Conforme a pesquisadora, a precarização do trabalho é uma realidade evidente na vida desses trabalhadores, frequentemente iniciada desde a infância devido à realização de trabalhos precários também por parte de seus pais.

Jordão (2014) estabeleceu um diálogo com os ambulantes que desempenham suas atividades nos trens da SuperVia, com o objetivo de compreender suas experiências de trabalho,

suas percepções sobre a dinâmica laboral no ambiente ferroviário e suas expectativas para o futuro. Concluiu que os trabalhadores ambulantes enfrentam diversos problemas de saúde, desgastando as cordas vocais ao anunciar produtos, sofrendo danos na coluna devido ao peso carregado e correndo riscos no espaço ferroviário, como acidentes ao pular entre composições ou entrar apressadamente nos vagões. Além disso, lidam com relações conflituosas no ambiente de trabalho e não têm garantias devido à ausência de vínculo empregatício (JORDÃO, 2014).

Portanto, diante dos transtornos que o trânsito pode ocasionar, o meio de transporte mais adequado que aos trabalhadores dos municípios vizinhos ao Rio de Janeiro podem utilizar são os trens urbanos. A rede de trens metropolitanos atual é formada por antigas linhas ferroviárias existentes desde a época do Império que passaram por readequação ao longo do tempo. É composta por 8 ramais ou linhas, possuindo um total de 270 km de extensão e 102 estações (CODATU, 2020). O percurso atravessa o Rio de Janeiro e mais onze municípios (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Mesquita, Queimados, São João de Meriti, Belford Roxo, Japeri, Magé, Paracambi e Guapimirim) (AGETRANSP, 2020).

Desde 1998, a SuperVia regula os trens de transporte de passageiros da RMRJ e possui mais de dois mil funcionários trabalhando diariamente (AGETRANSP, 2020). Em novembro de 2010, a Odebrecht TransPort sucedeu o comando acionário da SuperVia e em maio de 2019 passou para a GUMI - Guarana Urban Mobility Incorporated (AGETRANSP, 2020). Os trens da concessionária transportam, em média 620 mil passageiros por dia útil, com um recorde de passageiros transportados em 17/08/2016 de 735 mil (AGETRANSP, 2020). Em 2018 foram transportados 163 milhões de passageiros (AGETRANSP, 2020).

Os trens urbanos da RMRJ são tão densamente superlotados que a SuperVia fornece vagões separados por gênero em cada trem. Esses espaços, conhecidos como compartimento feminino, representam não apenas um espaço crítico de mobilidade para mulheres, mas também um espaço onde essas mulheres redefiniram de forma silenciosa e cooperativa a infraestrutura pública para atender necessidades cotidianas em uma cidade que não foi projetada para elas (DEAN, 2017).

O compartimento feminino não só oferece segurança às mulheres para o deslocamento, mas também atua como uma extensão da esfera doméstica onde as mulheres podem trabalhar e se socializar de uma forma que não é permitida em outros espaços públicos da cidade (DEAN, 2017). Tanto os usuários dos trens da RMRJ quanto os vendedores ambulantes, sofrem com a falta de segurança e de infraestrutura. Talvez os vendedores ambulantes até mais, pois trespassam mais tempo trabalhando na ferrovia e, portanto, estão mais expostos a lidar com os problemas que surgem no dia a dia da ferrovia (JORDÃO, 2014).

Conforme Santos (2019, p. 1156),

dentro dos vagões dos trens, o comércio informal não é a única atividade econômica atrelada ou às margens do modal de transporte ferroviário na Central do Brasil; Atualmente, ocorre essa dinâmica dentro e fora dos vagões dos trens da Supervia, e é por meio da movimentação pendular dos labutadores em geral, que se torna propício aos trabalhadores por conta própria conquistar suas formas de subsistência (SANTOS, 2019, p. 1156).

Segundo Machado (2015), os usuários dos trens são oriundos das camadas populares, que moram ou trabalham em bairros do subúrbio carioca ou cidades da Baixada Fluminense. Como essas pessoas passam horas nos trens diariamente, elas precisam utilizar o trabalho dos vendedores ambulantes para aquisição de diversos produtos, entre eles: balas, doces, utensílios domésticos, produtos de beleza, produtos eletrônicos, comestíveis de fabricação caseira, etc (RIO DE JANEIRO, 2019).

Conforme Thedim (2016, p. 96),

à alta densidade de pessoas e firmas gera ganhos através do compartilhamento de bens indivisíveis de alto custo fixo. Nesse sentido, o compartilhamento viabiliza a construção de bens públicos como universidades, parques, hospitais e infraestrutura de transporte (vias expressas, metro, trem). O compartilhamento também traz benefícios em outras dimensões como diversidade e especialização. O ganho de diversidade pode ser ilustrado por um exemplo: a aglomeração de empresas produtoras de bens finais incentiva a aglomeração de diversas firmas produtoras de bens intermediários. Essa diversidade de produtos intermediários é benéfica para as firmas produtoras de bens finais e só é possível devido a aglomeração e compartilhamento. A alta densidade de firmas e trabalhadores também permite o aprofundamento da divisão de trabalho e gera ganhos de produtividade via especialização.

Nesse sentido, o comércio informal nos trens se relaciona com a necessidade dos passageiros, a aglomeração de pessoas e firmas na região e a adaptação dos vendedores ambulantes à realidade do transporte ferroviário na RMRJ.

De acordo com Rio de Janeiro (2019), os vendedores ambulantes são trabalhadores que ficaram desempregados e/ou não conseguiram se restabelecer no mercado formal de trabalho, necessitando encontrar uma fonte de renda para garantir o custeio de suas despesas cotidianas. Como os passageiros dos trens urbanos do Rio podem comprar nos trajetos de ida e volta do trabalho, esses vendedores ambulantes desenvolveram muitos pregões criativos e oferecem bons preços, fazendo sucesso dentro e fora dos vagões (RIO DE JANEIRO, 2019). Com isso, já fazem parte da cultura do trem, pois são tão antigos quanto os trens (RIO DE JANEIRO, 2019).

Conforme Bretas (2017, p. 11),

nos trens há um tipo de comércio em que camelôs vendem os mais diversos produtos aos passageiros. Esses ambulantes fazem parte da cultura do trem e, com a ajuda de frases de efeito e bom humor, deixam sua marca em cada viagem e sustentam suas famílias com o dinheiro que arrecadam na venda de mercadorias. Nas plataformas

ficam os ambulantes legalizados que possuem autorização da Supervia, órgão privado que é responsável pela operação e manutenção da malha ferroviária da RMRJ. A maior parte desses ambulantes vende bebidas geladas, doces e biscoitos. A concessionária determina quais produtos têm venda permitida e onde eles devem ser comprados. Entretanto, a maioria dos ambulantes não possui autorização da Supervia para vender ali e trabalha na informalidade. Os ambulantes sem autorização se concentram dentro dos vagões do trem para evitar a fiscalização sempre presente nas plataformas.

Os vendedores ambulantes contam com algumas leis para regulamentação das suas atividades, porém trata-se de leis generalistas e não abrangem os trabalhadores ambulantes informais. A Lei nº 1876, de 29 de junho de 1992, dispõe sobre o comércio ambulante no Município do Rio de Janeiro. A Lei Municipal nº 6272/2017, Lei do comércio ambulante no Município do Rio de Janeiro, alterou inúmeros temas tratados pela Lei nº 1876/1992 - Dispõe sobre o comércio ambulante no Município do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 1992). Conforme a nova lei, o comerciante ambulante é a pessoa física que exerce essa atividade profissional por sua conta e risco, com ou sem emprego de tabuleiro ou outro apetrecho permitido apregoando suas mercadorias. O comerciante ambulante de ponto fixo é aquele que desenvolve sua atividade em local definido e o comerciante ambulante sem ponto fixo é aquele que desenvolve sua atividade de forma itinerante (LEI Nº 6.272, 2017).

Conforme Santos (2019, p. 1156),

Embora seja proibida a comercialização nos trens, atualmente existem programas, como o chamado Ambulante Legal, programa que “procura facilitar” a identificação dos ambulantes autorizados a trabalhar nos locais públicos. Com esse programa, passa a ser obrigatório aos ambulantes o uso de identificação incluindo nome, número de inscrição municipal e QR Code - com informações cadastrais disponíveis no Cadastro Único do Comércio Ambulante (CUCA). A ideia é tornar os ambulantes microempreendedores, a curto prazo devidamente cadastrados, para que toda cidade fique “livre” dos ambulantes ilegais e conseqüentemente dos produtos ilegais.

Esses programas apresentam uma iniciativa interessante para regulamentar a atividade dos ambulantes nos trens e espaços públicos, visando a formalização e o combate ao comércio ilegal. No entanto, o sucesso desses programas dependerá da sua implementação eficaz e do equilíbrio entre regulamentação e facilitação do empreendedorismo informal.

Em geral, há muitos conflitos entre agentes de segurança externos, como funcionários contratados por empresas para prestar serviços da SuperVia e trabalhadores que não estão autorizados a trabalhar na área ferroviária da RMRJ, como é o caso da maioria dos vendedores ambulantes (JORDÃO, 2014). Em 2018, foi aprovada a lei que regulamenta a atividade de vendedor ambulante em pontos fixos ou variados de cidades brasileiras (Lei 10193/18). Com isso, os agentes de segurança dos sistemas metroviários, ferroviários e rodoviários ficaram

proibidos de recolher, reter ou apreender quaisquer tipos de mercadorias e equipamentos de vendedores ambulantes nos modais do Estado do Rio.

Os agentes de segurança têm a função de garantir a segurança e a ordem dentro dos transportes, porém ao confrontar os vendedores ambulantes geram truculências que trazem insegurança aos usuários, gerando ameaças aos vendedores ambulantes e chegando a exercer poder de polícia. A lei 10193/18 ampara trabalhadores da economia informal, surgiu de um consenso entre deputados que participavam de audiência pública da Comissão de Transportes, que discutia a atuação dos agentes de segurança privados no sistema de transportes coletivos (VIU ONLINE, 2018).

A atuação de organizações coletivas como os sindicatos é quase inexistente ou pouco representativa. Os vendedores ambulantes legalizados da RMRJ têm apoio do Sindicato dos Empregados Vendedores, Viajantes e Pracistas do Comércio no Estado do Rio de Janeiro, conhecido como VENRIO, contam com assistência médica em diferentes especialidades, assistência odontológica (nas modalidades de obturação, extração e limpeza) e serviços Jurídicos referentes a causas trabalhistas (VENRIO, 2020).

Os vendedores ambulantes encontram suporte do Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) e no Centro de Referência dos Camelôs do Rio de Janeiro. Esses locais têm como missão valorizar e apoiar a categoria, sendo respaldado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos e pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana. O espaço está situado em um imóvel ocupado na Rua Marechal Floriano. As instalações têm um propósito social e acolhem os trabalhadores para diversas atividades, como reuniões, assistência jurídica, apoio psicológico e auxílio nos registros junto à prefeitura. Além disso, está prevista a oferta de cursos de capacitação e a organização da parte administrativa do movimento.

2.2 SAÚDE, TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL DOS VENDEDORES AMBULANTES

2.2.1 Condições de saúde

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1978, p. 1), definiu a Saúde como um estado de "[...] completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade" (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1978, p. 1). Em 1986, a Oitava Conferência Nacional de Saúde (CNS), estabeleceu que a saúde é um dever do Estado e um direito de todos os cidadãos. Portanto, essa concepção reconhece que a responsabilidade pela

promoção, proteção e recuperação da saúde recai sobre o poder público, que deve garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde.

A conferência também reconhece o trabalho como um direito fundamental e uma condição básica e material de sustento humano. Isso implica que o trabalho não deve ser apenas uma fonte de renda, mas também deve proporcionar condições dignas, segurança, proteção social e respeito aos direitos trabalhistas. Com isso, a saúde da população depende de vários setores, além do setor de saúde pois, para que uma população possa ter boas condições de saúde, ela depende, também, de boas condições socioeconômicas, culturais e ambientais.

Na perspectiva teórico-filosófica de Canguilhem (2011), não existem estados normais ou anormais de saúde, pois ele não consegue visualizá-la como algo a ser definido automaticamente ou estatisticamente. Conforme o autor, a saúde não pode ser vista como uma entidade fixa, mas como uma habilidade de adaptação ao ambiente, que pode variar de acordo com cada indivíduo, dependendo de suas circunstâncias e necessidades funcionais. Em sua definição de normalidade da saúde, o autor inclui o panorama do ambiente animado e o inanimado, bem como o físico, o mental e as dimensões sociais da vida humana. Isso possibilita aos trabalhadores uma posição de autoridade/autodeterminação para definir suas necessidades de saúde (Canguilhem, 2011).

Canguilhem defende a ideia de que a saúde não é simplesmente a ausência de doença, mas sim um estado de equilíbrio dinâmico entre o organismo e seu ambiente. Ele argumenta que o corpo humano é capaz de se adaptar e responder de forma criativa às condições adversas, buscando restabelecer seu equilíbrio interno. Nesse sentido, podemos aplicar esse conceito à realidade dos vendedores ambulantes, que trabalham em condições muitas vezes precárias e desafiadoras.

Os vendedores ambulantes enfrentam uma série de obstáculos no exercício de suas atividades informais que podem impactar negativamente sua saúde física e mental, bem como suas condições de vida. No entanto, à luz do pensamento de Canguilhem, é possível perceber que os vendedores ambulantes são agentes ativos que se adaptam e encontram estratégias para lidar com essas adversidades. Eles desenvolvem habilidades específicas, como o conhecimento dos produtos que vendem, a capacidade de negociação e a criação de redes de apoio com outros vendedores e clientes. Essa adaptabilidade e resiliência são reflexos da capacidade do corpo humano de buscar o equilíbrio diante das circunstâncias desfavoráveis.

As concepções e ações em saúde de caráter crítico, na contemporaneidade, buscam superar o modelo mecanicista e centrado na doença, também denominado paradigma curativista ou biomédico. Como alternativa a esse modelo configura-se um novo paradigma sanitário, o da

produção social da saúde, também denominado paradigma biopsicossocial que para Mendes (1999) permite dar conta da saúde vista em sua positividade como um processo que pode melhorar ou deteriorar conforme a ação de uma sociedade sobre os fatores que lhe são determinantes.

A mudança de um conceito biomédico de saúde para um conceito de integralidade implica uma série de reconfigurações (ou re-significações) nos sentidos de saúde-doença-cura, do tratar-cuidar, bem como de noções de saúde coletiva, comunidade, participação, etc. Esse é o giro da complexidade, do olhar para nossa ação sobre o mundo, sobre o outro e sobre nós mesmos na tensão das múltiplas histórias, contextos, sentimentos e sentidos que se (re)configuram em nós permanentemente (PEREIRA, 2011).

Nessa perspectiva a questão da saúde deixa de ser “o tratamento da doença” para se transformar em garantia da vida. Impõe-se, portanto, a necessidade de dar conta da visão integral do processo saúde-doença e da orientação no sentido da reformulação das práticas assistenciais e coletivas. O novo paradigma é também uma nova forma de considerar a questão da saúde da população, coletiva e individualmente, como direito e como questão de todos, sobre a qual os sujeitos implicados tomam decisões. A participação no processo de cuidar é essa nova articulação do poder com todos os envolvidos, na transformação dos atores passivos em sujeitos ativos, dos atores individuais em atores coletivos.

Conforme Arretche (2015), as condições de saúde das pessoas pobres são significativamente piores quando comparadas com as não pobres, já que necessitam de mais cuidados de saúde por meio do acesso pelo sistema público de saúde. Ademais esse quadro é reforçado pela escolaridade, renda e pelo modelo econômico prevalente. Maiores taxas de desigualdades em saúde estão associadas a maiores taxas de morbidade e menor estimativa de vida (ARRETCHE, 2015).

Nos últimos anos, o mercado de trabalho vem sofrendo inúmeras transformações e observa-se o aprofundamento das desigualdades, tanto entre sexos, quanto entre raças e entre classes. Com isso, “*a pressão pela capacidade imediata de resposta dos trabalhadores às demandas do mercado, [...] tem convertido, paulatinamente, o ambiente de trabalho em espaço de adoecimento*” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 414). Portanto, um ambiente de trabalho inadequado pode prejudicar a saúde e colocar em risco a segurança dos trabalhadores.

Segundo o informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as desigualdades étnico-raciais são persistentes, de origens históricas e atualmente a população negra do país representa 55,8% da população brasileira e 54,9% da força de trabalho, além da maioria de trabalhadores desocupados (64,2%)

e subutilizados (66,1%). A informalidade também atinge mais esse contingente, pois enquanto 34,6% de pessoas brancas encontram-se em condições informais de trabalho, a informalidade atinge 47,3% de pretos e pardos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

A população preta possui severas desvantagens em relação à branca, principalmente nas dimensões relacionadas ao mercado de trabalho, distribuição de rendimento e condições de moradia, educação, violência e representação política (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). Essas desvantagens estão diretamente relacionadas com as condições de saúde e qualidade de vida dessa população.

Com relação as condições de saúde, a população preta, imigrantes e mulheres têm taxas desproporcionalmente mais altas de serem acometidas por doenças ocupacionais, lesões, deficiências e mortes, representando uma importante preocupação de saúde pública. De acordo com os autores, esses trabalhadores também estão expostos à discriminação racial, que tem grande impacto nos ambientes de trabalho, sendo consequência de doenças ocupacionais e lesões. A discriminação racial pode ser tanto institucional quanto interpessoal; a discriminação racial institucional refere-se às políticas discriminatórias incorporadas à uma estrutura organizacional, enquanto a discriminação racial interpessoal refere-se às interações discriminatórias entre os trabalhadores (SHANNON *et al.*, 2009).

Os ambientes de trabalhos da população preta, imigrantes e mulheres, concentram casos de desigualdades entre sexos, entre classes e discriminação racial, tanto institucional quanto interpessoal, que têm impactos negativos nas condições de saúde. Com isso, os trabalhadores informais têm maior probabilidade de realizar atividades perigosas, sendo expostos aos diferentes tipos de estressores, específicos desse tipo de trabalho que, por sua vez, estão relacionados com as desigualdades sociais na saúde (BARATA, 2009).

Os vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ são comerciantes, geralmente parte da economia informal, que realizam a venda de mercadorias nos vagões de trens junto aos passageiros, diferentes dos vendedores ambulantes de rua das grandes cidades que utilizam estruturas temporárias, improvisadas ou barracas móveis para vender diversos bens e serviços ao público. Esse grupo de trabalhadores carece de estruturas permanentes para realização de suas atividades laborativas, podendo sofrer agravos para a saúde.

A venda de mercadorias por ambulantes caracteriza a atividade econômica das regiões urbanas nos países em desenvolvimento, expondo as pessoas, também, aos vários poluentes ambientais. Kongtip *et al.* (2020), em um estudo comparativo sobre os efeitos dos poluentes associados ao tráfego entre os vendedores ambulantes da Tailândia, afirmam que a poluição do

ar atmosférico são uma grande preocupação para as pessoas que residem ou trabalham perto de estradas.

Os pesquisadores buscaram estabelecer a relação entre esses poluentes e os sintomas respiratórios e de saúde relatados por vendedores ambulantes localizados em áreas residenciais e à beira de estradas e essa pesquisa envolveu a coleta de concentrações diárias de poluentes atmosféricos (dióxido de carbono, monóxido de carbono, dióxido de enxofre e material particulado) em duas regiões (KONGTIP *et al.*, 2020). As descobertas do estudo revelaram que os níveis de poluentes nas áreas à beira da estrada ultrapassaram outras regiões residenciais; os autores concluíram que a situação resultou em um risco maior de desenvolvimento de infecções respiratórias agudas e crônicas (KONGTIP *et al.*, 2020).

Outro estudo evidenciou que devido ao trabalho em condições inadequadas e à falta de informações, a maioria dos trabalhadores informais está significativamente exposta aos diferentes riscos ambientais nas grandes cidades (BARBARESCO *et al.*, 2019). O estudo que concentrou-se na suscetibilidade dos vendedores ambulantes à poluição, avaliando os níveis diários de cortisol, considerando variáveis como o índice de massa corporal (IMC) e a idade dos participantes; e suas descobertas revelaram que os níveis de cortisol aumentaram significativamente pela manhã entre as pessoas mais velhas e com sobrepeso e concluíram que os níveis de exposição aos poluentes mostraram-se acima do limite recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (BARBARESCO *et al.*, 2019). Desta forma, alguns desses vendedores experimentaram níveis significativos de estresse e desconforto.

A urbanização descontrolada nos países desenvolvidos resultou em pobreza urbana e aumentou a vulnerabilidade à exposição ambiental atribuída às ocupações de pessoas mais pobres em áreas de risco. Como a venda de mercadorias ambulantes é uma das principais atividades realizadas por estes trabalhadores, o estudo de Amegah e Jaakkola (2016) foi desenvolvido com o objetivo de estabelecer os tipos de perigos a que elas estão expostas. As descobertas revelaram que os vendedores estão vulneráveis aos níveis elevados de poluentes atmosféricos associados ao tráfego, como o material particulado, dióxido de enxofre, benzeno, monóxido de carbono e chumbo (AMEGAH; JAAKKOLA, 2016). Como essas substâncias são cancerígenas, o que implica que não existem níveis seguros de exposição, os governos deveriam estar comprometidos com a erradicação da pobreza e os riscos associados à saúde.

Amegah e Jaakkola (2014) procuraram descobrir (em Gana, nação situada no Golfo da Guiné, na África Ocidental) se ser uma vendedora ambulante resultava em comprometimento do crescimento fetal e redução da duração da gestação. Cento e cinco participantes que procuram os serviços de pós-natal no Hospital Universitário Korle Blu participaram do estudo

e os resultados revelaram que a venda ambulante durante a gravidez é um dos principais determinantes para o crescimento médio do feto. Os pesquisadores concluíram que as longas horas de trabalho pesado afetaram os resultados da gravidez (AMEGAH; JAAKKOLA, 2014).

A poluição do ar proveniente do tráfego tem grandes efeitos no meio ambiente e na saúde humana, tornando os vendedores ambulantes mais vulneráveis à poluição, pois costumam trabalhar e passar a maior parte do tempo ao ar livre. Pesquisadores procuraram avaliar os resultados da saúde respiratória estudando os jovens vendedores ambulantes em Bangkok e seus resultados revelaram sintomas respiratórios tanto agudos como crônicos e alguns participantes reconheceram que dificilmente utilizavam equipamentos de proteção individual (EPI) e que as máscaras não eram adequadas para filtrar o material particulado; com isso, os pesquisadores sugeriram a necessidade de conscientização e conhecimento sobre o uso adequado de EPIs entre os vendedores ambulantes (NOOMNUAL; SHENDELL, 2017).

Trabalhadores em vários ambientes costumam estar expostos aos poluentes. Por exemplo, os vendedores ambulantes frequentemente realizam suas atividades em ambientes urbanos de alto tráfego, de modo com que ficam vulneráveis aos diversos poluentes atmosféricos. Pesquisadores procuraram estabelecer os impactos genotóxicos da exposição à poluição do ar (na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil), por meio de avaliações citológicas das frequências de células binucleadas e células micronucleadas da mucosa bucal; revelaram que a exposição frequente aos poluentes é uma causa significativa de genotoxicidade, podendo danificar a informação genética de uma célula, causando câncer (DOMINGUES *et al.*, 2018). Nesse sentido, é fundamental ter programas de saúde pública que eduquem esse grupo de trabalhadores sobre os riscos de exposição aos poluentes e as medidas de proteção a serem adotadas.

A questão da poluição representa um desafio significativo em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento. O estudo de Odonkor e Mahami (2020) teve como objetivo estabelecer o impacto da exposição aos poluentes atmosféricos e suas descobertas mostraram que os vendedores ambulantes, ao longo das principais estradas de Gana, estão sempre expostos à poluição do ar, desenvolvendo sintomas de resfriados, como tosse, dor de garganta, espirros persistentes e outros problemas respiratórios associados. Os autores concluíram que o governo deve se esforçar para estabelecer e implementar estratégias para melhorar a qualidade do ar (ODONKOR; MAHAMI, 2020).

Os vendedores ambulantes trabalham todos os dias vendendo mercadorias nas ruas, podendo ser considerados o grupo de trabalho com maior risco de exposição aos poluentes atmosféricos. Pesquisadores examinaram a prevalência de sintomas respiratórios e o impacto

do ambiente de trabalho ao ar livre em vendedoras de comida de rua (em Mançura, cidade do nordeste do Egito) e seus resultados revelaram uma prevalência significativa de sintomas respiratórios entre as participantes nos últimos doze meses, como bronquite crônica, comprometimento da função pulmonar, aperto no peito e asma brônquica. Concluíram que as condições de saúde estavam associadas às atividades ao ar livre de longa duração que os expunham aos diversos poluentes e sugeriram a necessidade do uso de EPI, como máscaras faciais, para melhorar a saúde respiratória e a realização de exames regulares para detectar as deficiências respiratórias (SERYA; EL HADIDI; EL BESTAR, 2019).

Prabhu *et al.* (2019) afirmam que os vendedores ambulantes passam muito tempo próximos às rodovias, o que os torna suscetíveis à poluição do ar e ao desenvolvimento de problemas de saúde, pois, existem informações limitadas sobre a qualidade do ar que respiram. No que se refere a isso, esses pesquisadores procuraram estabelecer a concentração de massa do material particulado na atmosfera e os resultados revelaram que as características do local desempenham um papel essencial no estado de saúde respiratória, em que alguns estão expostos às grandes partículas atribuídas à queima aberta de resíduos, suspensão de poeira à beira da estrada e partículas originadas de fontes mecânicas. Dessa forma, concluem que os governos devem aumentar a oferta de seguro de saúde para essas pessoas, estimular medidas de proteção individual, como máscaras para o rosto, que impediriam que os vendedores tivessem doenças relacionadas à poluição.

Puentes-León, Rincón-Bayona, Puentes-Suárez (2018), relataram, no estudo sobre trabalho e saúde laboral nos trabalhadores informais, que em relação às consequências dos riscos ambientais para a saúde deste grupo populacional, foram evidenciadas doenças crônicas, distúrbios musculoesqueléticos e, em geral, sintomas físicos. Conforme os autores são necessários estudos que formulem estratégias educacionais em Saúde e Segurança no Trabalho, que abordem a educação de trabalhadores informais em aspectos como direitos trabalhistas e a criação de sindicatos, para através do qual eles podem melhorar suas condições de trabalho e qualidade de vida.

A responsabilidade do Estado na formulação de políticas sanitárias adequadas, em conjunto com os próprios trabalhadores, é de extrema importância para promover a proteção da saúde no ambiente de trabalho. A Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) é um exemplo relevante nesse contexto, pois reconhece a necessidade de envolver ativamente os trabalhadores nas ações de proteção coletiva à saúde.

A PNSTT estabelece diretrizes e estratégias para a promoção da saúde dos trabalhadores, visando prevenir doenças, acidentes e danos relacionados ao trabalho. Uma das

suas premissas fundamentais é a participação dos trabalhadores na formulação, implementação e avaliação das políticas e ações voltadas para a saúde ocupacional.

A inclusão dos trabalhadores nesse processo é crucial, uma vez que são eles que vivenciam as condições de trabalho diariamente e possuem um conhecimento profundo sobre os riscos e demandas específicas de cada setor. A participação ativa da classe trabalhadora contribui para a identificação de problemas, a proposição de soluções adequadas e a efetividade das medidas adotadas.

Ao envolver os trabalhadores, a PNSTT promove a autonomia e o empoderamento dos mesmos, reconhecendo-os como sujeitos ativos na promoção da saúde e segurança no trabalho. Além disso, estimula a construção de ambientes laborais mais saudáveis, com a implementação de medidas preventivas, a adequação das condições de trabalho e a promoção de uma cultura de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

Nesse sentido, a responsabilidade do Estado vai além da mera elaboração de políticas, abrangendo também a garantia dos direitos dos trabalhadores, a fiscalização do cumprimento das normas de saúde ocupacional e a promoção de condições dignas de trabalho. A parceria entre Estado e trabalhadores fortalece a busca por um ambiente laboral mais seguro, saudável e justo, em que a saúde seja efetivamente protegida.

A participação da classe trabalhadora nas políticas sanitárias, conforme preconizado pela PNSTT, é um caminho essencial para a promoção da saúde ocupacional. A colaboração entre o Estado e os trabalhadores fortalece a implementação de ações eficazes, amplia a conscientização sobre os direitos e deveres no ambiente de trabalho e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e saudável para todos.

2.2.2 O Trabalho e os Vendedores ambulantes

O capitalismo é um sistema econômico que destaca, particularmente, a noção de propriedade privada dos meios de produção e obtenção de lucro individual dessa produção e distribuição de bens e serviços. Especialmente dominante no mundo ocidental, o capitalismo destaca a liberdade individual de obter o máximo lucro, o que ajudará, ainda mais, a regular o mercado, invariavelmente, a favor dos interesses do capital. As forças da oferta e da demanda atuam como os principais determinantes da produção e distribuição de bens e serviços no mercado geral. Para ser mais preciso, não há controle do governo ou de qualquer outra instituição poderosa para fornecer diretrizes e orientações constantes. No entanto, isso não significa que não haja interferência do governo a favor do capital (MALVEZZI, 2015).

Em vez disso, até mesmo o governo tenta destacar a ideia de lucro máximo para que possa encorajar à acumulação de capital a extrair mais produtividade e mais valor dos trabalhadores, com custos coletivos à saúde. Não há verificações ou controles para a produção de bens e serviços no mercado livre ou no mercado capitalista. Assim, pode ser imposto que os particulares tenham todo o poder e autoridade para fornecer a sua decisão final sobre o que produzir, o que vender e a que preços devem fornecer os seus bens e serviços aos clientes (AMADEO, 2020).

Portanto, o trabalho sob o capitalismo é realizado em um ritmo acelerado, pois não existem restrições ou controles no mercado. Quando há menos ou nenhuma restrição por parte do governo, a regulação do mercado é mais aberta, permitindo que novos participantes entrem e saiam facilmente do mercado (REEVES, 2019). Ao contrário do socialismo, o capitalismo não busca focar na distribuição igualitária de bens e serviços, já que o sistema econômico não enfatiza métodos centralizados.

Marx (2017) retratou, em última análise, o capitalismo como um sistema que gera exploração e desigualdades econômicas e sociais. Advogou a tese de que o capitalismo dividiu a sociedade em duas classes particulares - os proprietários de negócios e os trabalhadores comuns, resultando no conflito e em antagonismos de classes na sociedade e em uma enorme desigualdade entre ricos e pobres. A exploração dos trabalhadores para a produção de bens e serviços, por meio da concentração de capital, aumenta o fosso entre a riqueza obscena e a pobreza miserável (MARX, 2017).

Harvey (2013) mantém a linha de Marx. Apresentou a ideia de que o capitalismo contemporâneo, além de ter a hegemonia econômica e política no mundo ocidental, possui também o domínio da racionalidade no mundo global, em que prevalece a lógica do mercado nas relações humanas e sociais. O capitalismo suscita crises financeiras repetidas com repercussões no trabalho, sua organização, processos e na saúde dos trabalhadores, com consequências sem precedentes (HARVEY, 2013).

No capitalismo destaca-se a noção de interesse individual e lucro máximo para trazer inovações e produtividade ao mercado. Considerando a estrutura e a dinâmica do mercado capitalista, pode-se observar que o trabalho sob o capitalismo pode ser realizado de maneira rápida e fácil, sem qualquer tipo de interferência governamental.

Assim, na vertente marxista o trabalho é definido como:

um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e

mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2017, p. 255).

Marx vê o trabalho como central para a existência humana, tendo o trabalho criado o próprio homem. Dessa forma, o trabalho:

desenvolve as potencias que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animalescas de trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado de trabalho como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvincilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem (MARX, 2017, p. 255).

Em linhas gerais, o trabalho, ao longo da história, vem se diferenciando e tornando-se mais diversificado e adaptado aos interesses do capital. Com a crescente complexidade da sociedade e com o surgimento da iniciativa privada, houve a separação das pessoas em classes e uma divisão social, alterando os sentidos do trabalho e suscitando os antagonismos e contradições sociais.

A comparação dos dados nacionais sobre o emprego informal como proporção do emprego total com os valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mostra que os países com maior informalidade, também, têm um valor de IDH inferior (Organização Internacional do Trabalho, 2018). Países com níveis menores de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* tendem a ter os maiores níveis de informalidade, pois, existe uma relação negativa entre o nível do PIB *per capita* e a participação dos trabalhadores informais nos empregos totais. O crescimento do PIB *per capita* é potencialmente importante para a redução da informalidade, influenciando a geração de empregos e a capacidade econômica das unidades econômicas e dos trabalhadores. No entanto, níveis mais elevados de PIB não são suficientes (Organização Internacional do Trabalho, 2018).

A diferença de gênero na proporção do emprego informal também tem mais probabilidade de ser maior em países com o menor nível de PIB *per capita*, o que significa que as mulheres são mais propensas a ter empregos informais do que os homens. A diferença de gênero é realmente maior em países de renda baixa e média-baixa (Organização Internacional do Trabalho, 2018).

No Brasil, vive-se uma dinâmica econômica de recessão ou de quase estagnação, não havendo perspectivas de geração de empregos de qualidade para a população desempregada; com isso, a saída de muitos trabalhadores tem sido a venda de mercadorias no mercado informal (VICENZO, 2020).

De acordo com Santos (2019, p. 1156),

o que ocorre com os trabalhadores ambulantes dos vagões é uma característica do espaço urbano, fruto do desenvolvimento desigual do espaço com uma dinâmica contemporânea mais ampla, em conjunto com a construção do desemprego estrutural e pela fragmentação das leis trabalhistas.

Os trabalhadores informais que atuam na via ferroviária da RMRJ, realizam esse tipo de trabalho como forma provisória de conseguir algum sustento, porém acabam tornando essa atividade definitiva, mesmo considerando se tratar de um trabalho precário, que demanda cargas horárias elevadas e sem garantia de salários ou seguridade mínima para manter sua sobrevivência (SANTOS, 2019).

Conforme o autor:

Percebe-se que, mesmo havendo a precarização do trabalho em diversas classes sociais, ela ocorre de forma mais árdua e destrutiva nesse tipo de subemprego, pois para conseguir o mínimo diariamente é necessário uma grande demanda de tempo de trabalho, além de não existir quaisquer tipo de benefício, como os trabalhadores assalariados possuem, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), décimo terceiro, auxílios de transportes e etc (SANTOS, 2019, p. 1156).

A maioria dos vendedores ambulantes em várias cidades realizam atividades em ambientes de trabalho incertos, ficando sujeitos a despejos. Conforme o estudo sobre a venda ambulante na Índia e no Peru, os pesquisadores revelaram a existência de problemas relacionados com a falta de segurança no local de trabalho, com o confisco de mercadorias e os assédios, que são fatores que afetam negativamente o tempo e a renda dos trabalhadores (ROEVER; SKINNER, 2016).

Entretanto,

ainda existe o risco percorrido por ser uma atividade ilegal no que se refere a utilização do espaço público, tornando-se perigosa pela condição vulnerável de ir e vir dentro dos vagões e se deparar com os vigilantes terceirizados que possuem também o papel de não permitir esse tipo de comercialização que foge do controle. Já ocorreram diversas brigas e agressões, o que acarreta o aumento de violência nesse tipo de subocupação, entre os ambulantes principalmente e provocado pelos próprios vigilantes, sendo mais uma questão a ser tratada como o cúmulo do desleixo social (SANTOS, 2019, p. 1156).

O setor informal desempenha um papel fundamental na economia da Índia e em outros países em desenvolvimento, onde os fatores como a pobreza e a falta de empregos mais rentáveis têm causado um aumento do número de vendedores ambulantes nas regiões urbanas do país. Como a maioria dessas pessoas não tem qualificação profissional, elas possuem dificuldade de colocação no mercado de trabalho do setor formal, o que motivou pesquisadores buscarem estabelecer a qualidade de vida e a situação socioeconômica dos vendedores ambulantes do distrito de Tiruchirappalli e, com isso, destacaram a existência de desafios, como pequenos locais de comércio, problemas com sistemas de posicionamento de locais e a falta de abrigos e instalações de armazenamento. Além disso, verificaram que os vendedores não têm

acesso aos créditos, o que significa que não podem investir muito capital em seus negócios, sendo necessário que o governo e as organizações não governamentais necessitem implementar políticas e intervenções que melhorem os meios de subsistência dos vendedores ambulantes (KARTHIKEYAN; MANGALESWARAN, 2013).

Ambati; Ashwin; Aalay (2015) afirmam que os vendedores ambulantes da Índia fazem parte das seções mais carentes do setor informal. Devido às urbanizações, os trabalhadores experientes conseguem empregos bem remunerados, enquanto as pessoas subqualificadas são forçadas a procurar empregos nos setores informais; com isso, os pesquisadores buscaram estabelecer as condições de trabalho e a qualidade de vida dos vendedores ambulantes em um estudo que envolveu a produção de dados de cinquenta entrevistados por meio de amostragem aleatória. Os vendedores ambulantes enfrentam obstáculos financeiros, em que o acesso a esses recursos é baseado nos tipos de bens que se vende e no volume de comércio que, devido à sua natureza heterogênea, não lhes oferece acesso igualitário aos recursos financeiros, precarizando a questão das condições de trabalho. Os pesquisadores evidenciaram que os vendedores ambulantes não estavam associados às organizações que defendem seus direitos, alguns sofreram assédio, outros alegaram que não se sentiam seguros em seus locais de trabalho e a alta competição afetou seus negócios (AMBATI; ASHWIN; AALAY, 2015).

Aquino; Oliveira; Pereira Filho (2020, p. 47) afirmam que os vendedores ambulantes:

desempenham atividades ampliadas e multifacetadas, em condições precárias no tocante às formas de remuneração, ao espaço laboral e à intensificação de trabalho. Tal precarização é incrementada pela disponibilidade de tempo impingida ao trabalhador, em razão do discurso de redução de custos, bem como para assegurar sua permanência no trabalho ou sua subsistência advinda dele.

Há uma naturalização da precariedade na atividade, sob a égide da racionalidade de mercado, pois o fato de ser informal e não ter direitos e garantias socioprofissionais não é vivenciado como precariedade, mas como uma particularidade de uma atividade “empresarial” (AQUINO; OLIVEIRA; PEREIRA FILHO, 2020). Com isso, os riscos tornam-se sinais naturais da informalidade, que repercutem tanto na dimensão econômica quanto no estado de saúde dos vendedores ambulantes. Se isso não bastasse, o desenvolvimento de tais atividades aumenta a ameaça à integridade dessas pessoas, desvendando outras dimensões dos determinantes sociais da saúde, como o meio ambiente (AQUINO; OLIVEIRA; PEREIRA FILHO, 2020).

Pushpalatha e Punnavanam (2020) afirmam que a maioria dos envolvidos no setor informal migra das regiões rurais, onde a venda ambulante está entre as ocupações dominantes neste setor. Conforme os autores, poucos estudos concentram-se nas condições de vida e

trabalho desse grupo de pessoas, por isso, realizaram uma pesquisa que procurou focar esses dois fatores importantes, permitindo estabelecer que os vendedores ambulantes enfrentem problemas como pequenos locais de comércio, assédio por parte do governo local e da polícia e falta de acesso ao crédito. Evidenciaram que as autoridades se aproveitam da baixa escolaridade dos vendedores e sugerem que o governo desempenhe um papel essencial na implementação de políticas que protejam seus meios de subsistência (PUSHPALATHA; PUNNAVANAM, 2020).

Os vendedores ambulantes desempenham um papel fundamental na economia urbana e vendem diversos produtos, como artigos de couro, roupas e utensílios domésticos; com isso, Saha (2009) buscou estabelecer as condições de trabalho dessa categoria de trabalhadores. Suas descobertas revelaram que a maioria dos vendedores necessita fazer empréstimos para impulsionar suas atividades econômicas e para fins de seguros e medicamentos; no entanto, ao reembolsar, pagam até 30% a mais do que o custo de seus produtos, além de serem perseguidos por corporações municipais e agentes da lei (SAHA, 2009). Conforme esse autor, considerando a importância do setor informal local, o governo junto aos sindicatos e as organizações não governamentais devem implementar políticas que aumentem o fornecimento de requisitos básicos para os vendedores ambulantes.

Martínez *et al.* (2017) afirmam que a economia informal é um aspecto fundamental das economias urbanas e na Colômbia, cerca de 50% da população ativa dependem do setor para sobreviver. Nesse estudo os pesquisadores buscaram conhecer as condições de trabalho dos vendedores ambulantes de Cali, onde estabeleceram que a idade e a jornada de trabalho são quase semelhantes às dos que trabalham na capital do país e que esta situação difere do pressuposto geral de que eles são vulneráveis e marginalizados, mesmo tendo um menor nível de educação e trabalharem por mais horas em comparação com seus colegas. Além disso, os autores também estabeleceram que a economia informal não existe como uma entidade única, mas possui ligações cruciais com o governo e o setor formal em que várias organizações continuam representando os interesses dos vendedores no país (MARTÍNEZ *et al.*, 2017). As informações fornecidas neste artigo seguem em sentido contrário as daquelas fornecidas nos artigos anteriores ao apresentar que existem locais onde os vendedores ambulantes são tratados de forma favorável, sendo portanto que seja possível uma particularidade local.

Truong (2018) avaliou os pontos de vista e experiências de vendedores ambulantes de Hanoi no Vietnã em relação à redução da pobreza e ao turismo e os resultados revelaram que, apesar das vendas terem melhorado a vida de algumas pessoas, elas geraram pouco para outras, devido ao grande obstáculo encontrado com a proibição do governo para a venda ambulante,

além da presença de conflitos constantes com os policiais. Conforme o autor, é necessário ter um bom entendimento dos desafios dos vendedores e as políticas adequadas devem ser postas em prática, para evitar a pobreza.

Segundo Mengistu e Jibat (2015), as regiões urbanas vivenciaram a situação de rápido crescimento do setor informal e isso chamou a atenção de vários planejadores de políticas, pesquisadores e ativistas. O estudo dos pesquisadores realizado em Jima, na Etiópia, teve como objetivo avaliar as atividades de venda ambulante no setor informal, com foco principal em três ruas com alta concentração de vendedores ambulantes, onde foram avaliadas suas origens socioeconômicas e condições de trabalho. Suas descobertas revelaram que a maioria dos vendedores tinha um status socioeconômico baixo, atribuído à sua baixa escolaridade e ausência de habilidades essenciais necessárias no emprego formal; além disso, os vendedores também são utilizados pelas autoridades nacionais e locais para perseguir seus objetivos políticos devido ao seu *status*, sendo necessárias políticas apropriadas que devem ser aplicadas para proteger o bem-estar desta categoria de trabalhadores.

Portanto, é evidente que a economia de natureza informal é consequência do sistema capitalista de classes sociais, constituído, estruturalmente, para perpetuar as diferenças e abissais desigualdades sociais. Nesse sentido, é importante considerar alternativas, como a economia solidária proposta por Paul Singer, que propõe promover a distribuição equitativa de recursos e valorizar a participação e cooperação entre os trabalhadores (SINGER, 2003). Para construir uma sociedade mais justa e inclusiva para esses trabalhadores, torna-se essencial a implementação de políticas e intervenções que melhorem os meios de subsistência dos trabalhadores informais e garantam seus direitos.

2.2.3 Seguridade Social

A sociedade do trabalho está dividida em dois grupos sociais, um formado por trabalhadores que conseguem trabalhar e outros grupos compostos por trabalhadores que vivem do apoio de outras pessoas por serem considerados “supranumerários”, “inempregáveis” ou empregados de um modo precário intermitente (CASTEL, 1998).

Para Castel (1988) o trabalho é referência financeira, mental, social e simbólica. No que tange ao segmento dos vendedores ambulantes, pode-se afirmar que por serem trabalhadores informais, têm alta vulnerabilidade para a exclusão social, pois não estão sob cobertura de nenhum tipo de seguridade social por meio do governo federal ou pelo setor privado. A necessidade de seguro social para esse grupo de trabalhadores é muito elevada, porém é uma realidade difícil, pois as políticas sociais atuais de seguridade social não cobrem assistência

médica, doença, maternidade, acidentes de trabalho e invalidez para esse grupo de trabalhadores. Atualmente, um dos poucos benefícios sociais que eles podem contar é com a aposentadoria por idade.

O debate sobre a seguridade social no Brasil, liderado por pesquisadoras renomadas no campo do Serviço Social e da saúde como Elaine Berhing (2003), Ivanete de Boschetti (2004), Laura Tavares Soares (2000) e Sônia Fleury (2014), destacam a complexidade da relação entre o trabalho informal e a seguridade social. Trata-se de contribuições significativas para o debate sobre mudanças e desafios enfrentados ao longo das décadas após a promulgação da Constituição de 1988, marco importante na história da seguridade social no Brasil, pois estabeleceu um sistema abrangente de proteção social que abarcava previdência, saúde e assistência social.

Conforme Berhing (2003), a "reforma" do Estado durante os anos 90, desencadeada em resposta às pressões para adaptar o país ao cenário do capitalismo contemporâneo, pode ser vista como uma espécie de "contrarreforma". Para a autora, isso se deve ao fato de que, ao considerar os impostos prejudiciais, bem como os obstáculos que foram colocados no caminho da construção de uma agenda verdadeiramente democrática conforme delineada pelos movimentos sociais e trabalhadores, as mudanças implementadas visaram predominantemente acomodar-se às demandas e configurações emergentes do capitalismo contemporâneo.

Nesse período, uma série de reformas voltadas para o mercado foi implementada, acompanhada de uma adaptação passiva às novas exigências do capitalismo contemporâneo. Como resultado, houve uma redução nos direitos sociais relacionados ao trabalho e à seguridade social, bem como restrições no acesso a esses direitos. A política social foi redefinida para se alinhar com as novas diretrizes do capital (BERHING, 2003).

Conforme Boschetti (2004), a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, incorporando diferentes tipos de direitos sociais. Essa perspectiva reconhece que a Constituição de 1988 buscou criar um sistema abrangente de proteção social, mas, na prática, o resultado foi uma combinação de direitos relacionados ao trabalho, direitos universais de saúde e direitos seletivos de assistência social. Essa hibridez tem impactos na forma como os benefícios são distribuídos e acessados.

O setor informal de trabalho desempenha um papel significativo nesse contexto. Trabalhadores informais, que muitas vezes não têm contratos formais ou acesso a benefícios de previdência social, podem ser excluídos ou apenas parcialmente incluídos no sistema de seguridade social. Isso cria uma lacuna na proteção social, onde trabalhadores informais podem

não ter acesso a benefícios como aposentadoria, licença médica remunerada ou seguro desemprego.

Soares (2000) conceitua a seguridade social como tardia ou retardatária no Brasil, destacando que a construção de um sistema abrangente de proteção social foi uma conquista relativamente recente em comparação com países desenvolvidos. Essa tardia construção pode explicar em parte os desafios enfrentados na inclusão de trabalhadores informais.

Fleury (2014) assegura que a Seguridade Social é inconclusa. Sugere que ainda há muito a ser feito para torná-la verdadeiramente abrangente e eficaz. Isso é especialmente relevante quando se considera a situação dos trabalhadores informais, que muitas vezes não têm acesso pleno aos benefícios sociais.

A presença do neoliberalismo ao longo das décadas trouxe desafios adicionais para a seguridade social no Brasil. Políticas de austeridade e reformas econômicas podem ter impactos negativos na expansão e manutenção dos direitos sociais, incluindo a proteção dos trabalhadores informais. Essas diferentes abordagens conceituais refletem as complexidades e desafios da Seguridade Social no país. Elas também ajudam a orientar o debate sobre como rever e fortalecer o sistema a favor dos trabalhadores, especialmente em um contexto de mudanças econômicas e políticas neoliberais, que pode ameaçar a manutenção e expansão dos direitos sociais.

A Previdência Social:

é na história das lutas dos operários e trabalhadores sob o modo capitalista de produção, tão importante como o emprego e o salário. Somente pode prescindir de aposentadorias e pensões aqueles que detém os meios de produção. No Brasil, a previdência social e o sistema de Seguridade Social [...], constituem o maior programa de distribuição de renda do país (GRANEMANN, 2016, p. 174).

Sem dúvida, o comércio ambulante desempenha um papel importante na geração de empregos para o setor informal, porém seus trabalhadores sofrem com a exclusão e a falta de proteção social.

Assim,

a conjuntura atual estabelece enormes desafios para a classe trabalhadora, onde é preciso resistir às violações sobre seus direitos, mesmo exercendo práticas trabalhistas que garantem o mínimo de estabilidade jurídica e financeira. O comércio informal acaba se tornando uma das únicas oportunidades nas quais o ambulante ou trabalhador por conta própria consegue certamente garantir o mínimo de renda possível, já que ao percorrer por todos os vagões, aumentando o ritmo do seu próprio tempo de trabalho, consegue receber um mínimo de rendimento ao trabalhar excessivamente (SANTOS, 2019, p. 1156).

Nem todos os trabalhadores ambulantes vão conseguir um trabalho garantido e respeitado. Como esses trabalhadores precisam satisfazer suas necessidades e das suas famílias, como alimentação, moradia, aposentadoria e lazer, estes devem lutar por seus direitos à cidade e via ferroviária: direitos de cidadãos, de trabalho digno, de espaço para trabalhar, de participar da política e de agir coletivamente (FERRO *et al.*, 2012).

Os trabalhadores ambulantes que não têm carteira assinada, estão mais expostos aos riscos de saúde e de segurança no ambiente de trabalho, às ações discriminatórias, a rendimentos instáveis, entre outras formas de violação de direitos. Portanto, os vendedores ambulantes, mesmo sem carteira assinada, quando possível, devem ter a acesso à Previdência Social como autônomo, pois ao contribuir com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), terá acesso aos benefícios da Previdência Social como auxílio-doença, aposentadoria especial, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, salário-família e pensão por morte. Outra forma de o trabalhador ter acesso à proteção social é por meio das cooperativas de trabalho.

De acordo com Santos (2019, p. 1156):

ocorre menos proteção social e maior intensificação “profissional” na formação dos trabalhadores por conta própria perante essa dura realidade, isso se dá por meio da emergência de se adequar a qualquer tipo de trabalho que seja alcançável, seja dentro da sua área ou em qualquer tipo de serviço (SANTOS, 2019, p. 1156).

Saha (2011) afirma que em Mumbai, maior cidade da Índia, os vendedores ambulantes fazem parte dos trabalhadores mais oprimidos, mesmo eles desempenhando um papel fundamental na economia, oferecendo itens essenciais e econômicos. A pesquisadora buscou retratar a vida profissional desse grupo de pessoas e os resultados revelaram que a maioria delas é financiada por agiotas para fins de atividade econômica e previdência social e essa situação coloca essas pessoas em uma situação de endividamento, o que significa aumento da vulnerabilidade social e pessoal.

A proteção social desempenha um papel fundamental no combate à pobreza de qualquer uma nação, sendo fundamental entre as pessoas que trabalham no setor informal, pois vivenciam níveis de alto risco econômico e social. Nos últimos anos vivemos um paradoxo em

relação a essa proteção e isso deve-se à redução das despesas atribuídas às iniciativas de consolidação e ajuste fiscal durante as crises financeiras.

Holmes e Scott (2016), buscaram estabelecer a extensão da cobertura entre as trabalhadoras informais, pois, na maioria dos países, as mulheres estão super-representadas na força de trabalho informal, porém não estão incluídas nas iniciativas de previdência social e enfrentam riscos associados ao sexo que as impedem de participar de programas de seguros. Suas descobertas revelaram que sistemas abrangentes de previdência social envolvem esquemas que cobrem a velhice, doença, invalidez, abono familiar e desemprego; no entanto, na maioria dos países em desenvolvimento, esses benefícios estão limitados apenas às pequenas populações, pois beneficiam trabalhadores do setor formal urbano e funcionários públicos de alta renda, significando que as pessoas do setor informal, especialmente as mulheres, não são protegidas (HOLMES; SCOTT, 2016).

Estes mesmos pesquisadores observaram que o trabalho informal geralmente é invisível e desorganizado em que as pessoas trabalham em vários lugares e não têm uma força de trabalho organizada, o que limita seu poder de negociação e barganha com governos e empregadores. As mulheres que trabalham no setor informal têm poucos rendimentos, o que torna difícil para elas estabelecer benefícios e direitos de aposentadoria. Como a venda ambulante está entre as ocupações populares no setor informal, é essencial estabelecer e implementar políticas que estendam os planos de seguro a essa categoria de trabalhadores (HOLMES; SCOTT, 2016).

Embora registre-se um aumento das taxas de atividade femininas, observa-se a persistência das desigualdades, tanto entre sexos, quanto entre raças e entre classes (HIRATA, 2017). Conforme Hirata (2017, p. 148), *“um indício da desigualdade está na segregação horizontal e vertical: as mulheres não têm acesso as mesmas profissões que os homens, estão limitadas a um número restrito de atividades [...] e tem poucas perspectivas de promoção”*. Ainda, conforme a autora:

se as taxas de atividade aumentam, os empregos criados são vulneráveis e precários, com o desenvolvimento do trabalho informal no hemisfério Sul. No Brasil, segundo algumas pesquisas observa-se um aumento dessa informalidade no período recente [...] E, sobretudo, coexistência da “expansão do mercado formal de trabalho” com o informal, absorvendo mais mulheres do que homens e mais negros do que brancos (HIRATA, 2017, p. 148).

As empresas vêm reduzindo o número de funcionários e, com isso, sem expectativas, a população desempregada encontra algum tipo de renda no trabalho informal, no trabalho de tempo parcial e no subemprego. Assim,

entre os anos de 2014 e 2018, o total dos trabalhadores por conta própria aumentou 9,6%. No sentido geral de avanços nos trabalhos por conta própria e emprego assalariado informal, desprovido do acesso aos direitos sociais e trabalhistas, percebe-se também a expansão recente das taxas de desemprego e de subutilização da mão de obra disponível no mercado de trabalho brasileiro (POCHMANN, 2020, p. 98).

Esse tipo de trabalho pode ser a principal fonte de renda para muitas famílias e apesar dos benefícios que oferecem ao público, pode ser dificultado por diversos desafios. Em relação às condições de trabalho, os vendedores vivenciam o assédio e carecem de capital para expandir seus negócios, além de não terem acesso à Previdência Social por serem "invisíveis".

Conforme Antunes e Praun (2015), com a desconfiguração e com os projetos de eliminação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vem ocorrendo a intensificação das flexibilizações, das terceirizações, do aumento da informalidade e a ampliação do desemprego. Com isso, à medida que as mulheres trabalhadoras, principalmente as mais jovens, mais instruídas e solteiras, buscam independência financeira por meio de trabalhos formais e informais, tornam-se mais visíveis nos espaços públicos; com isso, têm maiores riscos de sofrer assédio sexual, ou qualquer forma de assédio nas ruas, desde gestos vulgares até assédio verbal e agressão física. Dessa forma,

às práticas associadas ao assédio moral são, como sabido, anteriores aos processos de reorganização do trabalho e da produção vivenciados desde as últimas décadas do século XX. Apesar disso, será no contexto da acumulação flexível que esse tipo de prática assume novo significado e dissemina-se com vigor pelo mundo do trabalho (ANTUNES, 2015, p. 420).

Ainda conforme o autor, apesar de na maioria das vezes ser direcionado a um trabalhador específico, o assédio repercute sobre o coletivo, contribuindo de forma significativa para a deterioração das condições de saúde e segurança no trabalho (ANTUNES; PRAUN, 2015).

As cidades no mundo pós-colonial estão em constante mudança, mas a prática de planejamento urbano dificilmente é pensada para mulheres trabalhadoras. Conforme Hirata (2017, p. 144):

as responsabilidades tradicionais das mulheres pela educação das crianças estruturam mercados de trabalho que são desvantajosos para as mulheres, resultando em um poder desigual no mercado econômico que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família. Essas relações entre trabalho/família/sociedade, e trabalho/saber/poder, formam um círculo vicioso e não virtuoso.

Desde as origens do planejamento urbano das cidades, as formas específicas como as mulheres usam o espaço público foram amplamente ignoradas. O ambiente urbano construído é o resultado de muitos usuários contribuindo para um espaço de múltiplos usos e, portanto, a experiência de uma mulher da cidade e sua capacidade de contribuir para isso é limitada por

hierarquias e dinâmicas de poder dentro da sociedade que constrói o espaço urbano. Para as mulheres que vivem em ambientes urbanos, a vida cotidiana é profundamente afetada pelo *design* e uso dos espaços públicos.

De acordo com o DEAN (2017), ao realizar planejamentos urbanos que tentam calcular onde as áreas residenciais devem estar localizadas com base nos padrões de viagem para o trabalho (deslocamentos de trajeto do trabalho), os planejadores ignoram completamente os hábitos de viagem das mulheres, que ficam amplamente restritos aos espaços domésticos suburbanos. Esta constatação persiste, apesar dos grandes aumentos na força de trabalho feminina e da complexidade das viagens das mulheres, pois elas conciliam suas responsabilidades domésticas com sua participação na força de trabalho.

O trabalho doméstico feminino, embora necessário para a reprodução do trabalho, não tem um preço de mercado e, portanto, não recebe nenhum valor nas fórmulas que moldam os modelos de previsão de viagens. Conforme informações do DEAN (2017), os planejadores de espaços urbanos tendem a ignorar o fato de que, embora o isolamento de espaços domésticos longe do centro da cidade fosse benéfico para os homens (que se deslocavam para a cidade ao trabalho e buscavam uma casa que fosse um refúgio da desordem da cidade), esses, mesmo isolados, negavam às esposas e filhas o acesso aos empregos, recursos e laços sociais.

As comunidades em situação de vulnerabilidade, além de serem marginalizadas, são excluídas dos processos de planejamento e dependem significativamente dos espaços informais das cidades para suprir suas necessidades básicas e impulsionar as economias informais com recursos financeiros e humanos. As mulheres que atuam no trabalho informal na via ferroviária do Rio de Janeiro, contam umas com as outras para atender às suas necessidades diárias, que são ignoradas pelos esforços de planejamento liderados pelo estado. Elas utilizam o espaço segregado do compartimento feminino para criar seus próprios sistemas informais. O trabalho informal é um exemplo das desigualdades de gênero, classe e raça, pois predomina entre as mulheres pobres, negras e imigrantes.

De acordo com Hirata (2017, p. 161): “*Ao indicarmos as desigualdades gritantes no que diz respeito ao trabalho profissional, parecem ser ainda piores as desigualdades no âmbito do trabalho doméstico: o que é atribuído a um e a outro sexo e um fator imediato de desigualdade e de discriminação*”. Historicamente as mulheres gastam mais horas de sua semana com tarefas domésticas, do que os homens. Juntando os períodos de trabalho remunerado e doméstico, as mulheres trabalham muito mais horas por semana que os homens.

Conforme Collins (2019), historicamente, o trabalho de campo e o trabalho doméstico era a ocupação básica dentre as possibilidades de trabalho assalariado para as mulheres negras.

Com as mudanças culturais, econômicas, políticas e sociais que vem ocorrendo no mundo nas últimas décadas, as mulheres negras foram migrando dessas ocupações básicas e vem ocupando seu espaço no mercado de trabalho. Contudo, conforme Collins (2019), elas ainda encontram um mercado de trabalho urbano segmentado de acordo com a raça e o gênero.

As condições socioeconômicas das mulheres negras da classe trabalhadora e as maneiras pelas quais as dificuldades econômicas, acrescidas das diferentes percepções do espaço público urbano e da ascensão racial, motivam a atração dessas mulheres para o trabalho informal (HARRIS, 2017). As mulheres negras veem as oportunidades econômicas e sociais oferecidas pelo trabalho informal como um caminho para aumentar a receita familiar e um caminho de possibilidades para si mesmas. Com isso, essas mulheres sofrem com os perigos e obstáculos associados ao trabalho autônomo e ao trabalho para empregadores na maioria das vezes dispostos a explorá-las (HARRIS, 2017).

As vendedoras ambulantes estão expostas aos diversos tipos de violências e à repressão física e psicológica. Conforme Díaz Pérez (2020), a violência estrutural manifesta-se como poder desigual e conseqüentemente, como diferentes oportunidades de vida, devido ao fato dos recursos serem distribuídos de forma desigual. Com isso, conforme a autora, esse tipo de violência implica em situações de exploração, discriminação, marginalização e dominação, que se traduzem em pobreza das grandes massas, repressão, classes antagônicas, violação de direitos humanos, alienação cultural, concentração de poder político, falta de democracia, entre outros, o que invariavelmente implica injustiça social.

As vendedoras ambulantes das vias ferroviárias podem ser expostas aos diversos riscos, os quais incluem assédio moral, acidentes, incapacitações, abusos sexuais, prostituição, violência física, trabalho forçado, perda de mercadorias, roubo, sequestro e até assassinatos/morte.

De acordo com Andrade e Assis (2018), o assédio moral como violência no trabalho pode ser definido como:

toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho. [...] As mulheres são as que mais sofrem com o assédio moral. Para elas, os abusos e as agressões verbais estão nas piadas grosseiras sobre vestuários e aparência física (ANDRADE; ASSIS, 2018, p. 2).

Ainda conforme Andrade e Assis (2018, p. 2), o assédio moral “*pode ser considerado uma violência perversa e engloba a desqualificação, o isolamento, a atribuição de tarefas de menor valor, a indução ao erro, o assédio sexual, a exclusão, as mudanças de horários e de atividades sem prévio aviso, abusos de poder, etc*”.

Assédio moral está relacionado a situações em que os trabalhadores são submetidos às humilhações e aos constrangimentos no trabalho e pode acontecer de várias formas. O assédio moral traz consigo consequências devastadoras para a saúde das trabalhadoras da via ferroviária, pois deterioram as relações de confiança e suscitam adoecimento e mal-estar.

Como forma de amenizar a situação que foi criado o compartimento feminino, que é um espaço único que tem, como resultado de ações pequenas, desorganizadas, mas coletivas por parte de seus passageiros, criando uma infraestrutura de apoio ao trabalho feminino fora de casa (DEAN, 2017). Esses tipos de acomodações são cruciais para uma força de trabalho feminino em crescimento, com papéis cada vez mais complexos na sociedade.

Ao longo do tempo, as mulheres vêm reduzindo o tempo de trabalho doméstico como o preparo das refeições e de cuidado com os filhos. Inversamente, os homens vêm aumentando a quantidade de tempo gasto na preparação de alimentos e cuidados com os filhos, porém ainda têm essa participação limitada principalmente nos dias de fim de semana. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho:

remete ao conceito ampliado de trabalho, que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não-remunerado. [...] “É a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Essa forma é modulada histórica e socialmente, e tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

À medida que a força de trabalho feminina cresce, mais mulheres são obrigadas a equilibrar suas tarefas domésticas tradicionais de cuidar da casa e cuidar dos filhos. Portanto, no trajeto e em dias inteiros de trabalho, o tempo gasto com outras mulheres no trem torna-se um momento cada vez mais importante para as mulheres que viajam ao trabalho para se socializarem com outras mulheres. Para muitas, o compartimento feminino pode não apenas representar mobilidade, mas também um importante espaço social.

Como as necessidades sociais das mulheres por meio da criação de espaços públicos acessíveis ainda não são uma realidade na maioria das cidades, essas mulheres trabalhadoras costumam estender a sua própria esfera doméstica para os espaços de infraestrutura pública. Essas tarefas domésticas podem incluir cuidar dos filhos, cuidar de outras pessoas da família e preparo de refeições.

As mulheres podem comprar seus mantimentos de vendedoras ambulantes ao redor da estação quando começam sua viagem para casa e muitas vezes usam o tempo e o espaço do compartimento feminino para descascar e picar alimentos. Essa prática é explicitamente

relacionada ao gênero, principalmente quando comparada às rotinas dos compartimentos de embarque geral (DEAN, 2017).

As vendedoras geralmente viajam no trem com os passageiros para oferecer produtos ligados ao gênero, como esmaltes, acessórios para o cabelo ou brinquedos para crianças. Elas também oferecem alguns mantimentos, como pacotes de coentro, alho descascado, frutas e verduras, para as mulheres que estão viajando para casa para preparar o jantar para suas famílias (DEAN, 2017).

O compartimento feminino cria um espaço para que as mulheres moldem, de forma lenta e coletiva, um público que atenda às suas necessidades particulares. São necessidades que, de outra forma, não seriam incorporadas à paisagem urbana. O apagamento desses espaços também garante que as necessidades das mulheres continuarão a ser negligenciadas à medida que a cidade evolui. O compartimento feminino apresenta uma imagem clara de como pode ser um espaço público urbano voltado para as mulheres, mas o estado continua a desmapear e informalizar esses espaços em seu próprio esforço para exercer controle territorializado sobre a cidade que está em rápida mudança.

O trabalho informal deveria ser uma opção, mas houve um aumento exacerbado desse grupo desses trabalhadores, que parecem ser invisíveis para a sociedade, mas a todo instante estão próximos oferecendo um serviço e/ou produto. Os dados que as pesquisas mostram estão longe da realidade, pois ainda existe aquela parcela que complementa o salário do trabalho formal com o informal. Independente do vínculo empregatício, espera-se que as pessoas possam ter seus direitos garantidos de trabalhar, ter qualidade de vida e, principalmente, segurança financeira nos momentos de fragilidade na saúde.

Portanto, é essencial estabelecer políticas e iniciativas que ampliem a proteção social e os direitos dos trabalhadores informais, incluindo os vendedores ambulantes, sendo observadas as diferenças de gênero e raça. Isso envolve a extensão da cobertura da previdência social, o reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado e a inclusão das necessidades das mulheres trabalhadoras no planejamento urbano. Somente dessa forma será possível combater a exclusão, a desigualdade e garantir condições de trabalho dignas para todos os membros da sociedade do trabalho.

2.3 SITUAÇÕES DE RISCOS À SAÚDE

Organismos nacionais e internacionais se preocupam com o trabalho informal e suas consequências para a saúde do trabalhador, acidentes de trabalho e doenças laborais

(BELTRÃO, 2010). Os estudos relacionados ao trabalho informal ocorrem nos países periféricos e o tema da informalidade costuma estar relacionado, principalmente, com as questões do desemprego, da precarização no trabalho, da flexibilização, da reestruturação produtiva, das políticas públicas de emprego e renda, da qualificação profissional, de gênero, do trabalho infantil, do trabalho familiar, da inserção dos deficientes físicos no trabalho, da ocupação do espaço urbano, da previdência social, da saúde e segurança no trabalho entre outros aspectos (BELTRÃO, 2010).

A informalidade está cada vez mais associada ao processo de precarização do trabalho, delimitando, além da deterioração das condições de trabalho, desregulamentação e falta de acesso a determinados direitos, a precarização das condições de vida dos trabalhadores em níveis muito mais extensos e complexos do que aqueles estritamente trabalhista. Com efeito, a precariedade não se limita apenas à economia, ela fortalece e permeia os laços sociais e a produção subjetiva, causando impactos significativos na saúde desses indivíduos (AQUINO; OLIVEIRA; PEREIRA FILHO, 2020).

No plano histórico, convém destacar, os estudos operários italianos, que ficou conhecido no Brasil como “Modelo Operário Italiano” (ODDONE *et al.*, 2020). Nele, preconiza-se que o ambiente de trabalho vem sendo a causa de adoecimento, incapacidades e até mesmo de morte dos trabalhadores devidos aos riscos ambientais e psicossociais. De acordo com os autores, as descobertas científicas precisam ser socializadas, de forma eficaz entre os trabalhadores, para que o ambiente de trabalho não seja um causador de danos. Portanto, torna-se necessário que os trabalhadores se apropriem das descobertas científicas desse campo e lutem contra as causas de adoecimento, incapacidades e as mortes no trabalho.

Sendo o ambiente de trabalho o conjunto das condições de produção em que a força de trabalho e o capital se transformam em mercadorias e lucros, este é capaz de provocar danos à saúde de quem trabalha. Essa nocividade é possível ser controlada por meio do conhecimento da realidade ambiental, com todas as suas implicações científicas (ODDONE *et al.*, 2020).

O conjunto dos elementos que constituem o ambiente de trabalho é formado por quatro grupos: O primeiro grupo (agentes físicos) compreende a luz, o barulho, a temperatura, a umidade e a ventilação, que são os fatores presentes no ambiente onde o trabalhador reside; O segundo grupo (agentes químicos) compreende a poeira, os gases, as fumaças, que são encontrados no ambiente de trabalho; O terceiro grupo (risco de acidente) compreende o esforço físico ou a atividade muscular; O quarto grupo (risco ergonômico) compreende a monotomia, a repetitividade, os ritmos excessivos, a ocupação (saturação) do tempo, as posições inadequadas e demais efeitos estressantes encontradas nos ambientes de trabalho. Esses efeitos

nocivos, se estiverem fora dos limites aceitáveis, podem causar acidentes, doenças profissionais e doenças inespecíficas (ODDONE *et al.*, 2020). Apesar desses grupos de riscos no trabalho terem sido constituídos sobre bases de análise em ambientes de fábricas e indústrias, podem ser aplicados para outros grupos de trabalhadores, como os vendedores ambulantes dos trens urbanos.

Os fatores de risco psicossociais, como estresse, fadiga, intimidação, assédio, violência e agressão, também precisam ser levados em consideração, pois podem afetar a resposta psicológica dos trabalhadores às suas condições de trabalho e de local de trabalho (incluindo as relações interpessoais com colegas) e podem se manifestar em doenças físicas e mentais. Os vendedores ambulantes muitas vezes são perseguidos e maltratados pelas autoridades civis, necessitando em alguns casos realizar subornos para continuar seus negócios. Na maioria das vezes não estão felizes e satisfeitos com esse tipo de trabalho e tem vontade de abandoná-lo para um emprego estável e confortável (OKAFOR, 2013).

Conforme Pires (2011), em seu estudo com foco na repressão física e psicológica por que passam esses trabalhadores dos trens da Central do Brasil na RMRJ, em 2005 cerca de 900 vendedores atuavam em todos os cinco ramais da malha ferroviária da SuperVia. Atualmente não existe estimativa da quantidade de vendedores ambulantes, porém desde o início do ano, mais de 18.400 ambulantes ilegais foram retirados do sistema ferroviário e as mercadorias recolhidas foram entregues à Guarda Municipal ao final de cada operação (BARSETTI, 2016).

Sob o argumento e a justificativa do combate ao comércio ilegal e a pirataria, os vendedores ambulantes são, injustamente, associados ao crime, criminalizados, e sua remoção do ambiente de trabalho é apresentada como medida de segurança. Apenas os que possuem permissão trabalham livremente, os outros precisam se sujeitar a formas muito precárias de trabalho, carregando mercadorias coladas no corpo, prontos a se dispersar ao menor sinal de aproximação dos agentes de segurança (PERALVA; TELLES, 2015).

Em vista disso, é necessário buscar soluções que promovam a inclusão e a proteção dos trabalhadores informais, garantindo condições de trabalho seguras e saudáveis, assim como o acesso a direitos básicos. Além disso, é fundamental combater a estigmatização e a criminalização desses trabalhadores, reconhecendo sua contribuição para a economia e para a sociedade como um todo.

2.4 AS RELAÇÕES DE PODER NO TRABALHO DOS VENDEDORES AMBULANTES

Foucault (1995) abordou a questão do poder e da disciplina em suas análises sobre instituições sociais e práticas de controle. Ao examinar a relação entre poder e espaço, podemos perceber como as dinâmicas de poder se desdobram no trabalho informal dos vendedores ambulantes.

“O espaço é fundamental em qualquer forma de vida comunitária; o espaço é fundamental em qualquer exercício de poder” (Foucault, 1995, p. 361). Conforme a afirmação de Foucault no século anterior, um tema recorrente entre administradores, arquitetos e planejadores tem sido a associação dos espaços físicos nas ruas, praças e avenidas com conquistas políticas. Os espaços públicos urbanos, que podem estar moldados e formados pela política, ajudam na formação e construção da cidade, onde laços sociais e ligações com o poder são desenvolvidos (ABRAHÃO, 2016).

De acordo com Foucault, o espaço desempenha um papel fundamental no exercício do poder. As ruas e praças, onde os vendedores ambulantes realizam suas atividades, são espaços carregados de significado político e social. Esses locais não são meramente espaços físicos neutros, mas sim espaços onde o poder é exercido e contestado.

Já Milton Santos caracteriza o espaço geográfico, como:

algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente (SANTOS, 2008, p. 46).

O pensamento geral é que esses espaços urbanos são facilmente acessíveis. Os espaços vão além do físico e passam a ser lugares onde há um poder contínuo e disputas de pertencimento. Também indica que esses espaços públicos são usados para vigilância e demonstrações do Estado, como intervenções militares para exibir poder (Foucault, 1995). Portanto, a organização dos espaços públicos reflete as realidades e as relações de poder que existem na sociedade, em diferentes níveis.

Nas dinâmicas do trabalho informal, os vendedores ambulantes estão constantemente sujeitos a formas de controle e disciplina. Embora atuem fora das estruturas formais de emprego, eles são vigiados e regulados por meio de práticas informais de controle social. Essas práticas podem incluir a presença de autoridades locais, a imposição de taxas e regulamentações e até mesmo a competição entre os próprios vendedores.

Além disso, a própria natureza do trabalho informal dos vendedores ambulantes reflete a relação de poder existente na sociedade. Enquanto alguns vendedores ambulantes conseguem

se estabelecer e garantir certa estabilidade econômica, muitos enfrentam dificuldades e incertezas constantes. Essa dinâmica de poder é evidenciada pela desigualdade de oportunidades e pelo tratamento diferenciado em relação aos vendedores formais.

Os espaços públicos urbanos são considerados ativos produtivos para a subsistência de trabalhadores formais e informais, principalmente para os vendedores informais (CHEN *et al.*, 2018). A venda ambulante é descrita como uma situação em que a troca econômica num local de venda é caracterizada pela ocupação precária do espaço público e pela mobilidade dos comerciantes e/ou clientes. A venda ambulante tornou-se uma característica comum em espaços urbanos, incluindo metrópoles e cidades de pequena e média dimensão. Essas atividades comerciais tornaram-se parte integrante da paisagem urbana e contribuem para a economia formal e informal (RACAUD; KAGO; OWUOR, 2018). O comércio informal fica, geralmente, perto de espaços públicos, com alta densidade demográfica e são dominados por vendedores ambulantes informais.

Por outro lado, conforme Guha-Khasnobis, Kanbur e Ostrom (2007) em seu estudo sobre formalidade e informalidade em países em desenvolvimento, também existem vendedores ambulantes formais, integrados na economia formal por meio de registro legal e, portanto, protegidos. Têm associações e, sendo alguns deles sindicalizados têm, portanto, acesso aos benefícios como habitação de baixo custo, microfinanciamento e outras formas de assistência institucional (GUHA-KHASNOBIS; KANBUR; OSTROM, 2007). No entanto, esses dois grupos de trabalhadores operam e concorrem no mesmo espaço público, gerando lutas de poder em que os vendedores informais ficam em desvantagem.

Foucault analisou espaços clínicos e prisionais e usou analogias com salas de aula e fábricas (FOUCAULT, 1995; FOUCAULT, 2003). As analogias revelaram atributos semelhantes dentro dessas instituições e o poder inerente às suas operações. Esses poderes manifestam-se no espaço em que existem e incluem espaços disciplinares (GRBIN, 2015). As divisões seccionais do espaço disciplinar são iguais ao número de corpos/elementos para distribuição; portanto a disciplina organiza o espaço analítico. Para Foucault, a produção do espaço não é uma práxis social neutra; em vez disso, desenvolveu-se para implementar o poder, tornando a arte da criação do espaço num poder/conhecimento (WEST-PAVLOV, 2009).

Para adquirir poder, é preciso eliminar o impacto das distribuições imprecisas, do desaparecimento descontrolado de indivíduos, de circulações difusas, de coerções inúteis e perigosas. Essa eliminação é considerada uma tática para prevenir a deserção, a vagabundagem e a coerção (WEST-PAVLOV, 2009). O objetivo é estabelecer poderes para permitir a supervisão de cada indivíduo. Assim, de acordo com Zieleniec (2007), a analogia de prisões e

clínicas, conforme proposta por Foucault (1995), faz da arquitetura e do urbanismo dos espaços públicos as dimensões espaciais do exercício do poder.

Nesse contexto, os trabalhadores formais e informais são considerados nas distribuições do espaço público urbano. Por serem registrados pelo governo e considerados parte da economia formal, os trabalhadores formais consideram-se mais poderosos que os trabalhadores informais não registrados. Esses trabalhadores ocupam um espaço público semelhante e, portanto, concorrem por oportunidades e clientes semelhantes. No entanto, a localização dos vendedores informais nas ruas e trens e, não nas lojas, cria incertezas para os formais que estão nas lojas que tendem a ser obscurecidas pelos vendedores informais.

Por se perceberem detentores do poder, o seu objetivo é eliminar as “distribuições imprecisas”, “circulações difusas” e “coerções inúteis e perigosas” apresentadas pelos comerciantes informais por não poderem fiscalizar suas atividades (RACAUD; KAGO; OWUOR, 2018). Da mesma forma, os trabalhadores informais consideram-se trabalhadores legítimos e também contribuem direta ou indiretamente para a economia. Essas perspectivas diversas criam lutas de poder e conflitos entre as duas categorias de trabalhadores enquanto trabalham para se unir para obter o controle dos espaços públicos. Conforme indicado por Racaud, Kago e Owuor (2018), os interesses em conflito e as disputas dentro desses espaços produzem rivalidades de poder, no acesso aos clientes.

Ao analisar o trabalho informal dos vendedores ambulantes à luz do pensamento de Foucault, podemos compreender que o espaço em que eles atuam é atravessado por relações de poder. A luta por visibilidade, reconhecimento e melhores condições de trabalho é uma manifestação do poder resistente por parte desses trabalhadores, que buscam reivindicar sua autonomia e dignidade em um contexto de marginalização.

No entanto, é importante destacar que Foucault também nos convida a questionar as estruturas de poder existentes e a explorar possibilidades de resistência e transformação. A análise crítica do trabalho informal dos vendedores ambulantes à luz do pensamento foucaultiano pode abrir caminho para a reflexão sobre as relações de poder, as desigualdades sociais e as formas de resistência e luta por justiça social.

2.4.1 Relação de emprego como relação de poder

No contexto da análise organizacional, o poder tende a ser concebido como algo que é exercido entre dois grupos. Por exemplo, esses grupos são empregadores e empregados e indivíduos com posições com mais ou menos poder (VILLADSEN, 2007). Com base nessa descrição, pode-se argumentar que o poder é considerado como a capacidade de um agente de

impor a sua vontade sobre os impotentes (BĂLAN, 2010). Porém, segundo Foucault (1980), o poder não pode ser possuído, mas age e manifesta-se de maneira particular, transformando-se em mais uma estratégia do que em uma posse. Reitera ainda que o poder deve ser analisado como algo que circula ou funciona como uma cadeia, em que é exercido e empregado por meio de uma organização em rede (FOUCAULT, 1980). Portanto, os indivíduos são o meio de poder e não os pontos de aplicação.

Nesse contexto, o poder apresenta duas características principais: ele é tanto um sistema quanto uma rede de relações que abrange toda a sociedade, estabelecendo uma dinâmica de oprimidos e opressores (MILLS, 2003). Além disso, os indivíduos são o ponto focal do exercício do poder, e a resistência a ele é uma faceta ativa (MILLS, 2003). Segundo Foucault (1980), a percepção do poder se desdobra em fatores-chave, incluindo a impessoalidade e a ausência de um sujeito singular; em outras palavras, o poder não é guiado pela vontade de uma única pessoa, mas sempre resulta de relações de poder e não é quantificável por indivíduos (MARK e KELLY, 2009).

O poder não é centralizado em um único indivíduo ou classe; é multidirecional e dinâmico por natureza. Portanto, é considerado como um sistema e uma rede de relações (MILLS, 2003). Dessa forma, as relações de trabalho transformam-se em relações de poder entre as duas partes.

É importante destacar que o poder não é unidirecional, mas multidirecional, e que a resistência ao poder também é uma manifestação dentro dessas relações. As relações de poder no contexto do emprego são impessoais, não sendo conduzidas pela vontade individual de uma pessoa, e estão sempre presentes nas interações entre as partes envolvidas.

Portanto, compreender as relações do trabalho como relações de poder nos permite analisar as dinâmicas de poder presentes nesses contextos e questionar as estruturas de poder existentes. Essa perspectiva nos convida a refletir sobre as desigualdades e assimetrias de poder que podem surgir nas relações do trabalho e buscar formas de resistência e transformação para promover relações mais equilibradas e justas.

2.4.2 A supremacia do trabalhador formal sobre o trabalhador informal

As características descritas anteriormente destacam a relação de poder inerente à relação do trabalho. As instituições sociais, incluindo a sua formação discursiva, criam e disseminam relações disciplinares de poder, nas quais consta a expectativa de códigos de conduta

específicos, que compreendem as relações de dominação e subjugação na formação social (FOUCAULT, 1995).

Foucault (1995) analisou a revolução industrial e a emergência da gestão como profissão e estabeleceu que a vigilância e o controle no trabalho eram meios de aumentar a produtividade e controlar a força de trabalho. Portanto, a vigilância torna-se um operador econômico crítico como parte da produção e mecanismo dentro do poder disciplinar dos proprietários das empresas. Foucault reconhece que duas formas de poder podem coexistir e não são mutuamente exclusivas, podendo, portanto, ser articuladas em conjunto.

Assim, Guizzo e Stronge (2018) indicam que, atualmente, o poder disciplinar mantém a sua eficácia. Dentro da relação de trabalho, os empregados, por definição, trabalham sob os empregadores, os quais possuem uma quantidade significativa de poder, em comparação com os empregados, apesar das características distributivas de poder destacadas anteriormente. Em relação à disciplina, os empregados não têm controle sobre os sistemas de vigilância da empresa e não estabelecem os códigos de conduta esperados (GUIZZO; STRONGE, 2018).

Uma relação de emprego é uma noção legal que descreve a relação trabalhador formal e trabalhador informal. As relações são consideradas relações de poder entre as duas partes com base nas características de poder destacadas por Mark e Kelly, (2009). Assim, dada a natureza dinâmica da relação do trabalho e a existência simultânea, não mutuamente exclusiva, de relações de poder entre trabalhador formal e trabalhador informal, é inevitável que ocorram mudanças de poder, dependendo do contexto (Mark e Kelly, 2009).

A supremacia do trabalhador formal, conforme já destacada, implica que ele terá sempre mais poder que o trabalhador informal. Portanto, o trabalhador informal tenderá a procurar mais poder lutando pelos seus direitos. Foucault (1995) argumentou que os direitos e as leis são uma forma única de poder e são, alternativamente, poderes polimórficos. Assim, as mudanças no poder significarão que haverá uma exigência constante de direitos fundamentais do trabalho durante as alterações.

Portanto, a compreensão da supremacia do trabalhador formal sobre o trabalhador informal evidencia a necessidade de questionar e enfrentar as desigualdades de poder presentes nas relações do trabalho. Essa reflexão convida a promover uma distribuição mais equitativa de poder e a buscar o fortalecimento dos direitos e proteções para todos os trabalhadores, independentemente de sua posição formal ou informal.

Fotografia 1 - Ambulantes vão 'sumir' dos trens do Rio.



Fonte: BARSETTI (2016)

Na via ferroviária do Rio de Janeiro,
O trem se movimenta com seu brilho verdadeiro.
E junto a ele, em ritmo frenético e encantador,
Segue a trupe dos vendedores ambulantes com amor.

Nas estações repletas de histórias e emoções,
Eles surgem como personagens das canções.
Com suas vozes alegres, cantam suas melodias,
Anunciando seus produtos com poesia.

E assim, entre os trilhos que se estendem além,
Os vendedores ambulantes são como um refém.
Refém do amor pelo que fazem, do desejo de vender,
Levando alegria e encantamento por onde quer que vão correr.

Eles são a alma da via férrea, colorindo os vagões,
Com suas mercadorias e belas canções.
Transformam o trajeto em uma jornada encantada,
De histórias compartilhadas, risos e gargalhadas.

Então, bravo aos vendedores da via ferroviária carioca,
Que levam consigo a essência da cidade que os provoca.
(A Jornada dos Vendedores Ambulantes 1 - MEDEIROS, 2023a)

3 - PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa social de caráter crítico-descritivo. Conforme Minayo (2014, p. 47), as pesquisas sociais em saúde são *“todas as investigações que tratam do fenômeno saúde/doença, de sua representação pelos vários atores que atuam no campo: as instituições políticas e de serviços e os profissionais e usuário”* (MINAYO, 2014, p. 47). A pesquisa social trata-se, assim, de um instrumento essencial no sentido de pensar a realidade.

A pesquisa foi realizada com vendedores ambulantes que atuam no comércio informal na via ferroviária de trens urbanos da RMRJ. A RMRJ abrange 22 municípios e tem a segunda maior concentração demográfica e econômica do Brasil. A economia informal na RMRJ é significativamente grande, incorporando vários tipos de ocupações e uma enorme população. A SuperVia é a empresa responsável pela concessão e administração das 102 estações da via férrea, que se encontram distribuídas ao longo de oito ramais, totalizando cerca de 270 quilômetros de extensão ferroviária.

Foram incluídos nesse estudo doze trabalhadores que atuam, há pelo menos seis meses no comércio ambulante da via ferroviária da RMRJ, com idade superior a 18 anos e que concordaram participar do estudo voluntariamente. A abordagem dos vendedores ambulantes se deu a partir de conhecimento prévio de alguns desses profissionais por parte do pesquisador principal e pela técnica “bola de neve”, onde alguns participantes foram indicados por meio dos vendedores ambulantes que já haviam respondido a pesquisa. Os gastos exclusivamente para participar desta pesquisa, como transporte e alimentação, foram ressarcidos pelo pesquisador responsável, logo após o término de cada entrevista individual.

Para a produção de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada que abordou aspectos relacionados ao perfil socioeconômico, Condições de saúde, Condições de trabalho e Condições de seguridade social (Anexo 1). Foi realizado um pré-teste com a entrevista semiestruturada, para a validação junto a população de vendedores ambulantes e com finalidade contribuir para tornar mais clara e precisa a lista de temas e aspectos que foram conversados durante o trabalho de campo.

As entrevistas ocorreram em um consultório público pertencente ao SUS, localizado em Duque de Caxias, entre os meses de outubro e dezembro de 2022, e foram realizadas com agendamento prévio. Cada entrevistado assinou o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, com os esclarecimentos da pesquisa. As informações das entrevistas individuais foram colhidas por meio da observação direta, do registro escrito e da gravação em áudio. Todo

material ficará mantido em um arquivo de dados da pesquisa, com acesso restrito, sob a responsabilidade do pesquisador principal.

Inicialmente a proposta era fazer uma triangulação de métodos qualitativos, com a realização de grupos focais e observação participante. Porém, com o fim das atividades do Sindicato dos Vendedores Ambulantes do Rio de Janeiro, os grupos focais com os dirigentes do sindicato não foram realizados. Já a observação participante, nos trens da Supervia, não foi realizada devido a pandemia de Covid-19 por aumentar o risco de exposição ao vírus tanto para os pesquisadores quanto para os participantes e pelas restrições e interrompido temporariamente das atividades comerciais dos vendedores ambulantes.

Os dados construídos e gerados pelas entrevistas com os vendedores ambulantes, foram analisados por meio de técnicas estatísticas básicas e pela Análise Temática (AT), conforme proposta por Braun e Clarke (2006), uma abordagem adequada e coerente para dar voz aos vendedores ambulantes. A AT é um método de análise de dados em pesquisas qualitativas que envolve identificar, codificar e organizar temas dentro dos dados para entender as experiências, perspectivas e significados dos participantes (Braun e Clarke, 2006).

No contexto dos vendedores ambulantes nos trens, os temas incluem variadas questões como os desafios enfrentados pelos vendedores para garantir uma renda mínima, as dificuldades de trabalhar em um ambiente lotado e potencialmente perigoso e o impacto das regulamentações na capacidade dos vendedores de empreender. Conforme Braun e Clarke (2006), a AT envolve 6 fases (Quadro 1).

Na fase 1 foi realizado a familiarização com os dados, onde revisamos repetidamente as respostas às entrevistas semiestruturadas com os doze vendedores ambulantes para identificar os padrões temáticos. Uma vez que os dados foram obtidos a partir de entrevistas, os dados verbais foram transcritos para o formato escrito. Embora o processo de transcrição tenha sido algo cansativo e demorado, a familiarização com os dados tornou possível a visibilidade dos problemas relacionados a seguridade social, aos riscos à saúde e outras condições adversas desse tipo de trabalho. Conforme Braun e Clarke (2006), a atenção aos dados transcritos exigem boas capacidades interpretativas para analisá-los adequadamente em diálogo com a literatura atual a respeito do tema.

Na fase 2 lemos e releemos os dados transcritos e nos familiarizamos com eles, geramos uma lista de padrões de ideias iniciais. Esses códigos identificaram as características semânticas e latentes dos dados, necessários para avaliar de maneira significativa as condições de saúde, trabalho e seguridade social. Esse processo de codificação é uma parte importante da análise de

dados, pois permite a organização em padrões significativos para identificar os temas (Braun e Clarke, 2006).

Quadro 1 - As 6 fases da Análise Temática de dados de Braun e Clarke (2006).

Fase	Descrição do processo	Resultado
Na fase 1 ocorre a familiarização com os dados	Tem como objetivo transcrever os dados e revisá-los; ler e reler o banco; anotar ideias iniciais durante o processo.	Códigos iniciais, preliminares e notas detalhadas.
Na fase 2 ocorre a geração de códigos iniciais	Tem como objetivo codificar aspectos interessantes dos dados de modo sistemático em todo o banco; reunir extratos relevantes a cada código.	Códigos abrangentes de como os dados respondem às perguntas de pesquisa.
Na fase 3 ocorre a pesquisa de temas entre os códigos	Tem como objetivo reunir os códigos em temas potenciais; unir todos os dados pertinentes a cada tema em potencial.	Lista de temas candidatos para análise posterior.
Na fase 4 ocorre a revisão de temas	Tem como objetivo checar se os temas funcionam em relação aos extratos e ao banco de dados como um todo; gerar mapa temático da análise.	Reconhecimento coerente de como os temas são padronizados para contar uma história precisa sobre os dados.
Na fase 5 ocorre a definição e nomeação dos temas	Tem como objetivo refinar os detalhes de cada tema e a história que a análise conta; gerar definições e nomes claros a cada tema.	Uma análise abrangente de como os temas contribuem para a compreensão dos dados.
Na fase 6 ocorre a produção do relatório final	Tem como objetivo fornecer exemplos vívidos; última análise dos extratos escolhidos na relação com pergunta de pesquisa e literatura; relato científico da análise.	Descrição das descobertas

Fonte: Adaptado de Braun e Clarke (2006).

O processo de codificação foi manual, onde identificamos os componentes interessantes nos conjuntos de dados que formaram padrões repetitivos. As características dos dados interessantes foram codificadas sistematicamente em conjuntos de dados, garantindo que todos os dados permaneçam relevantes para cada código. De acordo com Braun e Clarke, 2006, p.

87), as características dos dados produzidos devem ser codificadas em palavras-chave que representem ideias particulares após os processos de transcrição.

Na fase 3 pesquisamos temas nos conjuntos de dados reunindo códigos em temas potenciais. Enquanto procurávamos por temas, relemos as entrevistas várias vezes e reduzimos os códigos enquanto os categorizávamos em conjuntos temáticos identificáveis. Após a análise dos códigos, agrupamos em conjuntos temáticos centrais. Esta fase analisou essencialmente os códigos para obter temas abrangentes. Alguns códigos formaram temas primários, enquanto outros geraram subtemas à medida que outros foram descartados.

Demos início a fase 4 ao fazer uma revisão dos temas principais. Nesta seção, verificamos se a temática dizia respeito ao mapa temático analítico. Essa geração só seria possível se os temas trabalhassem relativos aos extratos dos códigos e conjuntos inteiros de dados (Braun e Clarke, 2006). Para revisar os temas principais, relemos todos os dados da entrevista que validou os códigos.

Na fase 5 definimos e nomeamos os temas que foram construídos e gerados por meio dos dados. Parte desses temas estão relacionados com satisfação no trabalho, condições do ambiente de trabalho, ausência de seguridade social, padrões climáticos adversos, riscos associados ao gênero, riscos de adoecimento, agravamento de doenças, própria natureza informal do trabalho e legalidade do comércio ambulante, entre outros.

A fim de produzir o relatório final, fase 6, a análise foi realizada por meio da seleção de extratos convincentes, relacionados à análise da questão de pesquisa e da literatura atual, para produção do texto final da construção da tese (Braun e Clarke, 2006). Assim, várias características que representam os dados foram extraídas para mostrar os resultados finais na forma de sentimentos, ideias e representações visuais, que foram registrados usando interconexões entre os códigos.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram seguidas as normatizações da Comissão nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), presentes na resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466 (BRASIL, 2013). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública (CEP da ENSP), CAAE: 56941722.6.0000.5240.

Fotografia 2 - Precariedade: a barbárie assume seu protagonismo



Fonte: LIMA (2019).

Entre trilhos e locomotivas, em ritmo acelerado,
 Seguem os vendedores ambulantes, com seu comércio animado.
 Levam suas mercadorias, no balanço do trem, lado a lado.
 Com suas caixas coloridas, na cabeça equilibradas,
 Os vendedores ambulantes trazem ofertas apetecidas.

E assim, entre os trilhos e vagões que passam acelerados,
 Os vendedores ambulantes seguem, perseverantes e dedicados.
 São a alma da via férrea, com seu comércio vibrante,
 Levando sorrisos e sabores, num cenário emocionante.

Que o trem da vida os leve por muitos caminhos,
 Com suas mercadorias, trazendo encanto e carinho.
 E que nas estações da cidade, sejam sempre bem-vindos,
 Os vendedores ambulantes, heróis dos trilhos cariocas, destemidos!

Assim termino meu cordel, com homenagem merecida,
 Aos vendedores ambulantes que enchem de vida essa avenida.
 Com seu trabalho incansável e força inspiradora,
 Fazem da via férrea do Rio de Janeiro uma história cativadora!

(A Jornada dos Vendedores Ambulantes 2 - MEDEIROS, 2023b)

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os objetivos propostos, os resultados obtidos por meio da pesquisa estão apresentados nesse capítulo, assim como a discussão. Serão apresentados as análises e os perfis sociodemográficos dos vendedores ambulantes que participaram das entrevistas e responderam ao grupo de perguntas abertas e fechadas.

Foram convidados para participar da pesquisa trinta e dois vendedores ambulantes que atuavam na via ferroviária da RMRJ no período da pesquisa. Desses, quinze não aceitaram o convite: alguns tiveram como justificativa a falta de tempo, devido a carga horária de trabalho exaustiva; outros devido às proximidades e polaridade das eleições acreditaram que a pesquisa teria motivações políticas ou fiscalizadoras; alguns, ainda, pensaram que o objetivo era para retirar-los das linhas dos trens. Dos 17 trabalhadores que concordaram com esta participação, cinco faltaram ao encontro programado e não fizeram mais contato. Assim, ao fim, participaram das entrevistas 12 vendedores ambulantes, respondendo ao grupo de perguntas semiestruturadas.

4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO PESQUISADA

Serão abordados no perfil sociodemográfico as seguintes variáveis: sexo, faixa etária, cor, escolaridade, situação conjugal, quantidade de filhos, posição na família, local de residência e renda familiar. Para caracterização da amostra utilizou-se análise descritiva adotando valores de frequência absoluta (n) e relativa (%) das variáveis sociodemográficas. As características estão apresentadas na Tabela 2.

Em relação à variável sexo, os achados concordam com os do estudo realizado por Jordão (2014). No presente estudo, a amostra foi composta predominantemente por homens (66,7%). Conforme Jordão (2014, p. 75):

É visível que o número de trabalhadores ambulantes do sexo masculino nesse espaço é significativamente maior em relação ao feminino. Provavelmente seja bem maior que 60%. Contudo, não podemos desconsiderar a participação feminina no processo de trabalho dos ambulantes da ferrovia (JORDÃO, 2014, p. 75).

A representação feminina de 33,3 %, pode estar relacionada com a divisão social do trabalho, uma marca do sistema capitalista. De acordo com Bouvier, Vanek e Roubaud (2022), das mulheres que estão no trabalho informal, cerca de 75% buscam oportunidades de obtenção de renda atuando no trabalho doméstico, que vem crescendo no Brasil, escancarando a informalidade e desigualdade de gênero.

Tabela 2 - Medidas descritiva das variáveis sociodemográficas dos vendedores ambulantes. Rio de Janeiro, RJ, Brasil (2023), (n=12).

		Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Sexo	Feminino	4	33.3 %
	Masculino	8	66.7 %
Faixa Etária (anos)	30 a 40	5	41.7 %
	41 a 50	1	8.3 %
	51 a 60	1	8.3 %
	Maior que 60	5	41.7 %
Cor ou raça	Branca	3	25.0 %
	Parda	3	25.0 %
	Preta	4	33.3 %
	Ignorado	2	16.7 %
Escolaridade	Ensino Fundamental incompleto	1	8.3 %
	Ensino Fundamental completo	2	16.7 %
	Ensino Médio incompleto	5	41.7 %
	Ensino Médio completo	4	33.3 %
Situação conjugal	Casado	3	25.0 %
	Divorciado	2	16.7 %
	Solteiro	1	8.3 %
	União Estável	5	41.7 %
	Viúvo	1	8.3 %
Possui Filhos?	Não	3	25.0 %
	Sim	9	75.0 %
Números de filhos	1	2	22.2 %
	2	2	22.2 %
	3	3	33.3 %
	4	1	11.1 %
	6	1	11.1 %
Posição na Família	Chefe de família	6	50.0 %
	Cônjuge	3	25.0 %
	Filho	3	25.0 %
Reside em:	Abolição	1	8.3 %
	Duque de Caxias	1	8.3 %
	Engenho Novo	2	16.7 %
	Irajá	1	8.3 %
	Madureira	1	8.3 %
	Meier	1	8.3 %
	Nova Iguaçu	2	16.7 %
	Penha	1	8.3 %
	Quintino	2	16.7 %
Renda Familiar (salário mínimo*)	1 a 2	5	41.7 %
	2 a 3	6	50.0 %
	Superior a 3	1	8.3 %

Fonte: Vendedores ambulantes entrevistados na pesquisa. *Salário-mínimo no ano da pesquisa era de R\$ 1.212 por mês.

Elaboração: Alcione Basílio de Abreu (2023)

Neste estudo, as faixas etárias predominantes foram de 30 a 40 (41,7%) e maior que 60 (41,7%). É evidente a presença significativa de idosos no mercado informal, especialmente na faixa etária acima de 60 anos, indicando a necessidade de políticas públicas voltadas para essa

parcela da população em termos de acesso à saúde e outras demandas específicas. Na década passada, resultados diferentes foram encontrados por Jordão (2014, pág 76), que relatou ser *“possível perceber, ao observar cotidianamente esse espaço ferroviário, a presença de muitos jovens desenvolvendo o trabalho ambulante, assim como adultos com mais de 30 anos de idade.*

O Brasil está enfrentando um processo de envelhecimento da população devido ao aumento da expectativa de vida e à queda da taxa de fecundidade. A taxa de participação dos idosos no mercado de trabalho tem aumentado ao longo dos anos. No entanto, quando se trata da inserção dos idosos nas atividades econômicas, estudos mostram que a taxa de participação no Brasil ainda é alta em comparação com outros países (QUEIROZ; RAMALHO, 2019).

Geralmente, os idosos ocupam empregos informais, principalmente no trabalho autônomo, que oferece maior flexibilidade nas horas trabalhadas. O adiamento da aposentadoria e o aumento da expectativa de vida provavelmente resultarão em uma maior participação da população idosa na força de trabalho, tornando essas evidências relevantes para orientar políticas públicas (QUEIROZ; RAMALHO, 2019).

Uma pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em 2019 revelou que 47% dos aposentados no Brasil trabalham para aumentar sua renda, já que o valor da aposentadoria pelo INSS não é suficiente para sustentá-los. Além disso, 43% dos aposentados enfrentam dificuldades para encontrar emprego devido à idade avançada. A pesquisa também apontou que aproximadamente 21% dos idosos aposentados continuam trabalhando, seja por vontade de se sentirem produtivos ou por necessidade financeira (CNDL/SPC Brasil, 2019).

A grande maioria dos idosos acima de 60 anos (91%) contribui financeiramente para o orçamento familiar, sendo que 43% deles são os principais responsáveis pelo sustento da casa. Muitos idosos não se prepararam financeiramente para a aposentadoria e dependem principalmente do benefício do INSS. A falta de renda e a falta de dinheiro no orçamento foram citadas como os principais motivos para a falta de preparação (CNDL/SPC Brasil, 2019).

A população idosa está em constante crescimento no Brasil e a definição da idade em que alguém é considerado idoso, se aos 60 ou aos 65 anos, está ligada a interesses econômicos. A OMS e a legislação brasileira estabelecem a idade de 60 anos como critério para ser considerado idoso, garantindo direitos e benefícios específicos. No entanto, diferentes leis apresentam variações nas idades estabelecidas, o que reflete disputas e interesses sociais. Essas mudanças nas faixas etárias estão alinhadas aos interesses econômicos dos países, especialmente quando se tratam de benefícios e direitos, como aposentadoria e gratuidades (MACHADO, 2019).

O estudo mostra que a maioria dos entrevistados não concluiu o ensino médio (41.7%). No que se refere ao estado civil, estão em união estável 41.7% ou casados 25%. A maioria possui filhos (75%), em média 3 (33.3%). Geralmente são arrimos de família (50%) e contribuem com toda a renda da família ou com a maior parte.

O baixo nível de escolaridade dos vendedores ambulantes, com a maioria não concluindo o ensino médio, ressalta a importância de medidas de capacitação e qualificação profissional, visando oferecer oportunidades de inserção em outras áreas do mercado de trabalho. Além disso, a presença de filhos, na maioria dos casos, destaca a responsabilidade desses trabalhadores como arrimo de família e a relevância do seu trabalho para a subsistência familiar.

Em relação a renda familiar, predominou a faixa entre 1 a 2 salários mínimos (50%). O nível da renda também correspondente ao número de horas gastas em vendas. Quanto a esses dados, alguns vendedores tiveram dificuldades de relatar as informações porque não registram com precisão seus ganhos. A predominância da renda familiar entre 1 a 2 salários mínimos reflete a realidade socioeconômica dos participantes, indicando a necessidade de políticas de apoio e incentivo ao empreendedorismo, bem como ações para garantir condições dignas de trabalho e renda adequada.

No que diz respeito à localização de suas residências, a maioria dos trabalhadores estava situada na zona norte do Rio de Janeiro e nos municípios da Baixada Fluminense. Por fim, a concentração geográfica dos vendedores na zona norte do Rio de Janeiro e nos municípios da Baixada Fluminense destaca a necessidade de implementar ações específicas nessas regiões, levando em conta suas particularidades e demandas individuais.

Diante das análises realizadas neste estudo, é possível concluir que o perfil sociodemográfico dos vendedores ambulantes investigados revela características importantes sobre essa população. Os resultados permitem compreender melhor o seu perfil sociodemográfico, fornecendo informações relevantes para embasar a formulação de políticas públicas direcionadas à essa população.

4.2 CONJUNTO DE CÓDIGOS INICIAIS, TEMAS POTENCIAIS E TEMAS DEFINITIVOS

Nesta etapa serão apresentados os códigos iniciais usados para categorizar e organizar os dados de acordo com temas e tópicos, no contexto do estudo das condições de saúde, trabalho e seguridade social dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ (Quadro 2).

Quadro 2 - Conjunto de códigos iniciais do estudo das condições de saúde, trabalho e seguridade social dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ (Rio de Janeiro, RJ, 2023)

Códigos Iniciais

Insegurança	Este código pode ser usado para identificar dados relacionados à insegurança dos vendedores ambulantes enquanto trabalham nos trens, incluindo questões como acesso aos equipamentos de proteção, locais com superlotação, emergências, discriminação, assédio, acidentes ou crimes.
Jornada de trabalho	Este código pode ser usado para identificar dados relacionados com a quantidade de horas que os vendedores ambulantes trabalham nos trens, incluindo questões como excesso de horas, pausas e períodos de descanso, dias de folgas.
Renda	Este código pode ser usado para identificar dados relacionados à remuneração que os vendedores ambulantes recebem por seu trabalho nos trens com a venda de mercadorias, incluindo questões como lucro diário, benefícios e doações.
Riscos	Este código pode ser usado para classificar dados relacionados aos riscos à saúde que os vendedores ambulantes enfrentam durante o trabalho nos trens, como permanência prolongada, adoecimento, contato com pessoas doentes e exposição aos diversos riscos biológicos.
Regulamentação	Este código pode ser usado para classificar dados relacionados ao <i>status</i> legal, regulamentos e leis que regem os vendedores ambulantes que trabalham nos trens, incluindo quaisquer autorizações ou licenças que possam ser exigidas.

Fonte: Entrevistas.

Elaboração: Alcione Basílio de Abreu (2023)

Os códigos iniciais possibilitaram definir e nomear os temas que foram construídos e gerados. Parte desses temas estão relacionados com a satisfação no trabalho, condições do ambiente de trabalho, ausência de seguridade social, padrões climáticos adversos, riscos associados ao sexo, riscos de adoecimento, agravamento de doenças, própria natureza informal do trabalho e ilegalidade do comércio ambulante, entre outros.

Os códigos iniciais desempenharam um papel fundamental na categorização e organização dos dados relacionados às condições de saúde, trabalho e seguridade social dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ. Esses códigos permitiram definir e nomear os temas abordados no estudo, abrangendo uma variedade de aspectos importantes para compreender a realidade desses trabalhadores.

Foram gerados e criados códigos iniciais, temas potenciais e temas definitivos do estudo das condições de saúde, trabalho, seguridade social e trajetórias de trabalho dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ, que estão agrupados nos quadros 2, 4, 5 e 6.

Quadro 3 – Códigos iniciais, temas potenciais e temas definitivos do estudo das condições de saúde dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ (Rio de Janeiro, RJ, 2023)

CÓDIGOS INICIAIS	TEMAS POTENCIAIS	TEMAS DEFINITIVOS
Barreiras de acesso e acolhimento		
Dificuldade de medicamentos gratuitos		
Dificuldade de resolução de problemas de saúde		
Longos tempos de espera para conseguir atendimento	Dificuldades no	
Insatisfação com atendimentos	acesso aos cuidados	
Alta demanda dos estabelecimentos de saúde	de saúde	
Falta de atendimento personalizado		
Ausência de política pública para vendedores ambulantes		
Vulnerabilidade climática		
Condições injustas, desfavoráveis e insalubres de trabalho	Riscos de	
Doenças relacionadas ao trabalho	adoecimento,	
Ausência ou Equipamento de Proteção Individual (EPI) mínimo	acidentes e lesões	
Conhecimento das limitações físicas	no ambiente laboral	
Exposição aos riscos ambientais e psicológicos	dos vendedores	
Acidentes de Trabalho e Incapacitações	ambulantes	Acesso à Saúde e
Insolação e desidratação		riscos de
Pouca área sombreada	Efeito das altas	adoecimento,
Ausência de recomendações educativas	temperaturas na	acidentes e lesões:
Ruído excessivo devido área de trafego intenso	saúde	quando as
Perda auditiva		condições de saúde
Dificuldade de acesso em fonoaudiologia ocupacional	Efeito do ruído na	dos vendedores
Problemas respiratórios	saúde	ambulantes dos
Doenças cardíacas	Efeito da poluição	trens da RMRJ não
Neoplasias	do ar na saúde	são favoráveis.
Aumento do estresse e da ansiedade		
Sufrimento psíquico	Riscos psicológicos	
Falta de suporte	e a saúde mental dos	
Más condições de trabalho	vendedores	
Autoestima	ambulantes	
Exposição direta ao público		

Aglomeraco nos vagões em alguns horários	Vendedores
Falta de conhecimento sobre as pessoas	ambulantes e
Negacionismo e aumento de contaminao	COVID19
Não cumprimento de protocolos de saúde publica	
Doenças crônicas não transmissíveis	Percepo dos
Doenças agudas	vendedores
Uso de álcool e tabaco	ambulantes dos
Uso de drogas ilícitas	trens relacionadas 
Preveno e Promoo de Saúde	saúde
Doenças relacionadas ao trabalho	

Fonte: Entrevistas.

Elaboraco: Alcione Basílio de Abreu (2023)

Quadro 4 – Códigos iniciais, temas potenciais e temas definitivos do estudo das condies de trabalho dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ (Rio de Janeiro, RJ, 2023)

CÓDIGOS INICIAIS	TEMAS POTENCIAIS	TEMAS DEFINITIVOS
Residência em território violento		
Falta de segurança		
Baixa proteo policial	Riscos e	
Roubo de mercadorias	insegurança pública	
Ausência de suporte e ajuda		
Ausência de movimentos sociais		
Trabalho difícil		
Ausência de recursos adequados	Condies precárias	
Ausência de um Estado protetor	de trabalho	
Baixa renda		
Enfrentamento de dificuldades		
Resiliência	Adaptabilidade e	
Habilidade de comunicao	enfrentamento de	
Solues criativas	dificuldades	
Estabelecimento de parcerias		
Trabalham mais de 8 horas diárias		
Trabalham mais de 5 dias na semana		
Jornadas de trabalho excessiva		Condies de
Autonomia para desempenhar o trabalho	Jornada de trabalho	trabalho:
Flexibilidade de horários		

Horários alternativos	Aspectos
Disponibilidade de renda	relacionados ao
Início e término da jornada de trabalho	Horários de processo de
Pouco tempo de descanso	descanso e folgas trabalho dos
Pouco tempo para outras atividades	vendedores
Folgas limitadas	ambulantes da via
Trabalho doméstico	Ampliação da rotina ferroviária da
Atividade extras	de trabalho em casa RMRJ
Reposição de mercadorias	
Discriminação dos passageiros e de outros trabalhadores	
Fragmentação e segregação dos vendedores ambulantes	
Ambiente não inclusivo	Estigmatização,
Marginalização	violências, conflitos
Vulnerabilidades próprias do trabalho informal	e assédios no
Riscos ligados ao sexo feminino	ambiente de
Medos e sentimentos	trabalho
Violências e Conflitos inerentes às questões urbanas do trabalho informal	
Tensões na apropriação dos espaços	
Territorialização	
Violências (verbal, psicológica, física, financeira, entre outras)	
Resistência e busca por direitos	

Fonte: Entrevistas.

Elaboração: Alcione Basílio de Abreu (2023)

Continua...

Continuação do Quadro 4 – Códigos iniciais, temas potenciais e temas definitivos do estudo das condições de trabalho dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ (Rio de Janeiro, RJ, 2023)

CÓDIGOS INICIAIS	TEMAS POTENCIAIS	TEMAS DEFINITIVOS
Tradição familiar		Condições de
Comércio de pai para filho		trabalho:
Herança da profissão dos pais		Aspectos
Rede de apoio		relacionados ao
Relações de amizade		processo de
Relação interpessoal com passageiros e outros vendedores	Reconhecimento familiar e Ambiente	trabalho dos vendedores
Patrimônio cultural da cidade	de trabalho	ambulantes da via
Possuem satisfação em oferecer mercadorias	satisfatório	ferroviária da
Enxergam-se como capaz de cumprir sua função		RMRJ
Reconhecem o trabalho como essencial para a população		
Gratidão por ter um trabalho		
Empatia		
Tomada de atitude		

Quadro 5 – Códigos iniciais, temas potenciais e temas definitivos do estudo das Trajetórias de trabalho dos vendedores ambulantes dos trens da RMRJ (Rio de Janeiro, RJ, 2023)

CÓDIGOS INICIAIS	TEMAS POTENCIAIS	TEMAS DEFINITIVOS
Desemprego estrutural		
Oportunidades inadequadas de trabalho		
Recusa ao assalariamento autoritário e mal remunerado	Crise econômica,	
Idade elevada	Desemprego e falta	
Más condições de trabalho	de oportunidades	
Dificuldade financeira		Trajetórias
Falta de treinamento profissional		e profissionais,
Ausência de qualificação profissional	Educação	Sonhos, Projetos e
Realocação no mercado de trabalho	desenvolvimento	Sentidos do
Adquirir novas habilidades		trabalho que
Crescimento pessoal		orientam as
Realização pessoal		

Necessidade de sustentar a família		trajetórias de
Oportunidade de trabalho disponível	Foco no presente e	trabalho dos
Mudança de vida	no cotidiano	vendedores
Demandas e responsabilidades do presente		ambulantes dos
Mistura de satisfação com insatisfação		trens da RMRJ.
Importância do trabalho para subsistência	Ambiguidades do	
Incerteza e preocupação com problemas financeiros	trabalho	
Disponibilidade de renda		
Ampliação de renda		
Trabalhar por conta própria e ter autonomia nas atividades.	Oportunidade de	trabalho e
Vendedores ambulantes são um recurso para a população dos trens	Autonomia	

Fonte: Entrevistas.

Elaboração: Alcione Basílio de Abreu (2023)

Quadro 6 – Códigos iniciais, temas potenciais e temas definitivos do estudo das condições de seguridade social dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ (RIO DE JANEIRO, 2023)

CÓDIGOS INICIAIS	TEMAS POTENCIAIS	TEMAS DEFINITIVOS
Falta de acesso à proteção social		
Ausência de registro em carteira de trabalho, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)		
Ausência de direito à aposentadoria		
Ausência de férias remuneradas, décimo terceiro salário, vale-transporte, entre outras	Ausência de	
Ausência de Contrato de trabalho	contribuição para a	
Ausência de outros direitos trabalhistas	previdência social	
Ilegalidade		
Trabalho não regulamentado		
Indisponibilidade de recursos para iniciar um negócio próprio		
Distanciamento dos benefícios da previdência social		
Insegurança Financeira		
Garantia de benefícios futuros	Contribuição	Condições de
Proteção social	previdenciária	Seguridade Social
Direitos trabalhistas		dos vendedores

Suporte de créditos para as famílias	regular e acesso aos	ambulantes da via
	benefícios	ferroviária da
Ausência de sindicato		RMRJ
Heterogeneidade dos vendedores		
Opressão das outras classes de trabalho		
Espaço de trabalho não legalizado		
Indisponibilidade de recursos para investimento em previdência	Incerteza	e
Baixos lucros	desconhecimento	
Variação da renda		
Ausência de alternativas a aposentadorias		
Ausência de arranjos familiares, poupança, imóveis, previdência privada		
Alto custo de vida na zona urbana		
Coletivização do trabalho	Medidas	de
Luta organizada	Segurança Social	
Fortalecimento de sindicatos e organizações		

Fonte: Entrevistas.

Elaboração: Alcione Basílio de Abreu (2023)

A partir dos códigos iniciais, foram gerados temas potenciais e, posteriormente, os definitivos, que abarcam questões como saúde dos vendedores ambulantes, riscos ocupacionais, lutas e resistências enfrentadas, insegurança social e financeira, jornada de trabalho, realização pessoal, sonhos e projetos de vida, entre outros. Esses temas refletem a complexidade e as múltiplas facetas envolvidas no contexto do trabalho ambulante nas ferrovias (Quadros 3, 4 5 e 6).

Além disso, os códigos iniciais proporcionaram uma visão abrangente das experiências dos vendedores ambulantes, incluindo aspectos relacionados à saúde física e mental, acesso aos cuidados de saúde, barreiras enfrentadas, questões relacionadas ao sexo feminino, condições de trabalho, direitos trabalhistas, desafios financeiros e a importância do trabalho para a população.

Ao compreender e analisar os temas definitivos gerados a partir dos códigos iniciais, é possível obter *insights* significativos sobre as condições de vida e trabalho dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ. Esses *insights* podem contribuir para o desenvolvimento de políticas e ações que promovam melhores condições de trabalho, segurança social, saúde e bem-estar para esses trabalhadores essenciais da cidade.

4.3 A INFORMALIDADE COMO FATOR DE RISCO À SAÚDE DOS TRABALHADORES DA VIA FERROVIÁRIA DA RMRJ

A maioria dos vendedores ambulantes disse ter insônia, sono irregular, cansaço físico e mental crônico, hipertensão, ansiedade, nervosismo, gastrite, úlcera e falta de apetite (BELTRÃO, 2010).

Mesmo que a renda relacionada ao trabalho informal seja necessária para a sobrevivência cotidiana de muitas famílias, existem poucas informações sobre as condições de trabalho, saúde e seguridade social dos vendedores ambulantes do transporte ferroviário urbano de passageiros da RMRJ. Encontrar um trabalho adequado em um ambiente ferroviário urbano continua sendo um desafio significativo nos países em desenvolvimento. A maioria das pessoas que trabalha nos trens ainda está envolvida nesse trabalho informal devido ao desemprego, a pobreza e a oportunidades inadequadas de trabalho (JORDÃO, 2014).

Como a rotina no ambiente ferroviário urbano demanda muitas horas diárias de trabalho e pouco tempo para descanso por parte dos vendedores ambulantes, essas pessoas podem enfrentar desafios que afetam a sua saúde e a qualidade de vida, bem como outras condições relacionadas ao trabalho (JORDÃO, 2019). Assim, esses desafios podem impedi-los de atender suas demandas específicas para serem integrados ao seu trabalho diário e à vida familiar. Há, portanto, a necessidade de dar ênfase ao próprio trabalho no que diz respeito à saúde, previdência e outras condições laborais dos ambulantes, pois várias pessoas obtêm seu sustento e sobrevivência por meio desse tipo de atividade.

Cabe aqui reforçar que a pesquisa brasileira, carece de mais estudos sobre as condições de saúde de vendedores ambulantes da via ferroviária de transporte urbano da RMRJ. Existem poucas pesquisas que enfoquem os desafios cotidianos enfrentados por estas pessoas que trabalham nos trens urbanos da RMRJ. Embora Jordão (2019) postule alguns desdobramentos das lutas, resistências, seguridade social e condições de trabalho dos vendedores ambulantes no ambiente ferroviário urbano, é preciso compreender as experiências que esses indivíduos vivenciam quando se considera suas condições de saúde, seu acesso aos serviços de saúde, além de outros fatores relacionados com a sua vida familiar, cultural e social.

4.3.1 Acesso à Saúde e riscos de adoecimento, acidentes e lesões: quando as condições de saúde dos vendedores ambulantes dos trens da RMRJ não são favoráveis.

Os principais temas identificados a partir dos resultados da análise do estudo indicam que os vendedores ambulantes tiveram riscos de adoecimento, acidentes e lesões no ambiente laboral, além de dificuldades de acesso aos cuidados de saúde. Conforme Barbaresco (2019), as suas condições de saúde podem ser resultado de um conjunto de fatores relacionados à configuração do trabalho e da vida, pois estão expostos aos agentes ambientais (riscos físicos, riscos químicos, riscos biológicos, riscos ergonômicos e riscos de acidente) e psicossociais. Além disso, eles têm pouco acesso aos programas de saúde e proteção social. A análise temática das respostas à pergunta sobre as condições de saúde revela as seguintes categorias:

Dificuldades no acesso aos cuidados de saúde

Os vendedores ambulantes desempenham um papel importante na economia urbana da RMRJ, pois eles tornam bens e serviços facilmente acessíveis em espaços públicos para uma grande diversidade de pessoas, ou seja, integram uma cadeia redistributiva de mercadorias no espaço urbano. Os trabalhadores ambulantes da via ferroviária em seu cotidiano enfrentam vários desafios, incluindo entre eles, o acesso aos cuidados de saúde. Com isso, este estudo investigou a acessibilidade de cuidados de saúde pelos entrevistados e constatou que, devido à alta demanda dos estabelecimentos de saúde, os ambulantes encontram dificuldades para acessá-los.

Nas entrevistas alguns relataram suas percepções relacionadas às dificuldades em obter atendimento. Ficou claro pelas suas narrativas o entendimento deles que os estabelecimentos públicos de saúde apresentam inúmeras deficiências, sendo o acesso aos cuidados de saúde um grande problema, além de outros apontamentos como: os longos tempos de espera para conseguir atendimento, a prestação de cuidados de saúde de baixa qualidade, a dificuldade de acesso aos exames, a infraestrutura mal conservada em alguns hospitais e clínicas da família e, ainda, as unidades com práticas insuficientes de controle e prevenção de doenças.

O Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza serviços de saúde gratuitos para melhorar os padrões de saúde das pessoas. Porém, em regiões que possuem uma alta demanda por tais serviços essenciais é provável que a qualidade ofertada deteriora-se devido à dificuldade de encontrar nesses estabelecimentos a quantidade adequada de profissionais capacitados em questões relacionadas à saúde dos trabalhadores. Conforme Beltrão (2010), é possível inferir a ocorrência de elevados índices de acidentes de trabalho e doenças

profissionais e do trabalho, que se sobrepõem às causas das doenças que caracterizam as más condições gerais de vida e a precariedade dos serviços sociais prestados à população, incluindo a saúde.

No âmbito do SUS existe a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), que compreende uma rede de serviços de assistência e vigilância em saúde do trabalhador e que tem por objetivos ampliar o acesso e executar ações de promoção, proteção, prevenção e de vigilância em saúde, bem como de assistência especializada em saúde do trabalhador (BRASIL, 2023). No entanto, é possível que muitos trabalhadores não tenham conhecimento desse direito.

A conscientização sobre a existência e os benefícios da RENAST pode variar entre os trabalhadores. Alguns podem ter conhecimento sobre o assunto, especialmente aqueles que estão envolvidos em atividades de risco ocupacional ou que possuam maior acesso à informação. No entanto, outros podem não estar cientes dos serviços e dos recursos disponíveis para proteger e promover sua saúde no ambiente de trabalho.

É importante que os órgãos governamentais, sindicatos, empregadores, profissionais de saúde e demais envolvidos na área de segurança e saúde no trabalho empenhem-se em divulgar e informar os trabalhadores sobre seus direitos e os serviços oferecidos pela RENAST. Isso pode ser feito por meio de campanhas de conscientização, treinamentos, materiais informativos e outras estratégias de comunicação, a fim de garantir que os trabalhadores tenham acesso pleno aos cuidados de saúde ocupacional e possam usufruir dos benefícios da RENAST.

Os vendedores ambulantes podem buscar atendimento nas unidades de atenção primária ou nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), que são vinculados à RENAST. O CEREST é um serviço especializado no atendimento à Saúde do Trabalhador (tanto para os já acidentados no trabalho como para a atuação preventiva) e tem como um de seus objetivos a implantação da Atenção Integral à Saúde do Trabalhador no SUS (BRASIL, 2023).

Conforme relatado por um vendedor, deu muito trabalho agendar uma próxima consulta com um médico devido à indisponibilidade e, portanto, à incapacidade de obter serviços de saúde adequados. Outro entrevistado também disse que não havia médico na última vez que procurou ajuda em uma unidade de saúde.

A última vez que procurei atendimento de saúde, não tinha médico (Entrevistado V12).

É muito difícil. Quem depende do governo, quem depende das clínicas da família está sendo muito difícil. Eu principalmente comecei a fazer o tratamento dos dentes, ainda não acabei de fazer, a dentista saiu e só vai marcar ano que vem. Então quer dizer, é difícil. Está difícil para todo mundo (Entrevistado V6).

Outro problema identificado que afetou a busca de alguns vendedores ambulantes por assistência médica e de outros serviços de saúde no SUS foram os longos períodos de espera e a falta de atendimento personalizado. Em regiões metropolitanas, isso acaba sendo comum devido ao tamanho da população e os recursos limitados, onde, muitas vezes, há uma necessidade de mais profissionais de saúde para atender a uma grande demanda.

O SUS enfrenta uma série de desafios e ataques. Desde a década de 1990, o SUS tem sido alvo de contrarreformas neoliberais que ameaçam seu caráter universal e público. Essas reformas visam desmontar o sistema por meio de estratégias como a universalização excludente, mercantilização e privatização da saúde (BRAVO; MENEZES, 2011).

A influência de políticas de orientação neoliberal, frequentemente promovidas por organismos internacionais, agravou ainda mais as condições de produção e reprodução das classes trabalhadoras no Brasil. A partir da segunda metade da década de 1980 e início da década de 1990, o Banco Mundial liderou a agenda internacional para políticas de saúde, financiando projetos que impunham condicionalidades ligadas ao ajuste estrutural. Essas políticas subordinaram a avaliação dos gastos em saúde à preocupação com a consistência macroeconômica dos países, resultando em um processo de contrarreforma que incluiu a desregulamentação do Estado e o uso de fundos públicos para financiar o mercado de saúde (BRAVO; MENEZES, 2011).

O foco central das contrarreformas estatais é a racionalização dos gastos sociais e o fortalecimento do setor privado na prestação de serviços de saúde coletivos. Na área da saúde, a proposta inclui a transferência da gestão do SUS para modalidades de gestão não estatais por meio de contratos de gestão e parcerias, com o uso de recursos públicos. Isso foi viabilizado por meio das Organizações Sociais (OSs), criadas em 1998 pela Lei 9.637/98, pelas Fundações Estatais de Direito Privado (Projeto de Lei Complementar nº 92/2007) e pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que centraliza a gestão de hospitais universitários (BRAVO; MENEZES, 2011).

Como resultado dessas políticas, o SUS tem enfrentado um intenso processo de subfinanciamento, precarização das condições de atendimento e das condições de trabalho dos profissionais de saúde, além da crescente terceirização. Essas tendências têm impactado

negativamente o acesso da população aos serviços de saúde. Trata-se de um cenário político no qual prevalece o neoliberalismo como uma ideologia estrutural e hegemônica que influencia as diferentes esferas de governo. Destarte, torna-se imperativo olhar para além das questões partidárias e considerar o impacto das políticas econômicas mais amplas na saúde pública. Essas preocupações são importantes para a discussão sobre o futuro do sistema de saúde no Brasil e a garantia de que ele continue a atender às necessidades da população.

Giovanella *et al* (2008) destaca que o acesso é um fator que se interpõe na relação entre a demanda e o acesso aos serviços. Refere-se à natureza da prestação de serviços de saúde que facilita ou dificulta a sua utilização por potenciais usuários e demonstra a capacidade de provisão em produzir serviços e atender às necessidades de saúde da população. Com isso, as dificuldades de acesso presentes no cotidiano dos serviços de saúde devem determinar a transição da atenção para as condições das redes de atenção à saúde em termos de prestação de serviços e atendimento das necessidades dos usuários.

Acesso e acolhimento tornaram-se cada vez mais significantes como questões-chave na valorização dos serviços de saúde. No entanto, vemos que, no olhar do usuário, esses dois dispositivos influem, significativamente, a impressão que a unidade de saúde gera e que ambos articulam-se e complementam-se na implementação das práticas de cuidado em uma perspectiva de cuidado integral. No entanto, deve-se levar em conta que eles ainda estão em processo de consolidação, buscando o aprimoramento, enquanto tecnologias de organização de serviços de saúde.

Souza e Costa (2010) aponta que a complexidade do SUS, as dificuldades loco-regionais, a fragmentação das políticas e dos programas de saúde, bem como a qualificação da gestão e do controle social, a organização de uma rede regionalizada e hierarquizada de ações e de serviços de saúde permanecem como questões a serem resolvidas. Configurando um dos principais desafios do SUS, o acesso de qualidade ainda apresenta desigualdades entre as diferentes cidades e regiões do Brasil. Considera-se que a minimização dessa desigualdade deve ser um compromisso dos profissionais de saúde, da população e dos gestores em todos os níveis.

O conceito de acesso varia de acordo com os autores com diferentes abordagens: alguns enfocam as características dos indivíduos, outros focam nas características da oferta, alguns em ambas as características, ou na relação entre indivíduos e serviços (oferta). Também há discordância de que a avaliação do acesso deva se concentrar nos resultados ou objetivos finais dos sistemas de saúde ou na relação entre os diferentes elementos que compõem o sistema para alcançar esses objetivos. Para Santos e Andrade (2012), acesso e acessibilidade implicam na remoção de barreiras de qualquer natureza, sejam elas físicas, econômicas, sociais, raciais,

geográficas, sociológicas, organizacionais, que possam impedir o sujeito de obter um direito ou um serviço que lhe é garantido formalmente.

Travassos e Martins (2004) lembra que o conceito de acessibilidade é complexo, geralmente empregado de forma imprecisa e que muda ao longo do tempo e contexto. A utilização dos serviços de saúde é fundamental para o funcionamento do sistema e, apesar das diferenças de conceitos e ideologias, tem predominado a visão geral de acessibilidade relacionando-se com a oferta do serviço, ou seja, o uso do serviço é a sua autoexpressão. Seu uso é o resultado da interação entre o comportamento do indivíduo que busca atendimento e do profissional que o efetiva e acompanha dentro do sistema de saúde e depende de fatores predisponentes, necessidades de saúde e fatores contextuais, assim como, o uso efetivo e eficiente, vai depender dos fatores individuais e dos que são internos aos serviços de saúde, que interferem na qualidade dos cuidados prestados.

Qualidade e acessibilidade estão intimamente relacionadas e acessibilidade refere-se à facilidade ou dificuldade que os indivíduos experimentam em tentar iniciar e manter os cuidados oferecidos pelos serviços de saúde. Deve-se notar que o atendimento de qualidade é uma condição crítica para qualquer sistema de saúde. O interesse por serviços médicos de qualidade é uma prerrogativa do usuário em relação à sua satisfação. Para os usuários potenciais, a capacidade de obter cuidados de forma fácil e conveniente, quando necessário, é um importante fator de qualidade (DONABEDIAN, 1990).

Desconhecida pela maioria dos trabalhadores e principalmente pelos trabalhadores informais e sem direitos, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT, Portaria GM/MS nº 1.823/ 2012) define princípios, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento das ações de atenção integral à Saúde do Trabalhador, com ênfase na vigilância, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos (BRASIL, 2023) e tem como uma das suas estratégias a estruturação da RENAST.

Conforme determinado no art. 3º, a atenção da PNSTT é voltada para:

Art. 3º: Todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado [...]. (BRASIL, 2012).

Com base nas disposições, qualquer trabalhador pode ser usuário dessa política em todos os níveis de atenção do SUS. Entretanto, embora seu acesso seja universal, muitos casos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais não são associados ao trabalho pelos

profissionais de saúde da atenção primária, ocorrendo a subnotificação. Portanto, assim como o SUS, a PNSTT enfrenta ainda diversos desafios na sua efetivação.

A PNSTT, ao gerir o processo saúde-doença com um caráter clientelista, não consegue resolver o real problema dos adoecimentos e mortes no trabalho, sendo apenas curativa, mantendo um ciclo adoecimento-cura, até o trabalhador tornar-se incapacitado para realizar seu serviço (RAFAGNIN, 2020). Cabe mencionar que a biopolítica (política em nome da vida) e o biopoder (vida submetida ao poder da política) de Foucault (1999, p. 289), atuam sobre o homem-espécie, afetando o conjunto de “[...] *processos que são próprios da vida, como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.*” (FOUCAULT, 1999, p. 289).

Consequentemente, ao mesmo tempo em que a biopolítica lida com a gestão da vida ela também cria a gestão da morte pois, para regular a vida e sua produtividade, é preciso tornar os outros alvos de uma série de condições precários que levam à doença e até à morte. Esse processo também pode ser analisado como a passagem da biopolítica para a necropolítica, já que não se trata mais de uma política voltada para a produção da vida, mas sim para o aniquilamento da classe trabalhadora em larga escala, por meio da superexploração do trabalho (RAFAGNIN, 2020).

Com isso, as massas de trabalhadores, passam a viver em situação de precariedade, pois o sistema socioeconômico não tem espaço para todos. Essas pessoas passam a ocupar as margens do mundo social, com precárias condições de vida ou mesmo em situação de sobrevivência. (RAFAGNIN, 2020).

Apesar da PNSTT ser uma política contra hegemônica, pois busca ir contra os limites da exploração da classe trabalhadora, sua atuação ainda é muito limitada, devido a toda a desarticulação de ações e da falta de computação dos dados necessários para um diagnóstico mais preciso da realidade, impedindo que se tenha uma real intervenção na sociedade com medidas voltadas para a promoção e prevenção da saúde (RAFAGNIN, 2020).

Com isso, Mendes *et al.* (2015, p. 205), apontam que:

o aprofundamento das ações em saúde do trabalhador será possível quando for atribuída visibilidade aos agravos, através de condições para sua correta notificação e da garantia da longitudinalidade da atenção. Afinal, o agravo, quando reconhecido, só é notificado em situações excepcionalmente graves, deixando-se de lado os demais impactos e doenças que se instalam, lenta e silenciosamente, ao longo de todo o processo.

Devido à natureza informal do trabalho dos vendedores ambulantes e a não contribuição para a previdência social, não existe um banco de dados com informações epidemiológicas sobre benefícios, dados reais sobre as doenças e óbitos no trabalho desse grupo de

trabalhadores. Com isso, as definições de estratégias para eles não vêm sendo pensadas ou executadas.

É importante levar em consideração que as variáveis utilizadas para explicar quedas de sinistralidade no setor formal do país como a atuação dos movimentos sindicais, a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, a atuação dos técnicos, entre outros, não tem efeito sobre os vendedores ambulantes do setor informal. Consequentemente, sabemos pouco sobre o que lhes acontece (BELTRÃO, 2010).

Os relatos dos vendedores também indicavam que eles ainda tinham problemas com um longo período de espera pelo resultado dos exames e que, uma vez concluídos, a doença já havia se agravado. Alguns entrevistados reclamaram que precisaram esperar longas horas, de manhã até a noite, para obter atendimento e, às vezes, as unidades de saúde ficavam com muitas pessoas na mesma situação. Isso foi agravado porque muitos perderam seus planos de saúde devido à crise mundial relacionada à epidemia de covid19, passaram a utilizar o SUS por ser gratuito e acessível a todos, causando longas filas que sobrecarregavam os profissionais de saúde disponíveis para fornecer serviços rápidos (BRASIL, 2020).

A seguir estão as respostas de alguns dos participantes deste estudo:

É muito difícil, as vezes demoram demais os exames, quando a gente vai fazer já piorou as doenças. Conforme as doenças, a gente está sem esperança já, porque vai passando o tempo sem a gente conseguir fazer os exames, então fica difícil assim. Na verdade, eu não tenho meus problemas resolvidos (Entrevistado V7).

Falando em RMRJ, eu vou dizer tudo é precário, em relação de saúde, tudo é precário. A UPA que você vai não consegue atendimento, muita das vezes não consegue atendimento. Clínica da família está sempre com agenda cheia, você entra com encaixe e muita das vezes você perde o dia inteiro lá, de manhã até 13:00 e não consegue ser atendido (Entrevistado V8).

Nem sempre né, meus atendimentos são pelo SUS, pelas clínicas que são perto da minha casa. Nem sempre a gente consegue resolver, mas a gente consegue atendimento, mesmo que não consegue resolver (Entrevistado V10).

Alguns vendedores ambulantes relataram que conseguiram atendimento, mas necessitaram passar por longas horas de espera. Percebe-se que existe uma invisibilidade deles para o acesso aos serviços SUS, pois não são reconhecidos enquanto trabalhadores, mas apenas como usuário do serviço, não atendendo assim as suas necessidades de prevenção e proteção à saúde, apenas as necessidades de recuperação e reabilitação quando estes não encontram as barreiras de acesso. Como disseram alguns dos entrevistados:

Olha, eu até consigo atendimento, mas aí fico numa fila, né? Graças a Deus até agora eu consegui, mas já tive relatos de amigos que ainda aguardam tratamento (Entrevistado V3).

A gente sabe da dificuldade que é ser atendido no hospital público hoje em dia, mas eu consigo (Entrevistado V5).

Isso pode levar as pessoas que necessitam receber os cuidados de saúde a conhecer os desafios enfrentados no acesso à saúde pública, pois muitas vezes necessitam aguardar em longas filas para realizar um tratamento. Filas longas também podem ser uma fonte de frustração para as equipes de saúde, dificultando o gerenciamento do grande número de pessoas que procuram atendimento e a garantia da prestação de serviços de qualidade.

A qualidade dos cuidados também apareceu como um desafio para o acesso à saúde pelos vendedores ambulantes. Os estabelecimentos de saúde podem precisar de mais recursos ou boas práticas para o fornecimento de cuidados adequados. O aumento do número de pacientes recebendo atendimento em consultas rápidas devido à alta demanda, pode resultar em uma baixa qualidade do cuidado.

Às vezes, os profissionais de saúde precisam trabalhar sob pressão para atender mais pacientes, ao contrário de examinar cada um mais de perto. Além disso, poucos, principalmente na atenção primária, possuem qualificação e treinamento para atuar no atendimento de trabalhadores e atendê-los, no que diz respeito às suas particularidades em relação entre seus processos de trabalho e saúde. Um vendedor disse:

É difícil de conseguir. É muito difícil e complicado. Às vezes você vai a uma clínica de família ou pronto-socorro, mas não consegue atendimento (Entrevistado V1).

A frequência dos resultados mostrou que dois entrevistados concordaram com o fato de que poderiam ter acesso aos cuidados de saúde, embora as filas e o período de espera para obter os serviços fossem muito longos. Um desses dois entrevistados relatou que pode acessar os serviços na clínica perto de sua casa. Nove responderam ser difícil acessar cuidados de saúde gratuitos na RMRJ e um achou impossível acessar completamente os cuidados de saúde gratuitos.

Diante da dificuldade de acesso aos serviços de saúde, é necessário considerar os diversos riscos ambientais e organizacionais a que os vendedores ambulantes estão expostos em seu processo de trabalho. Assim, as ações de saúde desse grupo de trabalhadores devem ser formalmente incluídas na agenda da rede básica de saúde, com apoio das políticas de Vigilância em Saúde do trabalhador (VISAT) com a participação dos movimentos sociais organizados e sindicatos, sempre que disponíveis, pois a maioria dos profissionais da saúde não relacionam o adoecimento desse grupo de trabalhadores com os problemas provenientes do nexo trabalho-

saúde-doença. Dessa forma, torna-se possível ampliar a ajuda já oferecida aos trabalhadores, na medida em que são considerados propensos aos adoecimentos requerendo estratégias de promoção, proteção e restauração da saúde.

Conforme Beltrão (2010), é algo incomum pensarmos na organização dos trabalhadores "autônomos" e "independentes", mas existem organizações na forma de movimentos sociais, sindicatos e associações. Tais instituições representativas tentam unir suas bandeiras de batalha e lutam pela regulamentação da profissão, pelo respeito ao trabalhador informal e contra a violência (BELTRÃO, 2010).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos (MTSD) e o Movimento Unidos dos Camelôs (MUCA) vêm travando uma luta por políticas públicas e melhores condições de saúde e trabalho para os vendedores ambulantes, atuando principalmente na diminuição dos vários tipos de violência aos quais esses trabalhadores estão expostos. É importante destacar que a aproximação desses movimentos com as instituições de saúde, principalmente a atenção primária que é a porta de entrada para os usuários do SUS e que possui o papel de coordenadora do cuidado, poderá possibilitar a ruptura da invisibilidade das condições de saúde e trabalho desse grupo, contribuindo para a ampliação dos cuidados em saúde e da política de VISAT.

Conforme Alves *et al.* (2020, p. 167):

Na estruturação da PNSTT foram construídas estratégias para a promoção da atenção integral à saúde do trabalhador. Estas estratégias relacionam a Atenção Primária à Saúde (APS) à estruturação da RENAST, podendo-se destacar, a articulação entre ela e a Vigilância à Saúde do Trabalhador (VISAT), com a capacitação das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e o apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas, assim como a análise do perfil produtivo e da situação de saúde dos trabalhadores para o desenvolvimento das ações.

Este tema surgiu de várias respostas, com os vendedores ambulantes dos trens expressando a necessidade de um padrão de saúde para todos. Eles enfatizaram a importância da prestação de serviços assistenciais e de saúde. Isso destaca a necessidade de atender às suas necessidades de saúde e bem-estar social e de políticas e programas que garantam que eles tenham acesso aos serviços de saúde de qualidade.

Conforme Rafagnin (2020), os trabalhadores que contribuem para a previdência social têm mais assistência em relação às doenças trabalhistas, por causa do nexo técnico epidemiológico afirmativo que o adoecimento e a morte estão relacionados à atividade laboral exercida. Conseqüentemente, a classificação das doenças trabalhistas é a base para se pensar em medidas preventivas, como as de redução de riscos no ambiente de trabalho. A classificação dessas doenças é essencial para desencadear ações preventivas por parte dos profissionais que atuam na atenção na atenção primária e na VISAT.

A VISAT:

objetiva à promoção da saúde e a redução da morbimortalidade da população trabalhadora, por meio da integração de ações que intervenham nos agravos e seus determinantes decorrentes dos modelos de desenvolvimento e processos produtivos (Portaria GM/MS Nº 3.252/09). A VISAT compreende uma atuação contínua e sistemática, ao longo do tempo, no sentido de detectar, conhecer, pesquisar e analisar os fatores determinantes e condicionantes dos agravos à saúde relacionados aos processos e ambientes de trabalho, em seus aspectos tecnológico, social, organizacional e epidemiológico, com a finalidade de planejar, executar e avaliar intervenções sobre esses aspectos, de forma a eliminá-los ou controlá-los (Portaria GM/MS Nº 3.120/98) (BRASIL, 2012).

Ressalta-se, também, a necessidade do fortalecimento da defesa da saúde em perspectiva coletiva, em que todas as categorias de trabalhadores podem contribuir para o aprimoramento e fortalecimento do SUS, em defesa do direito universal à saúde, por meio de propostas concretas, objetivas e viáveis para solucionar a crise sanitária, econômica, social e política instalada no Brasil nos últimos anos.

Em resumo, essa categoria temática revela um cenário geral de dificuldades e precariedade no acesso à assistência de saúde relatado pelos entrevistados. Alguns enfrentam dificuldades significativas para obter atendimento, citando a falta de médicos, as longas filas de espera e os problemas para realizar exames. No entanto, há também aqueles que conseguem superar essas dificuldades e obter atendimento médico quando necessário. Essas informações destacam os desafios enfrentados pelos vendedores ambulantes da via ferroviária ao buscar assistência à saúde, mas também apontam para casos em que o acesso à assistência é alcançado com sucesso.

Riscos de adoecimento, acidentes e lesões no ambiente laboral dos vendedores ambulantes

De acordo com Beltrão (2010), em se tratando das condições de saúde e segurança no trabalho, sabe-se que a maioria dos acidentes de trabalho fatais ou não, ocorrem com uma taxa particularmente elevada nos países em desenvolvimento, onde a presença da economia informal é significativamente maior. O ambiente informal possui condições de trabalho incertos, em que o risco de acidentes e doenças laborais é maior (BELTRÃO, 2010).

Sendo o ambiente de trabalho o conjunto das condições de produção em que a força de trabalho e o capital transformam-se em mercadorias e lucros, este é capaz de provocar danos à saúde de quem trabalha (ODDONE *et al.*, 2020). Essa nocividade é possível ser controlada por meio do conhecimento da realidade ambiental, com todas as suas implicações científicas (ODDONE *et al.*, 2020).

Portanto, é necessário analisar os fatores que compõem o ambiente de trabalho, com a finalidade de negociá-lo. Uma avaliação deste local deve ser pensada em sua dimensão técnica e política, pois precisa examinar a globalidade dos fatores nocivos e suas causas, para assim pensar os enfrentamentos dos problemas do ambiente (ODDONE *et al.*, 2020).

Foi observado que o ambiente em que os vendedores ambulantes vivem e trabalham desempenha um papel integral nas suas condições de saúde e bem-estar, conforme demonstrado pelas respostas dos participantes. Quando foram questionados se eles acreditavam que o trabalho provoca ou agrava alguma doença, diversas foram as respostas. Alguns entrevistados mencionam a possibilidade de o trabalho como vendedor ambulante causar ou agravar doenças devido à exposição ambiental. Eles destacam o calor intenso, a exposição ao sol, à chuva e até mesmo ao trabalho noturno como fatores que podem ter impacto na saúde, especialmente na pele. O entrevistado V2 respondeu:

Talvez né, na pele por causa do calor, quando está 40° C a gente tem que enfrentar o calor, o sol (Entrevistado V2).

Portanto, a falta de proteção ao sol é motivo de preocupação entre os vendedores ambulantes que reconhecem que a exposição pode causar doenças. Outros destes trabalhadores também deram uma ênfase na necessidade de se proteger do sol direto, pois causa doenças. A exposição ao sol, incluindo a exposição à radiação ultravioleta (UV) e a exposição às altas temperaturas (calor), são um dos principais riscos à saúde em um ambiente de trabalho aberto.

De acordo com Lopes *et al.* (2022), o principal achado relacionado ao dano solar ocupacional foi a identificação de lesões malignas e pré-malignas na pele de vendedores ambulantes ao ar livre, tendo a exposição solar como fator de risco independente, superando variáveis como hábitos de vida (tabagismo e alcoolismo), idade e cor da pele.

Os entrevistados mostraram-se preocupados com a falta de proteção contra adversidades como o frio e o calor extremos, por impactarem suas condições de saúde. Seguem relatos.

Acredito que sim porque a gente fica exposto lá ao sol, à chuva, à noite, o frio. Sem dúvida, acredito que sim (Entrevistado V5).

Sim, por conta que eu não tenho condições nenhuma de exposição ao sol, o sol para mim não dá e muitas das vezes eu tenho que ir para lá desse jeito, saio para tomar as medicações. Não tenho condições de comprar um protetor e estou sempre tomando sol. E o que ativa a doença e ele, é o sol (Entrevistado V8).

Conforme Lopes *et al.* (2022), a exposição direta e cumulativa à luz solar provoca alterações estruturais e patológicas na pele dos trabalhadores. Além do câncer de pele, existe também uma associação entre a exposição solar e o desenvolvimento de lesões pré-cancerosas,

como ceratose actínica. Segundo o autor, as horas de atividade ocupacional (anos) tiveram um efeito maior do que o tempo diário de exposição ocupacional ao sol (horas).

De acordo com Lucena *et al.* (2012), em seu estudo para avaliar a prevalência e os fatores associados às lesões orolabiais causadas pela exposição solar em trabalhadores informais, aproximadamente um quarto deles foram acometidos por lesões labiais devido a tal exposição e possivelmente com meios inadequados de proteção solar. A maioria dos indivíduos diagnosticados com lesões faziam uso de protetor solar no momento da pesquisa, sugerindo o uso inadequado. A proteção inadequada ocorre se o protetor/bloqueador solar tiver um baixo teor de proteção em relação à duração e à intensidade da exposição, se a quantidade for insuficiente e se não for aplicado antes desta exposição.

As respostas também revelam algumas perspectivas divergentes sobre a relação entre o trabalho como vendedor ambulante e a ocorrência de doenças. Enquanto alguns entrevistados acreditam que seu trabalho possa causar doenças, outros expressam a crença de que não há impacto negativo significativo em sua saúde devido ao trabalho exercido. Essas perspectivas podem ser influenciadas pela experiência individual de cada entrevistado, suas crenças pessoais ou a falta de percepção dos possíveis riscos à saúde. Um vendedor disse:

Eu acredito que não, porque eu vou fazer 34 anos que eu trabalho aqui. Eu nem uso hidratante, esse negócio para proteger pele. Os outros ficam falando, bota isso, bota aquilo... porque aqui o sol é brabo, mas não uso nada, nada, nada (Entrevistado V4).

Para estes trabalhadores, fica evidente a necessidade de ter acesso às ações de promoção e prevenção a saúde, para que possam identificar os riscos de adoecimento e agravamento de comorbidades relacionadas ao trabalho. As lesões de pele provocadas por atividade ocupacional são de notificação compulsória; porém, como os vendedores ambulantes, em sua maioria, são informais, essas lesões acabam sendo subnotificadas (LOPES *et al.*, 2022).

Conforme Tulchinsky e Varavikova (2014), os trabalhadores menos afetados por fatores ambientais agressivos, como chuva, sol e frio, ficam menos doentes em comparação com os expostos. Portanto, as exposições aos elementos do clima podem causar doenças entre os trabalhadores expostos. Com isso, os vendedores ambulantes que operam nas plataformas cobertas e dentro dos vagões estão mais protegidos.

A maioria dos participantes concordou que sua saúde pode ser afetada por causa das condições do ambiente de trabalho.

Então assim, estou cansada também, quando eu chego em casa minhas pernas estão bem inchadas, muita das vezes o remédio que me faz ajudar a eliminar o líquido do corpo, não faz nem efeito por conta que eu fico naquele desespero de melhorar e não tomo no tempo que precisa, então faz mal, mas é o jeito que eu tenho (Entrevistada V8).

Conforme Jordão (2014) a vulnerabilidade às condições de trabalho desse grupo é intensa. O adoecimento é significativo, pois estes trabalhadores desgastam as cordas vocais ao promover seus produtos e a coluna vertebral ao carregar tanto peso nas costas, correndo riscos devido às especificidades da área de trabalho, por caminhar com uma composição em movimento e pela presença de desníveis entre trens e plataformas, por exemplo, que é perigoso para quem literalmente pula de um trem para outro ou entra no carro muito veloz (JORDÃO, 2014).

Os entrevistados observaram ainda que correm risco de doenças devido à falta de infraestrutura para protegê-los, o que pode levar aos acidentes e às lesões.

É complicado porque a gente está ali né, entendeu. A gente não tem um ambiente de trabalho limpo, é igual estar na rua. Tipo assim, pode gerar vários tipos de doenças, como gripe, pois a gente fica ali ao relento e tudo mais, mas sei lá, eu acho é um trabalho não tão diferente (Entrevistado V9).

Conforme Barros (2015), os riscos tornam-se sinais naturais da informalidade, que repercutem tanto na dimensão econômica quanto no estado de saúde dos vendedores ambulantes. Se não bastasse, o desenvolvimento deste tipo de atividade no espaço público da rua aumenta a ameaça à integridade destas pessoas, desvendando uma outra dimensão dos determinantes sociais da saúde, nomeadamente o ambiente (BARROS, 2015).

Para aceitar plenamente esta situação de insegurança, as práticas discursivas são construídas em torno do risco como medida de sucesso, mesmo percebendo que a falta de proteção dos grupos mais vulneráveis tende a aumentar sua vulnerabilidade. Nesse processo, há uma naturalização da precariedade na atividade pois o fato de ser informal e não ter direitos e garantias socioprofissionais não é considerado como precariedade, mas como uma particularidade de uma “atividade empresarial” (BARROS, 2015).

Um entrevistado reconhece que os locais de trabalho aumentam o risco de doenças por falta de lugares para descanso e sentar. Além disso, pouca iluminação, ventilação e ergonomia também podem contribuir para problemas físicos, como fadiga ocular, distúrbios musculoesqueléticos e problemas respiratórios

Antes não sentia dor nas pernas e agora sinto dor nas pernas o dia todo, dor nas costas (Entrevistado V11).

Em geral, as condições de trabalho no setor informal são perigosas e insalubres, com presença de múltiplos fatores de risco à saúde e ausência de dispositivos e mecanismos básicos notados nesses contextos protetores. Além desses fatores de risco que ocorrem ou decorrem do trabalho, falta ainda proteção legal contra contratos informais de trabalho, não conformidade

com as normas básicas de segurança, falta de supervisão e falta de previdência social em acidentes de trabalho (BELTRÃO, 2010).

Os vendedores ambulantes de qualquer faixa etária podem apresentar problemas de saúde relacionados as condições de trabalho e modos e vida. Com isso, as longas horas trabalhadas na venda, a tensão resultante e também a exposição aos diferentes riscos do ambiente, podem resultar em problemas de saúde em algum momento ou noutro (AMBATI; ASHWIN; AALAY, 2015).

Com isso, o local de trabalho pode afetar negativamente a saúde dos vendedores ambulantes, predispondo-os e causando-lhes doenças e incapacitações. A maioria dos que operam em espaços públicos enfrenta um conjunto variado de desafios e possuem alto risco de contraírem doenças e sofrer acidentes de trabalho (Organização Internacional do Trabalho 2019).

Destaca-se a necessidade dos vendedores ambulantes terem acesso aos recintos que possam protegê-los de doenças, como locais cobertos ou estruturas com assentos confortáveis para mantê-los seguros e reduzir os casos de doenças evitáveis. A saúde dessas pessoas em espaços com cobertura é mais bem protegida do que a daqueles que ficam expostos aos elementos naturais como o sol. As respostas afirmam a necessidade de os formuladores de políticas criarem espaços seguros para vendedores ambulantes.

Efeito das altas temperaturas na saúde dos vendedores ambulantes

Altas temperaturas podem levar aos problemas de saúde, como insolação e desidratação. Também podem levar aos distúrbios visuais, tontura, dispneia e cefaleia. A insolação, por exemplo, é uma condição com risco de vida caracterizada por uma elevação rápida e acentuada da temperatura corporal que pode levar ao delírio, colapso muscular e falência de órgãos (BARBARESCO *et al.*, 2019).

Essa condição ocorre quando o corpo não consegue dissipar o calor com rapidez suficiente ou quando há um desequilíbrio entre a produção de calor do corpo e a capacidade de esfriar. O mecanismo por trás do calor excessivo e do golpe de calor é o eixo hipotálamo-hipófise-adrenal (HHA), que regula muitas funções corporais, incluindo pressão arterial, frequência cardíaca e digestão (EPSTEIN; YANOVICH, 2019). Quando o eixo HHA fica errático devido às temperaturas extremas, pode levar aos problemas de saúde, como a insolação.

Da mesma forma, o calor excessivo causa distúrbios visuais, pois a retina fica mais sensível à luz durante a exposição ao calor por ter uma taxa metabólica mais elevada. Isso, por sua vez, faz com que produza mais precursores de intermediários metabólicos e liberação de

energia (JAIN *et al.*, 2018). A liberação dessas moléculas pode levar os vendedores ambulantes a apresentar alterações visuais, tontura e cefaleia.

Para evitar a ocorrência desses sintomas, os vendedores ambulantes devem evitar a exposição prolongada às altas temperaturas e usar óculos escuros ou tapa-olhos, quando estiverem expostos ao sol. Além disso, eles devem trabalhar, a maior parte do tempo, em uma área sombreada onde o ar é mais fresco ou dentro dos vagões que possuem ar condicionado. Mais importante, eles devem usar roupas leves que permitam que a pele respire livremente e beber bastante água durante o dia para se manterem hidratados.

Existem poucas informações sobre disponibilidade de ações, projetos, políticas e recomendações educativas aos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ. A participação desses profissionais nos espaços de diálogo e na elaboração de cartilhas e folhetos, por exemplo, seria uma forma de dar-lhes voz e assim conhecer suas demandas básicas.

De acordo com o Ferro *et al.* (2012), do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, as cartilhas têm como objetivo contribuir para a formação política do trabalhador ambulante trazendo informações sobre seus direitos para que possam refletir e debater com familiares, companheiros de trabalho, moradores do bairro e da cidade. Uma das cartilhas produzidas foi uma forma de apoiar aos trabalhadores na economia informal e também os grupos vulneráveis da região central da cidade de São Paulo para a proteção social, acesso à justiça e a conquista dos direitos. A cartilha traz informações e questionamentos para que os vendedores ambulantes reflitam por quais direitos lutam, traz motivação para uma luta a favor dos direitos de cidadãos, de trabalho digno, de espaço para trabalhar, de participar da política e de agir coletivamente (FERRO *et al.*, 2012).

É essencial criar consciência sobre os impactos das altas temperaturas na saúde dos vendedores ambulantes e implementar estratégias eficazes para protegê-los e apoiá-los. Isso garantirá um ambiente de trabalho mais seguro e saudável, onde eles possam exercer suas atividades de maneira digna e participar ativamente na defesa de seus direitos.

Efeito do ruído na saúde do vendedor ambulante

O ruído é um problema que pode afetar a saúde dos vendedores ambulantes, principalmente daqueles que trabalham nas áreas movimentadas. Na maioria dos ambientes urbanos, os níveis de ruído são altos devido aos processos de transporte, fabricação e construção. Segundo Barbaresco *et al.* (2019), o ruído excessivo pode levar ao aumento do estresse e da ansiedade, dificultando a concentração no trabalho. Também pode levar ao aumento da fadiga, o que pode afetar negativamente seus níveis de produtividade e satisfação do cliente.

O mecanismo biológico por trás do ruído que causa estresse, ansiedade e fadiga é que o corpo libera cortisol e adrenalina quando detecta altos níveis de ruído. Por outro lado, esses hormônios levam ao aumento das palpitações cardíacas, tensão muscular e diminuição do desempenho cognitivo (BARBARESCO *et al.*, 2019).

Segundo Barbaresco *et al.* (2019), o estresse pode causar vários problemas de saúde, incluindo, entre outros, elevação da pressão arterial, cefaleia, prejuízos à função cognitiva, gastrite e úlceras gástricas. Por outro lado, a fadiga pode levar à lentidão, exaustão, baixos níveis de energia e problemas de concentração (AZZOLINO *et al.*, 2020). Também pode levar às graves consequências para a saúde, como doenças cardíacas e um maior risco de depressão em alguns casos. Para evitar que esses efeitos aconteçam, os vendedores ambulantes devem encontrar maneiras de reduzir sua exposição aos ruídos altos.

Com a finalidade de proteger e promover a saúde auditiva dos trabalhadores e evitar a Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR), que afeta negativamente a audição e qualidade de vida, os vendedores ambulantes podem participar de programas de controle à PAIR oferecidos nos serviços de audiologia ocupacional. A audiologia ocupacional é uma área especializada que se dedica ao diagnóstico, prevenção e tratamento de problemas auditivos relacionados ao trabalho (LIMA, 2019).

Ao participar desses programas, os vendedores ambulantes podem ter acesso a uma série de benefícios importantes, como: (1) Avaliação auditiva: Os serviços de audiologia ocupacional oferecem exames e testes específicos para avaliar a audição e identificar possíveis problemas relacionados à exposição ao ruído. Essa avaliação é fundamental para detectar precocemente a PAIR e permitir intervenções adequadas; (2) Orientação e educação: Os profissionais de audiologia fornecem orientações e informações sobre os riscos da exposição ao ruído, técnicas de prevenção e cuidados com a audição. Isso inclui o uso adequado de equipamentos de proteção auditiva, como protetores auriculares, que podem ser fornecidos e ajustados de acordo com as necessidades; (3) Acompanhamento personalizado: Ao participar desses programas, os

vendedores ambulantes têm acesso a um acompanhamento regular da saúde auditiva. Isso permite monitorar qualquer alteração na audição ao longo do tempo e tomar medidas preventivas ou de tratamento, se necessário (LIMA, 2019).

Para participar desses programas, os vendedores ambulantes podem entrar em contato com órgãos governamentais responsáveis pela saúde e segurança ocupacional, como o Ministério do Trabalho e Emprego ou secretarias de saúde municipais. Esses órgãos podem fornecer informações sobre os serviços de audiologia ocupacional disponíveis na região e orientá-los sobre como se inscrever. Participar dos programas de controle à PAIR é uma maneira de investir na saúde e proteger a audição ao longo dos anos.

Efeito da poluição do ar na saúde dos vendedores ambulantes

A poluição do ar é um grande problema que afeta a saúde dos vendedores ambulantes de várias maneiras. Pode levar aos problemas respiratórios, doenças cardíacas e câncer. Algumas das causas da poluição do ar em áreas metropolitanas incluem fábricas, automóveis e outros processos de produção de energia.

De acordo com Prabhu *et al.* (2019), a poluição do ar pode causar complicações respiratórias como asma e bronquite. Também pode levar ao câncer de pulmão, especialmente em ambientes urbanos onde os vendedores ambulantes são expostos aos altos níveis de gases residuais. O mecanismo de como os gases poluentes residuais levam aos problemas respiratórios baseia-se na oxidação desses gases no corpo, levando aos danos nos pulmões (WU *et al.*, 2018).

O dióxido de enxofre, por exemplo, reage com oxigênio e água para produzir íons sulfato. Esses íons são, então, transportados de volta para os pulmões, onde reagem com proteínas nas paredes das vias aéreas para formar ácido sulfênico. Este ácido danifica as paredes das vias aéreas, o que leva à inflamação e inchaço das células circundantes (Wu *et al.*, 2018).

A poluição do ar também demonstrou aumentar o risco de doenças cardíacas, causando inflamação nas artérias e inibindo o fluxo sanguíneo, um fator que pode levar aos ataques cardíacos. Acredita-se que a inflamação cause estresse oxidativo por várias vias, como a produção de espécies reativas de oxigênio (ERO), óxido de nitrogênio (NOx) e peroxinitrito (ONOO-) (SCHRAUFNAGEL *et al.*, 2019).

Esses processos podem danificar as células dos vasos sanguíneos levando à disfunção vascular e ao risco cardiovascular elevado. A poluição do ar também pode levar ao câncer de pulmão, causando inflamação pulmonar. Esses edemas, por sua vez, levam à liberação de radicais livres, que danificam o DNA, causam mutações nas células e, por fim, levam aos

tumores cancerígenos (RAMOS-TOVAR; MURIEL, 2019). Algumas das maneiras pelas quais os vendedores ambulantes podem evitar a poluição do ar incluem o uso de máscaras em áreas altamente poluídas e o afastamento das áreas de tráfego intenso.

Riscos psicológicos e a saúde mental dos vendedores ambulantes

Os trabalhadores disseram sentir e enfrentar dificuldades emocionais nesse tipo de trabalho. Alguns destacam a luta diária, o estresse e a necessidade de enfrentar as dificuldades cotidianas. A insegurança, a falta de suporte e a pressão psicológica são mencionadas como fatores que prejudicam a saúde mental dos trabalhadores.

É muito difícil. E a questão psicológica também, a gente fica muito nervosa, a gente passa por muita luta (Entrevistado V7).

Condições mentais e segurança a gente não tem nenhuma (Entrevistado V11).

A gente vive aqui e contando aí com Deus para nos guardar e nos proteger, até aí dos agentes que tentam tirar a gente (Entrevistado V12).

Sim, essas doenças são todas emocionais. Como a gente se aborrece muito na rua, claro que essas doenças pioram sim com esse tipo de trabalho. Conviver com esses tipos de pessoas, conviver com gente na rua não é fácil não (Entrevistado V13).

Enquanto alguns concordam que eles podem adoecer devido ao ambiente de trabalho, a falta de estrutura e a exposição ao público, os entrevistados V10 e V 12 discordam, porém apontam que passam por estresse, o qual pode afetar suas condições de saúde.

Acredito que não, mas só se for psicológica né, porque as vezes a gente passa uma pressão danada. Mas em relação a isso não, até porque a gente anda bastante, se exercita bastante, carrega peso (Entrevistado V10).

Não é o trabalho né, é a gente que tem que saber dosar, saber fazer as coisas. Pelo contrário, se eu não tivesse trabalho, eu estaria pior (Entrevistado V12).

Alguns vendedores ambulantes manifestam muitos estresses em seus locais de trabalho, pois se deparam com uma pressão por vender suas mercadorias e a questão do tédio que os afeta psicologicamente, pela insatisfação com esse tipo de trabalho. Além disso, eles sofrem uma pressão crescente dos clientes que agravam suas preocupações com a saúde e o bem-estar.

Alguns entrevistados acreditam que o trabalho possa causar ou agravar doenças, mencionando tanto aspectos emocionais quanto físicos. Outros entrevistados expressam a crença de que o trabalho não tem um impacto significativo em sua saúde, sugerindo que podem estar lidando com os desafios de forma adequada ou que os benefícios do trabalho superam as possíveis consequências negativas.

Más condições de trabalho têm grande impacto na saúde mental (WIDENER, *et al.* 2017). Ambientes de trabalho estressantes, violentos ou insatisfatórios podem levar aos

problemas como ansiedade, depressão e esgotamento, pela exposição a todo tipo de risco. Isso pode ser particularmente preocupante se os trabalhadores não receberem apoio ou recursos adequados para cuidar de sua saúde mental.

Conforme Recchi (2020), a depressão pode levar a um desequilíbrio nas substâncias químicas do cérebro, fator que pode causar diversos problemas de saúde. Por exemplo, a depressão pode aumentar os níveis de cortisol, o que pode elevar as taxas de glicose e colesterol no sangue. Também pode levar a uma diminuição da serotonina e da dopamina, importantes substâncias químicas que influenciam o humor. Segundo Rebollo-Hernanz *et al.* (2019), a diminuição dessas substâncias químicas pode aumentar a inflamação e diminuir a sensibilidade à insulina, todos relacionados ao diabetes, obesidade e doenças cardíacas.

Conforme Wiego (2020), diversas são as fontes de estresses físicos e mentais que os vendedores ambulantes enfrentam, que podem afetar negativamente suas condições de saúde e suas relações com os clientes e com outros vendedores ambulantes, como dificuldade de acesso aos banheiros, disponibilidade de água, além do saneamento inadequados. Boas condições de higiene podem reduzir o estigma contra os vendedores ambulantes, melhorar a confiança dos clientes e os locais de trabalho. Esses resultados não apenas melhoram significativamente o seu potencial de ganho, mas também podem criar comunidades mais seguras e saudáveis.

Um outro aspecto importante que diz respeito à saúde mental desses trabalhadores, certamente, consiste na exposição à violência nas ruas e nos trens. Infelizmente, os vendedores ambulantes historicamente enfrentam uma série de abusos e agressões por parte dos agentes de segurança da concessionária que administra a via ferroviária. As ações repressivas podem incluir violência física, confisco de mercadorias, assédio verbal, entre outros, o que pode comprometer ainda mais a subsistência. A justificativa por trás dessas ações muitas vezes está ligada à aplicação da lei e à regulamentação do espaço público. No entanto, é importante destacar que essas práticas violentas e abusivas violam os direitos humanos dos vendedores ambulantes e perpetuam uma dinâmica de desigualdade e discriminação, o que afeta sua autoestima e sua percepção de valor na sociedade.

Vendedores ambulantes e COVID-19

Um outro fator de adoecimento está relacionado com a exposição direta ao público, que é tão necessária para a atividade do comércio de mercadorias. No contexto da pandemia de covid-19, os vendedores ambulantes passaram a enfrentar diversos desafios devido à exposição aos aglomerados humanos nos trens. Os entrevistados concordaram que o local de trabalho em que atuam aumenta o risco para as condições deletérias à saúde e causa doenças devido à exposição ao público.

Pode por causa do contato né. Na época da Covid19 aí, eu usei máscara, tomei vacina, mas tinha que ir para a rua trabalhar (Entrevistado V13).

A exposição ao público é uma questão que permeia a vida dos ambulantes. Durante pandemias, epidemias, surtos e outras formas de emergência sanitárias, os ambulantes ficam mais expostos e vulneráveis às doenças. Essa preocupação está relacionada à interação frequente com clientes desconhecidos e com a falta de conhecimento sobre a condição de saúde dessas pessoas.

Além disso, existem comportamentos como cuspir no chão ou tossir sem proteger a boca que provocam a propagação de doenças como Covid19, gripes, resfriados comuns, pneumonias, tuberculose e outras doenças respiratórias, embora protocolos de saúde tenham sido adotados para proteger os indivíduos da doença, como uso de máscara, vacinação e lavagem das mãos.

Tinha muita gente que não respeitava, sabe. Tem gente que não acredita até hoje. Eu acredito (Entrevistado V13).

O negacionismo observado pelo entrevistado, mostra a possibilidade do aumento de contaminação coletiva, ou seja, o desrespeito pela saúde e segurança pública por compradores e vendedores em um comércio de mercadorias apresenta um risco de doenças para todos. Embora o diálogo e a troca de experiências possam ajudar a aumentar a compreensão e a conscientização sobre a importância da saúde e higiene, existem outros fatores complexos que contribuem para o desrespeito pela segurança pública nesse ambiente de trabalho. Questões socioeconômicas, falta de acesso aos recursos adequados, desinformação e até mesmo normas culturais podem desempenhar um papel significativo nesse problema. Porém, no Brasil, parte do negacionismo está intimamente ligada a questões de natureza política.

É importante reconhecer que a mudança de comportamento não acontece apenas pelo diálogo, mas também requer medidas práticas e políticas eficazes. Torna-se necessário um esforço conjunto que envolva não apenas os vendedores ambulantes e o público, mas também as autoridades responsáveis pela regulamentação e fiscalização, bem como a implementação de programas educacionais abrangentes.

Embora o diálogo e a troca de experiências sejam importantes para sensibilizar as pessoas e promover a conscientização sobre a saúde e a higiene, é fundamental reconhecer que a solução para o desrespeito pela segurança pública envolve uma abordagem multidimensional e abrangente, que leve em consideração os diversos aspectos que contribuem para esse problema complexo.

Os entrevistados reconheceram que a falta de cumprimento dos protocolos de saúde pública é motivo de preocupação para eles, pois resulta em disseminação de doenças.

Às vezes até pode né, porque a gente tem que lidar com o público né. A gente lidando com o público a gente fica exposto. E lidar com o público é fundamental. A gente não sabe quem está doente e que vem aqui. Corremos riscos sim de ter alguma doença transmissível (Entrevistado V6).

É difícil distinguir uma pessoa doente daquela que não está quando os vendedores interagem com diferentes pessoas e coletivos, o que lhes aumenta o risco de contrair doenças transmissíveis. Os entrevistados expressaram preocupação com o não cumprimento dos protocolos de saúde pública, reconhecendo que estão expostos a riscos de contrair doenças transmissíveis devido à natureza do trabalho que envolve lidar com o público. A dificuldade de distinguir pessoas doentes das saudáveis durante as interações com clientes desconhecidos aumenta ainda mais a vulnerabilidade dos vendedores ambulantes.

Para proteger a saúde dos vendedores ambulantes e do público em geral, é essencial implementar medidas de prevenção, a vacinação e a higiene adequada. Além disso, programas de conscientização e educação devem ser desenvolvidos para promover uma mudança de comportamento e garantir a segurança de todos os envolvidos no comércio de mercadorias.

Percepção dos vendedores ambulantes dos trens relacionadas à saúde

Alguns entrevistados revelaram que suas condições de saúde como vendedores ambulantes dos trens “não são tão adequadas”, por não terem tempo para realizar atividades físicas e condições financeiras de manter uma alimentação saudável diariamente, devido ao custo. Apesar da maioria evitar o consumo de bebidas alcoólicas, cigarros e outras drogas, alguns reclamaram da necessidade de ter uma qualidade de vida melhor.

Há de se considerar a necessidade de políticas públicas de caráter compensatório, como os restaurantes populares, desempenham um papel importante no atendimento às necessidades básicas dos trabalhadores e no combate às desigualdades sociais. A RMRJ conta com umas poucas unidades de restaurantes populares localizadas em Duque de Caxias, Niterói, Belford Roxo e Rio de Janeiro (nos bairros de Bangu, Bonsucesso e Campo Grande). Esses restaurantes oferecem refeições com preços acessíveis, garantindo uma alimentação adequada e de

qualidade, contribuindo para a promoção da segurança alimentar e nutricional, para aqueles que enfrentam dificuldades financeiras, ajudando a combater a fome e a desnutrição (PADRÃO; AGUIAR, 2018).

Ao serem interrogados como consideram seus estados de saúde, 58,4 % dos vendedores ambulantes responderam que a consideram boa ou muito boa. Ao contrário de 41,6% que a consideram regular ou ruim. Em relação ao estilo de vida, a maior parte dos entrevistados não faz atividades físicas (91,7%). Alguns mencionam o consumo de álcool e tabaco, embora destaquem que não estão envolvidos em outros comportamentos prejudiciais à saúde. Eles mencionam beber ocasionalmente ou socialmente e fumar cigarros, sendo 16,7 % tabagistas e 33,3 % etilistas (Tabela 3).

Tabela 3 - Medidas descritiva das variáveis de saúde e estilo de vida dos vendedores ambulantes participantes desse estudo. Rio de Janeiro, RJ, Brasil (2023), (n=12)

		Frequência Absoluta (n)	Frequência Relativa (%)
Como considera seu estado de saúde?	Muito boa	2	16.7 %
	Boa	5	41.7 %
	Regular	4	33.3 %
	Ruim	1	8.3 %
Tabagismo	Não	10	83.3 %
	Sim	2	16.7 %
Estilismo social	Não	8	66.7 %
	Sim	4	33.3 %
Faz atividade física além do trabalho?	Não	11	91.7 %
	Sim	1	8.3 %

Fonte: Entrevista semi-estruturada da pesquisa
Elaboração: Alcione Basílio de Abreu (2023).

Como os vendedores ambulantes têm uma renda relativamente baixa, eles são obrigados a trabalhar todos os dias, mesmo quando estão doentes. Isso pode piorar suas condições de saúde se não tiverem dinheiro suficiente para comprar remédios ou tempo suficiente para repouso e recuperação. Por exemplo, o participante V1 considera que o trabalho “é tudo” para ele porque tem um bebê de 5 meses para cuidar. Isso significa que ele deve trabalhar todos os dias para ganhar algum dinheiro e comprar comida e remédios. Isso pode colocá-lo, bem como a sua família, em risco, porque o trabalho é arriscado e inseguro.

De acordo com Groot (2017), os vendedores ambulantes frequentemente enfrentam uma série de perigos à saúde devido à natureza de seu trabalho, como exposição aos variados riscos e falta de acesso às instalações sanitárias adequadas. Além disso, geralmente vêm de

comunidades marginalizadas pelo poder público e tomadas pela violência social, que geram barreiras de acesso aos serviços e cuidados de saúde.

Eles enfrentam não apenas as dificuldades inerentes à informalidade, mas também a repressão e a violência por parte do Estado, por meio de ações repressivas, desocupações forçadas e a criminalização de suas atividades. Essas ações muitas vezes são implementadas de forma arbitrária, sem considerar as suas condições socioeconômicas ou oferecer alternativas viáveis para seu sustento (PIRES, 2017).

A política de exclusão e marginalização do Estado em relação aos vendedores ambulantes perpetua a negação de seus direitos fundamentais, como o direito ao trabalho, à moradia e à dignidade. Essa abordagem, conhecida como necropolítica, reforça as desigualdades sociais existentes, uma vez que os vendedores ambulantes são frequentemente pessoas de baixa renda, pertencentes a grupos marginalizados e sem acesso a empregos formais (PIRES, 2017).

Em vez de reprimir e criminalizar as atividades dos vendedores ambulantes, seria mais adequado que o Estado adotasse uma abordagem que reconhecesse e regulamentasse o trabalho informal, garantindo direitos, condições de trabalho dignas e a inclusão desses trabalhadores na sociedade. Com isso, uma mudança de paradigma é necessária, na qual o Estado abandone a necropolítica e adote políticas que promovam a inclusão, a dignidade e os direitos dos vendedores ambulantes. Somente por meio de uma abordagem humanitária, respeitosa e inclusiva é que a situação destas pessoas pode ser transformada, promovendo a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos (PIRES, 2017).

As maiores taxas de desigualdades em saúde estão associadas com as maiores taxas de morbidade e a menor estimativa de vida. A deficiência na prestação de serviços do governo significa que os vendedores ambulantes também precisam pagar por coisas que podem, em diferentes circunstâncias, ser gratuitas ou mais acessíveis, como medicamentos, cuidados de saúde, órteses e próteses (YOUNG, 2018).

Com isso, é necessário que os vendedores ambulantes tenham acesso à cidadania plena e aos serviços básicos de saúde, cuidados preventivos, habitação e educação. É importante que haja regulamentação para garantir que eles não sejam submetidos aos abusos ou assédio por parte das autoridades ou outros atores. Além disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) sugere que fornecer serviços básicos às zonas de comércio informal, como banheiros e equipamentos de proteção individual, contribuiria para a melhoria das condições de saúde dos vendedores ambulantes (ONU, 2013). Vale lembrar, mais uma vez, que para as condições de saúde de trabalhadores melhorarem é preciso que se organizem como sujeitos coletivos de

modo a constituir demandas voltadas ao enfrentamento de problemas estruturais e da desigualdade social.

Cumprе ressaltar, ainda, o prisma de interpretação do campo da Saúde do Trabalhador, segundo o qual a saúde no trabalho não pode ser compreendida isoladamente, mas sim em relação ao contexto histórico e social em que o trabalho ocorre. A luta de classes, as resistências e a participação dos trabalhadores são elementos essenciais para tornar o trabalho mais suportável e garantir condições favoráveis ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Portanto, a categoria saúde, no campo da saúde do trabalhador, não é vista como um valor dado, mas como uma conquista a ser alcançada por meio da luta e da prática (SOUZA *et al.*, 2017).

A defesa da saúde dos trabalhadores depende da sua organização política e luta. A participação efetiva dessas pessoas e suas organizações pode impactar positivamente a realidade da saúde no trabalho. Além disso, é importante valorizar a experiência dos trabalhadores como conhecimento e subsidiar suas demandas com estudos que evidenciem os impactos negativos do trabalho (SOUZA *et al.*, 2017). Portanto, é necessário um esforço coletivo para promover a saúde dos vendedores ambulantes, reconhecendo suas demandas, garantindo direitos e combatendo as desigualdades sociais. Somente por meio de uma abordagem humanitária, inclusiva e com base na luta dos trabalhadores é que a situação deles poderá ser transformada, visando à justiça social e à igualdade de oportunidades para todos.

4.3.2 Condições de trabalho: Aspectos relacionados ao processo de trabalho dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ

As mudanças políticas, econômica e sociais que ocorreram no mundo nas últimas décadas, produziram alterações significativas nas condições de trabalho e saúde de todas as categorias de trabalhadores. Antes dos anos 1970, a hipótese dominante na medicina social era de que a elevação da renda e a saída da pobreza possibilitariam adequadas condições de trabalho e saúde para as pessoas. Após 1985, alguns pesquisadores passaram a reconhecer que o impacto das condições socioeconômicas seria mais abrangente, ou seja, seus efeitos não apareceriam apenas sob condições adversas, associadas com a pobreza, mas também sob condições socioeconômicas mais promissoras (ARRETCHE, 2015).

Nesse horizonte, é importante que se reconheça que as contradições entre capital e trabalho estão na essência das relações trabalhistas dentro do sistema capitalista e decorrem da relação de exploração existente entre os detentores dos meios de produção (capitalistas) e os trabalhadores assalariados. Para alcançar o objetivo de acumular capital em prol de aumentar

constantemente os lucros, o sistema capitalista busca maximizar a produtividade e minimizar os custos, incluindo os salários dos trabalhadores. Isso muitas vezes resulta em condições laborais precárias, baixos salários e exploração das pessoas que trabalham (HARVEY, 2016).

Os meios de produção, como máquinas, ferramentas e tecnologia vêm constantemente sendo incorporados ao processo produtivo para aumentar a eficiência e a produtividade, levando à substituição das atividades efetuadas pelos trabalhadores por máquinas, resultando em desemprego e perda de sua autonomia laboral. O trabalho está cada vez mais dependente da colaboração e da divisão de tarefas entre os trabalhadores; no entanto, os seus frutos pertencem aos donos dos meios de produção, resultando em desigualdades sociais, em que os trabalhadores têm acesso limitado aos benefícios gerados por seu próprio trabalho (HARVEY, 2016).

No capitalismo, os trabalhadores encontram-se separados do processo de produção e dos produtos de seu próprio trabalho, pois se tornam meros vendedores de sua força de trabalho, sem controle ou influência sobre as decisões relacionadas ao trabalho. Essas contradições representam uma fonte de tensão social e desigualdade e podem levar à uma falta de realização pessoal e de satisfação no trabalho. A dominação dos processos laborais pelos interesses do capital leva às condições desfavoráveis para os trabalhadores, resultando em desigualdades sociais, exploração e alienação (HARVEY, 2016).

O reconhecimento e a superação dessas contradições são fundamentais para a busca de uma sociedade mais justa e equitativa. Somente por intermédio das formas de auto-organização que trabalhadores associados coletivamente conseguem suplantar a dominação do capital sobre o trabalho, tanto no mercado de trabalho quanto no ambiente laboral. *“Afiml, é no ambiente de trabalho e pelo mercado de trabalho, que a força do capital afeta diretamente o corpo dos trabalhadores”* (HARVEY, 2016, p. 72)

A legislação trabalhista e os direitos sociais foram seletivamente aplicados pelo Estado brasileiro aos diversos segmentos sócio-ocupacionais, concretizando as desigualdades. A regulamentação do trabalho e a montagem do aparato de bem-estar no Brasil seguiram o modelo corporativo de cobertura seletiva de categorias profissionais legalmente reconhecidas, como as atividades mais modernas e estruturadas (ARRETCHE, 2015).

Os contratos formais de trabalho que proporcionam um vasto universo de direitos e benefícios (salário família, subsídios para alimentação e transporte, compensações diante de demissões, seguro-desemprego, seguros privados de saúde, proteção contra incapacidades provisórias ou permanente de trabalho, representação sindical), vêm decrescendo ao longo dos anos (ARRETCHE, 2015). E vem ocorrendo a flexibilização dos direitos trabalhistas, aumentando o desemprego, levando mais trabalhadores à informalidade.

Portanto, a sociedade salarial tendeu ao desemprego e às diversas formas de vulnerabilidade e precarização no trabalho, desenvolvidas em nome da flexibilidade e da competição. Essas mudanças, nas últimas décadas, vêm produzindo pessoas duplamente pobres e excluídas do aparelho produtivo, consideradas “supranumerárias”, “inempregáveis” ou empregadas de um modo precário (CASTEL, 1998).

No Brasil, como nas nações em desenvolvimento em geral, a maioria da população ocupada trabalha em ocupações tradicionais, informais e não regulamentados. Neste caso, olhamos relações autoritárias dominadas pela precariedade do trabalho, falta de segurança, saúde precária, pobreza, fome e exploração. Tanto o trabalho tradicional quanto o informal e não regulamentado podem ser considerados como parte de uma zona de exclusão em relação ao campo da saúde e segurança no trabalho. Se para alguns esse é um quadro alarmante, para outros é considerado uma coisa natural que compõe a realidade brasileira, um problema de difícil solução e, portanto, de pouca importância política e, também, irrelevante para a ciência (BELTRÃO, 2010).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2014), as condições de trabalho são as questões que mais afetam o bem-estar dos trabalhadores no local de trabalho. Incluem múltiplos aspectos relacionados ao ambiente de trabalho, como o tempo de trabalho (horas de trabalho, períodos de descanso e horários de trabalho), remuneração, saúde (as condições físicas e as exigências mentais existentes no local de trabalho), organização, segurança, oportunidades de desenvolvimento e equilíbrio entre trabalho e vida privada.

A análise temática das respostas à pergunta sobre o ambiente e as condições de trabalho dos vendedores ambulantes destacou os desafios e obstáculos enfrentados por estes trabalhadores informais no contexto em que vivem. Alguns verbalizaram que o ambiente era favorável, satisfatório e até mesmo como uma família; por outro lado, outros destacaram os riscos, desafios e injustiças nele presentes. Essa análise reflete a diversidade de experiências e perspectivas dos trabalhadores informais em relação ao círculo em que atuavam e revelaram as seguintes categorias temáticas:

Riscos e insegurança pública

Os entrevistados apontaram as dificuldades e os perigos enfrentados por eles durante suas atividades laborativas. Relataram algumas situações como tiroteios, assaltos, situações de insegurança e violência presenciada durante o trabalho. Alguns não especificaram detalhes, mas indicaram que as condições laborais eram insatisfatórias e inseguras.

Da análise dos dados, fica evidente que as condições de trabalho dos ambulantes informais são precárias e vulneráveis. Quase todos os entrevistados admitiram que trabalhavam em condições de risco e que era uma questão de necessidade. Os motivos que eles deram incluíam o trabalho ser perigoso, envolver muita correria e ser altamente competitivo, o que causava brigas constantes entre eles. Além disso, todos disseram que a única opção que tinham era o dinheiro que ganhavam com as vendas.

Gostaria de ter um emprego com melhores condições de trabalho, pois trabalhar como vendedor ambulante no trem envolve muitos riscos. É muito perigoso, são muitas pessoas competindo no mesmo espaço (Entrevistado V3).

Aqui a gente corre todos os tipos de risco, mas graças a Deus nunca me aconteceu nada (Entrevistado V4).

Não é muito bom, porque a gente passa por muitas situações. A gente vê assaltos, a gente vê alguém batendo em outra pessoa e a gente não pode fazer nada, porque a gente tá ali trabalhando para conseguir alguma coisa, algum dinheiro. É muito difícil (Entrevistado V7).

É mais o risco mesmo de perder mercadoria que para repor já é difícil, para começar a gente tem que ter para por, ir comprando (Entrevistado V8).

Segurança a gente não tem. O ramal que eu trabalho é complicado, o trem do Rio de Janeiro você sabe como é né, muito complicado, cheio pra “dedeu” né (Entrevistado V11).

A gente não tem nada. Mas temos que vender, arrumar um dinheiro e levar pra casa (Entrevistado V12).

Conforme Jordão (2014), os vendedores ambulantes não trabalham na via ferroviária de forma tão precária só porque querem, mas por necessidade, até mesmo os que estão acostumados a trabalhar na via ferroviária. Em muitos casos, não se trata de uma escolha, mas sim da falta de opções que leva os trabalhadores a atuarem nessa área como a única solução encontrada (JORDÃO, 2014). Embora seja um trabalho altamente precário e competitivo, é uma das fontes de emprego mais disponíveis que podem ajudar a colocar comida na mesa, comprar remédios e pagar contas. Por exemplo, V5 disse:

Meu trabalho nem é tanto por realização pessoal, é mais para dinheiro mesmo, porque infelizmente sem dinheiro a gente não consegue sobreviver, a gente precisa pagar as nossas contas (Entrevistado V5).

Essas observações retratam que as condições de trabalho como vendedor de trem eram perigosas e arriscadas para essa classe de trabalhadores, embora eles não tivessem apresentado outras opções para sair dessas condições. Além disso, alguns deles possuem bons níveis de escolaridade e mereceriam empregos melhores, mas sentem-se impelidos a vender suas mercadorias em trens para criar suas famílias e atender às outras necessidades pessoais.

Os vendedores ambulantes ainda sofriam com a ausência de suporte e ajuda, bem como com a falta de segurança física e emocional no exercício da profissão. Eles relataram presenciar cenas de violência, mas sentiam-se impotentes para intervir devido ao seu trabalho. Essas condições tornavam o trabalho complicado e representavam uma ameaça à sua segurança.

Saio de madrugada, moro em comunidade, às vezes tem confronto com a polícia e roubo. É complicado. (Entrevistado V1)

É complicado porque não temos suporte. Ficamos sozinhos, então foi muito difícil porque não temos ajuda de ninguém (Entrevistado V5).

A insegurança pública afetava-os também em suas integridades física, mental e saúde em geral. Em um estudo etnográfico sobre vendedores ambulantes em Bogotá, Vargas Falla e Urinbojev (2015), evidenciaram diversos conflitos entre eles e advertências verbais que vinham com uma ameaça de uma resposta mais severa, em caso de falha na reparação da violação de uma norma. Com isso, a violência que afetava diariamente os trabalhadores nos pontos comerciais de maiores circulações de pessoas nem sempre era policial ou criminal, mas também podia ser iniciada por outros vendedores. (VARGAS FALLA; URINBOJEV, 2015).

Eles podem correr o risco de ter suas mercadorias roubadas ou confiscadas, trazendo-lhes prejuízos financeiros e dificuldades de substituição dessas mercadorias. Além disso, uma grande preocupação de segurança para os que trabalham nos trens é o risco de roubo. Alguns dos relatos dos vendedores estão apresentados na sequência:

Temos que correr riscos. Segurança não existe (Entrevistado V2).

Tem dia que é complicado. Os caras já vêm como? Querendo tomar nossa mercadoria. Então, tem aquele corre corre e a gente vai se virando da maneira que pode (Entrevistado V9).

Não temos segurança. Condições mentais e segurança não temos (Entrevistado V11).

A falta de segurança levava-os, também, à insegurança financeira, pois estavam em risco de roubo ou perda de renda devido aos crimes ou outros problemas com estas características. No geral, a ausência de proteção poder-lhes-ia trazer sérias consequências e é importante abordar essas questões para garantir-lhes a segurança e o bem-estar (CORBURN *et al.*, 2020). Isso pode incluir a implementação de medidas como iluminação adequada, câmeras de vigilância ou guardas de segurança, bem como fornecer suporte e recursos para os vendedores ambulantes que sofreram crimes ou outros incidentes desta natureza.

Eles buscavam diversas alternativas para lidar com a insegurança pública, as violências e os crimes. Um dos métodos utilizados era a organização do trabalho em grupo, possibilitando que nem um único vendedor ambulante fosse alvo de criminosos. É importante que eles tenham

uma boa relação com policiais e outros membros das agências de aplicação da lei, pois esta proximidade pode ajudar a reduzir a criminalidade, garantindo, assim, um espaço mais tranquilo para seus negócios e a segurança de seus clientes (LINDELL, 2019).

Conforme apresenta Jordão e Stampa (2016), os vendedores ambulantes enfrentam dificuldades em encontrar trabalho que ofereça proteção social mínima e apesar de desenvolverem estratégias de sobrevivência e trabalharem em conjunto para lidar com as adversidades, há poucas oportunidades de trabalho formal e pouca organização nesse setor. Muitas pessoas desconhecem essa realidade e há desinteresse em trabalhar fora da área ferroviária, diante da falta de expectativa de mudanças nas condições laborais. Eles vivem sob intensa insegurança e batalham, diariamente, para atender às suas necessidades e às de suas famílias (JORDÃO; STAMPA, 2016)

Há várias maneiras pelas quais o governo pode diminuir as inseguranças e impedir violências contra estes trabalhadores. Uma delas é fornecer-lhes um ambiente seguro e, nesse sentido, muitas medidas precisam ser tomadas, com a participação dos próprios ambulantes, pois é preciso minimizar a violência e a discriminação enfrentadas por eles enquanto tentam ganhar a vida.

A necessidade de o Estado construir políticas de apoio aos trabalhadores é fundamental para garantir-lhes condições dignas de trabalho, proteção social e fortalecimento. A participação dos sindicatos e movimentos sociais é essencial nesse processo, pois eles representam os interesses coletivos dos trabalhadores e têm a expertise em negociação e mobilização (DRUCK, 2006).

Os movimentos sociais podem desempenhar um papel fundamental na conscientização e na organização dos trabalhadores, fortalecendo sua capacidade de reivindicação e defesa de direitos e da saúde. Eles podem lhes promover a participação ativa na formulação de políticas, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e consideradas nas decisões que afetam suas vidas. A colaboração entre esses atores pode levar às políticas mais abrangentes, efetivas e sustentáveis, que considerem a diversidade e particularidades dos trabalhadores (DRUCK, 2006).

Condições precárias de trabalho

Os entrevistados V3, V5 e V6 mencionaram que as condições de trabalho eram difíceis e precárias. Entre as os contratemplos enfrentados foram citados a falta de suporte, a sensação de abandono e a ausência de recursos adequados para o desenvolvimento do trabalho. As dificuldades enfrentadas, principalmente pelas mulheres, nesse contexto foram variadas.

São precárias né, são totalmente precárias (Entrevistada V3).

É complicado né, porque a gente não tem um suporte. A gente fica aí jogado, então é muito difícil, porque a gente não tem ajuda de ninguém (Entrevistado V5).

É muito difícil. Lidar com o público é muito difícil (Entrevistada V6).

O contexto inadequado de trabalho foi um dos principais temas citados. As más condições laborais vivenciadas pelos trabalhadores têm raízes profundas nas estruturas sociais e econômicas. A inexistência de um Estado protetor e a dinâmica do capitalismo destrutivo agravam ainda mais as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores. Além das consequências financeiras, que incluem salários baixos, oportunidades limitadas de vendas e horários instáveis, esses trabalhadores são confrontados com um futuro incerto, tornando difícil o sustento de suas famílias. O cenário é agravado pelo alto custo de vida na RMRJ, que lhes coloca ainda mais pressão em busca de meios de subsistência. A falta de uma rede de proteção social adequada e a exploração inerente ao sistema capitalista torna-lhes essa realidade ainda mais desafiadora, já que enfrentam dificuldades econômicas significativas.

Conforme Antunes (2011), o desemprego estrutural em nível global e a crescente informalidade dos trabalhadores são manifestações trágicas da devastação causada pelo capitalismo, que incentiva a flexibilização dos horários de trabalho, o desmantelamento da proteção social e a busca por maior exploração da força de trabalho, resultando em instabilidade para a classe trabalhadora.

O trabalho informal, embora facilite a circulação de bens produzidos por empresas capitalistas, é marcado pela precariedade e baixa renda. Nesse contexto, o declínio do proletariado e a expansão do trabalho intelectual ocorrem em paralelo, com exigências crescentes de qualificação. A informalidade implica em trabalho desprovido de direitos, representando uma nova fase de desconstrução laboral sem precedentes na era moderna (Antunes, 2011).

Adaptabilidade e enfrentamento de dificuldades

Alguns entrevistados mencionaram a necessidade de adaptar-se e enfrentar as dificuldades no trabalho como vendedores ambulantes. Um deles destacou a necessidade de ter habilidades de comunicação e um "jogo de cintura" para lidar com os diferentes tipos de pessoas devido a esses estereótipos negativos.

A gente está ali à deriva né, depende muito do momento, tem dia que a gente está tudo em paz, a gente vende, é só alegria, mas tem dia que é complicado, os caras já vem como... querendo tomar nossa mercadoria. (Entrevistado V9).

A gente é muito discriminado né, às vezes pelos próprios funcionários do trem e tal, mas a gente assim, sustenta né, porque é daqui o pão de cada dia para a gente levar para casa. Então quando eu falo no plural, eu falo da minha família, porque a gente vive disso. Então a gente precisa correr atrás mesmo e enfrentar as dificuldades do dia-a-dia (Entrevistado V10).

A gente precisa ter um jogo de cintura incrível, porque nem todo mundo é paciente, nem todo mundo aceita o que a gente camelo fala, porque camelo já é uma classe que já não é bem-vista (Entrevistado V6).

O trabalho como vendedor ambulante foi considerado imprevisível, variando entre dias de sucesso e outros mais complicados, em que eles eram confrontados com pessoas que desejavam tomar suas mercadorias. Nesses momentos, era preciso agir rapidamente e encontrar soluções da melhor maneira possível. Essa categoria de análise mostrou singularidades como a resiliência dos trabalhadores e necessidade, permanente, de se driblar adversidades enfrentadas, como tentativas de roubo ou perda de mercadorias. Apesar das dificuldades, eles perseveravam, adaptavam-se às circunstâncias e encontravam maneiras de seguir em frente.

Apesar dos desafios e das incertezas que acompanham essa profissão, eles mostram uma capacidade impressionante de adaptar-se e superar obstáculos. Uma das características marcantes observadas é a determinação em encontrar maneiras criativas de sustentar-se e prosperar, mesmo em condições desfavoráveis, pois estão dispostos a assumir os riscos e esforçar-se para ganhar a vida por conta própria (CESARINO, 2017).

Os vendedores ambulantes enfrentam uma série de desafios, desde a resistência de alguns clientes até a concorrência acirrada com outros vendedores. É admirável a forma como eles adaptam-se a essas circunstâncias adversas. Eles são capazes de encontrar soluções criativas, como modificar seus produtos, alterar seus pontos de venda ou estabelecer parcerias com outros trabalhadores para aumentar suas chances de sucesso (CESARINO, 2017).

A sua resiliência também é evidente na maneira como lidam com as perdas e os contratempos. Eles compreendem que nem todos os dias serão lucrativos e que enfrentarão momentos de dificuldade, como a perda de mercadorias ou tentativas de roubo. No entanto, ao

invés de se deixarem abater, eles se levantam, aprendem com as experiências negativas e seguem em frente, com ainda mais determinação (CESARINO, 2017).

Jornada de trabalho

A análise temática das respostas dos entrevistados à pergunta sobre a jornada de trabalho revelou diferentes configurações e forneceu uma compreensão a respeito da quantidade de horas e dias dedicados ao trabalho. Eles citaram os horários em que iniciavam e encerravam o turno de trabalho diariamente. Alguns mencionaram que seus horários de trabalho podiam variar dependendo das circunstâncias, entre 7 a 8 horas por dia, dependendo do entrevistado. Eles relataram chegar no local de trabalho entre 8:00 e 9:00 e sair entre 16:30 e 18:00. Tal variação nos horários ocorria de acordo com a demanda ou necessidades específicas de cada dia.

A maioria relatou que trabalhava de segunda a sábado, seguindo uma jornada de trabalho regular, sendo que alguns também mencionaram a possibilidade de trabalhar aos domingos, caso fosse necessário. Eles relataram horários específicos de entrada e saída, variando entre 8 horas e 9 horas por dia. Essa carga de trabalho resultava em uma média de cerca de 48 a 50 horas de trabalho por semana. Com isso, os trabalhadores com empregos informais são os mais propensos a trabalhar horas excessivas (mais do que 48 horas semanais ou até mais de 60 horas semanais) (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2018).

Alguns entrevistados mencionaram que a carga de trabalho também dependia das condições climáticas, como a exposição à chuva e intempéries. Alguns destacaram a flexibilidade em relação aos dias de trabalho, como V10, que trabalhava apenas nos horários de pico com maior movimento.

Então, eu trabalho todos os dias, normalmente de 8:00 até umas 19:30, as vezes eu passo um pouquinho mais, sempre parando para repor as mercadorias e continuar. Eu trabalho de segunda a sábado. Domingo eu não vou porque eu preciso dar um pouco de atenção para eles (filhos), pois as vezes deixo muito a desejar nisso, aí o domingo eu deixo para eles mesmo (Entrevistado 8).

Na verdade, eu não tenho nada fixo, a gente trabalha o dia que pode. Tem dia que está chovendo e não dá para ir. O dia que dá, dá, o dia que não dá é complicado (Entrevistado 9).

Eu trabalho geralmente dia de semana, né, nos horários de pico que têm mais movimento. Aí, dá para fazer um dinheirinho a mais. Daí, quando é feriado e não tem muito movimento, eu não trabalho não, eu só trabalho mesmo no horário de pico, que o trem fica cheio e dá para vender bastante (Entrevistado 10).

Longas jornadas de trabalho, incluindo turnos noturnos, podem levar à fadiga e potencialmente afetar a saúde e o bem-estar dos vendedores ambulantes. Em relação à carga

horária, Jordão (2014) constatou em seu estudo que eles trabalhavam, em média, 49 horas semanais.

Um estudo com vendedores ambulantes de Mumbai mostrou que a jornada de trabalho e as condições de segurança no local de trabalho eram alguns dos principais problemas vivenciados por esse grupo de trabalhadores, juntamente com o suborno e o assédio das autoridades locais (SAHA, 2009). A maioria dos vendedores ambulantes trabalhava mais de oito horas por dia, enquanto outros mais de dez horas (TRUONG, 2017). A principal razão pela qual eles têm que trabalhar longas horas é que ganham menos e precisam cobrir suas necessidades básicas.

É importante considerar que se trata uma carga de trabalho pesada. O excesso de horas de trabalho, nesse grupo de trabalhadores, tem sido frequentemente associado aos problemas de saúde e efeitos negativos em sua vida social. Eles passavam a maior parte de seus dias fora de casa, trabalhando por longas horas sem acesso à uma alimentação ou cuidados de saúde adequados.

Como resultado, sofriam de doenças e problemas de saúde que podem ser difíceis de tratar devido à dificuldade de tempo e à baixa remuneração. Segundo Martínez *et al.* (2018), alguns efeitos negativos para a saúde decorrentes de horas excessivas de trabalho incluem riscos aumentados de doença cardíaca coronária, acidente vascular cerebral e problemas mentais.

Um estudo de Rivera *et al.* (2020) revelou que as pessoas que trabalham mais de 50 horas por semana tinham um risco 20% maior de doença cardíaca coronária em comparação com as pessoas que trabalhavam menos de 40 horas por semana. Esses achados são atribuídos ao fato de que longas jornadas de trabalho aumentam o risco de obesidade, de doença coronariana e de acidente vascular cerebral, especialmente em pessoas com pressão alta. Assim, é importante que os vendedores ambulantes que trabalham por longas horas façam pausas e tenham uma alimentação saudável para evitar essas complicações.

O excesso de horas de trabalho também pode ser prejudicial à saúde mental dos trabalhadores, pois pode levar às maiores cargas de estresse, ansiedade e depressão. Além disso, favorece outras consequências negativas, como privação de sono e aumento de casos de doenças relacionadas ao estresse.

Conforme Virtanen e Kivimäki (2018) a prevalência de depressão em vendedores ambulantes era maior do que na população em geral. Isso é atribuído ao fato de que eles são muitas vezes forçados a trabalhar longas horas, o que pode causar estresse mental devido à interrupção dos ritmos circadianos e ao aumento dos níveis de cortisol no sangue.

Os vendedores ambulantes costumam trabalhar longas horas para ganhar a vida. A rotina tradicional de trabalho é acordar cedo, trabalhar fora de casa o dia todo e voltar para casa à noite. No entanto, alguns, devido ao baixo lucros das vendas, necessitam estar disponíveis para atender os seus clientes à noite.

Com seus empregos exigindo sua disponibilidade sob demanda, a maioria não tinha tempo de lazer para passar com suas famílias e amigos. Segundo Chakraborty (2018), a falta de tempo social com familiares próximos e amigos pode aumentar a predisposição de problemas mentais na vida dos vendedores ambulantes. Pode levar à depressão, solidão e alienação, tudo associado à falta de integração social.

Conforme assevera Cardoso e Morgado (2019), a intensificação do trabalho torna difícil adotar práticas saudáveis, e isso está associado à uma percepção mais negativa da relação entre trabalho e saúde. O aumento do ritmo de trabalho pode ser uma resposta à redução da jornada laboral, mas também depende de como o trabalho é gerido e organizado.

Muitas soluções podem ser implementadas para resolver os problemas relacionados ao excesso de jornada de trabalho dos vendedores ambulantes. Taouk *et al.* (2019) recomendam a criação de zonas especiais onde os trabalhadores possam descansar e relaxar, para ajudar a reduzir os riscos mentais e físicos associados ao excesso de horas de trabalho.

Além disso, especialmente quando há alta pressão de trabalho, eles deveriam fazer uma pequena pausa durante o dia, que lhes evitaria a exaustão e manteria boas condições de saúde. O retorno para casa mais cedo possibilitaria que eles relaxassem e tivessem uma noite de sono reparadora, que é importante para a saúde física e mental.

Os entrevistados apresentaram diferentes abordagens em relação aos horários e dias de trabalho, refletindo as realidades e circunstâncias individuais de cada um. Alguns tinham uma rotina regular de trabalho, outros se adaptavam de acordo com as condições climáticas ou procuravam aproveitar os horários de pico para aumentar suas vendas. Essas variações mostraram as realidades e desafios enfrentados pelos vendedores ambulantes em sua busca pelo sustento diário.

Horários de descanso e folgas

A falta de tempo para o descanso adequado, a pausa e os cuidados pessoais é um dos principais desafios enfrentados por aqueles que buscam conciliar diversas formas de trabalho. A sobrecarga física e mental resultante dessa jornada pode levar a problemas de saúde, como

estresse, fadiga, ansiedade, depressão e até mesmo doenças físicas relacionadas ao esforço excessivo (SAHA,2011).

Geralmente, os vendedores ambulantes que trabalham nos trens possuem folgas muito limitadas, pois são obrigados a estar no trem muito cedo e sair tarde. Isso significa que eles podem ter muito pouco tempo para descansar ou realizar atividades pessoais fora do trabalho.

O horário de descanso para eles pode variar dependendo da rota e horário específicos destes veículos. Em geral, conseguem ter folgas muito limitadas, pois podem ser obrigados a estar presentes na estação ferroviária ou a bordo, durante todo o percurso destes transportes (Holguín-Veras, *et al*, 2017).

Eles podem ter muito pouco tempo para descansar ou realizar atividades pessoais fora do trabalho. As suas poucas folgas e as exigências de trabalho podem ter impactos negativos em seu bem-estar e qualidade de vida. Torna-se difícil equilibrar o trabalho e as responsabilidades pessoais. Além disso, a falta de folga e as exigências laborais podem contribuir para o esgotamento e a fadiga, o que pode ter impactos negativos na saúde e no bem-estar dos ambulantes que trabalham nos trens. É importante que eles cuidem de sua saúde física e mental e encontrem formas de administrar o estresse e o cansaço para manter seu bem-estar.

Alguns trabalhadores mencionaram a necessidade de trabalhar muitas horas e aos domingos, embora com um movimento menor. Além disso, eles conseguem ter um dia de folga durante uma semana, trabalhando em outros dias. Esses tiveram uma carga de trabalho que se estendia de domingo a sábado, sem folga fixa durante a semana. Alguns mencionaram que trabalhavam longas horas todos os dias. Eles relataram sair de casa no início da manhã, por volta das 4 horas; e retornar por volta das 15 horas ou 17 horas. Essa carga de trabalho abrange aproximadamente 12 horas externas de trabalho.

Algumas das justificativas mencionaram que é necessário trabalhar muitas horas por dia para ganhar dinheiro suficiente, devido às dificuldades financeiras. Eles relataram que trabalham de segunda a sábado e, se necessário, também um pouco aos domingos. Esses trabalhadores não mencionam horários específicos, mas destacaram a importância de trabalhar muitas horas para superar as dificuldades financeiras. Outros mencionaram que preferiam trabalhar nos horários de pico, quando havia mais movimento nos trens e, portanto, maior oportunidade de ganhar dinheiro. Eles não indicaram ter uma carga de trabalho fixa e podiam não trabalhar em finais de semana e feriados, que eram dias com pouco movimento.

Truong (2018), em um estudo realizado no Vietnã avaliou que o comércio ambulante podia fornecer trabalho decente para esse grupo e concluiu que os vendedores valorizam muito a liberdade que seu trabalho lhes permite, apesar das duras condições em que era realizado.

Identifica-se, então, que há uma diversidade nos padrões de carga de trabalho entre os vendedores ambulantes, que geralmente realizavam suas atividades cerca de 7 a 8 horas por dia, trabalhando de segunda a sábado, com a possibilidade de também trabalhar aos domingos, se necessário. Além disso, a flexibilidade foi mencionada por alguns trabalhadores, permitindo que se ajustassem às condições climáticas ou explorassem horários de pico com maior movimento, além de poder trabalhar longas horas consecutivas.

Ampliação da rotina de trabalho em casa

A análise sobre a ampliação da rotina de trabalho em casa destaca a complexidade e as diferentes formas pelas quais a rotina de trabalho ambulante pode ampliar as tarefas domésticas e as demandas diárias dos entrevistados. Alguns destacaram que ser vendedor ambulante permitia conciliar o trabalho com outras responsabilidades, como cuidar da casa, da família ou lidar com problemas de saúde.

Eles informaram apreciar a flexibilidade, pois conseguiam ajustar suas atividades de trabalho de acordo com suas necessidades e circunstâncias pessoais. A combinação dessas tarefas com o trabalho informal e outras fontes de renda favorece a realização de uma carga de trabalho extremamente pesada e exaustiva. Cardoso e Morgado (2019) chama a atenção para o fato das mulheres ainda dedicarem o dobro do tempo em trabalho não remunerado, como cuidar dos filhos e realizar tarefas domésticas. Essas diferenças têm impacto na saúde e exigem políticas públicas diferenciadas.

A necessidade de conciliar diferentes formas de trabalho, com as atividades domésticas e com outras fontes de renda, foi uma situação mencionada de forma recorrente. Essa busca por múltiplas fontes de renda pode trazer benefícios financeiros, mas pode ter impactos significativos na saúde física e mental dos indivíduos envolvidos (SAHA, 2011).

A ampliação do trabalho no âmbito doméstico pode acarretar sobrecarga laboral (SAHA, 2011). Alguns entrevistados relataram que realizavam trabalhos adicionais em casa para complementar sua renda. Isso incluía atividades como ensinar crochê ou fazer unhas, mesmo diante de desafios físicos, como artrite. Essas atividades eram realizadas para enfrentar questões financeiras e buscar fontes extras de renda.

Sim, eu tenho que fazer as coisas quando eu chego do trabalho da rua e tenho que fazer as coisas em casa. Algumas horinhas que eu ainda tenho em casa eu ensino crochê também para ter mais um pouquinho de dinheiro (Entrevistada V7).

Sim. E assim, eu fazia unhas antes, mas aí eu tenho uma doença de base que me deu artrite, então hoje em dia é muito difícil eu trabalhar com as mãos. Mas as vezes eu faço, se aparecer eu saio fazendo, ainda mais se eu tiver precisando. Por questões financeiras eu vou pegando qualquer coisa mesmo (Entrevistada V8).

No contexto do capitalismo contemporâneo, observa-se uma realidade cada vez mais comum: trabalhadores que se veem obrigados a desempenhar mais de uma atividade informal para melhorar a renda. Essa situação revela a precarização estrutural que permeia as relações de trabalho na sociedade atual, expondo as desigualdades e as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos.

Conforme Jordão e Stampa (2016, p. 94):

a precarização impregna a vida dos trabalhadores, principalmente dos mais fragilizados em termos de vínculo empregatício, como é o caso dos ambulantes que trabalham na ferrovia da RMRJ. O que ocorre com esses trabalhadores é reflexo de uma dinâmica contemporânea mais ampla, visto que grande parte da classe trabalhadora está oprimida, em conjunto, pelo desemprego estrutural e pela fragmentação das experiências (JORDÃO; STAMPA, 2016, p 94).

No entanto, essa realidade expõe os trabalhadores às diversas vulnerabilidades. A sobrecarga de trabalho resultante de múltiplas atividades pode levar à exaustão física e mental, impactando negativamente a saúde e a qualidade de vida. Consoante Riedl e Haller (2014), a configuração atual do capitalismo também contribui para a perpetuação dessa precarização estrutural, pois a busca incessante por lucros e a concentração de poder nas mãos de poucos ampliam as desigualdades sociais. Os trabalhadores, em sua maioria, são compelidos a aceitar condições de trabalho desfavoráveis e salários baixos diante da falta de alternativas viáveis. Essa dinâmica beneficia os detentores do capital, enquanto os que trabalham enfrentam uma crescente instabilidade e insegurança econômica (RIEDL; HALLER, 2014).

A ampliação da rotina de trabalho em casa reflete a realidade contemporânea na qual os trabalhadores, muitas vezes, são compelidos a buscar múltiplas fontes de renda para melhorar sua situação financeira. A precarização estrutural presente nas relações laborais expõe os trabalhadores às desigualdades e dificuldades, enquanto a busca incessante por lucro e a concentração de poder acentuam as disparidades sociais. Nesse contexto, é fundamental o desenvolvimento de políticas públicas que visem mitigar essas desigualdades, garantindo condições de trabalho adequadas, remuneração justa e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Além disso, é importante fomentar o debate sobre modelos econômicos e sociais alternativos que priorizem a valorização e o bem-estar dos trabalhadores, promovendo uma sociedade mais justa e sustentável.

Estigmatização, violências, conflitos e assédios no ambiente de trabalho

Um dos principais desafios enfrentados pelos vendedores ambulantes no transporte ferroviário urbano de passageiros é a falta de acesso aos serviços básicos. Muitos trabalham em espaços lotados e confinados, como no interior dos trens e nas estações/plataformas de transferências, onde não têm acesso aos banheiros limpos, à água ou não conseguem satisfazer outras necessidades básicas devido à natureza da discriminação e do assédio pelo qual passam. Isso pode levar aos problemas de saúde e desconforto para eles, além de afetar sua capacidade de fornecer um serviço de boa qualidade para os seus clientes.

Alguns entrevistados mencionaram dificuldades e conflitos pessoais em suas experiências como vendedores ambulantes. Descreveram situações em que precisaram lidar com disputas e competições entre eles próprios, o que pode criar um ambiente desafiador e hostil.

Eu não tenho perfil de ser vendedor ambulante, mas dentro da dificuldade que eu me vi, eu acabei entrando nesse meio, mas hoje em dia eu me dou bem com todo mundo e o pessoal já me conhece (Entrevistado V5).

O entrevistado V5 relata que, inicialmente, sofreu discriminação devido a não ter o perfil típico de um vendedor ambulante, devido ao estilo de roupas que usa devido as altas temperaturas da cidade. No entanto, com o tempo, conseguiu ficar bem e ser aceito pelos colegas de trabalho. Os trabalhadores V6, V7 e V8 mencionaram os preconceitos e as discriminações enfrentadas pelos vendedores ambulantes.

Essa categoria abordou a percepção negativa de que algumas pessoas têm em relação a essa profissão, associando-a aos estereótipos negativos, à falta de educação e à inferioridade social. Os trabalhadores também destacaram o tratamento diferenciado para pior recebido por parte de funcionários de trens e outras pessoas. Além disso, houve uma percepção de preconceito e estigma associados a esse tipo de trabalho, em que acreditavam ser malvistas ou mesmo tidos como ignorantes por parte da sociedade.

A gente precisa ter um jogo de cintura incrível, porque nem todo mundo é paciente, nem todo mundo aceita o que a gente camelo fala, porque camelo já é uma classe que já não é bem-vista. Devido a gente ser camelo, as pessoas acham que a gente não tem educação, que a gente é uma pessoa ignorante (Entrevistado V6).

As pessoas gostam de achincalhar com a gente. As pessoas acham que a gente tá fazendo aquilo porque gosta, porque gosta de ficar na rua, porque não tem serviço em casa (Entrevistado V7).

É complicado mais pelo preconceito, pois as pessoas te olham de maneira diferente. Entendi? (Entrevistado V8).

Nesse contexto, Castro (2014) aborda a substituição do Estado de Bem-Estar social por um Estado Penal no ocidente moderno, devido à expansão neoliberal do modelo capitalista, em que o Estado Penal busca controlar e punir os indivíduos marginalizados das relações capitalistas de produção e consumo. Enquanto nos Estados Unidos e países europeus isso resulta em endurecimento punitivo, no Brasil o autor argumenta que a realidade é diferente devido às especificidades históricas e políticas.

Além disso, Castro (2014), enfatiza que o caso em questão trata da conduta de uma empresa privada, que possui autonomia administrativa na gestão empresarial e não reflete, necessariamente, um processo de endurecimento punitivo estatal. No entanto, o autor também considera que a SuperVia, ao criminalizar condutas não previstas legalmente, está recorrendo ao modelo de hipertrofia punitiva do Estado Penal brasileiro. Conforme Castro (2014), a constante ameaça de aprisionamento é uma estratégia disciplinar destinada aos pobres "não-dignos". Além disso, levanta a questão de o poder público estar alinhado a essas diretrizes ao não intervir na gestão das linhas férreas.

Embora não seja possível afirmar a existência plena de um Estado Penal no Brasil, o crescimento do encarceramento indica um endurecimento punitivo em curso. A reflexão proposta envolve a necessidade de compreender a sociedade brasileira antes de aplicar modelos interpretativos de outros contextos (Castro, 2014). A discriminação tem sérias consequências para os vendedores ambulantes nos trens e pode afetar significativamente suas condições de trabalho e bem-estar. É importante reconhecê-la e enfrentá-la para criar-lhes um ambiente mais inclusivo e equitativo. Isso foi mencionado pelos Entrevistados 8 e 10:

É complicado mais pelo preconceito, pois as pessoas te olham de maneira diferente (Entrevistado V8).

Somos muito discriminados, às vezes pelos próprios funcionários do trem. Então quando eu falo no plural, eu falo da minha família, porque a gente vive disso. Então a gente precisa correr atrás mesmo e enfrentar as dificuldades do dia-a-dia (Entrevistado V10)

Os vendedores ambulantes experimentavam altos níveis de estresse e ansiedade porque estavam constantemente sob ameaça de violência e discriminação por parte de policiais e outros vendedores. A aplicação da lei e outros funcionários públicos, geralmente, enxergam-nos como criminosos (BERNAL-TORRES *et al.*, 2020). Eles também podem ser assediados por policiais que os perseguem por sua presença ou percebem-nos como vendedores de produtos falsificados. Podem enfrentar ainda, a violência de importantes empresários que não querem vê-los nos trens ou mesmo daqueles que acreditam que o comércio ambulante é incompatível com uma cidade ordenada. Esse assédio e discriminação têm um efeito direto em suas condições de saúde.

Recchi (2020), em seu estudo sobre os efeitos da discriminação dos vendedores ambulantes de trens, incluem o aumento do estresse e da ansiedade nesse grupo de trabalhadores, pois eles têm que conviver com o medo constante de serem assediados ou agredidos por policiais ou civis. Como resultado, podem sofrer de diversos transtornos mentais, entre eles a ansiedade e a depressão, levando às doenças físicas e outras alterações crônicas, como as cardíacas, a diabetes e a obesidade.

Trabalhar como vendedor ambulante significa enfrentar muitas dificuldades, pois se trata de um trabalho árduo, devido à sua natureza ser muito diferente de outros (LINDELL, 2019). Esses trabalhadores, além de não ter horários fixos e não receber benefícios como os outros funcionários, precisam lidar com os desafios do trabalho, como crime, estigma social e assédio moral de todas as partes.

O assédio moral envolve situações em que o trabalhador sente-se humilhado no ambiente de trabalho. Diferentes nomes podem ser usados para expressar esse tipo de assédio, como: perseguição, molestamento, intimidação, violência no trabalho, terrorismo psicológico, *bullying*, entre outros (CAHU *et al.*, 2012). Segundo o entendimento de Cahu *et al.*, (2012), assédio moral no trabalho significa violência psicológica sutil, encoberta, intencional, repetitiva e prolongada, com a intenção de humilhar e excluir socialmente uma pessoa no âmbito da atividade laboral, ocasionando estresse e danos psicossociais. O assédio moral no local de trabalho pode assumir outras formas como as diferentes ações geralmente percebidas como negativas que vão desde a falta de cortesia até as infrações penais, que na maioria das vezes desqualificam a atividade do trabalhador o que leva ao ato subjetivo de ressentimento contra colegas e clientes (SCHLINDWEIN, 2013).

A constante exposição às situações humilhantes e constrangedoras durante o processo de trabalho, ocasiona o aumento da insatisfação, que pode ser definida como uma emoção que vive em silêncio, mobilizando a capacidade de ação, impedindo iniciativas e ações espontâneas no trabalho coletivo. Assim, uma vez ressentido, o vendedor ambulante é afetado em seu poder de agir, de tomar decisões, fazendo com que o trabalho perca sua função psicológica (SCHLINDWEIN, 2013).

Segundo Soares e Oliveira (2012), o assédio moral é uma das mais importantes considerações estressoras no mundo do trabalho contemporâneo e leva às consequências devastadoras para a saúde dos trabalhadores. Os autores também abordam a deterioração da saúde física e mental dos trabalhadores moralmente ameaçados no local de trabalho, em relação aos colegas que nunca foram alvo do mesmo fenômeno (SOARES; OLIVEIRA, 2012).

E de fato, vendedores ambulantes necessitam lidar diariamente com a questão do estigma social e do assédio moral. A principal estratégia usada tem sido a de construir uma boa relação e “reputação” com seus clientes. Alguns têm buscado alcançar esse objetivo vendendo produtos legítimos e de qualidade, sendo atenciosos com os clientes e apresentando uma atitude profissional em todos os aspectos de seus negócios.

Um entrevistado mencionou que enfrenta discriminação diária devido à sua cor de pele. Essa forma de discriminação racial é apontada como uma experiência recorrente e desafiadora.

Complicado né. É cada um querendo matar o seu leão né, então as vezes eu mato o leão deles e eles ficam querendo matar o meu leão. Então é uma guerra do dia a dia, né. Discriminação eu sofro todo dia, todo dia, ainda mais por causa da minha cor (Entrevistado V11).

O entrevistado V11 relatou que enfrenta disputas diárias e discriminação, especialmente relacionadas à sua cor de pele. Isso sugere a presença de conflitos constantes e discriminação racial no ambiente de trabalho. Alves (2022) aborda a divisão racial do trabalho como uma categoria de análise do racismo estrutural no mercado de trabalho brasileiro. Conforme o autor, essa divisão é o resultado histórico do modo de produção escravista e desenvolveu-se plenamente com a política de imigração e o trabalho assalariado no capitalismo.

A divisão racial do trabalho não é apenas uma consequência do racismo estrutural, mas também uma forma de perpetuação desse racismo, filtrando a compra e venda da força de trabalho com base na raça. Isso leva à marginalização e à exploração da população negra, refletindo em diversas áreas como educação, saúde e políticas sociais (ALVES, 2022). Para Alves (2022), compreender o racismo estrutural no Brasil requer entender suas formas de manifestação, incluindo a divisão racial do trabalho. Essa divisão também traz a contradição de desumanização dos trabalhadores negros, impedindo que tenham consciência de sua situação degradante no mercado de trabalho assalariado brasileiro.

Muller (2022) aborda a construção social da raça e seu papel na perpetuação das desigualdades sociais. Destaca que a raça, o racismo e as desigualdades são elementos presentes nas sociedades multirraciais contemporâneas, mantidos por estruturas sociais como ideologias e políticas estatais. A divisão racial do trabalho é fundamental para a reprodução das desigualdades e das relações entre capital e trabalho no Brasil. Para Muller (2022), o mercado de trabalho informal é analisado como um espaço em que os negros enfrentam maiores taxas de desemprego, salários mais baixos e ocupações de menor prestígio social. Apesar da tendência ampla de precarização do mercado de trabalho, as disparidades raciais continuam presentes, impactando de forma mais significativa as pessoas negras (MULLER, 2022).

O racismo estrutural, juntamente com outras variáveis sociodemográficas, intensifica as desigualdades raciais no mercado de trabalho informal, especialmente para as mulheres negras. A superação desse cenário requer a organização dos trabalhadores precários, condições econômicas favoráveis e proteção dos direitos trabalhistas. No entanto, mesmo com políticas públicas, a desigualdade estrutural e crônica enfrentada pela população negra não é completamente superada (MULLER, 2022). Ainda de acordo com Muller (2022), o mercado de trabalho brasileiro perpetua a desigualdade racial, com os trabalhadores negros ocupando empregos precários e de menor prestígio social. O racismo estrutural é responsável pelas desigualdades raciais observadas no setor informal.

Uma entrevistada mencionou que as mulheres são frequentemente discriminadas no ambiente de trabalho, tanto pelos passageiros dos trens quanto pelos colegas vendedores. Ela relatou que os homens têm mais autoridade e poder no vagão, na plataforma e nas ruas. Essa forma de discriminação de gênero foi apontada como uma dificuldade enfrentada pelas vendedoras ambulantes.

Muitas vezes, a gente é muito discriminada por ser mulher. Eles acham que eles que mandam no vagão, que mandam na plataforma, que mandam nas ruas. Quando na verdade isso não deveria acontecer, pois o trabalho é para todos (Entrevistada V7).

A entrevistada V7 relatou que enfrentava discriminação por ser mulher, especialmente de colegas de trabalho que achavam ter autoridade sobre o espaço laboral. Isso indica uma desigualdade de gênero presente no ambiente de trabalho, destacando que as mulheres enfrentavam dificuldades adicionais ao trabalho. Então, há desafios específicos para aquelas que se envolvem no trabalho ambulante, possivelmente relacionados aos estereótipos de gênero arraigados na sociedade. Em termos de segurança, as mulheres vendedoras ambulantes enfrentavam riscos específicos. A natureza itinerante de seu trabalho permitiu que elas se expusessem às situações de violência, abuso e exploração. A falta de proteção legal adequada e de mecanismos de segurança contribuiu para a sua vulnerabilidade, comprometendo a sua integridade física e emocional.

Alguns entrevistados mencionaram que nem todos os vendedores ambulantes tinham relacionamentos agradáveis uns com os outros. Houve menção de conflitos entre eles, indicando que a harmonia nem sempre era alcançada entre aqueles que trabalhavam na mesma área.

Já fui vítima de agressão física por disputas de espaço. Os outros vendedores querem ocupar nosso espaço aqui. É muito complicado, não é fácil ser vendedor ambulante aqui não (Entrevistado V3).

Alguns colegas de trabalho infelizmente não são tão agradáveis como gostaríamos que fosse. Eu por exemplo trato todo mundo bem, mas não funciona com todos os

camelos não. Tem camelo que não se dá com o outro, assim, a troco de nada (Entrevistado V6).

O entrevistado V6 mencionou que alguns colegas de trabalho não eram agradáveis e que nem todos conviviam conciliatoriamente. Isso sugere a existência de conflitos interpessoais entre eles. Alguns entrevistados mencionaram situações de “falsidade” e comportamentos desagradáveis por parte de outros vendedores ambulantes. Eles descreveram episódios em que suas mercadorias foram negligenciadas por colegas, mesmo após solicitações para cuidarem delas.

Às vezes pinta uma falsidadezinha né, deles mesmo tipo assim: Olha minha mercadoria! Quando a gente vê, estão no celular e nossa mercadoria está jogada. São essas coisinhas chatas que chateia né. Se alguém me pedir para olhar, eu já pego o celular. Eu não guardo mágoa, mas é uma coisa chata (Entrevistado V4).

O entrevistado relatou não ter sofrido discriminação ou assédio direto, mas mencionou situações em que outras pessoas agiram de forma falsa ou desrespeitosa, como quando fingiram interesse em cuidar de sua mercadoria, enquanto estavam distraídos com o celular. Embora ele não guardasse mágoas, considerou essas situações que poderiam potencializar conflitos.

As respostas dos vendedores ambulantes revelaram diferentes percepções e experiências em relação à discriminação e ao assédio no trabalho. Enquanto alguns relataram não ter sofrido diretamente, outros mencionaram a existência de disputas, desentendimentos e discriminação de gênero e racial. Essas experiências destacaram a importância de promover um ambiente de trabalho colaborativo e respeitoso para todos os vendedores ambulantes da via ferroviária, garantindo que seus direitos possam ser protegidos e que possam exercer suas atividades sem enfrentar preconceitos ou assédio.

A discriminação e estigma associados a essa profissão afetam negativamente as suas condições de trabalho e bem-estar. Para enfrentar esses desafios, é fundamental reconhecer e combater a discriminação, o estigma e o assédio moral enfrentados por eles. Isso requer ações tanto ao nível individual, por meio da construção de uma boa reputação profissional e atendimento de qualidade aos clientes, quanto ao nível coletivo, com a organização dos trabalhadores precários e a implementação de políticas públicas que visem a proteção dos direitos trabalhistas e a redução das desigualdades raciais e de gênero.

Reconhecimento familiar e Ambiente de trabalho satisfatório

Essa categoria temática revelou que o ambiente de trabalho dos vendedores ambulantes da via ferroviária possui muitos aspectos positivos. A satisfação deles ao realizar uma atividade criativa que mobiliza inteligência e conhecimento para vender seus produtos foi algo que

transcendeu a mera busca por sustento financeiro. Para esses trabalhadores, a possibilidade de explorar sua criatividade e aplicar seus conhecimentos no trabalho trouxe uma sensação de realização pessoal e profissional única.

Uma das suas principais fontes de satisfação foi a liberdade de expressão e autonomia que essa atividade pode proporcionar. Ao comercializar seus produtos, eles tinham a oportunidade de colocar em prática suas criatividades e habilidades. Essa liberdade criativa permitiu-lhes que expressassem sua individualidade e personalidade, o que é extremamente gratificante e motivador.

A construção de uma clientela fixa também desempenhou um papel fundamental na sua satisfação. Ao interagir diretamente com os clientes, esses trabalhadores informais desenvolveram relacionamentos pessoais e criaram laços de confiança com eles. Esse aspecto mais íntimo e próximo do negócio gerou uma sensação de conexão e propósito, uma vez que os vendedores ambulantes perceberam que estão fornecendo produtos que realmente são valorizados e apreciados pelas pessoas. Além disso, esses relacionamentos com a clientela ofereceram *feedbacks* valiosos, permitindo que os vendedores aprimorassem seus produtos e serviços com base nas preferências e necessidades dos clientes. Essa interação constante e a capacidade de adaptar-se às demandas do mercado foram desafiadoras, mas também gratificantes, pois eles puderam ver diretamente o impacto positivo de suas ações e o crescimento do seu negócio.

Um outro aspecto positivo foi relacionado ao reconhecimento familiar. O entrevistado V10 destacou que, por vir de uma família de vendedores ambulantes, enfrentou menos dificuldades e recebeu mais respeito dos outros devido à reputação de sua família.

Assim, comigo não teve muita disputa né, porque eu já vim de uma família que trabalhava nisso, porém às vezes as coisas são um pouco difícil, porque chega pessoas novas e que não conhece e acha que o trem é dele, que o vagão é dele, que aquela área ali é dele, né, porque tem algumas divisões né dentro dos trens, né, alguns trilhos, algumas linhas, são divididos né, mas aí como a gente vem de uma família que trabalha como ambulante, daí fica tudo mais fácil né. Quando eu falo o nome do meu pai, as pessoas já lembram e reconhecem, daí já respeitam (Entrevistado V10).

Esse vendedor ambulante mencionou que cresceu em um ambiente onde seus pais já trabalharam como ambulantes, o que facilitou sua passagem para essa ocupação. Ele adquiriu habilidades e conhecimentos ao observar seus pais, proporcionando familiaridade com a atividade. Essa experiência prévia facilitou a transição para a ocupação de vendedor ambulante, tornando-a menos desafiadora. Ele mencionou que as pessoas reconheceram o nome de seu pai e, por isso, o respeitavam.

A transmissão de conhecimentos relacionados à saúde-trabalho entre gerações de vendedores ambulantes é um fator protetor importante para a saúde desses trabalhadores. Por meio do compartilhamento de experiências, práticas e informações relevantes, os membros mais experientes da família podem capacitar os mais jovens a lidar com os desafios do trabalho, reduzindo riscos e promovendo uma cultura de cuidados. Essa troca de conhecimentos constitui e fortalece a rede de proteção dos trabalhadores informais, contribuindo para a satisfação laboral.

Vargas Falla e Urinboyev (2015), evidenciaram que muitos trabalhadores tinham um amigo ou familiar que os ajudou a conseguir um bom lugar, pois ter um amigo ou familiar, já consolidado como vendedor ambulante, era uma vantagem para um novo vendedor. Conforme os autores, essas pessoas agem como “abridores de portões” ou mentores e podem ajudá-los a encontrar lugares com bons clientes, onde a polícia não seja dura e outros vendedores deixem-nos se estabelecer, sem conflitos.

Com estes desafios diários, vendedores ambulantes e passageiros interagem entre si, criando laços sociais como a proximidade entre passageiros que são transportados todos os dias no mesmo vagão, com os mesmos vendedores ambulantes. Assim, regras de convivência e logística acrescentam um nível de complexidade adicional à relação entre as pessoas que utilizam o espaço interior dos vagões, quer como meio de transporte, quer como local de trabalho (CUNHA, 2012).

Os entrevistados V4 e V10 mencionaram a influência da família na escolha pelo trabalho como vendedores ambulantes. Essa categoria temática destacou a importância da experiência prévia e da transmissão de conhecimentos e habilidades de geração à geração.

Eu comecei a trabalhar muito cedo. Eu sempre gostei de trabalhar, entendi. Eu nunca me esqueço (risos). Minha irmã sempre me chamava para ser camelo, mas eu nunca queria ser. Nós duas comungamos no mesmo dia e meu marido gostava muito de festa e fez uma festa muito grande e eu fiquei apertada, fiquei apertada, final do ano o 13º era pra pagar (risos) (Entrevistado V4).

Eu já vim de uma geração que já veio de ambulantes né, então as coisas ficaram mais fáceis, porque desde pequeno eu já via isso dentro de casa, o meu pai já trabalhava assim, então eu fui aprendendo muitas coisas. Quando eu comecei, pra mim não foi tão difícil (Entrevistado V10).

A troca de conhecimentos e experiências entre trabalhadores mais experientes e os mais jovens possui efeito protetivo à saúde. Os mais experientes, com sua vivência no trabalho informal, acumularam conhecimentos práticos e estratégias de enfrentamento ao longo dos anos. Essas informações valiosas podem abranger desde técnicas específicas de trabalho até a identificação de riscos ocupacionais e medidas de prevenção de doenças. Ao compartilhar esses conhecimentos com os trabalhadores mais jovens, eles contribuem para a proteção da saúde e a promoção de práticas mais seguras e saudáveis.

A transmissão de conhecimentos entre gerações também ajuda a preservar as tradições e a cultura do trabalho informal, garantindo a continuidade das práticas e saberes tradicionais, preservando a identidade e a autonomia dos trabalhadores, fortalecendo a solidariedade e a coesão dentro da comunidade de trabalhadores informais. Ao compartilhar experiências, histórias e estratégias, eles constroem laços de confiança e apoio mútuo. Isso pode levar à uma maior organização coletiva e à criação de redes de suporte, que podem desempenhar um papel vital na defesa dos direitos trabalhistas e na busca por melhores condições de trabalho e proteção social.

Conforme Gonçalves (2021), em seu estudo sobre as medidas protetivas oferecidas pelo poder público, os jovens enfrentam inúmeros atos de violência em suas vidas cotidianas e o Estado oferece assistência social aos que se encontram em situação de rua, mas muitas vezes não os considera como jovens, limitando suas oportunidades de proteção. Nesse contexto, a autora destacou a importância de colocá-los no centro das redes de proteção social, escutar atentamente às suas necessidades e garantir-lhes o acesso aos serviços de saúde sem a necessidade de documentação.

De acordo com Gonçalves (2021), a proteção social deve ser abordada como um processo educativo e promover a sensibilização e empatia entre os profissionais envolvidos. A pesquisadora levantou a questão de uma possível “pedagogia marginal”, que ocorre nas práticas da proteção social. Essa pedagogia seria baseada na importância de importar-se com os problemas dos outros, mesmo em meio às dificuldades pessoais, demonstrando amor e

preocupação pelo próximo, pois apesar dos desafios enfrentados, os jovens destacaram que um encontro ou uma palavra podem influenciar positivamente suas trajetórias (Gonçalves, 2021).

As redes de proteção social são essenciais para garantir a dignidade, os direitos e o bem-estar dos trabalhadores informais. Por meio de políticas públicas, organizações da sociedade civil e solidariedade entre os próprios trabalhadores, é possível construir um ambiente mais justo e seguro para aqueles que contribuem de forma significativa para a economia e a sociedade como um todo.

Alguns entrevistados destacaram a importância da cooperação e do respeito mútuo entre os vendedores ambulantes. Eles mencionaram que existe um entendimento informal de que todos estão "no mesmo barco" e, por isso, é importante manter um ambiente de trabalho harmonioso. Essa cooperação foi observada em aspectos como a definição de preços iguais para produtos semelhantes e o respeito mútuo entre eles.

Eu acho que está todo mundo aqui no mesmo barco, mas é aquilo né, é a política da boa vizinhança. Você não vai chegar e fazer nada do tipo assim de errado em relação ao preço e essas coisas assim. Se você está vendendo uma parada que o outro está vendendo, é tudo combinado o mesmo preço entendeu, para ninguém passar por cima de ninguém. Então, tipo assim, a galera procura se respeitar e é mais ou menos isso (Entrevistado V9).

O entrevistado V9 mencionou que, em geral, há o respeito mútuo entre os vendedores ambulantes, com regras de preço combinadas para evitar competição desleal. Isso mostra uma preocupação em manter um ambiente de trabalho harmonioso e colaborativo. Alguns entrevistados mencionaram que há, também, um senso de amizade e colaboração entre eles, o que indica a existência de um bom relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho e suporte.

Todo mundo aqui é amigo, um ajuda o outro (Entrevistado V1).

Eu gosto daqui eu me sinto bem. Eu lido com o público, tenho a oportunidade do nome do Senhor, porque aqui eu acabo sendo psicóloga (risos) (Entrevistado 4).

Aqui pra mim é como se fosse uma família. O pessoal aqui é muito legal. Os meus clientes aqui, os meus fregueses aqui são muito legal. Pra mim é como uma família, inclusive dia de domingo quando eu não venho trabalhar eu sinto até falta, porque é uma distração também, aqui eu distraio (Entrevistado 6).

É um ambiente bom, eu gosto de trabalhar no trem, na rua, eu gosto de trabalhar com o público (Entrevistado 11).

Esse relacionamento interpessoal vem desempenhando um papel significativo na promoção da saúde e bem-estar desses trabalhadores. A interação com outros vendedores ambulantes cria oportunidades para compartilhar experiências, trocar informações e buscar apoio mútuo.

Uma das principais vantagens do relacionamento entre trabalhadores é a possibilidade de compartilhar estratégias e conhecimentos sobre as práticas de trabalho. Eles podem discutir melhores técnicas de vendas, compartilhar informações sobre fornecedores confiáveis, trocar dicas sobre locais estratégicos para vender seus produtos e colaborar em situações de alta demanda ou eventos especiais. Essa colaboração mútua ajuda a melhorar suas habilidades profissionais, aumentar a eficiência e impulsionar seus negócios (GALDINO; CANDEIAS, 2011).

O bom relacionamento interpessoal entre trabalhadores pode oferecer um espaço para o apoio emocional. Eles compartilham desafios e dificuldades semelhantes, como incertezas financeiras, adversidades climáticas e competição acirrada. Ao se conectarem uns com os outros, podem encontrar conforto, encorajamento e suporte emocional para enfrentar as pressões e o estresse associados ao trabalho (GALDINO; CANDEIAS, 2011).

Esse senso de comunidade entre os vendedores ambulantes também pode contribuir para a melhoria da sua saúde mental. A solidão e o isolamento social podem ter um impacto negativo na sua saúde emocional; no entanto, ao estabelecer relacionamentos significativos com outros trabalhadores informais, eles se sentem parte de uma rede de apoio social, o que pode reduzir sentimentos de solidão, ansiedade e depressão. O senso de pertencimento e conexão com outras pessoas pode promover a resiliência e fortalecer a saúde mental dos trabalhadores (JULIANO; YUNES, 2014).

O relacionamento interpessoal dos vendedores ambulantes também pode se estender além do âmbito profissional. Eles podem estabelecer laços de amizade e solidariedade, compartilhando não apenas questões relacionadas ao trabalho, mas também aspectos pessoais de suas vidas. Essa dimensão mais ampla do relacionamento fortalece os vínculos sociais, promove o bem-estar psicossocial e cria um ambiente de apoio mútuo (JULIANO; YUNES, 2014).

A construção de uma rede de proteção social é essencial para proporcionar um senso de pertencimento de grupo e mitigar algumas das consequências adversas dessa forma de trabalho. Embora essa "família" formada entre os trabalhadores informais possa trazer benefícios, é importante reconhecer que ela não elimina todos os riscos associados ao trabalho informal, como a violência.

Ao estabelecer relações de proximidade com outros trabalhadores informais, esses indivíduos criaram uma rede de apoio mútuo, em que podem compartilhar experiências, trocar informações e buscar suporte emocional. A ideia de "família" vai além de simplesmente compartilhar o mesmo espaço de trabalho, envolvendo um sentimento de camaradagem e

solidariedade. Essa rede de proteção social tem contribuído para a satisfação no trabalho, pois os trabalhadores sentem-se parte de uma comunidade, onde se compartilha desafios, mas também potencialidades. Porém, apesar da solidariedade e apoio mútuo, eles não estavam imunes às situações de perigo.

4.3.3 Trajetórias profissionais, Sonhos, Projetos e Sentidos do trabalho que orientam as trajetórias de trabalho dos vendedores ambulantes dos trens da RMRJ.

A análise sobre a trajetória profissional, sonhos, projetos e sentidos do trabalho que orientam as trajetórias dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ revelou diferentes aspectos, motivações e circunstâncias que levaram os vendedores ambulantes a escolherem essa atividade como meio de subsistência. A opção de tornar-se vendedor ambulante é apresentada como uma alternativa viável para atender algumas demandas, como a falta de opções de emprego fixo compatível, a idade avançada, a dificuldade de encontrar trabalho com as demandas familiares, a necessidade de conciliar o trabalho com as responsabilidades familiares como cuidar dos filhos pequenos, levar as crianças para a escola e garantir a sustentação da família. As respostas podem ser agrupadas em algumas subcategorias temáticas principais:

Crise econômica, Desemprego e falta de oportunidades

Alguns trabalhadores mencionaram a crise econômica, a falta de oportunidades de emprego e escassez de trabalho como motivos que os levaram a se tornarem vendedores ambulantes. Essa categoria destacou o enfrentamento da situação de crise e a dificuldade financeira, em que o trabalho informal na via ferroviária se tornou-se uma alternativa para sustentar suas famílias.

Poxa, eu sempre estudei, fiz curso técnico, sou supervisor de soldas e técnicos de estruturas. Só que aí, com essa crise da Petrobras, aí eu fiquei trabalhando com meu tio no trem. Aliás eu fiquei 6 anos sem receber o que eu trabalhei. O estaleiro fechado, faliu, aí em vim trabalhar com meu tio e estou aí até hoje (Entrevistado V1).

Bom, foi uma crise né. A crise de trabalho, a escassez de oportunidades me levaram a esse meio, que é o meio que eu adquiri para poder levar o pão de cada dia para minha casa (Entrevistado V3).

Olha, eu acompanho. Eu sempre trabalhei a vida toda. O último emprego que eu tive, eu trabalhei na igreja (...) por 13 anos e aí eu fui mandado embora, eu já estava com 54 anos, daí não consegui voltar para o mercado de trabalho. Não consegui voltar devido à idade e devido ao pouco estudo que eu tinha. Aí resolvi virar camelo (Entrevistado V9).

O desemprego estrutural afeta principalmente os trabalhadores que não possuem qualificação para se adaptar às novas demandas do mercado de trabalho. O desemprego estrutural pode levar à exclusão social, à pobreza e à marginalização dos trabalhadores desempregados (IVASCO, 2022).

Alguns mencionaram dificuldades financeiras, a crise na indústria petrolífera, o fechamento de estaleiros e a falta de oportunidades de empregos fixos em outras áreas e a necessidade de ganhar dinheiro como fatores que os motivaram na escolha pela atividade de venda ambulante como uma forma de sobrevivência pessoal e familiar.

Algumas respostas mencionaram o desemprego como o fator principal para se tornarem vendedores ambulantes. A falta de oportunidades no mercado de trabalho fizeram buscar alternativas para obter renda. A categoria destacou a falta de opções e a necessidade de buscar meios de subsistência diante do desemprego.

Bom, eu sempre trabalhei como vendedor. Antes da pandemia eu tinha trabalho fixo de carteira assinada e durante a pandemia quando eu me vi desempregado eu comecei a atuar nos trens. Eu tô trabalhando nessa há 3 anos mais ou menos (Entrevistado V5).

Foi o desemprego né. Desemprego do dia a dia, aí foi a forma que eu encontrei de correr atrás para ganhar esse dinheiro né (Entrevistado V11).

Eu fiquei desempregado e tive dificuldade de pagar as contas e o único jeito foi sair pra camelo e eu estou até hoje (Entrevistado V12).

Essas pessoas enfrentavam dificuldades de recolocação no mercado de trabalho, muitas vezes devido à idade avançada, baixa escolaridade ou falta de oportunidades. O desemprego estrutural e a necessidade de garantir o sustento, motivaram-nas a optar pela venda ambulante como uma forma de sobrevivência, ou seja, a falta de perspectivas de retorno ao mercado de trabalho, leva os trabalhadores a buscar uma alternativa de sustento por conta própria (BELTRÃO, 2010).

De acordo com Ivasco (2022), o desemprego estrutural e o trabalho informal são dois fenômenos interligados que impactam, significativamente, nas economias e nas condições de vida das pessoas. O desemprego estrutural refere-se a um tipo de desemprego persistente e duradouro que resulta de mudanças estruturais na economia, como avanços tecnológicos, automação e reestruturação de setores produtivos. Essas mudanças podem levar à redução da demanda por certas habilidades e ocupações, resultando na obsolescência de empregos e no declínio de setores inteiros da economia (IVASCO, 2022).

A entrevistada V8 mencionou a dificuldade financeira como o principal motivo para se tornar vendedor ambulante. A falta de recursos e o apoio limitado levaram-na a buscar no

trabalho informal uma forma de enfrentar os problemas financeiros. Essa categoria ressaltou a necessidade de superar dificuldades financeiras por meio deste tipo de trabalho.

A minha vida sempre foi muito difícil. Antes eu recebia um benefício que só dava para pagar o meu aluguel mesmo, então eu tinha muita dificuldade, eu com 6 filhos, sozinha, sem poder contar muito com a ajuda dos pais né, porque eu não tenho condições, então eu resolvo ir com a cara e com a coragem né, para tentar resolver, tentar amenizar um pouquinho os problemas, assim, as dificuldades financeiras dentro de casa (Entrevistada V8).

Para os vendedores ambulantes, o trabalho é uma forma essencial de sustentar a si mesmos e às suas famílias. Eles destacaram a importância de trabalhar para garantir o alimento, vestuário e abrigo, como uma necessidade financeira urgente. Mencionaram a falta de recursos para pagar contas, remédios ou contribuições previdenciárias, tornando-lhes o trabalho prioritário.

Alguns destacaram a necessidade de trabalhar como uma resposta direta à falta de recursos financeiros, que os levou a buscar trabalho para lidar com despesas externas, comprar alimentos e suprir necessidades imediatas. A motivação principal foi atender às necessidades básicas e garantir a sobrevivência.

O sentido do meu trabalho é fazer dinheiro. A gente não vem para a rua se não estiver precisando (Entrevistado V4).

Eu trabalho pelo dinheiro. É por necessidade mesmo, porque a gente ficou sem dinheiro. E como é que a gente ia fazer compras, essas coisas, se ele não estava trabalhando e nem eu? (Entrevistado V7).

Assim, poderia ter outras coisas melhores, mas o mais importante é poder conseguir dinheiro para comprar alimentos, porque hoje em dia está tudo muito caro e para poder criar 6 filhos é muito difícil, muito complicado, então é importante por eles. Por mim, a gente passa por muitas coisas, mas quando é a gente sozinha a gente releva, mas quando tem criança é muito difícil. Hoje em dia o único jeito de resolver nossos problemas materiais é com dinheiro (Entrevistada V8).

Conforme Beltrão (2010), a maioria dos entrevistados em seu estudo relataram preferir ter um emprego formal, com salários, direitos e benefícios laborais e previdenciários oferecidos pelas empresas. A condição salarial é um sonho a ser conquistado, ainda que as condições para o alcance dessa meta sejam incertas (BELTRÃO, 2010).

O coletivo de vendedores ambulantes não tem um projeto conjunto de longo prazo para mudar suas realidades. Eles vivem ocupados e preocupados em produzir uma renda que atendam às suas necessidades de sobrevivência (BELTRÃO, 2010). Alguns mencionaram a importância do trabalho como uma forma de evitar o estigma social de serem vistos como "vagabundos". Eles destacaram a dificuldade e o perigo enfrentados como vendedores ambulantes, bem como a falta de compreensão das pessoas em relação à complexidade e aos

desafios desse trabalho. A busca por valorização, respeito e dignidade foi um fator motivador nestas trajetórias.

A realização do trabalho informal vem da valorização de si mesmo e da necessidade material de subsistência (TIENGO, 2020). Porém, pode estar ligada à esperança de uma vida melhor, à realização de sonhos e a conseguir um trabalho formal (TIENGO, 2020).

Nas grandes cidades as formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos estão em expansão. O comércio ambulante possui uma capacidade de reprodução exponencial e pode abrigar, cada vez mais, vendedores ambulantes participando da etapa final de comercialização de artigos, junto à população de capital reduzido (MONTENEGRO, 2014).

Conforme Beltrão (2019), é possível verificar que o ingresso e permanência nessas profissões informais e instáveis ocorre por falta de opções. Em seu estudo, um dos aspectos mais enfatizados pelos entrevistados foi a falta de proteção e direitos sociais e laborais no emprego informal.

A falta de pensões e a necessidade de manterem-se ativos entre outros membros da família para sustentar a autossuficiência ou os subsídios para o sustento de filhos e netos impedem que os idosos afastem-se do trabalho. Tai situações fazem parte da vida desses cidadãos de “segunda classe”. Assalariados mais velhos, com pouca escolaridade e sem qualificação, têm poucas chances de melhor inserção no mercado de trabalho (BELTRÃO, 2019).

Essas categorias temáticas refletem os diferentes caminhos e motivações que incentivaram esses trabalhadores a tornarem-se vendedores ambulantes. A crise econômica, o desemprego, a dificuldade de recolocação, as dificuldades financeiras, a escassez de oportunidades, a necessidade de sustento, as responsabilidades familiares, entre outras, emergiram como fatores-chave nessa trajetória profissional. Essa análise pode contribuir para uma compreensão mais abrangente das experiências e motivações dos vendedores ambulantes, auxiliando no desenvolvimento de políticas, estratégias e iniciativas que promovam a inclusão, a valorização, a igualdade de oportunidades e melhorem as suas condições de trabalho.

Educação e desenvolvimento

Os entrevistados V5 e V10 mencionaram o desejo de estudar e fazer cursos para adquirir conhecimentos e habilidades adicionais. Essa categoria refletiu o interesse em buscar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento profissional, mesmo diante das dificuldades enfrentadas como vendedores ambulantes.

Devido a essa correria aí que é trabalhar nos trens, é meio que complicado voltar a estudar, mas a gente tem vontade sim de um dia fazer um curso técnico e quem sabe uma faculdade, a gente sabe que é difícil né, porque também é complicado (Entrevistado V5).

Eu já fiz alguns cursos. As vezes as pessoas abordam a gente no trem e oferecem cursos. Eu já fiz um curso no Senac, entre outros cursos que as vezes aparece dá oportunidade gente fazer né. Gratuitamente, quando eles oferecem gratuitamente eu vou e faço (Entrevistado V10).

Para alguns, o trabalho foi considerado uma forma de sustentar suas famílias; mas, também, uma oportunidade de adquirir novas habilidades e melhorar suas perspectivas futuras. A motivação relacionou-se a buscar melhores oportunidades de trabalho e crescimento pessoal. Não obstante, importa considerar que o Brasil carece de uma política de Estado para a universalização da educação fundamental e média de qualidade para toda população e para a classe trabalhadora. Ciavatta (2022) assegura que a sociabilidade capitalista tem profundo impacto no conteúdo e na divisão do trabalho e em sua relação com os processos educacionais. E, de fato, o problema estrutural das desigualdades sociais em solo nacional é histórico e encontra-se em profunda conexão com políticas públicas erráticas no tratamento das condições de vida, trabalho e educação da população brasileira.

Foco no presente e no cotidiano

Alguns mostraram-se mais preocupados com as demandas e responsabilidades iniciadas do que com os sonhos e os projetos a longo prazo. A correria cotidiana e as necessidades imediatas, como cuidar dos filhos e garantir a subsistência, foram consideradas prioridades para eles. A motivação principal demonstrada foi lidar com as exigências presentes e imediatas.

Então, na verdade, eu tenho sonhos, mas projetos eu não tenho não, porque eu estou mais pensando na correria do dia-a-dia. Na verdade, assim, eu tenho uma filha então eu tenho que ir para a correria né, colocar o leite dentro de casa, sabe como é que é né (Entrevistado V9).

Essas categorias temáticas refletiram os diferentes motivos e perspectivas que orientaram as trajetórias de trabalho, sonhos e projetos futuros dos vendedores ambulantes. Enquanto alguns enfatizaram a importância do trabalho para garantir o sustento e suprir as necessidades básicas, outros buscaram oportunidades de aprendizado e crescimento.

A análise revelou uma variedade de objetivos e sentidos atribuídos ao trabalho como vendedores ambulantes, refletindo as circunstâncias individuais e as necessidades específicas de cada entrevistado, podendo contribuir para uma compreensão mais abrangente das suas

motivações e aspirações, auxiliando no desenvolvimento de políticas e iniciativas que visem melhorar suas condições de trabalho e bem-estar.

As respostas à pergunta sobre vantagens de ser vendedor ambulante e a satisfação profissional revelaram a diversidade de sentimentos e perspectivas em relação à satisfação em trabalhar na via ferroviária da RMRJ. Enquanto alguns estavam satisfeitos com a oportunidade de trabalho e agradecidos por terem uma fonte de renda, outros expressaram insatisfação e desejavam retornar à antigas ocupações. Além disso, houve aqueles que enfatizaram a ambivalência de sentimentos, reconhecendo tanto os benefícios quanto as incertezas associadas a essa forma de trabalho.

O entrevistado V3 mencionou a satisfação com o conforto e a praticidade que a venda ambulante oferece aos passageiros. Isso sugeriu que o trabalhador encontrou satisfação no fato de poder fornecer alimentos ou produtos de conveniência aos passageiros durante a viagem.

Acho que só o conforto e a praticidade que o camelo pode fornecer nesse tipo de transporte. As vezes o passageiro quer comer um biscoitinho ou uma bala e não precisa esperar até o final da viagem, porque o camelo está passando ali (Entrevistado V3).

A economia informal muitas vezes é caracterizada como atividade ilegal ou antiética. É uma generalização injusta, pois a maioria dos trabalhadores informais está tentando ganhar a vida honestamente com muitas dificuldades e fazem grandes contribuições para comunidades e economias.

Ambiguidades do trabalho

Alguns entrevistados expressaram uma mistura de satisfação e insatisfação em relação ao trabalho como vendedor ambulante na via ferroviária. Eles reconheceram a importância desse trabalho para a subsistência, mas também destacaram a incerteza e a preocupação com a capacidade de resolver problemas pessoais e financeiros.

Olha, se for o único meio que eu tiver de conseguir, eu agradeço sempre. Só que eu não sou totalmente satisfeita não, porque tem vezes que você vai e não sabe o que vai acontecer, se você vai conseguir vender, se você vai conseguir resolver todos os problemas que você tem para resolver particularmente dentro de casa (Entrevistada V8).

A entrevistada V8 mencionou agradecimento pelo trabalho como vendedora ambulante como o único meio de sustento, mas ressaltou que não está totalmente satisfeita. Estava ciente das incertezas e problemas pessoais que podem afetar a satisfação com o trabalho. Alguns trabalhadores expressaram o desejo de alcançar uma melhor qualidade de vida e um futuro promissor para suas famílias. Eles mencionaram projetos e sonhos que incluíam o desejo de

voltar às suas antigas profissões, ter uma renda mais estável e condições de trabalho melhores. As realizações pessoais e a busca por uma vida mais confortável foram fatores considerados motivadores nestas trajetórias de trabalho.

O trabalho é fundamental. Sem o trabalho eu não como, eu não me visto, eu não sustento a minha casa. Um trabalho a gente tem que ter, mas tinha que ter condições melhores de trabalho né, porque a gente fica sozinho. (Entrevistado V3).

O entrevistado V3 mencionou a realização pessoal como um dos sentidos do trabalho, embora estivesse pessimista em relação à possibilidade de alcançar um futuro melhor. Essa categoria abordou as diferentes tendências sobre a realização pessoal que o trabalho pode proporcionar. Conforme Correia, Pereira e Carrieri (2018), a afirmação de que a identificação com a profissão dos vendedores ambulantes está ligada à insatisfação com as atividades realizadas não se confirma completamente. Alguns vendedores ambulantes encontram satisfação em seu trabalho e sentem que ele lhes proporciona realização profissional. Portanto, a pergunta sobre sua identidade como vendedores ambulantes pode causar surpresa, pois os leva a refletir sobre algo prático e cotidiano, revelando uma falta de reflexão sobre o significado pessoal de ser um vendedor ambulante.

Oportunidade de trabalho e Autonomia

Alguns entrevistados expressaram satisfação e agradecimento por terem essa oportunidade de trabalho, pois não possuíam outras opções disponíveis. Eles indicaram que, dadas as circunstâncias, o trabalho como vendedor ambulante na via ferroviária era o que estava disponível e trazia o sustento para suas famílias.

O entrevistado V5 destacou que este trabalho era o que trazia comida para sua casa, indicando que estava satisfeito, em termos de necessidade econômica, mas não necessariamente em termos de realização pessoal. E o entrevistado V2 mencionou que não tinha outra opção e, portanto, estava satisfeito com o trabalho de vendedor ambulante. Isso sugere que o trabalhador poderia não estar totalmente satisfeito, mas aceitou a situação por falta de alternativas.

Um entrevistado destacou que ser vendedor ambulante foi uma forma de aumentar sua renda, possivelmente complementando outras possibilidades de obter recursos. Isso sugere que a atividade de venda ambulante pode servir como uma maneira de melhorar a situação financeira.

Vantagem é que eu tenho mais um dinheiro para ajudar em casa (Entrevistado V2).

A vantagem é porque eu não tenho outro trabalho e lá pelo menos eu ganho o mínimo. O mínimo já dá para me sustentar (Entrevistado V11).

Os entrevistados destacaram a vantagem de trabalhar por conta própria e ter autonomia em suas atividades. Eles mencionaram a ausência de um chefe, a liberdade para estabelecer seus próprios horários e a capacidade de tomar decisões sem precisar dar satisfação aos terceiros.

É o horário, o horário, mas se você passar do horário, como eu te falei, o horário bom é o horário do "rush", se você perder esse horário você perde vendas, entendeu. Eu aprendi isso (Entrevistado V3).

A vantagem é de não ter um horário fixo, uma rotina, apesar de que para você levar a sério também tem que ter isso, mas a gente aqui acaba não tendo. Você não tem um patrão para dar satisfação todo dia, eu faço meus horários (Entrevistado V5).

Você não tem compromisso com ninguém, só com você mesmo. Se você trabalhar você ganha, se você não trabalhar você não ganha. Você não tem aquele compromisso de bater cartão, você não tem que dar satisfação da sua vida particular para ninguém. Você é seu próprio chefe (Entrevistado V6).

Os entrevistados V3, V5 e V6 mencionaram a vantagem de não ter compromissos com terceiros, como padrões ou sistemas de controle de ponto. Eles ressaltaram que ser seu próprio chefe e não ter que dar explicações sobre a vida pessoal eram vantagens significativas.

A maioria dos entrevistados destacou a vantagem de ter autonomia e flexibilidade no trabalho. Eles mencionaram a ausência de um horário fixo, a capacidade de definir os próprios horários e a liberdade de não ter que dar satisfação a um patrão. Eles valorizavam a independência e a possibilidade de conciliar o trabalho com outras responsabilidades, como cuidar da família e da casa. A autonomia é considerada essencial para que os trabalhadores possam se adaptar às condições de trabalho sem comprometer sua saúde, além de permitir o uso da criatividade, conhecimento e experiência, o que é fundamental para a saúde mental e o prazer no trabalho (CARDOSO; MORGADO, 2019).

Não resposta

Alguns entrevistados (V4, V6, V7, V9 a V18) optaram por não responder à pergunta sobre a satisfação, o que pode indicar uma falta de clareza ou uma variedade de sentimentos em relação ao trabalho. Afinal, são muitos os fatores que contribuem para a crescente insatisfação dos vendedores ambulantes que atuam nos trens. O principal fator é a sua falta de proteção. De acordo com Huang *et al.* (2017), a maioria dos vendedores ambulantes, especialmente aqueles que vendem mercadorias em locais públicos, são muitas vezes perseguidos e às vezes até executados por agentes da lei, que acreditam que suas operações não têm proteção legal.

Como resultado, a maioria é forçada a mudar-se das plataformas e trens inseguros para evitar as consequências de tal assédio. Para proteger esses vendedores ambulantes, as autoridades policiais e outras autoridades locais deveriam se concentrar em garantir um ambiente econômico seguro, reforçando a concorrência justa e as diretrizes tributárias, em vez de concentrar-se na aplicação de leis que não são de interesse público.

Além da falta de proteção, os vendedores ambulantes também desafiam o aumento da concorrência de outras lojas de varejo. Essa forma de pressão econômica pode criar estresse e instabilidade porque eles não conseguem levantar capital suficiente para investir em seus negócios (NAIK; SURESH, 2018). Algumas das abordagens que podem motivá-los a fazer seu trabalho incluem um treinamento especial sobre como promover seus negócios, apoio social e apoio financeiro. A formação de vendedores ambulantes ajuda-os a compreender seus direitos, bem como suas responsabilidades ao trabalhar com outras pessoas (HUANG, (2017). A formação também lhes forneceria informações sobre regulamentos de saúde e segurança. Isso pode ajudá-los a proteger de serem explorados por práticas comerciais fraudulentas e outros indivíduos que se aproveitam de sua vulnerabilidade.

Da mesma forma, o apoio social é importante porque ajuda-os a lidar com suas lutas diárias. Ter uma comunidade de apoio pode auxiliá-los a lidar com vários desafios e aconselhá-los sobre como melhorar suas habilidades de vendas e gerenciamento de negócios. Por fim, fornecer apoio financeiro pode ajudá-los a melhorar suas vidas e as de suas famílias.

Essas categorias temáticas mostraram que a satisfação dos vendedores ambulantes da via ferroviária variou desde a insatisfação e o desejo de retornar às antigas áreas de trabalho até a conformidade devido à falta de opções. Alguns também encontraram satisfação no atendimento às necessidades e comodidade que o trabalho oferece aos passageiros, enquanto outros valorizaram a necessidade econômica que o trabalho atende. No entanto, é importante notar que nem todos responderam à pergunta, o que pode indicar uma gama diversa de sentimentos e perspectivas em relação ao trabalho de vendedor ambulante na via ferroviária.

4.3.4 Condições de Seguridade Social dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ

Os vendedores ambulantes da via ferroviária enfrentam altos riscos relacionados ao trabalho e têm pouco ou nenhum acesso à seguridade social. Concorde-se com a observação de Lund (2012) segundo a qual programas de seguridade social voltados para o cidadão, como as transferências de renda, não dão atenção suficiente às necessidades de adultos saudáveis que trabalham. As dificuldades enfrentadas por estes vendedores em relação à aposentadoria e suas alternativas incluíram a falta de recursos financeiros para contribuir regularmente para a previdência. Diante dessas dificuldades, os vendedores ambulantes da via ferroviária podem buscar alternativas no âmbito das políticas de assistência social.

A Organização Internacional do Trabalho (2020) destaca os desafios enfrentados por famílias dependentes da economia informal e a importância de uma proteção social mínima para reduzir a pobreza decorrente de riscos à saúde, perigos ocupacionais, desemprego ou velhice. Embora essas medidas de proteção social possam aliviar os encargos financeiros, precisa-se garantir que os esquemas existentes sejam adequados para os trabalhadores informais e, efetivamente, aplicáveis na prática. A criação de esquemas não contributivos para garantir a segurança básica de renda é importante, mas há o risco de níveis baixos de benefícios resultarem em desigualdades persistentes.

As políticas de assistência social promovem a inclusão social e garantem a proteção e o amparo às pessoas e aos grupos em situação de vulnerabilidade ou risco social. Essas políticas fazem parte do tripé da seguridade social, juntamente com as políticas de saúde e de previdência social (CRUZ, 2017). No contexto das políticas de assistência social, são desenvolvidas ações e programas que visam garantir o acesso aos direitos básicos, como alimentação, moradia, educação, saúde, trabalho, cultura e lazer. Essas políticas têm um caráter preventivo e protetivo, buscando evitar a exclusão social e proporcionar condições dignas de vida para todos os cidadãos (CRUZ, 2017).

Entre as principais políticas de assistência social, destacam-se o Programa Bolsa Família (PBF), maior programa de transferência de renda do Brasil, relançado pelo Governo Federal em 2 de março de 2023, que visa combater a pobreza e a extrema pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias em situação de vulnerabilidade. Três estudos no Brasil analisaram o impacto do Bolsa Família. O primeiro estudo, de Barbosa e Corseuil (2014) concluiu que o programa não teve efeito nas escolhas de emprego de trabalhadores adultos, tanto no setor formal quanto no informal. No entanto, uma análise subsequente de Brauw *et al.* (2015) revelou uma realocação significativa de trabalhadores entre o setor formal e o informal,

especialmente em domicílios urbanos. Os autores argumentam que famílias próximas ao limite de renda de elegibilidade podem receber os benefícios do programa e optar por trabalhar informalmente para complementar a renda. Em um estudo mais recente de Fruttero; Leichsenring; Paiva, (2020), constatou-se que os beneficiários do Bolsa Família têm uma probabilidade maior, de 3 a 5 pontos percentuais, de encontrar um emprego formal em comparação ao grupo de controle, especialmente na faixa etária de 25 a 35 anos. Isso pode ser explicado pelo efeito de renda que ajuda os beneficiários a cobrir os custos de busca por empregos formais e pelos benefícios psicológicos das transferências condicionais de renda, que ajudam a mitigar as restrições orçamentárias das famílias, levando às melhores escolhas de trabalho indiretamente (CANELAS; NINO ZARAZUA, 2022).

Entre outras políticas de assistência social, destacam-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado às pessoas com deficiência e idosos de baixa renda, que oferece um salário mínimo mensal para suprir suas necessidades básicas; o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que oferece atendimento socioassistencial às famílias em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários; o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que proporciona atividades socioeducativas para as crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, visando fortalecer os laços familiares e comunitários e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que são unidades de atendimento que oferecem serviços e programas socioassistenciais, orientando e encaminhando os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade para os recursos disponíveis (CAMARGO; AZEVEDO; MAGALHÃES, 2022). Essas são algumas das políticas de assistência social existentes no Brasil. O objetivo principal delas é garantir a igualdade de oportunidades e o acesso aos direitos fundamentais, promovendo a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (2020), a proteção social contribui para a formalização do trabalho por meio de diversos mecanismos. Um deles é o aumento da produtividade do trabalho, o que ajuda a direcionar os empregos informais para caminhos de crescimento sustentável. Um conjunto crescente de evidências mostra que a ampliação da cobertura da seguridade social, ao promover o acesso aos cuidados de saúde e educação, contribui para melhorar a nutrição, o estado de saúde e desempenha um papel importante na promoção do emprego produtivo.

Assim, a proteção social desempenha um papel crucial na promoção da formalização do trabalho, ao melhorar as condições de saúde, educação e produtividade dos trabalhadores

informais. Além disso, ao estabelecer requisitos formais para a cobertura da seguridade social, ela pode incentivar a regularização das atividades econômicas e garantir o reconhecimento e o exercício dos direitos fundamentais dos trabalhadores (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2020).

Muitos entrevistados encontravam-se em situações de incerteza ou lidavam com a falta de condições para planejar a aposentadoria, destacando a vulnerabilidade financeira desses vendedores ambulantes e a necessidade de políticas e suporte social para lidar com essas questões. A análise temática das respostas à pergunta sobre proteção social e contribuição previdenciária revela as seguintes categorias temáticas principais:

Ausência de contribuição para a previdência social

Conforme Lund (2012), os vendedores ambulantes são excluídos dos programas de proteção social destinados a “grupos vulneráveis”, por serem adultos em idade produtiva. Eles também não são cobertos por programas de seguridade social para doenças ou lesões relacionadas ao trabalho. Conforme a autora, falta proteção social especificamente relacionada ao trabalho para vendedores ambulantes como “trabalhadores” e não como pessoas com direitos gerais, como cidadãos para programas de proteção social (LUND, 2012).

Alguns entrevistados mencionaram a dificuldade em pagar a contribuição previdenciária devido às restrições financeiras. Eles mencionaram a necessidade de priorizar as necessidades imediatas, como alimentação, em detrimento da contribuição previdenciária. Outros afirmaram não possuir qualquer tipo de proteção social, como auxílios ou aposentadoria e também não faziam contribuições previdenciárias.

Não. Como eu falei anteriormente, não dá para pagar o INSS por mês porque saí do orçamento e eu prefiro levar um prato de comida para minha família, entendeu. Só que é errado né, eu sei que para eu aposentar vai ser difícil e eu posso morrer trabalhando, entendeu (Entrevistado V3).

Não, nenhuma. Não busquei ainda (Entrevistado V5).

Não. Eu não tenho aposentadoria. Não tenho auxílios. Não tenho nada. Eu não tenho rendimento algum. Eu não faço nenhum tipo de contribuição. O que a gente ganha na rua não dá pra pagar essas coisas não, mal dá para a gente se alimentar, e não é muito bem não. A gente passa muita dificuldade nessa vida (Entrevistado V7).

Eu não possuo nenhum tipo, mas até gostaria de ter. Eu não faço nenhum tipo de contribuição previdenciária, eu preciso fazer, mas não faço. É muito difícil, é complicado (Entrevistado V10).

Nada, nenhum tipo de proteção social! Nada, Deus por nós e vamos que vamos! Se eu pagar contribuição previdenciária eu morro de fome, então a gente acaba não tendo nada, nada. Zero (Entrevistado V11).

A ausência de seguridade social pode ter um impacto negativo significativo no bem-estar e nas condições de trabalho dos vendedores ambulantes que trabalham nos trens (Amrutha e Cholakkal, 2021). Verifica-se que a ausência de seguridade social (direito à saúde, à Previdência e à Assistência Social) está no topo da lista de questões que afetam os vendedores atuantes nos trens. A seguridade social compreende os meios necessários para tornar a vida dos trabalhadores suportável e sustentável, diante de questões, como exemplos, os afastamentos por acidentes, adoecimentos e perda da funcionalidade (PIETERS, 2006).

A assistência social, por meio dos programas de transferência de renda, conforme já mencionado, desempenha um papel fundamental como política pública protetiva aos vendedores ambulantes e busca garantir a sua proteção e o amparo, oferecendo suporte e serviços que visam suprir suas necessidades básicas, promover a inclusão social e melhorar suas condições de vida. Esses programas têm como objetivo fornecer uma renda mínima para famílias em situação de vulnerabilidade, incluindo as que dependem do trabalho informal como fonte de sustento. Essas transferências de renda auxiliam na garantia do acesso aos alimentos, moradia, educação e saúde, contribuindo para a melhoria das condições de vida desses trabalhadores (BRASIL, 2009).

Além disso, a assistência social também oferece serviços de proteção social, como acesso às creches, aos centros de convivência e aos programas de capacitação e qualificação profissional (BRASIL, 2009). Essas iniciativas visam fortalecer a autonomia dos trabalhadores informais, promover a geração de renda e possibilitar a transição para o mercado formal de trabalho, quando possível. Outra importante dimensão da assistência social é o trabalho realizado pelos CRAS e pelos profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esses serviços prestam atendimento e acolhimento aos trabalhadores informais, oferecendo orientações, encaminhamentos e apoio técnico para acesso aos direitos sociais, benefícios e programas existentes (BRASIL, 2009).

Conforme Granemann (2007), a partir da década de 1970, houve uma desmontagem das políticas sociais após o período do fordismo e do Estado de Bem-Estar Social, devido à necessidade do capital monopolista aumentar constantemente seus lucros. As reestruturações produtivas e a reversão do modelo estatal de bem-estar social levaram à obsolescência do *welfare state* e das políticas sociais. O capital monopolista, dominado pelas finanças, busca reduzir os direitos trabalhistas e transformar as políticas sociais em serviços privados. Essa transformação envolve a monetarização da vida e a inserção da força de trabalho no mundo das finanças, operado por grandes instituições bancário-financeiras. O Estado é pressionado a

reduzir as políticas sociais como equipamentos públicos e transformá-las em "direitos monetarizados" operados nos mercados bancário-financeiros (GRANEMANN, 2007).

De acordo com Granemann (2007), a contra-reforma da previdência social é apontada como um modelo para essa transformação, integrando os sistemas público e privado de aposentadorias. A autora ressalta que, independentemente da natureza pública ou privada, os serviços sociais são denominados como "políticas sociais", mesmo quando realizados por agentes privados. No entanto, defende-se que as verdadeiras políticas sociais devem ser desenvolvidas pelo Estado, responsável pela execução das tarefas comuns que derivam da natureza da comunidade (GRANEMANN, 2007). Granemann (2007) alerta, ainda, para o perigo de considerar as diversas formas de privatização do fundo público como políticas sociais, enfatizando que isso contribui para a disseminação do fetiche de que o capital pode operar direitos sociais por meio de organismos privados, que não possuem a abrangência do Estado. As ações das instituições do capital sobre a "questão social" são limitadas e focalizadas, diante da existência da propriedade privada e da extração de trabalho excedente no modo de produção capitalista.

A insegurança e a vulnerabilidade social são questões fundamentais enfrentadas pelos trabalhadores informais, devido aos riscos econômicos e sociais significativos. Eles estão sujeitos às flutuações na demanda por seus serviços, o que pode resultar em renda instável e dificuldade em sustentar suas famílias. A sua vulnerabilidade é agravada por fatores como discriminação, falta de representação sindical, ausência de direitos trabalhistas e exposição às condições de trabalho perigosas. Eles estão mais suscetíveis aos abusos e exploração e têm menos poder de negociação em relação às condições de trabalho.

A superação da insegurança e vulnerabilidade social dos trabalhadores informais requer a implementação de políticas, medidas que promovam a inclusão social, criação de um ambiente mais justo e igualitário, em que todos os trabalhadores tenham acesso às condições dignas de trabalho, proteção social e oportunidades de desenvolvimento. Os ganhos que recebem são apenas suficientes para sustentar suas famílias, mas não o suficiente para garantir o sustento futuro, caso deixem de trabalhar como vendedores ambulantes. A maioria também admitiu que trabalhava para sobreviver, o que significa que não recebiam vantagens ou benefícios extras do trabalho. No entanto, um ângulo otimista do trabalho constituiu-se na formação das redes sociais de organização informal do trabalho, ou seja, na ausência da proteção de políticas sociais os próprios trabalhadores engendraram formas de se protegerem, sejam elas familiares ou entre eles próprios.

Embora o trabalho não lhes ofereça subsídios de férias ou licença médica remunerada, com certeza ajuda-os a pagar suas contas com despesas de saúde, alimentação, vestuário e sustento da família. Mas com uma renda maior, os vendedores ambulantes dos trens teriam a garantia de melhores padrões de vida e a capacidade de atender às suas outras necessidades, como a realização de projetos como a educação. No entanto, é importante ressaltar que a educação não deve ser vista apenas como um projeto pessoal, mas sim como um projeto da sociedade como um todo. A educação é um pilar essencial para o desenvolvimento de uma sociedade equitativa e próspera. Quando é tratada como um projeto coletivo, o acesso à uma educação de qualidade é garantida a todos, independentemente de sua origem socioeconômica. Isso implica em políticas públicas eficazes, investimento adequado em infraestrutura educacional, formação e valorização dos profissionais da educação e garantia de acesso igualitário às oportunidades educacionais (GUSMÃO; AMORIM, 2022).

Ao reconhecer a educação como um projeto social, é possível promover uma sociedade mais justa, na qual todos os indivíduos têm a oportunidade de desenvolver seus talentos, adquirir conhecimentos e habilidades e contribuir para o progresso coletivo. Dessa forma, a educação deixa de ser apenas uma aspiração individual e torna-se um direito garantido e uma prioridade para a construção de um futuro melhor para todos.

Essa categoria ressalta as dificuldades enfrentadas pelos entrevistados em relação à seguridade social e a preocupação com o futuro. As respostas revelaram uma situação de vulnerabilidade social, em que as pessoas não tinham acesso às redes de proteção ou aos recursos para contribuir e mostraram as limitações enfrentadas devido à falta de recursos financeiros. É necessário fortalecer e ampliar as políticas e programas de assistência social, garantindo o acesso desses trabalhadores aos direitos e benefícios, bem como o desenvolvimento de ações que promovam sua autonomia e melhoria das condições de vida.

Contribuição previdenciária regular e acesso aos benefícios

A contribuição previdenciária regular mencionada pelos entrevistados V1, V4 e V6 demonstrou a conscientização desses trabalhadores informais sobre a importância de garantir benefícios futuros, como aposentadoria e pensão. Essas contribuições são fundamentais para assegurar a proteção social e o acesso aos direitos trabalhistas, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelos vendedores ambulantes.

Eu pago o meu INSS direitinho (Entrevistado V1).

Eu faço contribuição previdenciária, porque assim, eu independente de ser camelo aqui, eu também sou feirante, então eu pago trimestral, que me dá direito a mais tarde

me aposentar. Eu vou me aposentar em janeiro por idade, porque eu faço 65 e os 15 anos que eu tenho trabalhados, então vai somar uma coisa com a outra e vai me aposentar (Entrevistado V6).

Eu sou aposentada e sou viúva, tenho uma pensão do meu marido (Entrevistada V4).

No entanto, o estudo de Jordão (2014) revela uma realidade preocupante, na qual a maioria dos vendedores ambulantes não contribui regularmente para a previdência social devido aos rendimentos insuficientes. Essa situação ressalta a necessidade de políticas públicas que levem em consideração as particularidades e as dificuldades financeiras enfrentadas por esses trabalhadores, visando facilitar e incentivar sua contribuição previdenciária.

A conscientização sobre a importância da contribuição previdenciária e o acesso aos benefícios como aposentadoria e pensão são passos significativos na busca por melhorias nas condições de trabalho e proteção social dos vendedores ambulantes. No entanto, é essencial que sejam desenvolvidas ações mais amplas, que os auxiliem a compreender melhor seus direitos e possibilidades de contribuição.

A consciência política e a busca por mudanças no cenário de opressão do trabalho informal são fundamentais para promover a emancipação social. O reconhecimento da importância da contribuição previdenciária regular e do acesso aos benefícios são passos importantes na direção dessa transformação, mas é necessário um esforço coletivo para garantir que todos os trabalhadores, incluindo os vendedores ambulantes, tenham condições dignas de trabalho e proteção social adequada.

Granemann (2016), aborda a importância da previdência social para os trabalhadores no contexto do modo capitalista de produção. No Brasil, a previdência social e o sistema de seguridade social estabelecidos pela Constituição de 1988 são considerados o maior programa de distribuição de renda do país. No entanto, cerca de 70% dos beneficiários da previdência social recebem valores que não ultrapassam três salários mínimos, o que representa uma renda bastante limitada. A previdência social tornou-se um importante suporte para o crédito às famílias, especialmente por meio do crédito consignado. Porém essa medida também levou aposentados e pensionistas a abandonarem as lutas sociais nas ruas (GRANEMANN, 2016).

Conforme Granemann (2016), a estratégia dos governos alinhados aos grandes capitais é reduzir o fundo público destinado às políticas sociais e minar as organizações coletivas dos trabalhadores. Isso é feito por meio da aprovação de leis que reduzem os investimentos nessas políticas e pelo enfrentamento direto com manifestações e greves. As reformas da previdência no Brasil diminuíram os direitos dos trabalhadores, aumentando a idade mínima de aposentadoria e reduzindo o valor dos benefícios.

É preocupante constatar que muitos vendedores ambulantes não conseguiram contribuir regularmente devido aos seus rendimentos insuficientes. Portanto, é essencial que políticas públicas sejam desenvolvidas levando em consideração as particularidades e dificuldades financeiras enfrentadas por esses trabalhadores. Também é fundamental promover a conscientização política e buscar mudanças no cenário de opressão do trabalho informal como um todo. Além, de ser necessário um esforço coletivo para garantir que todos os trabalhadores, incluindo os vendedores ambulantes, tenham condições dignas de trabalho e proteção social adequada.

Diante desses desafios, é fundamental que haja uma maior compreensão e mobilização por parte das massas trabalhadoras para enfrentar debates sobre gastos, orçamentos e redução de despesas. As reformas da previdência, embora tenham diminuído os direitos dos trabalhadores, também podem servir como um chamado à ação e à organização coletiva para proteger os direitos e garantir condições dignas de trabalho para todos.

Incerteza e desconhecimento

Alguns entrevistados mencionaram a dependência de programas sociais, como o Auxílio Emergencial ou o Bolsa Família, como fonte complementar de renda. Eles expressaram a necessidade desses benefícios para complementar sua renda e enfrentar dificuldades financeiras e as dificuldades enfrentadas na busca por moradia adequada.

Eu recebia o Auxílio Emergencial, aí de repente quando passou para o Auxílio Brasil, eles cortaram o meu auxílio. E eu precisando, porque, sou eu e minha esposa, ela é doente, tem problema mental, quer dizer, eu dependo disso aqui, porque tem vez que eu vendo e tem vez que eu não vendo. Aí cortaram o meu auxílio, aí eu fui lá no CRAS para reclamar, aí a moça me falou que porque é um pecúlio que a minha esposa recebe. Poxa, esse pecúlio que ela recebe é mixaria, não chega nem a 300 reais, mas alegaram que é por causa disso (Entrevistado V6).

Eu recebo auxílio. Ele vai todo para o aluguel, porque o aluguel é 600 reais onde eu moro. E nós já procuramos, mas são 6 crianças e lugar que aceite criança é muito difícil. Hoje em dia, estão colocando muitas limitações. Não querem alugar a casa para quem tem filhos, para quem tem animais. Então, assim, o único lugar que eu consegui, com muito sacrifício eu não consigo sair (Entrevistada V8).

Então, a gente está correndo atrás né, para ver se a gente consegue receber aí um bolsa família e tudo mais, mas você sabe como é que é né, para a gente é tudo mais difícil. Eu tô nessa meta aí, já que eu não trabalho de carteira assinada, eu estou tentando me organizar para tente pagar o MEI, mas eu tenho que me informar direitinho (Entrevistado V9).

O entrevistado V6 mencionou a incerteza em relação à continuidade de benefícios, enquanto V9 citou a necessidade de informar-se melhor sobre as opções de contribuição, como o Microempreendedor Individual (MEI). Essas respostas revelaram um certo desconhecimento

ou falta de clareza sobre os processos relacionados à proteção social e à contribuição previdenciária. Essa categoria destacou a importância dos programas de proteção social como forma de apoio para os entrevistados.

A maioria dos vendedores ambulantes que atuam nas vias ferroviárias estão desempregados e não conseguiram obter empregos com contratos estáveis. Portanto, caso esses trabalhadores sofram algum tipo de adoecimento ou acidente, encontram-se completamente desamparados, uma vez que não contribuem regularmente para a previdência social (JORDÃO, 2014). Sem as proteções legais, os vendedores ambulantes que trabalham nos trens podem ficar vulneráveis à exploração e ao abuso. Eles podem trabalhar longas horas sem pausas, serem expostos às condições de trabalho perigosas e obter rendimentos apenas para a sobrevivência. A falta de proteção legal para eles é uma questão importante que precisa ser abordada.

Lembremos, mais uma vez, que esses vendedores constituem-se em uma parte importante da economia e contribuem significativamente para a subsistência das comunidades. É importante que sejam tratados com justiça e respeito, e que tenham acesso às mesmas proteções e benefícios legais que os demais trabalhadores. Baixas margens de lucro associadas com as dificuldades econômicas significativas devido à natureza de seu trabalho constituíram-se em problemas enfrentados pelos vendedores ambulantes atuantes em áreas ferroviárias. Muitos vendiam itens de baixo custo, como alimentos, bebidas e mercadorias de pouca qualidade, não obtendo lucro nas vendas. Além disso, geralmente precisavam competir uns com os outros pelos clientes o que reduzia, ainda mais, os preços e a renda.

Os vendedores ambulantes, especialmente aqueles que não possuíam um local ou horário fixo, enfrentavam desafios significativos para estabelecer relações de socialização, solidariedade e distribuição equitativa de renda. Suas condições de trabalho, muitas vezes, exigiam que se deslocassem ou trabalhassem até tarde da noite em busca de clientes, o que limitava o tempo disponível para interações sociais e apoio mútuo entre eles.

A falta de estabilidade e previsibilidade na sua rotina pode afetar sua capacidade de estabelecer laços comunitários sólidos. A ausência de um local fixo de trabalho pode dificultar o desenvolvimento de relações de confiança e cooperação com outros trabalhadores informais e membros da comunidade. Além disso, a natureza itinerante do trabalho pode impedir que os vendedores ambulantes participem ativamente de atividades coletivas e eventos comunitários.

A falta de socialização e de solidariedade entre eles pode ter implicações negativas para a distribuição equitativa de renda. Sem um ambiente propício para compartilhar recursos, conhecimentos e oportunidades de trabalho, alguns vendedores podem enfrentar uma maior

competição e dificuldade em garantir uma renda sustentável. Isso pode levar às disparidades econômicas entre os trabalhadores e dificultar a superação das desigualdades sociais.

Além disso, o alto custo de vida na RMRJ também representava um desafio adicional para os vendedores ambulantes. Os custos de aluguel, transporte e outros serviços são elevados. Essa realidade dificultava a qualidade de vida e a sobrevivência destes trabalhadores, que enfrentavam pressões financeiras para sustentar suas famílias.

A renda proveniente do comércio informal na via ferroviária da RMRJ é imprevisível, o que torna os vendedores ambulantes altamente vulneráveis e inseguros. A questão da carteira de trabalho foi um tema proeminente nas entrevistas, representando um objetivo alcançável para alguns, mas distante para outros. Isso evidencia a demanda dos vendedores por direitos, como garantia de aposentadoria futura, auxílio-doença quando necessário, seguro-desemprego e férias anuais remuneradas. No entanto, tanto no trabalho como ambulantes quanto em empregos anteriores, a maioria dos entrevistados não teve acesso aos direitos trabalhistas básicos devido à precariedade desse tipo de ocupação (JORDÃO, 2014).

Medidas de Segurança Social

Um aspecto positivo da seguridade social para os vendedores ambulantes é que ela pode abrir portas para aqueles dispostos a empreender. Nesse sentido, esses trabalhadores tiveram a oportunidade de beneficiar-se dessa vertente da previdência social. Por exemplo, o entrevistado V10 relatou:

Já fiz alguns cursos. Quando eles oferecem de graça, eu aceito. Preciso trabalhar para sustentar minha família, trabalhar é fundamental (Entrevistado V10).

Com essas oportunidades, esses trabalhadores têm a possibilidade de melhorar seu bem-estar e estilo de vida, além de fortalecer as organizações coletivas dos trabalhadores ambulantes. Ao participar de cursos e capacitações oferecidos, eles adquirem novas habilidades e conhecimentos que podem contribuir para o desenvolvimento e o aumento de suas rendas.

Ao fortalecer as organizações coletivas dos trabalhadores ambulantes, eles podem se unir em associações ou cooperativas para buscar melhores condições de trabalho, negociar com autoridades e ampliar suas oportunidades. Por meio da cooperação mútua, eles podem compartilhar recursos, trocar experiências e conquistar benefícios coletivos que beneficiem a todos. Essas iniciativas não apenas contribuem para o crescimento econômico e social dos vendedores ambulantes, mas também promovem a sua inclusão e a valorização, reconhecendo sua importância na economia informal e na dinâmica das cidades.

É importante destacar que o fortalecimento da seguridade social para os vendedores ambulantes nos trens não apenas oferece oportunidades individuais de crescimento, mas também tem o potencial de promover uma transformação social mais ampla, reduzindo a desigualdade social.

A implementação das medidas certas pode ajudá-los a enfrentar os desafios que enfrentam e melhorar suas condições de trabalho e acesso aos cuidados de saúde. Em primeiro lugar, o governo e os departamentos relevantes devem trabalhar juntos para designar áreas que devem ter infraestrutura adequada, incluindo locais cobertos, espaços para descanso e sistemas de gerenciamento de resíduos. Proporcionar um ambiente de trabalho propício pode aumentar a segurança e o conforto dos ambulantes, aprimorando sua produtividade e qualidade de vida.

Além disso, programas de conscientização e rodas de conversas com esses trabalhadores deveriam ser implementados para a formação sobre as práticas de saúde e segurança ocupacional, numa abordagem mais pedagógica inclusiva, na qual a experiência no trabalho seja valorizada. Isso inclui promover o uso de equipamentos de segurança, ensinar técnicas adequadas de transporte de cargas pesadas e aumentar a conscientização sobre os riscos da poluição do ar e sonora. Tais iniciativas podem reduzir os riscos laborais e os riscos à saúde dos vendedores ambulantes.

O governo deve se concentrar em medidas de segurança social para as mulheres que atuam no comércio ambulante ferroviário, incluindo acesso aos benefícios de maternidade e seguro de acidentes. Essas medidas poderão fornecer uma rede de segurança em caso de doença, lesão ou aposentadoria, aliviando as dificuldades financeiras enfrentadas pelas vendedoras ambulantes e suas famílias.

Diante das dificuldades enfrentadas, é fundamental que esta categoria de trabalhadores una-se e organize-se em busca de seus direitos e melhores condições de trabalho. A coletivização implica na formação de associações, cooperativas ou outros tipos de organizações coletivas, nas quais os vendedores ambulantes possam se reunir, compartilhar experiências, recursos e conhecimentos. Ao unirem-se, eles ganham força coletiva para enfrentar os desafios comuns e defender seus interesses de forma mais efetiva.

Por meio da luta organizada, os trabalhadores informais podem pressionar as autoridades competentes e os formuladores de políticas públicas a reconhecerem suas demandas e necessidades específicas. Através de manifestações, mobilizações, negociações coletivas e diálogo com os diferentes atores envolvidos, eles podem buscar a implementação de políticas públicas. Além disso, a luta organizada também pode envolver a sensibilização da opinião pública sobre a importância do trabalho informal e a necessidade de políticas sociais inclusivas.

Por meio de campanhas de conscientização, os trabalhadores informais podem combater estereótipos e preconceitos, demonstrando a relevância de seu trabalho para a economia e a sociedade em geral.

A coletivização e a luta organizada são processos contínuos, que demandam perseverança e engajamento por parte dos trabalhadores informais. Ainda, eles devem aderir aos sindicatos, associações e obter a adesão de organizações nacionais e internacionais. Também é muito importante que tenham conhecimentos jurídicos básicos e apoio jurídico prontamente disponível. Isso pode levar à melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho de cada vendedor ambulante.

O MUCA, atuante há 18 anos na defesa dos direitos dos trabalhadores sujeitos à marginalização do estado, inaugurou o Centro de Referência dos Camelôs em junho de 2023. Localizado na Avenida Marechal Floriano, nº 147, Centro do Rio de Janeiro, tem como objetivo oferecer apoio aos vendedores ambulantes por meio de cursos de formação, suporte psicológico, ações solidárias e projetos culturais. Além disso, o movimento propõe a realização de assembleias e debates para fortalecimento político dessa categoria de trabalhadores.

No primeiro trimestre de 2022 foram encerradas as atividades do Sindicato dos Vendedores Ambulantes do Rio de Janeiro, que tinha sede na região central do Rio de Janeiro. O fechamento desse sindicato pode ter várias consequências negativas para os vendedores ambulantes. Primeiramente, significa a perda de uma instância representativa que luta por seus direitos trabalhistas, condições de trabalho seguras e outros benefícios que são essenciais para garantir uma vida digna. Sem um sindicato ativo, os trabalhadores podem se encontrar em uma posição mais vulnerável, sem uma voz unificada para defender seus interesses coletivos.

O fechamento de um sindicato pode levar a uma fragmentação e enfraquecimento da categoria dos vendedores ambulantes. Sem uma organização unificada, os trabalhadores podem enfrentar dificuldades em se mobilizar, negociar com empregadores ou autoridades, e até mesmo em ter acesso a recursos e serviços que são disponibilizados por meio dos sindicatos.

Outro aspecto relevante é que o fechamento de um sindicato pode afetar não apenas os vendedores ambulantes individualmente, mas também a sociedade como um todo. Os sindicatos têm um papel importante na defesa dos direitos trabalhistas, na promoção da justiça social e na busca por condições de trabalho mais equitativas. Sem essa representação coletiva, questões como exploração, abusos e desigualdades podem persistir ou até mesmo se agravar.

Diante desse contexto, é importante refletir sobre os motivos que levaram ao fechamento do sindicato dos vendedores ambulantes e buscar entender as implicações dessa situação. É fundamental que haja esforços para fortalecer a organização e representatividade

dos trabalhadores ambulantes, seja por meio da criação de novos sindicatos, associações ou outras formas de articulação coletiva. Somente dessa maneira será possível enfrentar os desafios enfrentados pelos vendedores ambulantes e lutar por condições de trabalho mais justas e dignas para essa categoria profissional.

Em resumo, a análise revelou uma variedade de experiências e perspectivas dos entrevistados em relação à proteção social e à contribuição previdenciária. Enquanto alguns mostraram-se comprometidos em contribuir regularmente e planejar sua aposentadoria, outros enfrentaram dificuldades financeiras que impediram a contribuição adequada. Além disso, a dependência de programas sociais revelou a importância desses benefícios para garantir uma certa segurança financeira. Essas percepções apontaram para a necessidade de políticas públicas que abordem essas disparidades e forneçam suporte adequado para a proteção social mais ampla e acessível para todos.

Fotografia 3 - Ambulantes não podem vender nos trens da SuperVia



Fonte: RAMALHO (2018).

Nos trilhos da via férrea, no Rio de Janeiro encantado,
Brilha a história dos vendedores ambulantes, sempre animados.
Com suas vozes vibrantes e sorrisos calorosos,
Levam seus produtos aos passageiros, momentos preciosos.

Ao longo dos trilhos, num ritmo acelerado,
Caminham os vendedores, com passos firmes e dedicados.
Com suas mercadorias, numa dança itinerante,
Encantam os viajantes na rota do trem gigante.

E assim, na via férrea do Rio, a vida pulsa intensa,
Os vendedores ambulantes trazem a essência.
Com seu jeito carioca e sorriso acolhedor,
Fazem da estação um lugar de encontro e calor.

São guardiões da cinesia, trilhando seus destinos,
Com esperança no olhar e sonhos nos caminhos.
Enfrentando os desafios com coragem e garra,
Com suas mercadorias, pintam de cores a paisagem tão rara.

Por isso, óh vendedores da via férrea carioca,
Recebam nosso respeito, admiração e entusiasmo que toca.
Vocês são a alma da estação, a voz da cultura,
Enchem de vida a rota do trem, com bravura.

Que suas vendas sejam prósperas, em cada estação,
E que encontrem nos passageiros a gratidão.
Pois no cordel da vida, vocês são protagonistas,
Vendedores ambulantes, poetas nas trilhas das conquistas!

(A Jornada dos Vendedores Ambulantes 1 - MEDEIROS, T., 2023a)

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado nesta tese resume as principais reflexões e achados de pesquisas sobre trabalho, saúde e seguridade social dos vendedores ambulantes que atuam nas vias ferroviárias da RMRJ. Tais reflexões e achados foram obtidos por meio da análise crítica e do diálogo com estudos que compõem a literatura especializada mais atualizada. Infelizmente, no Brasil, o tema ainda recebe pouca atenção na pesquisa acadêmica e, quando abordado, a divulgação dos trabalhos sobre as condições de trabalho, saúde e seguridade social desses trabalhadores é escassa.

Com focagem qualitativa e à luz do materialismo histórico e dos autores que analisam a saúde de coletividades de trabalhadores como processo social, sob o enfoque crítico das relações saúde-trabalho no campo da Saúde do Trabalhador, os resultados da pesquisa revelaram as experiências, sentimentos e comportamentos adotados pelos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ. Os dados subjacentes a esses resultados foram analisados por meio da análise temática e agrupados em categorias, que são importantes destacar: Acesso à Saúde e riscos de adoecimento, acidentes e lesões: Quando as condições de saúde dos vendedores ambulantes dos trens da RMRJ não são favoráveis; Condições de trabalho: Aspectos relacionados ao processo de trabalho dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ; Trajetórias profissionais, sonhos, projetos e sentidos do trabalho que orientam as trajetórias de trabalho dos vendedores ambulantes dos trens da RMRJ; Condições de seguridade social dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ; Essas categorias surgiram a partir das informações produzidas por meio de entrevistas individuais.

A análise dos dados revelou uma percepção geral de que certas condições de trabalho, segurança e modos de vida dos trabalhadores ambulantes da via ferroviária da RMRJ constituem condicionantes da saúde e estão relacionadas com situações de maiores riscos à saúde nessa categoria de trabalhadores.

Diante das análises realizadas neste estudo é possível destacar algumas conclusões relevantes. Primeiramente, observou-se uma representação significativamente maior de homens em relação às mulheres nessa atividade, o que está em consonância com outros estudos sobre o tema. No entanto, é importante ressaltar a presença feminina, que mesmo em menor proporção, desempenha um papel importante no trabalho dos ambulantes da ferrovia.

Quanto à faixa etária, os resultados revelaram uma presença expressiva de indivíduos com idade acima de 60 anos, o que evidencia o envelhecimento da população e a necessidade de acesso aos serviços de saúde por parte desses trabalhadores idosos. Essa tendência vai ao

encontro do contexto demográfico atual do Brasil, que enfrenta um processo de envelhecimento populacional.

A baixa escolaridade dos vendedores ambulantes também se destaca como um dado relevante, sendo que a maioria não concluiu o ensino médio. Essa realidade reforça a importância de políticas públicas que promovam o acesso à educação e qualificação profissional para esse segmento da população.

No que diz respeito à situação conjugal e à presença de filhos, os resultados revelaram que a maioria dos vendedores está em união estável ou casada, e a maior parte possui filhos. Além disso, muitos deles são arrimos de família, contribuindo com a renda familiar ou sendo responsáveis pela maior parte dela. Essa constatação reforça a importância do trabalho dos ambulantes para a subsistência de suas famílias e destaca o papel desempenhado por eles na economia informal.

Quanto à renda familiar, a maioria dos vendedores ambulantes está inserida na faixa de 1 a 2 salários mínimos. Essa realidade evidencia a vulnerabilidade econômica desse grupo, que muitas vezes enfrenta dificuldades financeiras para suprir suas necessidades básicas.

Em relação à localização dos vendedores, nesse estudo, a maioria reside na zona norte do Rio de Janeiro e em municípios da baixada fluminense. Essa concentração geográfica demonstra a importância de considerar as particularidades regionais e locais ao desenvolver políticas e ações voltadas para esse grupo específico de trabalhadores informais.

Os vendedores ambulantes dos trens enfrentam desafios significativos em relação à sua saúde devido a condições precárias de trabalho, dificuldades financeiras e falta de acesso a serviços de saúde adequados. A falta de tempo para atividades físicas e a impossibilidade de manter uma alimentação saudável afetam negativamente sua condição física. Embora a maioria evite comportamentos prejudiciais à saúde, como o consumo de álcool e tabaco, alguns vendedores expressam a necessidade de uma qualidade de vida melhor.

Além disso, a natureza do trabalho informal dos vendedores ambulantes os expõe a diversos riscos à saúde, como falta de acesso a instalações sanitárias adequadas e violência social. A marginalização desses trabalhadores pelo poder público, juntamente com a repressão e criminalização de suas atividades, perpetua a exclusão e as desigualdades sociais.

Para melhorar a situação dos vendedores ambulantes e garantir seus direitos básicos, é necessário adotar políticas públicas que reconheçam e regulamentem o trabalho informal, proporcionando condições de trabalho dignas e inclusão social. O acesso à cidadania plena e aos serviços básicos de saúde, cuidados preventivos, habitação e educação é fundamental. Além

disso, a participação dos vendedores ambulantes e suas organizações na defesa de seus direitos e na luta por melhores condições de trabalho são essenciais.

É fundamental que haja uma mobilização coletiva em prol da saúde dos vendedores ambulantes, levando em consideração suas necessidades, assegurando seus direitos e combatendo as disparidades sociais. Somente através de políticas sociais inclusiva e respaldada pela luta desses trabalhadores, será possível efetuar mudanças significativas em sua situação, buscando alcançar a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos.

As condições de trabalho dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ são precárias e apresentam diversos desafios e obstáculos. A análise dos dados revelou que esses trabalhadores enfrentam riscos e insegurança pública, o que inclui situações de violência, assaltos e confrontos. Além disso, eles sofrem com a falta de suporte e ajuda, bem como a ausência de proteções legais e benefícios. A insegurança no trabalho afeta não apenas a integridade física e mental dos vendedores, mas também sua saúde em geral. A falta de segurança financeira também é uma preocupação, pois estão sujeitos a roubo e perda de renda.

Essas condições adversas são reflexo das contradições inerentes ao sistema capitalista, no qual os trabalhadores são explorados em prol da acumulação de capital. O trabalho informal e não regulamentado é uma das poucas opções disponíveis para muitos trabalhadores, mesmo que possuam níveis de escolaridade mais elevados e mereçam empregos com melhores condições.

Para promover uma sociedade mais justa e equitativa, é fundamental enfrentar essas contradições e buscar formas de superar a dominação do capital sobre o trabalho. Medidas de segurança devem ser implementadas para proteger os vendedores ambulantes e garantir seu bem-estar no ambiente de trabalho. Além disso, políticas públicas devem ser desenvolvidas para oferecer suporte e recursos adequados a esses trabalhadores, incluindo proteções legais e benefícios socioeconômicos.

A análise das respostas dos vendedores ambulantes sobre sua jornada de trabalho revela uma variedade de configurações e horários. Alguns trabalham em horários regulares, de segunda a sábado, enquanto outros têm uma abordagem mais flexível, adaptando-se às condições climáticas e aos horários de pico. No entanto, independentemente dos horários específicos, a carga de trabalho dos vendedores ambulantes é geralmente intensa, com longas horas de trabalho, muitas vezes ultrapassando 48 horas semanais.

Essas longas jornadas de trabalho podem ter sérias consequências para a saúde e o bem-estar dos vendedores ambulantes. Eles estão expostos a riscos físicos e mentais, como fadiga, estresse, ansiedade, depressão e problemas de saúde relacionados ao trabalho excessivo. Além

disso, a falta de tempo para descanso adequado e para cuidados pessoais pode levar a problemas de saúde mais graves a longo prazo.

É crucial que medidas sejam tomadas para abordar esses problemas. A criação de zonas especiais para descanso e pausas durante o dia. Esses locais teriam a função de encontro entre trabalhadores para partilha da experiência do trabalho e da saúde com a participação e acompanhamento, regular, de profissionais que compõe equipes da área de saúde e assistência social pública, que pode ajudar a reduzir os riscos físicos e mentais associados ao excesso de trabalho, entre outros. Além disso, os vendedores ambulantes devem ser incentivados a adotar práticas saudáveis, como uma alimentação adequada e uma boa higiene do sono.

É importante considerar o impacto da carga de trabalho nos aspectos sociais e familiares dos vendedores ambulantes. A falta de tempo para passar com a família e os amigos pode levar à solidão e à alienação, aumentando o risco de problemas mentais. Portanto, é necessário encontrar um equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal, garantindo que os vendedores ambulantes tenham tempo para se dedicar às suas relações sociais e ao autocuidado.

É essencial reconhecer a importância do trabalho decente e garantir que os vendedores ambulantes tenham condições de trabalho justas e seguras. Isso envolve não apenas a regulamentação adequada da jornada de trabalho, mas também a proteção contra abusos e a garantia de remuneração adequada. A valorização do trabalho dos vendedores ambulantes e o reconhecimento de sua contribuição para a economia devem ser uma prioridade, para que possam desempenhar seu papel de forma sustentável e satisfatória.

O ambiente de trabalho dos vendedores ambulantes no transporte ferroviário urbano de passageiros é marcado por estigmatização, violências, conflitos e assédios. A falta de acesso a serviços básicos, como banheiros limpos e água, devido à discriminação e assédio enfrentados, afeta diretamente a saúde e o bem-estar desses trabalhadores. Além disso, eles enfrentam dificuldades e competições entre si, o que cria um ambiente desafiador, competitivo e hostil.

As experiências relatadas pelos vendedores ambulantes revelam um cenário complexo e multifacetado em relação à violência que permeia seu ambiente de trabalho. As diversas formas de violência, seja ela racial, de gênero, interpessoal, moral ou institucional, lançam uma sombra sobre esses trabalhadores, tornando sua jornada desafiadora e por vezes prejudiciais para sua saúde física e mental.

A discriminação racial é uma experiência recorrente e desafiadora para os vendedores ambulantes, como evidenciado pelo relato de um entrevistado. A divisão racial do trabalho no mercado brasileiro reforça as desigualdades estruturais, marginalizando e explorando a população negra. O racismo estrutural, juntamente com outras variáveis sociodemográficas,

intensifica as disparidades raciais no mercado de trabalho informal, afetando de forma mais acentuada as mulheres negras.

O assédio moral é uma realidade enfrentada diariamente pelos vendedores ambulantes, causando estresse, ansiedade e danos psicossociais. A constante exposição a situações humilhantes e constrangedoras no ambiente de trabalho afeta negativamente a satisfação, a saúde física e mental desses trabalhadores. Embora os vendedores ambulantes busquem construir uma “boa reputação” com seus clientes como estratégia para enfrentar o estigma social e o assédio moral, as suas condições de trabalho continuam sendo árduas, o que tornam seu trabalho desafiador em todos os aspectos.

É fundamental reconhecer e enfrentar a discriminação, o estigma e o assédio moral enfrentados pelos vendedores ambulantes nos trens. Isso requer a criação de políticas e ações que promovam a igualdade social, racial e de gênero. A superação dessas questões estruturais exigirá esforços conjuntos da sociedade e do Estado para garantir dignidade, respeito e justiça para os vendedores ambulantes e todos os trabalhadores.

O reconhecimento familiar e um ambiente de trabalho satisfatório são elementos essenciais para a satisfação e o bem-estar dos vendedores ambulantes. A transmissão de conhecimentos e habilidades entre gerações, dentro de famílias de vendedores ambulantes, facilita a entrada no trabalho informal e fortalece a proteção dos trabalhadores. Além disso, a construção de uma clientela fiel e a interação com os clientes criam laços de confiança, satisfação e fortalecimento de saberes pertinentes ao trabalho para o aprimoramento dos produtos e serviços. O respeito mútuo, a cooperação e o relacionamento interpessoal entre os vendedores ambulantes proporcionam um ambiente de trabalho harmonioso, apoio mútuo e oportunidades de compartilhar experiências e estratégias. Esses fatores contribuem para a saúde mental e emocional dos trabalhadores e fortalecem a sua resiliência.

As redes de proteção social, tanto no âmbito governamental quanto nas organizações da sociedade civil, desempenham um papel fundamental na promoção de melhores condições de trabalho e na garantia dos direitos e do bem-estar dos trabalhadores informais. Ao reconhecer e valorizar a importância desses elementos, é possível construir um ambiente mais justo, seguro e satisfatório para os vendedores ambulantes e para a sociedade como um todo.

A satisfação dos trabalhadores informais ao realizar uma atividade criativa e que mobiliza inteligência e conhecimento vai além dos aspectos financeiros. A liberdade criativa, a flexibilidade de horários, a construção de relacionamentos pessoais e a capacidade de ver o impacto direto de seu trabalho são fatores que contribuem para a realização pessoal e

profissional desses trabalhadores. Ao fazer o que gostam e ao utilizar suas habilidades de forma significativa, esses trabalhadores encontram satisfação e propósito em seu trabalho.

Não obstante, a análise das trajetórias profissionais, sonhos, projetos e sentidos do trabalho dos vendedores ambulantes dos trens da RMRJ revela uma série de fatores que os levaram a escolher essa atividade como meio de subsistência. A crise econômica, o desemprego, as dificuldades financeiras, a falta de oportunidades de emprego fixo e as responsabilidades familiares são algumas das principais motivações mencionadas pelos vendedores ambulantes. Essas pessoas encontraram na venda ambulante uma alternativa viável para enfrentar suas dificuldades e garantir o sustento de suas famílias.

É importante destacar que muitos vendedores ambulantes gostariam de ter um emprego formal, com salários, direitos e benefícios laborais e previdenciários oferecidos pelas empresas. No entanto, a falta de opções e a necessidade imediata de sustento os levaram a buscar o trabalho informal. Além disso, alguns expressaram o desejo de estudar e adquirir novas habilidades, mesmo diante das dificuldades enfrentadas.

Essas trajetórias profissionais dos vendedores ambulantes ressaltam a importância de políticas, estratégias e iniciativas que promovam a inclusão, valorização e igualdade de oportunidades para esses trabalhadores. É fundamental desenvolver ações que melhorem as condições de trabalho, ofereçam suporte financeiro e estimulem o acesso à educação e ao desenvolvimento profissional. Assim será possível contribuir para a transformação das trajetórias dos vendedores ambulantes e para a construção de um cenário mais justo e equitativo para todos.

Os vendedores ambulantes enfrentam altos riscos no trabalho e têm pouco ou nenhum acesso à seguridade social. Os programas de seguridade social existentes não atendem adequadamente às necessidades desses trabalhadores informais. A falta de recursos financeiros para contribuir regularmente para a previdência é uma das principais dificuldades enfrentadas pelos vendedores ambulantes, o que os coloca em situação de vulnerabilidade em relação à aposentadoria.

Nesse sentido, as políticas de assistência social podem desempenhar um papel crucial na proteção e amparo desses trabalhadores. Programas como o Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os serviços oferecidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) têm como objetivo fornecer suporte financeiro e serviços que visam suprir as necessidades básicas dos vendedores ambulantes e promover sua inclusão social.

No entanto, é importante ressaltar que as políticas de assistência social devem ser adequadas e efetivamente aplicáveis na prática, a fim de garantir a segurança básica de renda e evitar a perpetuação das desigualdades. Além disso, a proteção social desempenha um papel fundamental no amparo ao trabalhador, influenciando na melhoria das condições de saúde e educação dos trabalhadores informais.

É necessário reconhecer que a ausência de seguridade social para os vendedores ambulantes reflete as transformações nas políticas sociais e no papel do Estado, em que a monetarização da vida e a privatização dos serviços sociais têm sido incentivadas. Nesse contexto, é fundamental reafirmar a importância do Estado na promoção das políticas sociais e na garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

A conscientização sobre a importância da contribuição previdenciária regular e o acesso a benefícios são passos significativos na busca por melhorias nas condições de trabalho e proteção social dos vendedores ambulantes. No entanto, é necessário desenvolver políticas públicas que considerem as particularidades e as dificuldades financeiras enfrentadas por esses trabalhadores, além de promover a conscientização política e buscar mudanças no cenário de opressão do trabalho informal como um todo. É fundamental garantir que todos os trabalhadores, incluindo os vendedores ambulantes, tenham condições dignas de trabalho e proteção social adequada.

Além disso, a falta de estabilidade e previsibilidade na rotina dos vendedores ambulantes, juntamente com a incerteza e o desconhecimento sobre os processos de proteção social, representam desafios significativos. É necessário fornecer informações claras e acessíveis sobre opções de contribuição previdenciária e programas de apoio social, além de abordar questões relacionadas à vulnerabilidade, exploração e abuso enfrentados por esses trabalhadores. Isso pode ser feito por meio de políticas e programas que visem melhorar as condições de trabalho, promover a inclusão social e fortalecer as organizações coletivas dos vendedores ambulantes.

As reformas da previdência também desempenham um papel importante nesse contexto. Embora tenham ocorrido mudanças que reduziram os direitos dos trabalhadores, essas reformas podem servir como um chamado à ação e à organização coletiva para proteger os direitos e garantir condições dignas de trabalho para todos. É essencial que haja uma compreensão e mobilização por parte das massas trabalhadoras para enfrentar debates sobre gastos, orçamentos e redução de despesas, a fim de garantir uma previdência social justa e sustentável.

Em suma, é necessário adotar medidas que levem em consideração as necessidades e desafios específicos dos vendedores ambulantes, visando garantir sua proteção social, acesso a

benefícios e condições de trabalho dignas. Isso requer ações conjuntas entre governos, sociedade civil e os próprios trabalhadores e suas organizações, promovendo uma sociedade mais democrática e igualitária.

Finalizando, as pesquisas relacionadas aos vendedores ambulantes que atuam nas vias ferroviárias na RMRJ ainda carece de significativa atenção e aprofundamento. Ainda existem lacunas que precisam ser preenchidas para compreender completamente as necessidades e desafios enfrentados por essa população específica. Algumas áreas que podem ser exploradas incluem: (1) Condições de Trabalho e Saúde: É importante aprofundar a investigação dos riscos ocupacionais enfrentados pelos vendedores ambulantes de vias ferroviárias. Isso pode incluir estudos sobre exposição a poluentes, riscos de acidentes e as consequências para a saúde, como os perigos relacionados a trens em movimento, esforços físicos repetitivos e ergonomia inadequada; (2) Economia Informal: Uma análise mais aprofundada sobre como o trabalho informal de vendedores ambulantes se insere na economia informal, suas interações com outros setores informais e formais e seu papel na economia local e nacional; (3) Impacto da Tecnologia: Como a tecnologia, como smartphones e aplicativos de entrega, está afetando o trabalho informal dos vendedores ambulantes, incluindo tanto oportunidades quanto desafios. (4) Legislação e Regulação: Uma análise das políticas governamentais e regulamentações que afetam os vendedores ambulantes, incluindo como essas políticas podem ajudar ou dificultar seu trabalho e bem-estar; (5) Redes Sociais e Comunidades: Exploração das redes sociais e comunidades de vendedores ambulantes, como eles se organizam, compartilham informações e recursos, e como essas redes podem ser fortalecidas; (6) Resiliência e Estratégias de Sobrevivência: Estudos sobre as estratégias que os vendedores ambulantes empregam para sobreviver em condições muitas vezes precárias e inseguras, e como podem ser apoiados na construção de maior resiliência econômica; (7) Educação e Capacitação: Investigações sobre programas de educação e capacitação voltados para vendedores ambulantes, visando melhorar suas habilidades e oportunidades de emprego; (8) Integração com a Economia Formal: Estudos sobre como facilitar a transição de vendedores ambulantes para empregos formais, se desejado, e como garantir que essa transição seja eficaz e benéfica para eles; (9) Impacto da Pandemia: Uma análise do impacto da pandemia de COVID-19 sobre o trabalho informal de vendedores ambulantes, incluindo como eles se adaptaram às restrições e às mudanças nas demandas dos consumidores; (10) Perspectivas Culturais e Antropológicas: Compreensão das dimensões culturais e antropológicas do trabalho informal de vendedores ambulantes, incluindo suas práticas comerciais, identidades culturais e relações comunitárias.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, S. L. Appropriation and political expression in urban public spaces. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 2, p. 291-303, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/230008771.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.
- AGTRANSP; SuperVia. Agência Reguladora de Transportes do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://www.agetransp.rj.gov.br/con_supervia.php. Acesso em: 30 jul. 2023.
- ALVES, A. B. R. *et al.* Análise da articulação entre saúde do trabalhador e a atenção básica. **Enfermagem em Foco**, Brasília, v. 11, 5, p. 166-171, dez. 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/4007/1040> Acesso em: 30 jul. 2023.
- ALVES, L. D. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. *Revista Katálysis*, v. 25, p. 212-221, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/> Acesso em: 30 jul. 2023.
- AMADEO, K. How Capitalism Works Compared to Socialism and Communism. **The Balance**, 2020. Disponível em: <https://www.thebalance.com/capitalism-characteristics-examples-pros-cons-3305588> Acesso em: 30 jul. 2023.
- AMBATI, N. R.; ASHWIN, G. G.; AALAY, M.; Working conditions and quality of life of street vendors in city of Ahmedabad. **International Journal of Social Science & Interdisciplinary Research**. v. 4, n. 12, p. 20-31, 2015. Disponível em: <http://indianresearchjournals.com/pdf/IJSSIR/2015/December/4.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- AMEGAH, A. K.; JAAKKOLA, J. J. Street vending and waste picking in developing countries: A long-standing hazardous occupational activity of the urban poor. **International journal of occupational and environmental health**, v. 22, n. 3, p. 187-92, 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5102232/> Acesso em: 30 jul. 2023.
- AMEGAH, A. K.; JAAKKOLA, J. J. Work as a street vendor, associated traffic-related air pollution exposures and risk of adverse pregnancy outcomes in Accra, Ghana. **International journal of hygiene and environmental health**. v. 217, n. 2-3, p. 354-62, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1438463913001041> Acesso em: 30 jul. 2023.
- ANDRADE, C. B.; ASSIS, S. G. Assédio moral, gênero, raça e poder: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 43, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/4jH9bBbXyBr49hXPqTJMjTs/abstract/?lang=pt> Acesso em: 30 jul. 2023.
- ANDRADE, V.; BOLAÑOS, C.; CASTRILLÓN, M.; Empleabilidad en la economía informal, una investigación cualitativa con manicuristas de alta empleabilidad. **Pensam. Psicol.** v. 9, n. 16, p. 68-88. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/801/80118612005.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serviço Social & Sociedade**, p. 405-419, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/3JD9n46H3Dhn7BYbZ3wzC7t> Acesso em: 30 jul. 2023.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social Sociedade**, n. 123, p. 407–427, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0407.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

AQUINO, C. A. B.; OLIVEIRA, E. N. P.; PEREIRA FILHO, F. A. A.; A informalidade como fator de risco à saúde do trabalhador. In: BARROS, J. P. P.; ANTUNES, D. C.; MELLO, R. P. (orgs.). **Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos: estudos do programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. p. 40-53. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53270/3/2020_liv_jppbarros.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. Centro de Estudos da Metropole (CEM). São Paulo: Editora Unesp, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsoc/a/nYmzZj69ZMSvtcpZtqXmMYS/> Acesso em: 30 jul. 2023.

BĂLAN, S. M. **Foucault's view on power relations**. Bucharest Academy of Economic Studies, 2010. Disponível em: https://cogito.ucdc.ro/nr_2v2/M.%20FOUCAULT'S%20VIEW%20ON%20POWER%20RELATIONS.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

BARBARESCO, G.Q. *et al.* Effects of environmental noise pollution on perceived stress and cortisol levels in street vendors. **J Toxicol Environ Health A**. v. 82, n. 5, p. 331-337, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15287394.2019.1595239?journalCode=uteh20> Acesso em: 30 jul. 2023.

BARBOSA, A. L. N. H.; CORSEUIL, C. H. L.; Conditional cash transfer and informality in Brazil. **IZA Journal of Labor & Development**, v. 3, n. 1, p. 1-18, 2014. Disponível em: https://conference.iza.org/conference_files/worldb2014/corseuil_c6758.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

BARBOSA FILHO, F. H.; ULYSSEA, G.; VELOSO, F. **Causas e consequências da informalidade no Brasil**. Editora Elsevier; FGV IBRE, 2016. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/observatorio-produtividade/artigos/causas-e-consequencias-da-informalidade-no-brasil> Acesso em: 30 jul. 2023.

BARSETTI, S. Ambulantes vão 'sumir' dos trens do Rio durante a Olimpíada. **Terra**, 29 jul. 2016. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/ambulantes-vaio-sumir-dos-trens-do-rio-durante-a-olimpiada,75aaff8218d1a3a1c412918c45a4f0fc1q3f0zgh.html> Acesso em: 30 jul. 2023.

BECKFIELD, J.; European Integration and Income Inequality. **American Sociological Review**, v. 71, n. 6, p. 964-985, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000312240607100605>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BELTRÃO, M. M. A. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05032010-130328/publico/MYRIAN_MATSUO.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

BOBROFF, M. C. C.; MARTINS, J.T. Assédio moral, ética e sofrimento no trabalho. **Revista Bioética**, v. 21, n. 2, p. 251-258, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n2/a08v21n2.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

BOSCHETTI, I. **Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?.** São Paulo: Cortez, 2004. (Serviço Social & Sociedade n. 79).

BOUVIER, M.; VANEK, J.; ROUBAUD, F. Informal Workers in Brazil: A Statistical Profile. Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (WIEGO). **Statistical Brief**, n. 33, Sept. 2022. Disponível em: https://www.wiego.org/sites/default/files/publications/file/WIEGO_Statistical_Brief_N33_IWs_Brazil.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Centro de Referência de Assistência Social. **Técnicas Orientações.** Brasília: CRAS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador. Renast Online. Diretrizes de implantação da vigilância em saúde do trabalhador no SUS, 2012. Disponível em: <https://renastonline.ensp.fiocruz.br/temas/vigilancia-saude-trabalhador> Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL; Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, n. 12, p. 59, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Nota técnica nº 8/2020/DIOPE.** Assunto: Flexibilizações normativas adicionais visando minimizar impactos da pandemia de Covid-19, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/ans/pt-br/arquivos/assuntos/coronavirus-covid-19/notas-tecnicas_covid-19/nota-tecnica-8-2020-diope.pdf/view Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Saúde do Trabalhador. **Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast).** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-do-trabalhador/rede-nacional-de-atencao-integral-a-saude-do-trabalhador-renast> Acesso em: 30 jul. 2023.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa> Acesso em: 30 jul. 2023.

BRAUW, A. *et al.* The impact of Bolsa Família on schooling. **World Development**, v. 70, p. 303-316, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X1500025X> Acesso em: 30 jul. 2023.

BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. D. **Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade**. Rio de Janeiro: Rede Sirius, UERJ, 2011.

BRETAS, N. B. M. **Entre o trem e a plataforma: processo de criação e desenvolvimento do Documentário**. Rio de Janeiro, 2017. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Radialismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/6643> Acesso em: 30 jul. 2023.

CAHÚ, G. R. P. *et al.* Assédio moral: análise de conceito na perspectiva evolucionista de Rodgers. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 25, n. 4, p. 555-559, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n4/12.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

CAMARGO, J. A.; AZEVEDO, C. A.; MAGALHÃES, C. D. Política de assistência social e pandemia: desafios à atuação profissional do/da assistente social no CRAS. **O Social em Questão**, v. 4, n. 54, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/60408/60408.PDF> Acesso em: 30 jul. 2023.

CANELAS, C.; NINO ZARAZUA, M. Social protection and the informal economy: What do we know?, **UNESCAP**, 10 Oct. 2022. Disponível em: <https://www.unescap.org/kp/2022/social-protection-and-informal-economy-what-do-we-know> Acesso em: 30 jul. 2023.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 7ª ed., 5ª tiragem. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/GeorgesCanguilhem-ONormaleoPatologico.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

CARDOSO, A. C.; MORGADO, L. Trabalho e saúde do trabalhador no contexto atual: ensinamentos da Enquete Europeia sobre Condições de Trabalho. **Saúde e sociedade**, v. 28, p. 169-181, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/x8rNTW4JkNCJvCdCcM8kwCd/abstract/?lang=pt> Acesso em: 30 jul. 2023.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 11ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, A. M. “Super-Via”: transportando preconceitos, (in) criminando os excluídos. **Pensamento Plural**, n. 2, p. 143-160, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/3754> Acesso em: 30 jul. 2023.

CESARINO, G. K.; CALDANA JUNIOR, V. L. Adaptação e resiliência do espaço comercial de rua: a 25 de março. **RUA**, UNICAMP, v. 23, n. 1, p. 117-139, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8649801> Acesso em: 30 jul. 2023.

CHEN, M. *et al.* Inclusive public spaces for informal livelihoods: a discussion paper for urban planners and policymakers. **WIEGO**, 2018. Disponível em: https://www.citiesalliance.org/sites/default/files/Public%20Space%20Discussion%20Paper_0.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

CNDL/SPC Brasil. **Mesmo aposentados, 21% dos idosos continuam trabalhando.** Pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), 2018. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2018/12/release_idosos_vida_profissional_dezembro_2018.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

CODATU. Panorama do sistema de transporte de passageiros no Rio de Janeiro. CODATU, trabalhando pela mobilidade sustentável em cidades em desenvolvimento. 2020. Disponível em: <https://www.codatu.org/actualites/panorama-do-sistema-de-transporte-de-passageiros-no-rio-de-janeiro/> Acesso em: 30 jul. 2023.

COLLINS, P. H. Trabalho, família e opressão das mulheres negras. *In*: COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro.** São Paulo: Boitempo, 2019. p. 99-134. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123078/mod_resource/content/1/Patricia%20Hill%20Collins.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

CORREIA, G. F. A.; PEREIRA, H. G.; CARRIERI, A. P. "Ser um ambulante é necessidade que nós temos de trabalhar": cotidiano e identificação de trabalhadores pipoqueiros de Belo Horizonte. **Cad. Psicol. Soc. Trab.**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 165-180, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172018000200005 Acesso em: 30 jul. 2023.

COSTA, A. M. D. S. “**É um trabalho muito puxado**”: significados e práticas associados ao trabalho do vendedor ambulante e suas implicações para a saúde – um olhar etnográfico. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, ISC-UFBA, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16323> Acesso em: 30 jul. 2023.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. **Políticas públicas e assistência social: diálogo com práticas psicológicas.** Petrópolis, RJ: Vozes Limitada, 2017.

CUNHA, D. A Territorialidade dos Trens do Rio de Janeiro. **Anais do XVIII ENECULT**, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), Universidade Federal da Bahia (UFBA), 9 e 12 de agosto de 2022. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/139251.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

DEAN, I. Intentional Informality in Gendered Spaces on the Mumbai Local Suburban Railway System. Thesis, Master of Urban Planning and Policy in the Graduate College of the University of Illinois at Chicago, 2017. Disponível em: [https://indigo.uic.edu/articles/thesis/Intentional Informality in Gendered Spaces on the Mumbai Local Suburban Railway System/10877669/1](https://indigo.uic.edu/articles/thesis/Intentional%20Informality%20in%20Gendered%20Spaces%20on%20the%20Mumbai%20Local%20Suburban%20Railway%20System/10877669/1) Acesso em: 30 jul. 2023.

DE VITA, L.; LUCCIARINI, S. Towards a welfare system that produces inequality? Interpreting the new conditions of inclusion and exclusion in two Italian cases in a macro-micro-macro perspective. **The International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 39, n. 9, p. 865-882, 2019. Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJSSP-10-2019-0200/full/html> Acesso em: 30 jul. 2023.

DÍAZ PÉREZ, G. La pandemia de COVID-19 y sus violencias en América Latina. **Journal Health NPEPS**, v. 5, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/4874> Acesso em: 30 jul. 2023.

DOMINGUES, É.P. *et al.* Genotoxic effects following exposure to air pollution in street vendors from a high-traffic urban area. **Environmental Monitoring and Assessment**, v. 190, n. 4, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29541928/> Acesso em: 30 jul. 2023.

DONABEDIAN, A. The seven pillars of quality. **Arch Pathol Lab Med**. v. 114, Nov. 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2621255/mod_folder/content/0/DONABEDIAN_1990.pdf?forcedownload=1 Acesso em: 30 jul. 2023.

DRUCK, G. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. **Osal**, v. 6, n. 19, p. 329-340, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

DUBET, F.; VALLE, I. R. V.; VALLE, N. **Injustiça**. A experiência das desigualdades no trabalho. Florianópolis: Editora Edufsc, 2014.

DUKES, R. **The labor constitution**: The enduring idea of labor law. Oxford: Oxford University Press, 2014. Disponível em: <https://oxford.universitypressscholarship.com/view/10.1093/acprof:oso/9780199601691.001.0001/acprof-9780199601691> Acesso em: 30 jul. 2023.

FERRO, C. *et al.* **Nós, trabalhadores ambulantes, lutamos por quais direitos?** Nós trabalhadores de rua lutamos por quais direitos?. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2012. Disponível em: <https://gaspargarcia.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Cartilha-dos-Ambulantes.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

FLEURY, S. A Seguridade Social Inconclusa. *In*: INESC. **A Era FHC e Governo Lula: Transição?** Brasília, INESC, 2014.

FOUCAULT, M. **Power/knowledge**: selected interviews and other writings 1972–1977. London: Harvester Press, 1980.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1995. 288 p. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975–1976). São Paulo: Martins Fonte, 1999.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4325478/mod_resource/content/1/FOUCAULT_M_O_Nascimento_da_Cl_237_nica.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

FRANCO, T. B.; BUENO, W. S.; MERHY, E. E.; O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 15, p. 345-353, 1999. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/VRpYptVLKFZpcGFbY5MfS7m/abstract/?lang=pt> Acesso em: 30 jul. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 110-111.

FRUTTERO, A.; LEICHSENDRING, A. R.; PAIVA, L. H.; Social Programs and Formal Employment: Evidence from the Brazilian Bolsa Família Program. International Monetary Fund, 2020. Disponível em:

<https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2020/06/19/Social-Programs-and-Formal-Employment-Evidence-from-the-Brazilian-Bolsa-Familia-Program-49512> Acesso em: 30 jul. 2023.

GALDINO, G. A.; CANDEIAS, C. N. B.; Comprometimento no Trabalho e o Relacionamento Interpessoal na Cooperativa de Recicladores de Alagoas COOPREL. **Interpersona: An International Journal on Personal Relationships**, v. 5, n. 1, p. 35-52, 2011. Disponível em:

<https://interpersona.psychopen.eu/index.php/interpersona/article/view/3257> Acesso em: 30 jul. 2023.

GIOVANELLA, L. *et al* (orgs.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

GONÇALVES, P. S. **Me apoia?** A construção de suportes entre jovens em situação de rua e proteção social. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2021. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/234323> Acesso em: 30 jul. 2023.

GRANEMANN, S. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 20, p. 57-68, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/159> Acesso em: 30 jul. 2023.

GRBIN, M. Foucault and space. **Sociological Review**, v. XLIX, n. 3, p. 305-312, 2015. Disponível em: <https://scindeks-clanci.ceon.rs/data/pdf/0085-6320/2015/0085-63201503305G.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

GUHA-KHASNOBIS, B.; KANBUR, R.; OSTROM, E. **Linking the formal and informal economy: concepts and policies**. Oxford: Oxford Academic, 2007. Disponível em: <https://oxford.universitypressscholarship.com/view/10.1093/0199204764.001.0001/acprof-9780199204762> Acesso em: 30 jul. 2023.

GUIZZO, D.; STRONGE, W. Keynes, Foucault, and the ‘disciplinary complex’: A contribution to the analysis of work (working paper). **Autonomy**, n. 2, p. 2-18, 2018. Disponível em: <http://autonomy.work/wp-content/uploads/2018/08/Essay-1-V5.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

GUSMÃO, F. A. F.; AMORIM, S. S.; Dimensão da desigualdade educacional no ensino médio: uma reflexão com base no princípio de qualidade e equidade. **Revista Exitus**, v. 12,

2022. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFRGS-22_7691546ed7e4c7788e24ba54880de8cb Acesso em: 30 jul. 2023.

HARRIS, L. **Sex Workers, Psychics, and Numbers Runners: Black Women in New York City's Underground Economy**. University Press Scholarship Online, April 2017.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERMAWATI, R. *et al.* The Dynamics of Street Vendors' Resistance in Bandung City. **MIMBAR: Journal Sosial dan Pembangunan**, p. 321-331, dec. 2018. Disponível em: <https://ejournal.unisba.ac.id/index.php/mimbar/article/view/3500> Acesso em: 30 jul. 2023.

HIRATA, H. O que mudou e o que permanece no panorama da desigualdade entre homens e mulheres? Divisão sexual do trabalho e relações de gênero numa perspectiva comparativa. *In*: LEONE, E. T.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. (orgs.). **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesisit, 2017. p. 143-173.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

HOLMES, R.; SCOTT, L. Extending social insurance to informal workers: a gender analysis. **ODI Working Paper**, April. 2016 Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/10620.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 30 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, Rio de Janeiro, n. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

IGNARRA, J. C. **O processo de descentralização e estadualização dos sistemas de trens metropolitanos no Brasil e seu impactos nos instrumentos de gestão e coordenação das políticas públicas metropolitanas**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3296/000307201.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 30 jul. 2023.

JORDÃO, A. P. F. **Uma vida de andanças: trabalho, precarização e os ambulantes dos trens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=23404@1> Acesso em: 30 jul. 2023.

JORDÃO, A. P. F. **Trabalho e Resistência: experiências dos trabalhadores ambulantes nos trens da região metropolitana do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social).

Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=45887@1>
Acesso em: 30 jul. 2023.

JORDÃO, A. P. F. Experiências de trabalho dos ambulantes nos trens da ferrovia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, Ano XXV, n. 53, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/58550/58550.PDF> Acesso em: 30 jul. 2023.

JORDÃO, A. P. F.; STAMPA, I. T. Trabalho precário em pauta: a experiência dos ambulantes nos trens da RMRJ. **Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 14, n. 37, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/25397> Acesso em: 30 jul. 2023.

JULIANO, M. C. C.; YUNES, M. A. M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambient Soc.** v. 17, n. 3, p. 135-54, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/BxDVLkfcGQLGXVwnHp63HMH/> Acesso em: 30 jul. 2023.

KARTHIKEYAN, R.; MANGALESWARAN, R. Quality of Life among Street Vendors in Tiruchirappalli City, Tamil Nadu, India. **International Research Journal of Social Sciences**, v. 2, n. 12, p. 18-28, 2013. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2383403 Acesso em: 30 jul. 2023.

KONGTIP, P. *et al.* Health Effects of Air Pollution on Street Vendors: a comparative study in Bangkok. **Thai Journal of Toxicology**, v. 23, n. 1, p. 5, 1 Jun. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277107452_Health_Effects_of_Air_Pollution_on_Street_Vendors_A_Comparative_Study_in_Bangkok Acesso em: 30 jul. 2023.

LAMBERT, S. D.; LOISELLE, C. G. Combining individual interviews and focus groups to enhance data richness. **J Adv Nurs**. v. 62, n. 2, p. 228-37, 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1365-2648.2007.04559.x> Acesso em: 30 jul. 2023.

LEON, F. Todo trem da SuperVia tem um pouco de navio navio negro. **Brasil de Direitos**, 02 mar. 2021. Disponível em: <https://brasildedireitos.org.br/atualidades/todo-trem-da-supervia-tem-um-pouco-de-navio-negro>. Acesso em: 02 jul. 2022.

Lei nº 6.272, de 01 de novembro de 2017. Altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 1.876/1992, que dispõe sobre o Comércio Ambulante do Município e dá outras providências. Disponível em: http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/55683Lei%206272_2017.pdf
Acesso em: 30 jul. 2023.

LIMA, B. P. S. Atividades profissionais do fonoaudiólogo na atenção primária à saúde no Brasil. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Clínica Médica, Área de Ensino em Saúde da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/52589>
Acesso em: 30 jul. 2023.

LIMA, J. C. Precariedade: a barbárie assume seu protagonismo. **Outras Mídias**, 27 maio 2029. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/precariedade-a-barbarie-assume-seu-protagonismo/>. Acesso em 02 jul. 2023

LOPES, M. S. Impactos da exposição ocupacional ao sol para a pele do trabalhador ao ar livre. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26992> Acesso em: 30 jul. 2023.

LUCENA, E. E. D. S. Prevalence and factors associated with orolabial lesions in beach workers. **Revista de Saúde Pública**, v. 46, p. 1051-1057, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsp/2012.v46n6/1051-1057/en/#ModalArticles> Acesso em: 30 jul. 2023.

LUND, F. Work-related social protection for informal workers. **International Social Security and Prevention**, v. 65, n. 4, Special Issue, October-December 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-246X.2012.01445.x> Acesso em: 30 jul. 2023.

MACHADO, D. C. Mobilidade urbana e mercado de trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista da ABET**, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/27958/15025> Acesso em: 30 jul. 2023.

MACHADO, K. **Quem é a pessoa idosa?** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fiocruz, 2019. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/quem-e-a-pessoa-idosa> Acesso em: 30 jul. 2023.

MALVEZZI, R. A. B. **Acumulação capitalista e desigualdade social**. Londrina: Editora Educacional, 2015. 192 p. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/cm-cls-content/LIVROS_UNOPAR_AEDU/Acumula%C3%A7%C3%A3o%20Capitalista%20e%20Desigualdade%20Social.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, v. 20, n. 35, p. 201-208, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18066/revunivap.v20i35.228> Acesso em: 30 jul. 2023.

MARK, G.; KELLY, E. **The political philosophy of Michel Foucault**. London: Routledge, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/167535/The_Political_Philosophy_of_Michel_Foucault Acesso em: 30 jul. 2023.

MARTÍNEZ, L.; SHORT, J. R.; ESTRADA, D. The urban informal economy: Street vendors in Cali, Colombia. **Cities**, v. 66, p. 34-43, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264275116307508> Acesso em: 30 jul. 2023.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**, Livro I, 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, T. A Jornada dos Vendedores Ambulantes 1, Boletim virtual. **O barquinho cultural**, 29 jun. 2023a. Disponível em: <https://obarquinhocultural.com/2016/03/21/cantinho-literario-poetas-ambulantes-espalham-poesia-pelos-transportes-publicos-da-cidade/comment-page-1/> Acesso em: 30 jul. 2023.

MEDEIROS, T. A Jornada dos Vendedores Ambulantes 2, Boletim virtual. **O barquinho cultural**, 29 jun. 2023b. Disponível em: <https://obarquinhocultural.com/2016/03/21/cantinho->

[literario-poetas-ambulantes-espalham-poesia-pelos-transportes-publicos-da-cidade/comment-page-1/](#) Acesso em: 30 jul. 2023.

MENDES, E. V. Um novo Paradigma sanitário: a produção social da Saúde. *In*: MENDES, E. V. **Uma agenda para a Saúde**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 233-295.

MENDES, J. M. R. *et al.* Saúde do trabalhador: desafios na efetivação do direito à saúde. **Argumentum**, v. 7, n. 2, p. 194-207, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/10349> Acesso em: 30 jul. 2023.

MENGISTU, T.; JIBAT, N. Street vending as the safety-net for the disadvantaged people: The case of Jimma Town. **International Journal of Sociology and Anthropology**, v. 7, n. 5, p. 123-37, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/292945170_Street_vending_as_the_safety-net_for_the_disadvantaged_people_The_case_of_Jimma_Town Acesso em: 30 jul. 2023.

MERHY, E. E.; FRANCO, T. B. "Por uma composição técnica do trabalho centrada no campo relacional e nas tecnologias leves." **Saúde em Debate**, v. 27, n. 65, 2003. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/05/676242/v27-n65-setdez-2003-12a-conferencia-nacional-de-saude-sergio-ar_DGKxlyw.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

MILLS, S. **Michel Foucault**. London: Routledge, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277738630_Sara_Mills_Michel_Foucault_London_Routledge_2003 Acesso em: 30 jul. 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 14ª edição revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GÓMEZ, C. Dífceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. *In*: GOLDENBERG, P. *et al.* (orgs.). **O clássico e o novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 117-142.

MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 237-248, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

MONTENEGRO, M. R. **Globalização, Trabalho e Pobreza nas Metrôpoles Brasileiras**. São Paulo: Annablume, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12062012-133347/pt-br.php> Acesso em: 30 jul. 2023.

MULLER, H. R. **O lugar do negro no mercado de trabalho brasileiro**: a informalidade, as desigualdades raciais e o racismo estrutural. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/241826> Acesso em: 30 jul. 2023.

NEWBOLD, C. How to do ethnography research. **The Visual Communication Guy**, January 30, 2018. Disponível em: <https://thevisualcommunicationguy.com/2018/01/30/how-to-do-ethnography-research/> Acesso em: 30 jul. 2023.

NOOMNUAL, S.; SHENDELL, D. G. Young adult street vendors and adverse respiratory health outcomes in Bangkok, Thailand. **Safety and health at work**, v. 8, n. 4, p. 407-9, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2093791116300816> Acesso em: 30 jul. 2023.

ODDONE, I. *et al.* **Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2020. 291 p.

ODONKOR, S.T.; MAHAMI, T. Knowledge, attitudes, and perceptions of air pollution in Accra, Ghana: a critical survey. **Journal of Environmental and Public Health**, 2020 Feb 13. Disponível em: <https://www.hindawi.com/journals/jep/2020/3657161/> Acesso em: 30 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A relação de trabalho**. In: Conferência Internacional do Trabalho. Genebra: OIT, 2006. 85 p. Disponível em: <https://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc95/pdf/rep-v-1.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório V: Transição da economia informal para a economia formal**. In: Conferência Internacional do Trabalho, 103ª Sessão, 2014. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_709410.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Women and men in the informal economy: a statistical Picture**. third edition Geneva: International Labour Office, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_626831/lang-en/index.htm Acesso em: 30 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Safety and Health at the Heart of the Future of Work: Building on 100 Years of Experience**. Geneva: International Labour Office, 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---safework/documents/publication/wcms_724000.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Social Protection and the Informal Economy, Frequently asked questions (FAQ)**. OIT, 16 nov. 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/---ilo-beijing/documents/publication/wcms_761053.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Declaração de Alma-Ata: primeira conferência internacional sobre cuidados primários de saúde**. Genebra: OMS, 1978. Disponível em: <http://bioeticaediplomacia.org/wp-content/uploads/2013/10/alma-ata.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

OKAFOR, C. The danger of hawking on Abuja's fast lane. Codewit World News. September 4, 2013. Disponível em: <http://www.codewit.com/nigeria-news/11978-the-danger-of-hawking-on-abuja-s-fast-lane> Acesso em: 30 jul. 2023.

PADRÃO, S. M.; AGUIAR, O. B. Restaurante popular: a política social em questão. Tema Livre, **Revista Physis**, n. 28 (03), 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312018280319> Acesso em: 30 jul. 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). **O modelar a metrópole**: Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.modelarametropole.com.br/> Acesso em: 30 jul. 2023.

PEIRÓ, J. El sistema de trabajo y sus implicaciones para la prevención de los riesgos psicosociales en el trabajo. **Universitas Psychologica**, v. 3, n. 2, p. 179-86. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228589038_El_sistema_de_trabajo_y_sus_implicaciones_para_la_prevenccion_de_riesgos_psicosociales_en_el_trabajo Acesso em: 30 jul. 2023.

PERALVA, A.; TELLES, V. S. **Ilegalismos na globalização**: migrações, trabalho, mercados. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

PEREIRA, J.; ARROCHELLAS, M. H. Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. (org.). Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, Petrópolis-RJ: Editora Cortez, 2004.

PEREIRA, T. T. S. O.; BARROS, M. N. S.; AUGUSTO, M. C. N. A. O cuidado em saúde: o paradigma biopsicossocial e a subjetividade em foco. **Mental**, v. 9, n. 17, p. 523-536, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v9n17/02.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

POCHMANN, M. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 89-99, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vnJWDbvYCWqdYdVypqrJMBm/> Acesso em: 30 jul. 2023.

POCHMANN, M. *et al.* **Mapa do trabalho informal**: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Disponível em: <https://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/mapa-trabalho-informal-perfil-socioeconomico-trabalhadores-informais-cidade-sao-paulo> Acesso em: 30 jul. 2023.

PRABHU, V. *et al.* Exposure to atmospheric particulates and associated respirable deposition dose to street vendors at the residential and commercial sites in Dehradun City. **Safety and Health at Work**, v. 10, n. 2, p. 237-44, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2093791118302439> Acesso em: 30 jul. 2023.

PUNTES-LEÓN, K. J.; RINCÓN-BAYONA, L. Y.; PUNTES-SUÁREZ, A. Análisis bibliométrico sobre trabajo y salud laboral en trabajadores informales, 2010-2016. **Rev. Fac. Nac. Salud Pública**, v. 36, n. 3, p. 71-89, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rfnsp/v36n3/0120-386X-rfnsp-36-03-70.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

PUSHPALATHA, K.; PUNNAVANAM, A. A Study on Working Patterns of Unorganised Sector with special Reference to Street Vendors in Tiruchirappalli, Tamil Nadu. **Studies in Indian Place Names**, v. 40, n. 3, p. 5751-60, 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2418458 Acesso em: 30 jul. 2023.

QUEIROZ, V. S.; RAMALHO, H. M. B. A Escolha Ocupacional dos Idosos no Mercado de Trabalho: Evidências para o Brasil, Economia. **ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Associação Brasileira dos Programas de Pós-Graduação em Economia**, v. 10, n. 4, p. 817-848, 2009. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/6705> Acesso em: 30 jul. 2023.

RACAUD, S.; KAGO, J.; OWUOR, S. Introduction: Contested street: Informal street vending and its contradictions. **Journal of Urban Research**, v. 17, n. 18, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/articulo/3719> Acesso em: 30 jul. 2023.

RAFAGNIN, M. S. S.; RAFAGNIN, T. R. Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora: uma reflexão sobre a gestão da saúde e doença da classe-que-vive-do-trabalho. **Barbarói**, n. 57, p. 88-102, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/download/15069/9201/0> Acesso em: 30 jul. 2023.

RAMALHO, G. Mercadorias de ambulantes serão retiradas no trem no Metrô. Fotografia de Domingos Peixoto. **Extra**, 24 ago. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/mercadorias-de-ambulantes-serao-retidas-no-trem-no-metro-21745366.html>. Acesso em 02 set. 2023.

REEVES, R. Capitalism used to promise a better future. Can it still do that? |**The Guardian. Guardian News and Media**, 22 may 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/may/22/capitalism-broken-better-future-can-it-do-that> Acesso em: 30 jul. 2023.

RIEDL, F.; HALLER, M. From socialist equality to capitalist stratification: how people see it. **Corvinus Journal of Sociology and Social Policy**, v. 5, n. 1, p. 3-33, 2014. Disponível em: <http://cjssp.uni-corvinus.hu/index.php/cjssp/article/view/77> Acesso em: 30 jul. 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembleia Legislativa. **Projeto de lei nº 1314/2019**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a incluir, como dever do Estado, a garantia de vaga em creche e no ensino médio no estabelecimento público de ensino dessas etapas mais próximo da residência do educando. Rio de Janeiro: ALERJ, 2019. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/5952e182da73cd308325847a00600cdf?OpenDocument> Acesso em: 30 jul. 2023.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 1876, de 29 de junho de 1992. Dispõe sobre o comércio ambulante no Município e dá outras providências. **Diário Oficial do RJ**, 02 jul. 1992. Disponível em: http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/19336Lei%201876_1992.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

RIOS, M. A.; NERY, A. A. Condições laborais e de saúde referidas por trabalhadores informais do comércio. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 390-8, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v24n2/pt_0104-0707-tce-24-02-00390.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

ROCKEFELLER FOUNDATION; **Health Vulnerabilities of Informal Workers**. May 2013. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/app/uploads/Health-Vulnerabilities-of-Informal-Workers.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

ROEVER, S.; SKINNER, C. Street vendors and cities. **Environment and Urbanization**, v. 28, n. 2, p. 359-74, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0956247816653898> Acesso em: 30 jul. 2023.

SAHA, D. Decent work for the street vendors in Mumbai, India—a distant vision!. **Journal of Workplace Rights**, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.ilo.org/legacy/english/protection/travail/pdf/rdwpaper27c.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

SAHA, D. Working life of street vendors in Mumbai. **The Indian Journal of Labour Economics**, v. 54, n. 2, p. 301-25, 2011. Disponível em: https://www.uni-kassel.de/einrichtungen/fileadmin/datas/einrichtungen/icdd/Research/Webster/2nd_Workshop_Mumbai_Saha.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

SANTOS, L.; ANDRADE, L. O. M. Acesso às ações e aos serviços de saúde: uma visão polissêmica. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 17, n. 11, p. 2876-2878, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zySK5RgXbPMMBrPpYGmkQYx/> Acesso em: 30 jul. 2023.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://geocrocetti.com/msantos/tecnica.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

SANTOS, R. B. Comércio informal no transporte ferroviário do Rio de Janeiro. GT 4: Economia urbana, trabalho, comércio e consumo. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - XVI SIMPURB**, v. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26692> Acesso em: 30 jul. 2023.

SCHLINDWEIN, V.L.D.C. Histórias de vida marcadas por humilhação, assédio moral e adoecimento no trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 430-439, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/20.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

SERYA, H.; EL HADIDI, S.; EL BESTAR, S. Respiratory health effects among female street food vendors in Mansoura City, Egypt. Egypt. **J. Occup. Med.** v. 43, p. 17-32, 2019. Disponível em: https://ejom.journals.ekb.eg/article_25104_1a1f317c4484dfa58d4e331bde823fd5.pdf Acesso em: 30 jul. 2023.

SHAMSEER, L. *et al.* Itens de relatório preferidos para protocolos de revisão sistemática e meta-análise (PRISMA-P) 2015: elaboração e explicação. **BMJ**, v. 349, p. g7647, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222015000200335 Acesso em: 30 jul. 2023.

SHANNON, C. A. *et al.* Race, Racial Discrimination, and the Risk of Work-Related Illness, Injury, or Assault: Findings From a National Study. **Journal of Occupational and Environmental Medicine**, v. 51, n. 4, p. 441-448, 2009. Disponível em: https://journals.lww.com/joem/Abstract/2009/04000/Race,_Racial_Discrimination,_and_the_Risk_of.7.aspx Acesso em: 30 jul. 2023.

SINGER, P. Economia solidária. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 2, n. 1, p. 03-06, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/riae/article/view/12976/6431> Acesso em: 30 jul. 2023.

SOARES, A.; OLIVEIRA, J. A. Assédio moral no trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, n. 126, p. 195-202, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v37n126/a02v37n126.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

SOARES, L. T. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América latina**. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção questões da Nossa Época, v. 78).

SOUZA, G. C. A.; COSTA, I. C. C. O SUS nos seus 20 anos: reflexões num contexto de mudanças. **Saúde Soc.** v. 19, n. 3, p. 509-517, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/RxgpDxBNj6HKvVrwTHxC5sH/abstract/?lang=pt> Acesso em: 30 jul. 2023.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arq. Bras. Psicol.**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v71n2/05.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

SPARROW, P.; COOPE, C. L. **The employment relationship: key challenges for HR**. Abingdon: Routledge, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287286206_The_employment_relationship_Key_challenges_for_HR Acesso em: 30 jul. 2023.

STERNBERG, J. C. 'Capitalism, alone' review: inclined toward inequality; it's not enough to presume that capitalism inherently favors the rich. The possibility that policy is to blame deserves a deeper look. **Wall Street Journal**, 2020, Jan 20. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/capitalism-alone-review-inclined-toward-inequality-11579554211> Acesso em: 30 jul. 2023.

SZYMANSKI, H.; ALMEIDA, L. R.; PRENDINI, A. R. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Liber Livro, 2004. 87p. (Série Pesquisa em Educação, 4).

THEDIM, M. **Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. jul. 2016. Disponível em: <https://www.iets.org.br/spip.php?article214> Acesso em: 30 jul. 2023.

TIENGO, V. M. **Rualização e informalidade: frutos do capitalismo**. Curitiba: Appris, 2020. 175 p.

TRAVASSOS, C.; MARTINS, M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, Sup. 2, p. S190-S198, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/PkyrsjDrZWwzzPVJJPbbXtQ> Acesso em: 30 jul. 2023.

TRUONG, V. D. Tourism, poverty alleviation, and the informal economy: the street vendors of Hanoi, Vietnam. **Tourism Recreation Research**, v. 43, n. 1, p. 52-67, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02508281.2017.1370568> Acesso em: 30 jul. 2023.

TULCHINSKY, T. H.; VARAVIKOVA, E. A. Environmental and Occupational Health. **The New Public Health**, p. 471–533, 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7170206/pdf/main.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

UN-HABITAT. **The New Urban Agenda Illustrated Handbook**. Editor: United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat), 2020. Disponível em: <https://unhabitat.org/pt-pt/the-new-urban-agenda-illustrated> Acesso em: 30 jul. 2023.

VARGAS FALLA, A. M., URINBOYEV, R. Everyday Forms of Resistance to the Law: An Ethnographic Study of Street Vendors in Bogotá. **Droit et Société**, v. 91, n. 3, p. 623-638, 2015. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-droit-et-societe1-2015-3-page-623.htm> Acesso em: 30 jul. 2023.

VENRIO. Sindicato dos Empregados Vendedores, Viajantes e Pracistas do Comércio no Estado do Rio de Janeiro (VENRIO), 2020. Disponível em: <http://www.sindicatodosvendedoresrj.com.br/novo/index.html> Acesso em: 30 jul. 2023.

VICENZO, G. Jovens bancam casa e faculdade com vendas irregulares dentro de vagões. **TAB/UOL**, 09 jan. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/01/09/jovens-sustentam-casa-e-bancam-faculdade-com-vendas-nos-metro-e-cptm.htm> Acesso em: 30 jul. 2023.

VILLADSEN, K. Managing the employee's soul: Foucault applied to modern management technologies. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 5, n. 1, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512007000100002&script=sci_arttext&tlng=en Acesso em: 30 jul. 2023.

VIU! RJ: Lei ampara ambulantes nos trens, ônibus e metrô. Plataforma digital da revista **VIU ONLINE**, 21 fev. 2018. Disponível em: <https://www.portalviu.com.br/cidades/rj-lei-ampara-ambulantes-nos-trens-onibus-e-metros> Acesso em: 30 jul. 2023.

WEST-PAVLOV, R. **Space in theory**: Kristeva, Foucault, Deleuze. Amsterdam; New York: Rodopi, 2009. Disponível em: <https://brill.com/view/title/30788> Acesso em: 30 jul. 2023.

WIEGO. **Street Vendors and Public Space**: an interactive e-book. Women in Informal Employment: Organizing and Globalizing, 2020. Disponível em: <https://www.wiego.org/resources/street-vendors-and-public-space-interactive-e-book> Acesso em: 30 jul. 2023.

WIEGO. Statistical Picture, Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing, 2023. Disponível em: <https://www.wiego.org/statistical-picture> Acesso em: 30 jul. 2023.

YOUNG, G. De-democratisation and the rights of street vendors in Kampala, Uganda. **International Journal of Human Rights**, v. 22, n. 8, p. 1007-1029, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13642987.2018.1492915> Acesso em: 30 jul. 2023.

ZIELENIEC, A. Space and social theory. New Delhi: SAGE Publications, 2007. Disponível em: <https://fr.b-ok.cc/book/1074105/ee0431> Acesso em: 30 jul. 2023.

ANEXO 1 - Roteiro de Entrevista

Instrumento de Entrevista N°: _____

Data da Entrevista: ____ / ____ / _____

Início da Entrevista: ____ : ____

Término: ____ : ____

Nome do Entrevistado(a): _____

Sexo: _____ Idade: _____ anos. Biótipo referido: _____

Escolaridade:

Situação conjugal:

Número de filhos:

Posição na família (chefe de família, cônjuge, filho, outro):

Bairro/município de residência:

Renda familiar:

QUESTÕES:

- 1) Como foi a sua trajetória profissional até se tornar vendedor ambulante na RMRJ?
- 2) Quais sonhos, projetos e sentidos do trabalho que orientam suas trajetórias de trabalho?
- 3) Qual a Carga de trabalho (dias de trabalho por semana/horas de trabalho por dia)?
- 4) Quais são as condições desse tipo de trabalho?
- 5) Realiza a Ampliação da rotina de trabalho em casa?
- 6) Como você descreveria seu ambiente de trabalho?
- 7) Quais as maiores dificuldade no trabalho?
- 8) Quais as vantagens?
- 9) Qual a sua satisfação com esse trabalho?
- 10) Gostaria de mudar de profissão? Para qual outra?
- 11) Já sofreu algum tipo de discriminação/assédio nesse trabalho?
- 12) Quais as necessidades e problemas de saúde que o sr (a) apresenta?
- 13) Acredita que seu trabalho provoca ou agrava alguma doença?
- 14) Quando procura por assistência de saúde, onde consegue atendimento?
- 15) Ao procurar os serviços de saúde, costuma ter os problemas resolvidos?
- 16) Você possui algum tipo de proteção social? Faz algum tipo de contribuição previdenciária?
- 17) Você busca alternativas à aposentadoria? Através de arranjos familiares, poupança, imóveis, previdência privada, por exemplo?
- 18) Na sua opinião, quais deveriam ser as condições de trabalho, saúde e de seguridade social dos vendedores ambulantes da via ferroviária?

BLOCO – ESTILO DE VIDA

1) Como você considera seu estado de saúde?

() Muito boa () Boa () Regular () Ruim () Péssima

2) Fuma? () Não () Sim: _____

3) Faz uso de bebida alcoólica? () Não () Sim: _____

4) Faz atividade física? () Não () Sim: _____

ANEXO 2 – RCLE

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “**Condições de Trabalho, Saúde e Seguridade Social dos Vendedores Ambulantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)**”, desenvolvida pelo aluno Alcione Basílio de Abreu, vinculado à Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Pesquisadora Dr^a. Kátia Reis de Souza.

O objetivo central dessa pesquisa será analisar condições de saúde, trabalho e seguridade social dos vendedores ambulantes da via ferroviária da RMRJ. Conhecer o ponto de vista desses trabalhadores, torna-se importante para compreensão da forma como eles pensam sobre as suas condições de saúde e ambiente de trabalho, pois enfrentam, no cotidiano de suas rotinas de trabalho, situações variadas e muitas vezes complexas, que podem levá-los ao adoecimento, incapacidade e morte.

Para isso, realizaremos entrevistas individuais, que terão duração de aproximadamente uma hora. A sua participação será voluntária e não será remunerada. Se não entender o significado de alguma questão poderá perguntar imediatamente. Caso sinta-se incomodo(a) poderá recusar-se a responder as perguntas. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

As informações das entrevistas individuais serão colhidas por meio da observação direta, do registro escrito e gravação em áudio e vídeo (pelos aplicativos e gravador de áudio externo). Poderão ser utilizados os recursos de vídeo e fotografia, caso acordado, como ferramentas disparadoras para as discussões. A entrevista será realizada a partir de assuntos que envolvam a temática das condições de saúde, trabalho e seguridade social dos vendedores ambulantes da via ferroviária, numa perspectiva de compartilhamento de saberes e ampliação das possibilidades de ação dos participantes.

Os áudios e vídeos serão transcritos e armazenados, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas pessoas que se comprometeram com o dever de sigilo e confidencialidade desta pesquisa. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo por cinco anos em um banco de dados da pesquisa, com acesso restrito, sob a responsabilidade dos pesquisadores, e no caso de utilização em pesquisas futuras, será necessário um novo contato para que você forneça seu consentimento específico para a nova pesquisa.

Os benefícios aos participantes incluem a oportunidade de discutir sobre as adversidades do trabalho bem como sobre as estratégias inventivas de enfrentamento e de promoção da saúde construídas pelos trabalhadores. Além disso, as entrevistas podem atuar como uma atividade de apoio, além de trabalhar em conjunto com os pesquisadores sobre possíveis ações voltadas para a saúde dessa categoria de trabalhadores. Suas respostas serão muito importantes para a visibilidade e compreensão de alguns aspectos que se relacionam à forma como os vendedores ambulantes da via ferroviária lidam com suas condições de trabalho, saúde e seguridade social e poderão beneficiar outros trabalhadores. Você poderá ser beneficiado na medida em que os resultados da pesquisa sejam utilizados para melhorar o processo de trabalho, ampliar a utilização dos serviços de saúde e a aumentar a qualidade da assistência a seguridade social.

Reconhecemos que toda pesquisa possui riscos potenciais. Esses vão variar de acordo com o objeto de pesquisa, seus objetivos e a metodologia escolhida. Nessa pesquisa os riscos estão relacionados a um possível desconforto e frustração devido às questões abordadas e aos temas tratados nas entrevistas. Dessa forma, o pesquisador e sua orientadora estarão atentos para o caso de interromper ou alterar o curso do debate, respeitando a singularidade de cada participante e de cada situação. Os riscos relacionados à identificação podem ser amenizados pela restrição do acesso aos dados apenas pelo pesquisador do estudo e pela orientadora. Outro risco é o de constrangimento, contudo este é minimizado quando a entrevista é individual, onde só participará o pesquisador.

A entrevista será gravada e tratada de forma anônima e confidencial. Não usaremos informações que possam comprometer seu trabalho local. Qualquer dado que possa identificá-lo (a) será omitido na divulgação da pesquisa. Os dados produzidos serão utilizados na elaboração de artigos, tese e apresentações em eventos. Se houver algum gasto exclusivamente para participar desta pesquisa, como

transporte e lanche, este gasto lhe será ressarcido. Se houver algum dano, decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, por meio das vias judiciais. É garantida a liberdade de querer não participar de pesquisa ou de sair a qualquer momento. Será respeitado o seu direito em manter-se atualizado sobre os resultados da pesquisa. Você participante receberá uma devolutiva de forma individual.

Este documento é feito em duas vias, uma para você e outra para o pesquisador, como ele consta de mais de uma folha, é fundamental que todas elas devam ser rubricadas pelo pesquisador e por você.

Observações Finais:

Este Registro será enviado aos participantes antes da entrevista individual, bem como será lido pelo pesquisador no momento da entrevista. Será gravado em áudio e/ou vídeo o consentimento, para posterior arquivo e respaldo de ambas as partes. Ao final do primeiro contato com o pesquisador, será enviado este registro de áudio e/ou vídeo ao participante.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos pesquisadores responsáveis:

Alcione Basílio de Abreu, por telefone: (21) 99818-9920 ou e-mail: alcionebasilio@gmail.com

Kátia Reis de Souza, por telefone: (21) 2598-2681 ou e-mail: katreis@ensp.fiocruz.br

Em caso de dúvida ou se tiver alguma consideração quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Tel. e Fax do CEP/ENSP: (21) 2598-2863, de segunda a sexta-feira, das 9 às 16 horas.

Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 –Térreo - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210

E-Mail: cep@ensp.fiocruz.br

<http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Nome do pesquisador do campo: Alcione Basílio de Abreu

Data: ____/____/____

Assinatura do Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada: “Condições de Trabalho, Saúde e Seguridade Social dos Vendedores Ambulantes da RMRJ” e concordo em participar:

1) Da entrevista individual

Autorizo a gravação da entrevista.

Autorizo a filmagem da entrevista.

Autorizo a fotografia da entrevista.

Nome do Participante da Pesquisa:

Data: ____/____/____

Assinatura ou digital do Participante da Pesquisa

OBS: O participante dirá seu nome completo para registro e responderá oralmente o seu nível de participação nas atividades da pesquisa e a sua autorização sobre as formas de registro acima. A participação na entrevista só será possível caso haja a concordância com a gravação em áudio e/ou vídeo.